



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

Daviane da Silva Ribeiro

**AFRICANIDADES NAS ESCOLAS: A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM PROL DA
LEGITIMIDADE CULTURAL**

Rio de Janeiro, RJ.

2018

DAVIANE DA SILVA RIBEIRO

AFRICANIDADES NAS ESCOLAS: A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM PROL DA
LEGITIMIDADE CULTURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientador (a): Profa. Dra. Patrícia Vargas Alencar.

Rio de Janeiro, RJ.

2018

R484a Ribeiro, Daviane da Silva.

Africanidades nas escolas: a atuação do bibliotecário em prol da legitimidade cultural / Daviane da Silva Ribeiro. – 2018.

346 f. ; 30 cm.

Orientadora : Patrícia Vargas Alencar

Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Referências : f. 292-309.

1. Biblioteca escolar. 2. Mediação da leitura. 3. Mediação oral da literatura. 4. Lei nº 10.639/2003. 5. Identidade cultural. I. Alencar, Patrícia Vargas. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Centro de Ciências Humanas e Sociais – Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia). III. Título.

CDD 027.8

DAVIANE DA SILVA RIBEIRO

**AFRICANIDADES NAS ESCOLAS: A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO EM PROL
DA LEGITIMIDADE CULTURAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Patrícia Vargas Alencar – Orientadora – Presidente
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Alberto Calil Elias Júnior – Titular Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profa. Dra. Marianna Zattar – Titular Externo
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Elisa Campos Machado – Suplente Interno
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Profa. Dra. Patrícia Ferreira Neves Ribeiro – Suplente Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus ou Oxalá, pois, independente de como renomeiem o Ser Supremo, sou grata pela oportunidade de viver.

Ao meu pai agradeço a compreensão pelas “ausências presentes”, inclusive no café da tarde...

Ao meu namorado Vitor, pelo incentivo, companheirismo, e acima de tudo, pela compreensão, não me deixando perder a esperança diante dos desafios e contratemplos da vida.

A minha orientadora Patrícia Alencar, agradeço imensamente pela confiança, aprendizagem e compreensão.

A professora Geni Chaves, por toda a ajuda dentro e fora de sala de aula. Exponho minha gratidão e admiração.

Aos professores da banca, pois, me propiciaram valiosos ensinamentos e uma nova perspectiva diante da pesquisa.

Agradeço a todos do Colégio Pedro II, por me ajudarem a trilhar nessa caminhada, principalmente a Alan Cruz, Lehy Torquato, Márcia Figueiredo, Lorrann Soares, professor Fábio Braga, Michele Íris, René Vettori, professor Jesen Baptista, professora Sílvia Cunha, professor Igor, Diogo Martins e Héctor Oliveira.

Agradeço aos participantes da pesquisa de campo, pois sem a boa vontade destes, não haveria dissertação.

Agradeço a todos que colaboram para que o Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO funcione, permitindo que pessoas como eu, sonhem com um futuro melhor.

Aos amigos, Eliane Ressureição, Carla Martins, Clarisse Monteiro, Gideão Veiga, Marcelo Almeida, Diego Barreiros, Rafael Souza, Thiago Barbosa e Victor Barbosa, pela ausência durante esse período de aprendizagem.

Agradeço também aos colegas da UNIRIO, principalmente a Ivanilma Gama por tirar inúmeras dúvidas fora de hora, a Maurício Cardoso e Josiane Assis, pois, ao passo que compartilhamos nossos anseios, construímos relações de amizade.

Enfim, a todos que contribuíram mesmo que indiretamente para que eu chegasse até aqui.

E agora o meu texto se ele trouxe a escrita? O meu texto tem que se manter assim oraturizado e oraturizante. Se eu perder a cosmicidade do rito perco a luta. Ah! Não tinha reparado. Afinal isso é uma luta. E eu não posso retirar do meu texto a arma principal. A identidade. Se o fizer deixo de ser eu e fico outro, aliás como o outro quer. Então vou preservar o meu texto, engrossá-lo mais ainda de cantos guerreiros. (MONTEIRO, 1987, p. 309).

RESUMO

Esta pesquisa focaliza o desempenho do bibliotecário escolar diante da implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Propõe diretrizes para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo discente. Utiliza a metodologia quali-quantitativa, apresentando um Estudo de Caso no Colégio Pedro II, *campus* Tijuca II. Recorre ao levantamento bibliográfico e à pesquisa documental. Adota, como instrumento de coleta de dados, o uso de questionários e, como técnica para tratar os dados coletados, a análise de conteúdo. Os resultados apontam que o bibliotecário não tem efetuado ações para a implementação da referida Lei, provavelmente, em consequência da ausência de políticas e parâmetros próprios do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II para o desenvolvimento de atividades básicas inerentes a bibliotecas escolares e da inexistente integração ao Projeto Político Pedagógico Institucional. Sugere a criação de Diretrizes de atuação baseadas na articulação entre os Parâmetros para Bibliotecas Escolares do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais e as Diretrizes para Serviços Bibliotecários de Comunidades Multiculturais da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições podendo contribuir para que bibliotecários escolares difundam a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo discente através da mediação da leitura literária e mediação oral da literatura, na tentativa de promover a valorização e o reconhecimento de uma identidade cultural na qual participe a herança cultural africana, daí a sua relevância.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Mediação da leitura. Mediação oral da literatura. Lei nº 10.639/2003. Identidade cultural.

ABSTRACT

This research focuses on the performance of the school librarian in view of the implementation of Law No. 10.639, January 9, 2003, which included in the official curriculum of the Educational System the obligation of the Afro-Brazilian History and Culture theme. This research proposes guidelines for school librarians to disseminate African and/or Afro-Brazilian Youth Literature to the students. It uses the qualitative-quantitative methodology, presenting a case study at the Pedro II School, Tijuca II campus. It uses bibliographical research and documentary research and adopts, as an instrument of data collection, the use of questionnaires and, as a technique to treat the data collected, content analysis. The results indicate that the librarian has not taken action for the implementation of the Law, probably due to the absence of policies and parameters specific to the Libraries System, Media Library, and Reading Rooms of the Pedro II School seeking the development of basic activities inherent to school libraries, as well as the non-existent integration into the Institutional Pedagogical Political Project. This research suggests the creation of guidelines for action based on the articulation between the Parameters for School Libraries of the Study Group for School Library of the Federal University of Minas Gerais and the Guidelines for Librarianship Services of Multicultural Communities of the International Federation of Associations of Libraries and Institutions, so that school librarians may disseminate African and/or Afro-Brazilian Youth Literature to the students through the mediation of literary reading as well as oral mediation of literature, in an attempt to promote the appreciation and recognition of the African cultural heritage and cultural identity, hence its relevance.

Keywords: School library. Mediation of reading. Oral mediation of literature. Law nº 10.639/2003. Cultural identity.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Revisão da Literatura na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação	61
Quadro 2 – Revisão da Literatura nas áreas de Educação e Letras	73
Quadro 3 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – aspectos sobre a cultura negra	77
Quadro 4 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – formação do bibliotecário escolar	83
Quadro 5 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – responsabilidade social da área	86
Quadro 6 – Propostas pedagógicas da Educação Básica e Graduação em Biblioteconomia	95
Quadro 7 – Disciplinas oferecidas nos cursos de Graduação em Biblioteconomia	99
Quadro 8 – Participantes da pesquisa de campo	138
Quadro 9 – Perguntas formuladas a classe bibliotecária e ao corpo docente com seus objetivos	143
Quadro 10 – Perguntas formuladas a classe bibliotecária com seus objetivos	145
Quadro 11 – Perguntas formuladas ao bibliotecário com seus objetivos	146
Quadro 12 – Perguntas formuladas ao chefe da Seção de Bibliotecas com seus objetivos	147
Quadro 13 – Perguntas formuladas ao corpo docente com seus objetivos	148
Quadro 14 – Perguntas formuladas ao coordenador do NEAB/CPII com seus objetivos	149
Quadro 15 – Projeto Político Pedagógico implementado em 2001	161
Quadro 16 – Projeto Político Pedagógico Institucional implementado em 2018	162
Quadro 17 – A aplicação da Lei nº 10.639/2003 pelo corpo docente	225

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Temáticas pesquisadas na Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I	92
Gráfico 2 – Pesquisa bibliográfica nas Bases de Dados no período de 2008 a 2016	116
Gráfico 3 – Pesquisa sobre leitura literária	117
Gráfico 4 – Pesquisa sobre biblioteca escolar	118
Gráfico 5 – Pesquisa sobre mediação da leitura	119
Gráfico 6 – Pesquisa sobre mediação oral da literatura	120
Gráfico 7 – Pesquisa sobre a Lei nº 10.639/2003	121
Gráfico 8 – Pesquisa sobre identidade cultural	122
Gráfico 9 – Pesquisa sobre violência simbólica	123
Gráfico 10 – Pesquisa sobre estigma	124
Gráfico 11 – Pesquisa sobre Educação Intercultural	125
Gráfico 12 – Pesquisa sobre <i>habitus</i>	126
Gráfico 13 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – Região Centro-Oeste	127
Gráfico 14 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – Região Nordeste	128
Gráfico 15 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – Região Sudeste	130
Gráfico 16 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – Região Sul	132
Gráfico 17 – Pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I	134
Gráfico 18 – Respostas da classe bibliotecária	191
Gráfico 19 – Respostas do chefe da Seção de Bibliotecas	193
Gráfico 20 – Respostas do bibliotecário	194
Gráfico 21 – Respostas do corpo docente	229
Gráfico 22 – Respostas do corpo docente por área disciplinar	231
Gráfico 23 – Respostas positivas dos docentes por área disciplinar	232
Gráfico 24 – Respostas negativas dos docentes por área disciplinar	233

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	17
1.1.1	Objetivo geral	17
1.1.2	Objetivos específicos	17
1.2	JUSTIFICATIVA	18
2	QUADRO TEÓRICO	21
2.1	O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	21
2.2	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA IDENTIDADE CULTURAL	33
2.3	MEDIAÇÃO DA LEITURA E MEDIAÇÃO ORAL DA LITERATURA NA BIBLIOTECA ESCOLAR	40
2.4	CONTRIBUIÇÕES DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR PARA A SOCIEDADE INTERCULTURAL	51
3	REVISÃO DA LITERATURA	61
3.1	A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR FACE À LEI nº 10.639/2003	88
3.2	A BIBLIOTECONOMIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA LEGITIMIDADE CULTURAL	91
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	112
4.1	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	114
4.2	O CONTEXTO DA PESQUISA	135
4.3	A PESQUISA DOCUMENTAL	139
4.4	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	141
4.5	TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS	151
5	A APLICAÇÃO DA LEI nº 10.639/03 NO COLÉGIO PEDRO II – CAMPUS TIJUCA II	159
5.1	A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR DO COLÉGIO PEDRO II – CAMPUS TIJUCA II	159
5.2	O TRABALHO PEDAGÓGICO COM A LITERATURA AFRICANA E/OU AFRO-BRASILEIRA	197
5.3	O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DO COLÉGIO PEDRO II	236
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
7	PROPOSTA DE DIRETRIZES DE ATUAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS ESCOLARES DIFUNDIREM A LITERATURA AFRICANA E/OU AFRO-BRASILEIRA	259
7.1	INTRODUÇÃO	259

7.2	JUSTIFICATIVA	261
7.3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	262
7.4	OBJETIVOS DA PROPOSTA	264
7.4.1	Objetivo geral da proposta	264
7.4.2	Objetivos específicos da proposta	264
7.5	BENEFICIÁRIOS	264
7.6	METODOLOGIA	265
7.7	DIRETRIZES DE ATUAÇÃO PARA MEDIAÇÃO DA LITERATURA AFRICANA E/OU AFRO-BRASILEIRA	266
7.7.1	Características necessárias a biblioteca escolar para a mediação literária	266
7.7.2	Aspectos da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira	272
7.7.3	Aspectos fenotípicos e subjetivos atribuídos aos negros na Literatura	277
7.7.4	Considerações sobre a Mediação da Leitura e Mediação Oral da Literatura	279
7.7.5	Sequência pedagógico-cultural relacionada à Lei nº 10.639 de 2003	280
7.7.6	Sugestões de fontes de informação relacionadas à população negra e a cultura africana	284
7.7.7	Avaliação de resultados	285
7.8	ETAPAS FUTURAS	286
7.9	ORÇAMENTO	287
7.10	DIVULGAÇÃO	287
7.11	REFERÊNCIAS DA PROPOSTA	287
	REFERÊNCIAS	292
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA BIBLIOTECÁRIO (A)	310
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA CHEFE DA SEÇÃO DE BIBLIOTECAS	319
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA CORPO DOCENTE	328
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA COORDENADOR DO NEAB/ CPII	334
	APÊNDICE E – MODELO DO QUADRO PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO	340
	ANEXO A – LEI nº 10.639/2003	341
	ANEXO B – LEI nº 11.645/2008	342
	ANEXO C – PARECER DO COLÉGIO PEDRO II	343
	ANEXO D – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIRIO	344

1 INTRODUÇÃO

A grande diversidade humana que compôs a sociedade brasileira, ao invés de suscitar a criação de um país igualitário, consciente de suas diferenças raciais, provocou, ao contrário, a discriminação de indivíduos em função de seus traços fenóticos, fundamentada pelo padrão eurocêntrico e estabelecida pelas relações de poder demarcadas pelo colonialismo, possibilitando a naturalização de uma hierarquia social camuflada pelo Mito da Democracia Racial, uma vez que se difundiu a ideia de que não existe preconceito racial no país, tampouco desigualdades entre brancos e negros oriundas do racismo (HASENBALG, 2005, p. 251).

A dinâmica histórica do Brasil possibilitou que as relações sociais se estruturassem distintamente em função da cor da pele, privilegiando brancos em detrimento dos negros. A condição socioeconômica dos últimos restringe o acesso a bens culturais e como resultado influi no desenvolvimento do capital cultural, possibilitando que as desigualdades sociais se reproduzam no sistema educacional, na medida em que “a igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida.” (BOURDIEU, 2007, p. 53).

De acordo com Munanga (2010, p. 50), a instituição escolar brasileira, enquanto espaço de socialização e edificação da cidadania, não tem contemplado a história, cultura e visão de mundo da população negra, mas privilegiado uma visão eurocêntrica, instituindo dessa forma, uma violência simbólica.

Segundo Hall (2015, p. 31, grifo do autor) a cultura nacional em que se nasce, constitui uma das principais fontes de identidade cultural, pois, “ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas”.

Conforme esclarece o autor, a cultura nacional é responsável por manter a língua e instituições culturais nacionais como um sistema educacional, que porventura, no Brasil, não tem representado as contribuições culturais da parcela negra de sua população. Tal conjuntura, aliada ao baixo status social dos negros, favorece a estigmatização destes e por consequência, a rejeição da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira presente no país.

Em função desse contexto, se estabeleceu uma concorrência desigual no que tange a

mobilidade social da população negra, na medida em que a falta de representatividade e a pobreza estimulam a evasão escolar, anulando as chances de ascensão profissional, promovendo a manutenção de um círculo vicioso.

A atuação dos profissionais na área educacional brasileira colabora para este cenário, pois, não receberam a formação adequada para lidar com as variedades raciais, nem as instituições escolares foram tecidas para identificar e reagir às distintas situações que compõem os quadros de discriminação presentes em qualquer meio social (MUNANGA, 2005, p. 15-16).

O estabelecimento da Lei nº 10.639 de 2003 que determina o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira vem justamente propiciar um redimensionamento do desempenho dos profissionais nas escolas com vistas a dissolver essa situação que tem perpetuado na sociedade brasileira, fornecendo deste modo, subsídios para a realização desta pesquisa, que tem por tema a atuação do bibliotecário escolar frente às demandas geradas pela implantação da referida Lei. A questão que norteia esta pesquisa é como o bibliotecário deve atuar na mediação da leitura com vistas ao acolhimento e legitimidade da cultura Africana e/ou Afro-Brasileira? Por meio de um Estudo de Caso no Colégio Pedro II – *campus* Tijuca II, investigou-se a efetiva aplicação da Lei nº 10.639 de 2003 pelo bibliotecário escolar.

O problema da pesquisa surgiu da atividade profissional, atuando como auxiliar de biblioteca na sala de leitura do Colégio Pedro II – *campus* Tijuca I, onde emergiram questionamentos pessoais sobre como se formam as percepções raciais na infância.

Através do contato diário no exercício da função, pude notar a presença de um racismo inculcado em crianças de características físicas e faixa etária diferentes, ocasionado possivelmente pela influência da mídia e das instituições sociais.

Um comportamento preconceituoso pôde ser revelado nos gostos literários, visto que a hipótese emergiu baseada na rejeição pelo “Menino marrom”, escrito por Ziraldo (1986), autor muito solicitado pelas crianças do Ensino Fundamental; sendo seus livros alvos de constantes empréstimos e solicitações de reservas; com exceção desse título, ainda que fosse trabalhado eventualmente em algumas turmas pelo corpo docente.

Percebeu-se nesse ambiente de leitura, a resistência e o desinteresse dos alunos não somente por esse título, mas nos empréstimos espontâneos de literatura sobre temas africanos, afro-brasileiros, ou quaisquer outros que tragam em suas capas imagens com personagens negras.

Testemunhou-se risos, acrescidos de comentários ressaltando negativamente as

características fenotípicas dessas personagens, provavelmente, devido à escassez ou inassiduidade de práticas leitoras voltadas à Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira, pois não se observou a inclusão de tais temáticas abrangendo uniformemente todos os segmentos educacionais desse *campus*.

Outra lacuna observada no referido período foi à ausência de uma parceria no que se refere a um trabalho institucionalizado por parte da sala de leitura compartilhada com a sala de aula para o acesso às Africanidades (MUNANGA, 2015a, p. 66), pois o corpo docente conduz as leituras à revelia dos auxiliares de biblioteca.

O *campi* Tijuca englobava o *campus* Tijuca I – responsável pela educação do primeiro segmento do Ensino Fundamental (do primeiro ao sexto ano), contemplados com uma sala de leitura e o *campus* Tijuca II – que leciona para o segundo segmento do Ensino Fundamental (do sexto ao nono ano) e para o Ensino Médio, sendo atendidos por uma biblioteca escolar.

A sala de leitura é distinguida por ser um espaço menos estruturado que não conta com um bibliotecário graduado (CAMPELLO, 2015, p. 4). As que estão inseridas no Colégio Pedro II são espaços que visam à formação de leitores, chefiados por um professor, geralmente o coordenador da disciplina de Língua Portuguesa/Literatura, contando com auxiliares de biblioteca para o atendimento e organização do acervo.

Já as bibliotecas da instituição focalizam o desenvolvimento e a manutenção da leitura além de auxílio na aprendizagem, são chefiadas por bibliotecários, mas também dispõem de auxiliares de biblioteca e técnicos-administrativo para a elaboração das atividades pertinentes.

A International Federation of Library Associations and Institutions identifica três características que distinguem uma biblioteca escolar: “ter um bibliotecário escolar qualificado com educação formal em biblioteconomia escolar e em ensino em sala de aula, disponibilizar uma coleção diversificada que apoia o currículo formal e informal da escola e ter uma política explícita e um plano de crescimento contínuo.” (IFLA, 2016, p. 20).

Tal contexto desencadearia uma discussão acerca da inclusão e manutenção de salas de leitura, e do docente ocupando esse espaço, visto que o Colégio Pedro II é uma instituição de ensino federal, e, portanto, deveria se atentar para as demandas geradas pela Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Porém, como nesta oportunidade se prioriza o ambiente da biblioteca escolar, considera-se como objeto de estudo o trabalho desenvolvido pelo bibliotecário na mediação da leitura no contexto escolar.

Acredita-se que a instituição escolar, apesar da sua característica contraditória de

conservação social, seja ainda um meio de promover uma mudança desse quadro ao inserir os conteúdos previstos pela Lei nº 10.639 de 2003, em que se poderia utilizar do seu próprio caráter arbitrário e de legitimador cultural.

Para tanto, os professores são peça fundamental, em razão de serem os profissionais que mantêm mais ativamente o contato com o corpo discente e, sendo responsáveis pela comunicação dos conteúdos pedagógicos, faz-se necessário que se estabeleçam parcerias com a biblioteca, este aparelho cultural dotado de um profissional bibliotecário, para que sejam discutidas as recomendações de leitura a serem conduzidas de modo que possam estimular o corpo discente a observar por outros ângulos a diversidade racial e cultural brasileira, razão por que realizou-se um Estudo de Caso no Colégio Pedro II – *campus* Tijuca II com vistas a investigar a efetiva aplicação da Lei nº 10.639 de 2003 pelo bibliotecário escolar.

Esta pesquisa está inserida na Linha de Pesquisa Biblioteconomia, Cultura e Sociedade devido à preocupação em analisar o contexto em que se processa o desenvolvimento da identidade cultural da população afro-brasileira, diante das relações de poder travadas no meio social e perpetuadas pela reprodução da cultura dominante nos sistemas de ensino, considerando a atuação do bibliotecário e da Biblioteconomia como ferramentas para reconhecer a contribuição cultural africana e/ou afro-brasileira, implementando desta forma, a Lei nº 10.639 de 2003 no espaço escolar.

A fim de alcançar esses propósitos, a presente dissertação está dividida em sete seções incluindo a introdução da pesquisa, o quadro teórico, a revisão da literatura, a metodologia, as análises dos dados, considerações finais, o produto da pesquisa, referências, apêndices e anexos.

Na primeira seção, encontram-se a introdução da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, além da justificativa. O quadro teórico, a ser apresentado na segunda seção, procura salientar a condição do negro na sociedade brasileira e como a reprodução das desigualdades sociais em espaços como a escola influi no processo de desenvolvimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira, delineando o trajeto para o bibliotecário escolar revelar sua faceta educativa e social por meio de um panorama que ilustre as atividades interacionais inerentes à função desse profissional, enfocando a mediação literária e a mediação oral da Literatura, como pressupostos para a legitimação da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, que por consequência contribui no reconhecimento de uma identidade cultural por parte do público infantojuvenil que valorize também essa cultura. Na terceira seção é exposta a revisão da literatura, abrangendo pesquisas significativas na área de

Biblioteconomia, Ciência da Informação, Educação e Letras. A metodologia, na quarta seção, explana os procedimentos metodológicos adotados, tais como o ambiente e o universo da pesquisa, suas etapas metodológicas, bem como as técnicas de coleta e análise dos dados utilizadas para atingir os objetivos da pesquisa. A quinta seção expõe as análises dos dados da pesquisa. Na sexta seção, são exibidas as considerações finais. A sétima seção apresenta uma proposta de Diretrizes de atuação para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira.

A pesquisa em foco se justifica na medida em que promove a reflexão sobre a integração entre sala de aula e biblioteca, podendo contribuir para o estabelecimento de uma parceria entre o bibliotecário e o professor na produção de um trabalho pedagógico-cultural com vistas à mediação da leitura literária que contemple a História e a Cultura Afro-Brasileira.

1.1 OBJETIVOS

Seguem o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

1.1.1 Objetivo geral

A pesquisa tem por objetivo geral a proposta de criação de diretrizes para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo discente.

1.1.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, considerou-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar projetos e/ou ações de mediação da leitura e mediação oral da literatura na sala de aula visando à implementação da Lei nº 10.639/2003 por docentes, verificar se ocorre uma integração com o bibliotecário escolar e constatar de que maneira estas atividades contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira;
- Identificar projetos e/ou ações de mediação da leitura e mediação oral da literatura na biblioteca visando à implementação da Lei nº 10.639/2003 pelo bibliotecário escolar, verificar se ocorre uma integração com o corpo docente e constatar de que maneira

contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira.

1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa para a pesquisa, se fundamenta na busca de alicerces para embasar as ações pedagógico-culturais a serem desenvolvidas pelo bibliotecário escolar visando à implementação da Lei nº 10.639 de 2003, dado que o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, ainda não possui uma diretriz que respalde a atuação do bibliotecário escolar relacionada a essa demanda legal.

Seguindo por essa acepção, tal preocupação vai ao encontro da Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, pois, ratifica a autoridade do bibliotecário para gerenciar tais espaços, inclusive no que condiz a ampliação do acervo conforme sua realidade (BRASIL, 2010), propiciando a adequação dessas exigências legais de modo que a diversidade da comunidade escolar seja contemplada igualmente em todos os aspectos. Essa Lei demonstra a importância do bibliotecário para a sociedade, revelando que sua função vai além da catalogação de livros, evidenciando sua faceta educativa e consequentemente social.

A pesquisa enfatiza as ações do bibliotecário escolar arriscando proposições na formação de uma tríade, posto que a integração e a colaboração com o corpo docente na adoção e disseminação dos recursos informacionais sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira ao corpo discente, proporciona uma dupla ação do bibliotecário, atingindo primeiramente o professor, que poderá aproveitar o conteúdo adquirido espontaneamente ao corpo discente por meio do trabalho pedagógico, sendo muito possível impactá-lo, pois a indicação de livros por professores, mesmo fora do escopo pedagógico, com o simples intuito de entreter, desperta grande valor no aluno devido à prática interacional e quiçá, afetiva, construída em sala de aula, impelindo provavelmente os alunos a uma busca por esses títulos, indo ao encontro do bibliotecário, fechando dessa forma, um ciclo.

Tal proposta, oriunda do exercício profissional, além do interesse particular pela inserção da perspectiva cultural africana na sociedade brasileira, resultaram em indagações sobre a responsabilidade do bibliotecário escolar diante das discrepâncias sociais, como também da sua invisibilidade enquanto profissional atuante da área educacional.

Deste modo, não se pretende com a pesquisa que o bibliotecário continue por perpetuar um papel secundário na escola, e sim que utilize das estratégias propostas para que

se construa uma política interacional, pois ao se aproximar do professor, o bibliotecário escolar consegue interagir mais facilmente e tecer um laço com o corpo discente, estreitando sua ação educativa e social, promovendo concomitantemente o seu protagonismo no palco escolar.

Nesse sentido, os fundamentos de Bourdieu e Passeron (1982) acerca da aquisição cultural – pautados inclusive na instituição escolar, oferece uma oportunidade para o bibliotecário se aproximar do trabalho pedagógico e cultural desenvolvido na escola, embasando a proposta da pesquisa. Salienta-se que suas teorias têm respaldado estudos de pesquisadores da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, que utilizaram dos mesmos conceitos desenvolvidos nesta pesquisa, como poder simbólico, violência simbólica, capital cultural, além de outros, para analisarem serviços, comportamentos informacionais, currículos da área, a influência do *habitus* na atuação bibliotecária, e demais aspectos que dialogam com a relação entre as práticas culturais e estruturas sociais previstas pelo autor.

Nessa perspectiva, esta pesquisa se propõe através das teorias de Bourdieu, a reconhecer aspectos embutidos na Biblioteconomia e Ciência da Informação que podem colaborar para a dissipação de estruturas sociais fortalecidas pela omissão ou transmissão deturpada da cultura africana disseminada principalmente pela comunidade escolar.

Suspeita-se que seja possível realizar um trabalho diferenciado na tentativa de incutir um interesse no público infantojuvenil pela Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, ao criar oportunidades em colaboração com o corpo docente, para que os discentes conheçam e reconheçam positivamente a cultura africana herdada pelo país, dado que atualmente encontram-se prontamente, livros literários de autores brasileiros, como também africanos de Língua Portuguesa que utilizam da criatividade ao proporcionar uma consciência sociocultural acerca da ancestralidade africana para as crianças e jovens.

A pesquisa se mostra pertinente à medida que traz representatividade à figura do bibliotecário escolar como um profissional que agrega importantes contribuições aos processos educacionais, e, portanto, emerge a necessidade de sua participação nas discussões pedagógicas, institucionalizando sua função educativa e social no cotidiano escolar. Além disto, ao mediar literariamente o acesso às Africanidades para a concretização do trabalho pedagógico, o bibliotecário escolar possibilita o estabelecimento de uma parceria entre a biblioteca e a sala de aula, tende a colaborar para a erradicação da estigmatização imposta aos negros na sociedade brasileira ao disseminar a cultura africana e/ou afro-brasileira, contribuindo para o desenvolvimento de uma identificação cultural por crianças e jovens

negras, bem como no reconhecimento por seus pares, formando leitores com uma concepção esclarecida acerca da herança racial e histórico-cultural, de modo que possam apreender, refletir criticamente e articular sobre a cultura africana, que participa da identidade cultural de todos os brasileiros, ampliando o universo literário e conseqüentemente a leitura de mundo desses cidadãos em construção.

Sendo assim, o produto da pesquisa, de cunho cultural, mas também socioeducativo poderia ser aplicado tanto no Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, quanto nas bibliotecas de outras instituições escolares, indo ao encontro do papel social do bibliotecário prestigiado pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), que manifestou seu apoio a Agenda 2030 adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, ao formalizar o documento intitulado “Access and Opportunity for All: How libraries contribute to the United Nations 2030 Agenda”, além de trazer visibilidade para as ações da classe profissional diante da Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024, proclamada pela Organização das Nações Unidas em 2013.

2 QUADRO TEÓRICO

Apresenta-se nesta seção o quadro teórico dentro do qual a pesquisa está inserida. Inicialmente foram expostos aspectos sobre a situação dos negros na sociedade brasileira (DAMATTA, 1981, 1986; GUIMARÃES, 1999, 2002, 2011, 2012, 2016; HASENBALG, 2005; MUNANGA, 2001, 2005, 2010, 2014, 2015a, 2015b).

Discutiu-se também alguns termos norteadores como, “identidade cultural” (HALL, 2015), “estigma” (GOFFMAN, 2004) e “violência simbólica, poder simbólico, *habitus* e capital cultural” (BOURDIEU; PASSERON, 1982; BOURDIEU, 2000, 2007; PASSERON, 2005).

Integrou-se a discussão enfoques acerca da “leitura literária” (AGUIAR, 1994, 2007; AGUIAR; BORDINI, 1988; PETIT, 2009; YUNES, 1984, 2002, 2013; YUNES; PONDÉ, 1988).

Trouxe ainda, considerações teóricas da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação acerca da prática informacional no campo cultural (GOULDING, 2008; HUSSEY, 2010; MARTELETO, 1992, 1995, 2007, 2017), aspectos da biblioteca escolar (CAMPELLO, 2008, 2009a, 2009b, 2015; DURBAN ROCA, 2012; KUHLTHAU, 2009), perspectivas sobre o profissional bibliotecário (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, 2006), mediação da leitura (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2009; BORTOLIN, 2006, 2013; NÓBREGA, 2002, 2003, 2009) e mediação oral da literatura (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2010, 2011, 2014; BORTOLIN, 2010).

Conduzindo ao desfecho e proporcionando uma inspiração a classe bibliotecária, vinculou-se a Educação Intercultural à pesquisa (CANDAU, 2012; FLEURI, 2000, 2002, 2003a, 2003b), bem como as particularidades da Lei nº 10.639 de 2003 e os documentos da International Federation of Library Associations and Institutions, Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar (2016) e Multicultural Communities: Guidelines for Library Services (2009).

2.1 O NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Este estudo procurou traçar um panorama sobre a relação entre o preconceito racial e as posições inferiores ocupadas pela população negra na hierarquia social, na tentativa de demonstrar que a raça acarretou a subalternização do *status* social dos negros no Brasil.

Para tanto, recorreu-se a um entrelaçamento de pensamentos que pudessem contribuir para elucidar que o preconceito vivenciado pelos negros no Brasil é em função de sua cor, cuja escravidão lhes deixou de herança a baixa classe social.

A pesquisa parte da premissa que o processo de colonização experimentado pelo país deixou marcas profundas na consciência nacional, interferindo na concepção do que se denomina de nação e, por conseguinte, na criação da identidade de sua população, em especial, no que condiz ao desenvolvimento da cidadania dos negros.

De acordo com DaMatta (1981, p. 69, grifo do autor) o Brasil foi estabelecido com base na fábula das três raças, disseminando uma mestiçagem através da triangulação entre brancos, negros e índios, constituindo-se numa influente:

[...] força cultural do Brasil, permitindo pensar o país, integrar idealmente sua sociedade e individualizar sua cultura. Essa fábula hoje tem a força e o estatuto de uma *ideologia dominante*: um sistema totalizado de idéias que interpenetra a maioria dos domínios explicativos da cultura.

Nesse sentido, o colonizador utilizou do racismo como combustível para a manutenção dos privilégios da classe dominante, por meio da crença entre seres humanos superiores e inferiores, postulada pelas teorias científicas, que empregou da “raça” como um mecanismo de diferenciação biológica, incutindo aspectos morais e comportamentais para fundamentar a dominação dos negros, pois, “a essência da justificação da dominação racial é que ela exclui os não-brancos do universalismo burguês, com base em sua alegada humanidade incompleta.” (HASENBALG, 2005, p. 119).

A necessidade de manutenção do racismo para garantir os meios de vida das elites, propiciou a adoção de todas as formas de força, inclusive da violência simbólica, enquanto imposição cultural e a adoção de estigmas, interferindo no desenvolvimento da identidade cultural da população negra, dado que a estigmatização é um processo que requer ensinar aos “subalternos” o significado da marca de cor, criando uma barreira social entre agressor e vítima, cômodo para o primeiro, uma vez que precisa apenas citar o nome do grupo, designação sintética da injúria (GUIMARÃES, 2002, p. 173).

Embora os negros tenham criado estratégias de preservação cultural, por meio da fusão com a cultura do colonizador e inevitavelmente tenha ocorrido uma absorção da cultura africana pela cultura nacional, ocorreram certas limitações, tendo em vista que a generalização da raça continuou sendo um importante elemento de referência e dominação dessa população, dado que os africanos de outrora e seus descendentes não eram e permanecem não sendo reconhecidos pela cultura, como outros grupos, mas sim pela raça,

pois, de acordo com Guimarães (2016, p. 171):

Não se trata, portanto, de negar o papel da especificidade cultural na formação racial dos negros. Trata-se, isto sim, de salientar o fato de que a principal referência identitária de outros povos diaspóricos gravitou sempre em torno de símbolos culturais, oferecidos pela nação ou religião de origem, enquanto, no caso dos negros, tal referência nunca foi tão forte quanto à raça, o principal marcador diacrítico da identidade coletiva.

Guimarães (2016, p. 164, grifo do autor) distingue tal contexto e uma possível reversão deste, ao adotar respectivamente, os termos, *raça atribuída* (racialização) que classifica, transforma indivíduos em um grupo racial subalterno justificada por uma ideologia e *raça assumida por si* (formação racial), uma raça reivindicada politicamente, nos quais pode-se realizar uma analogia aos conceitos de Goffman (2004, p. 6) acerca da identidade social virtual – um caráter preconcebido que se imputa a um indivíduo e a identidade social real – os atributos que na realidade o indivíduo prova possuir.

Dessa maneira o estigma de raça se opõe ao desenvolvimento de uma identidade cultural por parte dos negros que seja reconhecida também por outros grupos raciais, dificultando sua integração e ascensão social.

Mesmo depois de abolida a escravatura, não ocorreu uma preocupação em prepará-los tanto educacional quanto profissionalmente para uma vida livre, pois a condição inferior dos negros era necessária à preservação da estrutura econômica e social do país.

Por isso, não é novidade dizer aqui que, a partir da abolição, os sobreviventes da escravidão e seus descendentes de ontem e de hoje foram simplesmente submetidos a um sistema educacional monocultural, eurocêntrico, que nada tinha a ver com sua história, sua cultura e visão do mundo. Essa submissão subentende uma violência cultural simbólica tão significativa quanto a violência física sofrida durante a escravidão. (MUNANGA, 2010, p. 50).

Estes mecanismos mantiveram a subalternidade dessa população, impulsionando-a a ocupar as posições mais baixas da hierarquia social, dado que a “aspiração a liberdade vê-se mesmo ameaçada por várias outras formas de trabalho servil, semisservil, e pelos inúmeros constrangimentos legais, econômicos, políticos, sociais e culturais ao exercício livre da força de trabalho, principalmente no campo.” (GUIMARÃES, 2011, p. 30-31).

Tais fatos na história apontam a inviabilidade política e econômica de se oferecer cidadania a população negra, tornando-a consciente de seus direitos. Dessa maneira, entregues a própria sorte, se vislumbra a condição desfavorável em que se deu o desenvolvimento dos negros, dificultada pela concorrência dos imigrantes que vieram residir no país por meio da política de branqueamento, pois, de acordo com Hasenbalg (2005, p. 175), embora estes

ocupassem um grau semelhante de inferioridade na escala social junto aos negros, visto que não possuíam habilidades ou qualificações especiais, tampouco recursos econômicos ou educacionais, grande parte desses imigrantes foram integrados num sistema de trabalho assalariado.

Essa conjuntura propicia um entendimento acerca da interligação entre as privações educacionais e trabalhistas vivenciadas pela população negra em função do racismo e sua posição inferior dentro das classes sociais, pois “o que parece ter ocorrido no caso brasileiro foi uma junção ideológica básica entre um sistema hierarquizado real, concreto e historicamente dado e a sua legitimação ideológica num plano muito profundo.” (DAMATTA, 1981, p. 63).

A Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, que deveriam constituir as bases para a igualdade racial no país apenas intensificaram e camuflaram as desigualdades sociais, pois, de acordo com Guimarães (2012, p. 26), “a liberdade, conquistada pela abolição da escravidão, transmuta-se imediatamente em cidadania, na ausência de preconceitos de raça. As desigualdades sociais remanescentes passam a se ancorar na ordem econômica e cultural das classes sociais”.

Tal contexto pode ser traduzido como o Mito da Democracia Racial, uma ideologia arraigada no coletivo brasileiro, pressupondo que o Brasil é um país miscigenado que nasceu de relações raciais mais amenas que em países como a África do Sul ou os Estados Unidos, quando na realidade, o negro brasileiro sofreu tantas mazelas quanto em qualquer outra parte do mundo.

DaMatta (1986, p. 47) revela que “[...] que o mito é precisamente isso: uma forma sutil de esconder uma sociedade que ainda não se sabe hierarquizada e dividida entre múltiplas possibilidades de classificação”. Sendo assim, tal tese serve somente para camuflar um racismo que se mantém no imaginário brasileiro, um símbolo que auxiliou na “integração” da nação por meio da noção de tolerância entre as raças, impelindo a população negra a compartilhar dessa ideologia, possibilitando concomitantemente a naturalização das desigualdades, encobrendo os preconceitos raciais cometidos contra os negros ao atribuir culpabilidade a diferença de classe social:

Do ponto de vista dos não-brancos, os efeitos da ideologia da democracia racial são semelhantes àqueles do credo liberal da igualdade de oportunidades. Isto é, a responsabilidade pela sua baixa posição social é transferida ao próprio grupo subordinado. A consequência lógica da negação do preconceito e discriminação é a de trazer para o primeiro plano a capacidade individual dos membros do grupo subordinado como causa de sua posição social, em detrimento da estrutura de relações intergrupais. (HASENBALG, 2005, p. 251).

Dessa maneira, procura-se negar a existência do racismo, alegando que as desigualdades entre brancos e negros seja consequência de uma propensa “incapacidade” dos negros de promover sua ascensão social, quando na realidade a cor da pele tem impedido a essa parcela da população de tal feito.

Presumiu-se que esse escape foi possibilitado pelo fato de que o racismo confere à raça “sua realidade política e social. Ou seja, se cientificamente a realidade da raça é contestada, política e ideologicamente esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas [...]” (MUNANGA, 2015a, p. 15).

Concordando com Hasenbalg, ao ratificar que a raça enquanto traço fenotípico historicamente produzido:

É um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais [...]. (HASENBALG, 2005, p. 124).

Por essa razão, a raça é refletida na pesquisa por um viés sociológico:

Tal necessidade prende-se ao fato de que, justo por termos construído uma sociedade anti-racialista, o conceito de "raça" parece único — se concebido sociologicamente — em seu potencial crítico: por meio dele, pode-se desmascarar o persistente e sub-reptício uso da noção errônea de raça biológica, que fundamenta as práticas de discriminação e tem na "cor" (tal como definida pelos antropólogos dos anos 1950) a marca e o tropo principais. (GUIMARÃES, 1999, p. 156).

A existência do racismo no Brasil dificultou que o negro, discriminado em função da cor da sua pele, tivesse acesso aos bens culturais, o que propiciaria uma possível ascensão na hierarquia social. Dessa forma, naturalizou-se a posição de subalternidade socioeconômica dessa população na estrutura de classes brasileira, assegurando, portanto, os privilégios da classe dominante que por sua vez, se preocupa com o acesso efetivo a educação e a cultura desse grupo racial, uma vez que ameaçaria o estilo de vida das elites:

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais,

isto é, a reprodução (formação – qualificação – submissão) e distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais, em que as relações de produção capitalista – ou quaisquer outras relações de produção no caso – são dominantes. Outrossim, o racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição. (HASENBALG, 2005, p. 120-121).

Desse modo, embora existam posições contrárias, pôde-se perceber que a raça influi diretamente nos processos pelos quais se estruturam as posições em que os negros ocupam na sociedade brasileira, caso, fosse um equívoco, não se teria chegado ao ponto do governo brasileiro adotar Políticas Públicas de correção aos prejuízos causados a essa parcela da população.

Depois de tantos anos de omissão, o Estado reconheceu a exclusão a que submeteu os negros, que representam a maior parte de sua população, e resolveu reparar os danos políticos, sociais e educacionais causados, através de Políticas de Ação Afirmativa, que “visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação.” (MUNANGA, 2001, p. 31).

Entre estas medidas jurídicas que vieram possibilitar uma paridade de oportunidades entre brancos e negros, constam a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010¹, a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012², a Lei nº 12.966 de 24 de abril de 2014³, a Lei nº 12.990 de 9 de junho de 2014⁴, bem como a Lei nº 10.639 de 2003, foco da pesquisa. Segundo as concepções de Munanga (2014, p. 36) estas ações podem contribuir inclusive, para a valorização das identidades culturais, pois, “no plano jurídico, o reconhecimento das identidades particulares no contexto nacional se configura como uma questão de justiça social e de direitos coletivos e é considerado como um dos aspectos das políticas de ação afirmativa”.

Percebeu-se uma vontade em restabelecer um equilíbrio social entre as populações de diferentes raças, para tanto, acredita-se que a educação seja o caminho pelo qual se possa atingir tal meta, porém, tais ações só fariam sentido ao considerar o capital cultural e por

¹ Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

² Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (conhecida por Lei de Cotas).

³ Altera a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), para incluir a proteção à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.

⁴ Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

consequência, o *habitus* dos indivíduos, observando suas condições socioeconômicas, providenciando, portanto, práticas pedagógicas e culturais que possam compensar o *deficit* educacional das camadas mais baixas da população, ocupadas principalmente por negros, evitando assim, que o rendimento escolar reproduza a posição de subalternidade da classe, o que possibilitaria que o grupo racial rompesse com esse círculo vicioso, uma vez que:

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, a aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdades de “dons” ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em “distinção de qualidade”, e legitima a transmissão da herança cultural. (BOURDIEU, 2007, p. 58-59).

Sendo assim, acredita-se que a complementação curricular por meio da Educação Intercultural nos sistemas de ensino, permitindo o acesso aos bens culturais como bibliotecas equipadas, frequência a museus, entre outros espaços permeados da cultura africana e/ou afro-brasileira, de modo que representasse essa parcela da população, acarretaria numa melhora na recepção das discussões teóricas e das práticas pedagógicas sobre a diversidade racial e cultural, na comunidade escolar, propiciando uma formação elucidativa que pudesse proporcionar uma chance de ascensão social a população negra, observando, de acordo com Hasenbalg (2005, p. 112, grifo do autor), que “[...] as pessoas nas diferentes posições de classe desenvolvem um *habitus* de classes ou sistema de disposições inconscientes, que tende a ajustar as aspirações subjetivas às oportunidades objetivas”, atendo-se portanto, a influência dos estigmas sofridos pelos negros e a baixa condição socioeconômica, que funcionam como dispositivos de regulação e manutenção da hierarquia social, por isso:

O que está em debate na atualidade é a ideia de que uma educação centrada na cultura e nos valores da sociedade que educa deve suceder uma educação que dá valor à diversidade (histórica e cultural) e ao conhecimento do outro visando todas as formas de comunicação intercultural. Está também em jogo a vontade de corrigir a desigualdade de situações e de chances. Enquanto o modelo clássico partia de uma concepção geral abstrata da igualdade, próxima da ideia da cidadania e, a partir desta, construía uma hierarquia social fundamentada no mérito, o novo modelo de educação que defendemos parte da observação das desigualdades de fato e procura corrigi-las ativamente por meio de políticas afirmativas, dentro de uma visão realista e não idealizada. (MUNANGA, 2010, p. 45-46).

Deste modo, a Educação Intercultural ocasiona uma reflexão entre culturas diferentes, permitindo que se reconheça a conjuntura que propiciou a atual situação da população negra,

contribuindo para que essas discrepâncias socioeconômicas sejam minimizadas.

Embora a pesquisa compreenda a autonomia relativa e os mecanismos de dissimulação e conservação social da instituição escolar, ainda assim, se vislumbra na educação, os meios necessários para a mobilidade social dos negros, uma vez que a estrutura capitalista relaciona a instrução à aquisição de uma ocupação formal de trabalho, garantindo condições de progresso profissional e consequentemente socioeconômico. Porém, deve-se ter em conta as implicações entre a classe social e a raça, dado que “[...] um sistema de ensino seja tanto mais capaz de dissimular sua *função social* de legitimação das diferenças de classe sob sua *função técnica* de produção das qualificações quanto menos lhe é possível ignorar as exigências incompressíveis do mercado de trabalho [...]” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 173, grifo do autor), concordando com Hasenbalg (2005, p. 113) ao mencionar que:

Além dos efeitos de atributos adscritivos, tais como raça e sexo, tem sido sugerido que as relações complementares entre família e educação ajudam a produzir e distribuir as características – traços de personalidade, expectativas, habilidades técnicas e cognitivas, modos de auto-apresentação e credenciais – que o mercado de trabalho traduz em desigualdades de renda e hierarquias ocupacionais. Sob o rótulo legitimador de igualdade de oportunidades, imputada principalmente ao funcionamento do sistema educacional, os processos acima mencionados reproduzem a divisão social do trabalho de uma maneira que disfarça o grau em que as posições de classe são transmitidas de geração em geração.

A inserção da Lei nº 10.639/2003 estimula a conscientização e o reconhecimento da contribuição cultural dos negros no Brasil, mas desacompanhada de outras políticas públicas que atinjam diretamente aspectos educacionais e econômicos, acarretando bem estar social a este grupo racial, pouco poderá cooperar para uma mudança efetiva das desigualdades sociais.

Tal contexto permite uma conexão com a Agenda 2030 empreendida pela Organização das Nações Unidas e implementada International Federation of Library Associations and Institutions, por meio do documento intitulado “Access and Opportunity for All: How libraries contribute to the United Nations 2030 Agenda”, no qual traz à tona as heranças deixadas pelo capitalismo desmedido e a necessidade iminente de uma transformação, não somente de consciência como também de atitude, de todos os seres humanos, acerca do futuro e do mundo que habitam. De acordo com essa proposta, se vislumbra tal modificação por meio da disseminação da informação, adotando como ferramenta uma das mais antigas instituições edificadas pelo homem, as bibliotecas. Nesse documento, notam-se dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) a serem alcançados, desde medidas que circundam as necessidades triviais, imprescindíveis a sobrevivência de qualquer ser humano até às políticas voltadas ao desenvolvimento igualitário e sustentável, tanto para as populações

quanto para o meio ambiente, visando à perpetuação desses objetivos, com o intuito de que os países amparados se desgarrem do ciclo vicioso de dependência internacional a que estão intimamente familiarizados, colaborando para um equilíbrio entre as nações.

Ao analisar um pouco mais atentamente, percebe-se que a efetivação desse plano depende do sucesso na promoção da alfabetização, não somente na decodificação da escrita, mas por meio da inclusão informacional e digital, que só pode ser obtida aos iniciados primordialmente pela educação formal.

Com a introdução desse componente imperativo, verifica-se que as características do quarto alvo da Agenda 2030, “assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, se interliga a conjuntura apresentada neste estudo, visto que ambiciona justamente uma transformação por meio da educação, oferecendo acesso à cultura e a informação inclusiva, porém, o último almeja ainda, que a modificação prevista pela Lei nº 10.639/2003 ocorra tanto nos currículos escolares brasileiros, quanto na consciência de sua população, ao resgatar a cultura e a história afro-brasileiras, estimulando uma mudança na postura dos cidadãos em formação sobre sua identidade cultural, buscando a redução do racismo arraigado no imaginário coletivo brasileiro, por meio da alteração de práticas pedagógicas que contribuam para a reprodução de ações discriminatórias no ambiente educacional institucionalizadas pelo sistema social.

Desse modo, somente quando o sistema educacional atender de forma diferenciada aqueles que receberam uma formação deficiente para os “padrões”, se atingirá o cerne da questão, ampliando as oportunidades de qualificação e por consequência a inclusão de negros em vagas de trabalho baseadas na sua formação – não na cor da sua pele, colaborando para romper com esse círculo vicioso.

Nesta conjuntura surge o quinto ODS, “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, pois, embora já se tenha comprovado que as mulheres são tão competentes quanto os homens, essa parte da população mundial ainda continua sofrendo discriminações que foram incutidas no meio social desde os primórdios da humanidade. Em várias culturas e de diversas maneiras, as mulheres tem sido classificadas como seres inferiores ou desprovidas de inteligência, tem seus direitos políticos negados, não possuem liberdade de expressão, são consideradas incapazes de exercer as mesmas funções que os homens e por tudo isso recebem menores remunerações trabalhistas. Esse alvo da Agenda 2030 aponta para a investigação contida neste estudo, ao refletir sobre o estigma de ser mulher ou menina num mundo abarrotado de suposições impetuosamente machistas,

principalmente se forem negras ou carregarem um fenótipo diferente do padrão aceito pela cultura dominante. Tomando como enfoque o Brasil, essas questões ultrapassam os limites da suspeita quanto à capacidade educacional ao incorporarem elementos que causam dúvidas acerca da integridade, sexualidade, entre outros aspectos que denigrem a imagem da mulher negra.

Diante desse cenário, vislumbra-se no “Information Power”, produzido em conjunto pela American Association of School Librarians e Association for Educational Communications and Technology, um meio para a reversão dessas ocorrências por possuir objetivos correlatos no que diz respeito às habilidades informacionais ambicionadas pela Agenda 2030, ainda que tenha sido elaborado em contexto diferente. Para tanto, tal afinidade pode ser explicada por Campello (2009, p. 22) ao expor que:

O documento sustenta-se no conceito de sociedade da informação e em teorias construtivistas de aprendizagem, afirmando que a habilidade de usar informação é o ponto-chave para a aprendizagem independente ao longo da vida. O universo informacional na sociedade contemporânea, caracterizado por grande quantidade de informações em suportes variados, exige do estudante o domínio de habilidades informacionais para capacitá-lo a aprender. Sabendo acessar, avaliar e usar informação, ele estará supostamente preparado para construir seu conhecimento no novo contexto de aprendizagem que hoje se apresenta, tornando-se capaz de continuar aprendendo de maneira independente, ética e durante toda sua vida.

Seguindo por esse viés, verifica-se a possibilidade de fornecer uma educação emancipadora e crítica, mas que só será admissível, ao levar em conta a condição social, as questões de gênero, respeitando a identidade e a bagagem cultural dos sujeitos.

É inegável que a homologação da Lei nº 10.639/2003 impactou a sociedade brasileira, ocasionando um debate acerca das relações raciais e o modo diferencial como a cidadania dos negros vem se desenvolvendo no país, afinal, essa é uma questão que envolve a todos os cidadãos, independente da cor de sua pele.

A proposta dessa ação afirmativa colabora para a inclusão de temáticas no currículo escolar que revelam o rico acervo cultural africano e/ou afro-brasileiro, além do desmascaramento das relações raciais naturalizadas na sociedade que aplacam as expectativas dos negros e inibe uma identificação cultural. Contudo, há de se considerar a formação inicial do capital cultural dos negros, deficiente em relação ao padrão, que é produzido pelas elites e reproduzido para as mesmas, deduzindo-se, portanto, que a maioria desses ingressam na escola em grande desvantagem, interferindo no processo de recepção e aquisição cultural, como também na competição para a mobilidade social, pois “tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é

levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura.” (BOURDIEU, 2007, p. 53).

Presume-se, dessa forma, que entre os discentes negros, aquele em situação econômica confortável, que pode acessar bens culturais e, portanto, possui chances de desenvolver seu capital cultural precocemente, estará mais propenso a negociar com seu *habitus* as informações recebidas, seja em caráter técnico ou cultural, oportunizando tanto uma projeção das suas ambições socioeconômicas quanto o reconhecimento de uma identidade cultural africana e/ou afro-brasileira em relação a outro do seu grupo racial.

Arriscou-se tal proposição, pois, ainda que partilhem dos mesmos traços fenotípicos e em função destes, de ocorrências discriminatórias semelhantes, o último, devido à carência de sua bagagem cultural, pode não ter as bases para realizar as conexões e analogias necessárias para negociar com seu *habitus* as possíveis transformações que lhe permitiriam galgar novos patamares sociais como também reconhecer a cultura africana e/ou afro-brasileira como participante da sua identidade cultural.

O que se pretende dizer, é que o contato precoce com os bens culturais e, portanto, o estímulo contínuo desde a infância, de um capital cultural exigido pelo sistema escolar, propicia uma vantagem competitiva em relação àqueles que são desprovidos de capital econômico, salientando contudo, que, por mais que o discente negro – que partilha de uma situação econômica privilegiada tenha incorporado o capital cultural que assegure a concretização de aspirações socioeconômicas favoráveis, tenderá a uma mobilidade social limitada, pois, seja em maior ou menor escala, a adscrição racial estará propensa a acompanhá-lo por toda a vida.

Sendo assim, somente através de aparatos jurídicos sustentados por práticas efetivas da esfera estatal, permeando aspectos indispensáveis ao desenvolvimento da cidadania negra se poderá obter uma mudança significativa dessa realidade, pois:

Embora a educação no Brasil tenha sido o principal canal de ascensão social para a população de cor, há boas razões para acreditar que quanto maior for o nível educacional atingido por uma pessoa de cor, maior será a discriminação experimentada por ela no mercado de trabalho. Em outras palavras, o retorno de anos adicionais de escolaridade, em termos de ganhos ocupacionais e de renda, tende a ser proporcionalmente menor para os não-brancos do que para os brancos. (HASENBALG, 2005, p. 191).

Acredita-se que esta, entre outras situações discriminatórias consentidas pelo modelo brasileiro, que segundo Nogueira (2006, p. 292) é baseado num preconceito de marca – em que a raça se exerce através dos traços físicos do indivíduo ao invés da origem, tenha

despertado nos pardos, uma brecha dentro do sistema de hierarquias para progredirem socialmente.

Tal contexto traz como implicações uma drenagem quanto à liderança potencial do grupo racial negro, pois ao serem integrados pelos brancos, transformam normalmente o grupamento de origem em uma referência negativa, não se solidarizando em participar de movimentos a favor dos direitos dos negros, visto que, de acordo com Hasenbalg (2005, p. 245) parte dos pardos “pode ser absorvida nos níveis médio e eventualmente superior do sistema branco, sem constituir uma ameaça ao monopólio de propriedade, poder e prestígio da classe dominante branca”, dado que, “como a sociedade era hierarquizada, foi relativamente fácil refletir sobre as categorias intermediárias, intersticiais, ponto básico em sistemas onde existem gradações e se está sempre buscando um ‘lugar para cada coisa’, de modo que ‘cada coisa fique em seu lugar.’” (DAMATTA, 1981, p. 84).

Percebeu-se, portanto, que a transição de classe social dos pardos não colabora para uma verdadeira integração dos negros a sociedade. Acredita-se, que somente por meio da disseminação da informação e da cultura, considerando um processo em longo prazo, se poderá modificar a atual condição do negro na sociedade brasileira, posto que o estigma de raça que perpassa do nascimento à morte influem no desenvolvimento dessa população, expostos de acordo com Hasenbalg (2005, p. 230, grifo do autor) a um “ciclo de desvantagens cumulativas” em relação à mobilidade social, pois:

Nascer negro ou mulato no Brasil normalmente significa nascer em famílias de baixo *status*. As probabilidades de fugir às limitações ligadas a uma posição social baixa são consideravelmente menores para os não-brancos que para os brancos de mesma origem social. Em comparação com os brancos, os não-brancos sofrem uma desvantagem competitiva em todas as fases do processo de transmissão de *status*.

Dessa forma, acredita-se que a competitividade social e a raça são fatores interligados, considerando, porém que a racialização é uma classificação realizada:

Pela nossa percepção social, nosso aparato simbólico, vividos como espontâneos, ou seja, sem reflexão, conforme nosso sistema classificatório disposicional, derivado do *habitus*, [...] Aqui vale ressaltar que, como Bourdieu insistiu, o *habitus* não explica apenas a reprodução, mas também a mudança. Ou seja, nada garante que indivíduos nascidos em uma certa posição social incorporem integralmente o sistema de disposições, valores e atitudes de sua classe. (GUIMARÃES, 2016, p. 164-165, grifo do autor).

Sendo assim, vislumbra-se uma oportunidade de se reverter gradualmente as desigualdades existentes entre brancos e negros no que condiz a condição socioeconômica, como também possibilitar o desenvolvimento de uma identidade cultural, dado que é possível

uma transformação pelo *habitus*, pois, de acordo com Guimarães (2016, p. 165) a formação racial é “[...] o processo de construção de uma contraidentidade racial positiva, uma prática política contra-hegemônica de formação de coletivos raciais, não apenas de indivíduos. Um processo que rompe as paredes, transcende o corpo, transpõe o gueto, ultrapassa-o rumo à cidade”.

A formação racial, analogicamente convertida pela pesquisa em identidade cultural é um dispositivo pelo qual os negros poderão se reconhecer e simultaneamente se fazerem representar, pois, “sem construir a sua identidade racial ou étnica, alienada no universo racista brasileiro, o negro não poderá participar do processo de construção da democracia e da identidade nacional plural em pé de igualdade com seus compatriotas de outras ascendências.” (MUNANGA, 2014, p. 41).

A pele negra e as respectivas ideologias que gravitam ao seu redor, implantadas no imaginário brasileiro acarretaram e continuam por impulsionar a carência socioeconômica da população negra, portanto, somente ao considerar tais critérios, as políticas públicas aliadas a uma Educação Intercultural conseguiriam abranger as peculiaridades inerentes às relações raciais brasileiras, reconhecendo todos os aspectos que envolvem a cidadania dos negros, de modo que estes vejam no Brasil, uma nação de fato, democrática.

De posse de tais proposições, a pesquisa prossegue com algumas ponderações acerca da influência das práticas informacionais na identidade cultural.

2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS NA IDENTIDADE CULTURAL

A pesquisa compreende algumas áreas disciplinares que fogem ao escopo tradicional, porém, como a própria Biblioteconomia é de natureza plural, capaz de abarcar campos distintos do conhecimento, empreende-se no decorrer do texto uma exposição teórica, na tentativa de explicar a necessidade de práticas interdisciplinares para fundamentar o estudo e seu propósito.

Elegeu-se como campo de estudo, o Colégio Pedro II, instituição criada no período Imperial que iniciou suas ações pedagógicas forjadas nos moldes europeus, mas que tem procurado, com o passar dos anos, se adequar à realidade brasileira, reconhecendo no Projeto Político-Pedagógico que vigorou até recentemente, que “a escola deve ser um espaço de cultura, sem perder, contudo, o horizonte de que o saber, configurado ao longo da história,

principalmente pela elite, tem envolvido relações de poder. Temos que nos preocupar, como educadores, com o que se faz com o poder assim gerado.” (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p. 81). Tal escolha pode ser ratificada por Marteleto (1995, p. 12) ao considerar a:

[...] estrutura hierarquizada e autoritária da tradição sócio-cultural brasileira, o acesso elitista e excludente à experiência escolar e, conseqüentemente, a não ampliação de outros espaços de acesso aos bens simbólicos produzidos socialmente, ressaltam o papel da escola como campo social fundamental de promoção e renovação da cultura a ser reproduzida, valorizada e apropriada.

A detenção da informação com vias à aquisição de cultura e, conseqüentemente, de poder, tem sido há tempos, uma preocupação constante.

Seguindo por essa perspectiva, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação têm demonstrado a sua validade no campo das Ciências Sociais, reconfigurando a informação e suas práticas – inerentes a essas áreas, ao dialogar de modo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento.

Nesta oportunidade, especificamente com as teorias de Bourdieu e Passeron, a fim de traçar um panorama sobre a correspondência entre a cultura e as relações de poder travadas no meio social e perpetuadas no seio educacional.

O capital cultural, enquanto acúmulo da cultura dominante, transmitido em primeira instância hereditariamente por aqueles que têm acesso à informação, institui poder simbólico, indicando como serão travadas as relações de poder entre os indivíduos, fomentadas pela reprodução da cultura dominante através do sistema de ensino, que distingue e confere poder real ao grupo privilegiado, legitimando as estruturas hierárquicas de poder (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 24-25).

Tal quadro pôde ser concebido na pesquisa ao se vislumbrar a interligação entre a informação e a cultura, dado que “na Ciência da Informação, acredita-se que a informação seja um elemento da cultura – pois é da ordem da criação humana – que carrega sentido a ser comunicado para produzir conhecimento.” (MARTELETO, 2007, p. 17).

Cogitando o capital cultural como uma aglomeração de informações legitimadas e incorporadas no organismo através de um trabalho de inculcação e assimilação, “um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus*” (BOURDIEU, 2007, p. 74-75, grifo do autor), conduz-se ao objetivo geral da pesquisa, disseminar informação sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira, através da Literatura própria, o que propiciaria um acréscimo dessa herança cultural ao *habitus* do corpo discente.

Dessa forma, ao mediar a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira ao

corpo discente, estes incorporariam gradativamente essa cultura ao seu *habitus*, “o motor de uma dinâmica de racionalização e de unificação da ação social” (PASSERON, 2005, p. 43), o que ocasionaria concomitantemente uma transformação da prática informacional da comunidade escolar, que passa a ter um contato formal com essa cultura após a promulgação da Lei nº 10.639 de 2003 nas instituições escolares.

Ao colocar a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, para a circunstância problematizada, por ocasionar uma interferência no trabalho pedagógico institucionalizado pela escola, reivindicando o reconhecimento da herança cultural africana para a nação brasileira, recorre-se aos Estudos Culturais, na vertente propagada por Stuart Hall, por considerar a identidade como uma construção histórico-cultural, e, portanto, em constante transformação, na qual perpassam essas relações entre saber e poder, mediadas pelo discurso simbólico.

Ao avaliar simultaneamente o histórico precário de estruturação da cidadania brasileira, as minorias raciais, como os negros, ocupam posições subalternas por sofrerem um difícil processo de desenvolvimento da identidade cultural, distinguida como “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem do nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2015, p. 9), uma vez que os negros não se veem contemplados culturalmente no Brasil, em função dos resquícios das estratégias eugênicas e do processo colonizador em que se instituiu o padrão eurocêntrico de beleza e cultura, atrelado aos resíduos da escravidão, propiciando o estabelecimento de estigmas, conceituados por Goffman (2004, p. 6) como atributos que constituem um descrédito, um defeito, uma desvantagem instituída por uma pré-concepção social.

Particularmente, observa-se que os negros vêm carregando os estigmas de raça e de caráter, em função de suas características fenotípicas, constituindo uma identidade social virtual, “uma imputação feita por um retrospecto em potencial” (GOFFMAN, loc. cit.), indo ao encontro das ponderações de Bauman (2005, p. 26, grifo do autor) sobre a identidade, pois, este defende que “[...] a *idéia de ‘identidade’ nasceu da crise do pertencimento* e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela *idéia* – recriar a realidade à semelhança da *idéia*”.

Convencionalmente, a figura do negro foi bestializada, ocasionando uma degradação da representação desse grupo racial, inclusive na instituição escolar, em que não havia uma preocupação categórica quanto às atitudes e aos conteúdos a serem transmitidos aos discentes

antes da promulgação da Lei nº 10.639 de 2003.

Tal contexto contribuía para a composição de identidades subalternizadas, dado que as formações identitárias resultam das relações humanas, e estas são mediadas pela linguagem, que não se concebe neutra, mas herdada numa concepção histórico-ideológica.

Nesse sentido, é comum se verificar o uso de termos pejorativos para a representação de indivíduos negros em espaços sociais como a escola, no qual emerge o poder simbólico, descrito por Bourdieu (2000, p. 14) como o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo [...]”, conformando retoricamente as identidades estigmatizadas e por consequência os lugares que seus portadores ocupam na sociedade, pois:

[...] quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade ascendente das pessoas de cor, devem ser acrescentados às práticas discriminatórias dos brancos – sejam elas abertas ou polidamente sutis – os efeitos de bloqueio resultantes da internalização, pela maioria dos não-brancos, de uma autoimagem desfavorável. A forma complexa como esses dois mecanismos funcionam e se reforçam mutuamente leva normalmente negros e mulatos a regularem suas aspirações de acordo com o que é culturalmente imposto e definido como o “lugar apropriado” para as pessoas de cor. (HASENBALG, 2005, p. 209).

Ao considerar que a cultura nacional, impregnada de símbolos e tradições, na qual o indivíduo é inserido involuntariamente ao nascer, exerce uma influência notável na composição da identidade cultural, pois, de acordo com Hall (2015, p. 30, grifo do autor) “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*”, a proposta de o bibliotecário escolar mediar literariamente à cultura africana e/ou afro-brasileira a ser transmitida pelo professor, autoridade que garante o exercício do trabalho pedagógico, enquanto uma imposição cultural eleita por um grupo ou uma classe como digna de ser reproduzida pela instância pedagógica (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 43), se revela uma alternativa para promover o reconhecimento do legado africano e/ou afro-brasileiro justamente pela mesma ferramenta, a cultura, dado que, de acordo com Bourdieu e Passeron (1982, p. 51):

Numa formação social determinada, o trabalho pedagógico pelo qual se realiza a ação pedagógica dominante consegue tanto melhor impor a legitimidade da cultura dominante quanto está mais realizado, isto é, quanto consegue mais completamente impor o desconhecimento do arbitrário dominante como tal, não somente aos destinatários legítimos da ação pedagógica, mas aos membros dos grupos ou classes dominados (ideologia dominante da cultura legítima como única cultura autêntica, isto é, como cultura universal).

É exatamente no mesmo local onde são reproduzidas as hierarquias sociais, a escola,

“um espaço onde a cultura mostra sua face universalizante, de tradição e continuidade, e também onde se vive de maneira concreta as ações e representações de cada um e de todos, origem e destino de toda cultura autêntica” (MARTELETO, 1992, p. 11), que se propõe uma mudança de percepção quanto à cultura africana e/ou afro-brasileira, na tentativa de legitimá-la.

Desse modo, a cultura, possibilitada pela linguagem, integrante dos sistemas simbólicos, que “cumpram a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra”, instituindo violência simbólica (BOURDIEU, 2000, p. 11), que por sua vez, reconhece a cultura dominante na medida em que se faz ignorar como instrumento arbitrário por meio da educação, influencia no processo de formação da identidade cultural nacional, “um conjunto de significados formados e transformados pela representação da cultura nacional do país” (HALL, 2015, p. 30).

Considerando o contexto mencionado à fragmentação que as identidades culturais experimentam atualmente propiciada entre tantos fatores, pelos processos de modernização, guerras e pela globalização, nos quais inundam o mundo de refugiados, pessoas deslocadas de seu ambiente, assim como os africanos e judeus de outrora que sofreram a diáspora; o mundo global vem produzindo indivíduos de raízes extirpadas.

Tal situação encontra uma concordância entre Bauman e Hall, por acreditarem que a identidade na atualidade é uma condição frágil, negociável e renegociável. Contudo, Bauman (2005, p. 26) acrescenta que a identidade nacional é justamente provisória, pois, não foi gerada na experiência humana, mas nasceu de uma ficção imposta pelo Estado devido à necessidade de manter um controle social, sua soberania, do qual usou coerção e convencimento para torná-la uma realidade.

Ao aproximar essa ponderação à situação dos negros no Brasil, percebe-se uma coerência, visto que nesse processo de estabelecimento de uma ordem social do Estado, de sua soberania, este se viu na “obrigação” de remodelar a nação, de “branqueá-la”, classificando, segregando, selecionando indivíduos e tradições. Sendo assim, esse grupo racial se viu sem um Estado e sem uma identidade cultural em que pudesse se amparar, condizendo com a posição destes na conjuntura socioeconômica brasileira, além de explicar o deficiente processo de desenvolvimento da cidadania desse grupo racial.

As consequências das escolhas políticas passadas repercutem na atualidade, pois, de acordo com o Censo Demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE, 2011), de 191 milhões de habitantes, 97 milhões totalizam os que se autodeclararam pretos ou pardos e preenchem a parcela da população com a menor renda em relação aos 91 milhões que se classificaram como brancos; reflexo da estruturação do país, esclarecido por Bauman (2005, p. 27), ao mencionar que “[...] uma nação sem Estado estaria destinada a ser insegura sobre o seu passado, incerta sobre o seu presente e duvidosa de seu futuro, e assim fadada a uma existência precária”.

Contudo, as Políticas de Ação Afirmativa, como a Lei nº 10.639/2003, alimentam a esperança de que uma alteração desse cenário ainda é possível.

Relembra-se que a identidade se constrói, se reforça e se mantém, portanto, no âmbito da cultura, e esta identidade, produzida nos modelos socialmente institucionalizados, é reproduzida também no ambiente escolar.

Desse modo, para se atingir o desenvolvimento e/ou o reconhecimento de uma identidade cultural africana e/ou afro-brasileira por parte dos discentes, deve-se considerar que o *habitus* é constituído de acordo com as vivências possibilitadas nas relações sociais, sendo, portanto, uma estrutura resistente a mudanças, na medida em que “[...] os indivíduos incorporam e estruturam as novas experiências a partir de experiências anteriores, nos limites definidos pelo seu poder de seleção [...]” (MARTELETO, 2017, p. 33).

Porém, a pesquisa propõe uma interferência do bibliotecário no trabalho pedagógico, através da utilização da linguagem literária, especificamente, a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira – um arbitrário cultural legitimado pela promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, mas que ainda não foi incorporado a contento no contexto social brasileiro, embora esteja habilitado a se aglutinar ao *habitus* já existente, “[...] produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da ação pedagógica e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado.” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 44). Admite-se tais proposições, pois:

[...] aquilo que os agentes e sujeitos das práticas escolares revelam em suas linguagens é a expressão de um *habitus*, tomado aqui como uma matriz informacional pela qual os atores do jogo pedagógico absorvem e selecionam informações. Suas linguagens, e por aí as representações que elas constroem, não são por sua vez um simples reflexo de um *habitus* adquirido, mas uma forma de atualizá-lo, alterá-lo ou até empobrecê-lo. (MARTELETO, 1995, p. 15).

Desse modo, ratifica-se a viabilidade da pesquisa, pois, embora o *habitus* mantenha certa resistência a mudanças, se revela como um mecanismo classificatório, um:

[...] conjunto de esquemas interiorizados, é esse espaço intermediário – se assim pudermos dizer – que permite passar, nos dois sentidos, das estruturas

determinadas ao longo do trabalho de organização do *corpus* às ações de um ator singular e à experiência que ele adquire. (BOLTANSKI, 2005, p. 160, grifo do autor).

Nesse sentido, a linguagem, em sua forma literária, torna-se um instrumento oportuno para impulsionar a desejada modificação no *habitus* da comunidade escolar, pois, “não existe relação de pura comunicação nem troca linguística sem tentativa mais ou menos consciente de obter uma vantagem ou instaurar uma superioridade” (TERRAY, 2005, p. 306) assumindo, contudo, que essa inserção pressupõe uma recepção da cultura africana e/ou afro-brasileira, na qual envolve “[...] práticas de regulação e negociação em torno dos sentidos, valores e formas de transmissão cultural, que são as práticas informacionais.” (MARTELETO, 1995, p. 20).

Sendo assim, espera-se atingir tal intento através da formação de leitores críticos, capazes de irem além da interpretação de um texto, ao permitir que a imaginação trabalhe para desvendar a realidade, individual ou coletiva, presente na diversidade brasileira, considerando, porém, seus *habitus*, além da interligação entre o trabalho pedagógico desenvolvido na escola e as práticas informacionais desenvolvidas pelo bibliotecário, dado que estas envolvem um excedente informacional, “informações adquiridas e intercambiadas pelos alunos, não apenas pelos processos pedagógicos formais, quanto pelo convívio e interação em outros espaços no próprio campo” (MARTELETO, 1995, p. 20), complementada pela ideia de reserva simbólica que delimita “o espaço das subjetividades, onde os sujeitos realizam seus processos interpretativos e de confronto com a ordem institucional e de poder dos conhecimentos e matérias informacionais” (MARTELETO, 2007, p. 20), reconhecendo os dispositivos de seleção e reformulação das informações antes de serem transmitidas ao corpo discente, e a partir desse processo conceber mecanismos de negociação que viabilizem uma interpretação que reconheça a legitimidade cultural africana e/ou afro-brasileira, que seria de acordo com a proposta da pesquisa – atividades pedagógico-culturais relativas à mediação literária, visto que, de acordo com Marteleto (1995, p. 21):

As práticas informacionais, sendo sociais e simbólicas, como outras práticas humanas, supõem atos concretos, inesgotáveis de significação, para cada sujeito. E a informação, em si mesma, não é um mero instrumento que faz a mediação dos processos de produção e transferência dos significados, saberes ou conhecimentos. Não esquecendo que ela antecede as próprias práticas sociais, como sentido já dado e instituído, é adquirida por uma relação constitutiva, e, portanto por uma ação que transforma.

Nesse sentido, para atingir os discentes e capacitá-los criticamente de modo a impactar no desenvolvimento e o reconhecimento de uma identidade cultural na qual participe a herança cultural africana e/ou afro-brasileira, independente de sua característica fenotípica,

propõe-se a mediação da leitura literária e a mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, descritas a seguir.

2.3 MEDIAÇÃO DA LEITURA E MEDIAÇÃO ORAL DA LITERATURA NA BIBLIOTECA ESCOLAR

A leitura literária, integrante da linguagem e da arte – sistemas simbólicos que enquanto instrumentos de comunicação e conhecimento permitem a integração social, dando sentido ao mundo, contribuem para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 2000, p. 10). Desse modo, pode-se colaborar para o reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira, ao utilizar desses mesmos sistemas simbólicos para a inversão da arbitrariedade imposta pela cultura dominante, possibilitando portanto, a desmobilização das distinções culturais e sociais, pois:

[...] se leitura é apropriação e (re)invenção, os sentidos plurais construídos com os símbolos e todas essas linguagens mais facilmente possibilitam tal apropriação/(re)criação. Pois se os sinais são da ordem da semelhança e, conseqüentemente, são representacionais, os símbolos instauram diversas possibilidades de sentidos, não há prisão a um sentido único – aquele que vem certamente de uma fala de poder. [...]. (NÓBREGA, 2009, p. 108).

Essas teorias vão de encontro ao décimo objetivo da Agenda 2030, “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, devido aos anseios pela redução das desigualdades sociais, que pode ser possibilitada pela dinamização e disseminação da cultura entre todas as classes sociais, propondo a utilização do espaço da biblioteca e o apoio do profissional bibliotecário na transmissão de informações relevantes para aplicabilidade imediata no cotidiano dos cidadãos em formação, além da preservação da cultura para as demais gerações, possibilitando uma elevação social das classes menos favorecidas, estrategicamente pela independência provida pelo conhecimento, esse elemento dotado de poder simbólico que tanto pode aprisionar (violência simbólica) quanto libertar qualquer indivíduo das amarras das classes dominantes, justamente por meio de uma educação emancipadora.

Posto isto, vislumbra-se que o bibliotecário escolar contribua, de modo que, os bens culturais, que segundo Bourdieu (2007, p. 77), “podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural”, fossem contraídos também pelas classes mais baixas da população, com o intuito de instituírem seu capital cultural, descrito sob três formas:

[...] no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente a garantia – propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 2007, p. 74).

Sendo assim, a leitura, possibilitada pelo livro, capital cultural objetivado, é um importante componente para o processo de reconhecimento das culturas integrantes da identidade do sujeito, ao ser incorporado, além de colaborar para uma emancipação socioeconômica que lhe possibilitaria concorrer a uma posição superior dentro das hierarquias sociais, pois, conforme esclarece Bourdieu (2007, p. 78):

[...] ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes e utilizado como arma e objeto das lutas que se travam nos campos da produção cultural (campo artístico, científico, etc.) e, para além desses, no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado.

Tais proposições se mostram coerentes, pois as relações entre os diferentes tipos de capital cultural possibilitam uma ascensão social dos negros, considerando, contudo, as limitações previstas pela adscrição racial e a reprodução na escola das exigências do mercado de trabalho, bem como uma identificação identitária, dado que a:

[...] leitura de obras de literatura (capital cultural objetivado), por exemplo, pode ajudar um indivíduo a adquirir habilidades lingüísticas e conhecimento cultural (capital cultural incorporado) que, por sua vez, facilita a aquisição de qualificações (capital cultural institucionalizado). (GOULDING, 2008, p. 235, tradução nossa).

Seguindo por essa acepção, a presença da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira se justifica como meio de ação para o estudo, visto que, tenciona a efetivação da Lei nº 10.639 de 2003, trazendo visibilidade a perspectiva histórica e cultural vivenciada pelos negros, potencializada pela mediação bibliotecária, pois:

É desejável que, na qualidade de mediador, o bibliotecário ofereça ao público leitor um atendimento que visa à legitimação de segmentos sociais que compõem o universo multicultural do Brasil, levando o usuário a notar que as manifestações culturais são tão diferentes quanto legítimas. (ALENCAR, 2014, p. 2963).

Para tanto, a pesquisa se atém aos livros literários, posto que:

Todos os livros favorecem a descoberta de sentidos, mas são os textos literários que o fazem de modo mais abrangente. Enquanto os textos

informativos atêm-se aos fatos particulares, a literatura dá conta da totalidade do real, pois, representando o particular, logra atingir uma significação mais ampla. (AGUIAR; BORDINI, 1988, p. 13).

Considerando que o objetivo da pesquisa seja atingir os discentes, despertando-os para a pluralidade cultural existente na cultura africana, da qual a cultura brasileira também se forjou, através das atividades de mediação da leitura e mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, não se pode aludi-las, contudo, sem ratificar a importância da leitura literária para a experiência humana, seu *habitus*, visto que:

A linguagem literária extrai dos processos histórico-político-sociais nela representados uma visão típica da existência humana. O que importa não é apenas o fato sobre o qual se escreve, mas as formas de o homem pensar e sentir esse fato, que o identificam com outros homens de tempos e lugares diversos. (AGUIAR; BORDINI, 1988, p. 14).

Nesse sentido, a pesquisa vislumbra na leitura de livros literários uma ferramenta de intervenção crítica no contexto educacional brasileiro, concordando com Yunes e Pondé (1988, p. 32) “[...] que a leitura literária possa contribuir para a emancipação do sujeito, libertando-o do processo de massificação a que se vê submetido pela informação dirigida, que encobre as contradições e não faz apelo crítico”.

Através da democratização da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira na biblioteca escolar, uma vertente literária da qual participa a identidade cultural do país como tantas outras, se desmistifica essas Literaturas, possibilitando um reconhecimento positivo acerca da ancestralidade africana por parte dos discentes negros e por seus pares, pois, “embora a leitura literária não seja uma garantia de que os direitos humanos serão reconhecidos e postos em prática, ela tem influência na formação dos sujeitos e pode ser um caminho de vislumbramento para o (re)conhecimento desses direitos [...]” (ALENCAR; ORNELLAS, 2015, s. p.).

A Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira permite demonstrar a riqueza cultural africana e/ou afro-brasileira e descortinar os acontecimentos históricos ocorridos com os negros pelo viés literário, deslocando-os dos papéis subalternos a que estavam relegados, dado que a leitura literária é ainda um “modo de observar o mundo e de interpretá-lo. Nesse sentido, a literatura entra no terreno do pessoal, conectada com um desejo interior de busca do aprazível e bom, da beleza e da verdade, convertendo-se, desse modo, em uma experiência de vida.” (DURBAN ROCA, 2012, p. 79).

Ao se ponderar sobre a leitura, fio condutor que remete a biblioteca, no caso da presente pesquisa, a escolar, deve-se ter em conta, que este espaço se configura

tradicionalmente como um recurso de apoio as ações pedagógicas e culturais.

Detendo-se a biblioteca escolar, a IFLA (2016b, p. 19), fornece por meio de suas Diretrizes para a biblioteca escolar, um guia para embasar todas as ações que permeiam as particularidades deste tipo de biblioteca, descrevendo-a como “um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural”.

As bibliotecas escolares, enquanto aparelhos dotados de capital cultural objetivado, na sua maioria em suportes tradicionais, possuem potencial no sentido de proporcionarem a produção, a disseminação e aquisição de capital cultural. Sendo assim, as “bibliotecas e as pessoas que trabalham dentro delas, podem ser vistos como 'intermediários culturais'.” (GOULDING, 2008, p. 236, tradução nossa).

Seguindo por esse raciocínio, as bibliotecas escolares tem o papel de promover ações de ensino e aprendizagem por meio de um programa educativo integrado ao Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino, seja por meio de um trabalho individual do bibliotecário ou em colaboração com o corpo docente. Por essa razão, as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar (2016b, p. 21) prezam que o bibliotecário escolar tenha formação em Biblioteconomia e em ensino em sala de aula, lhe propiciando competência para o desenvolvimento de atividades educativas, pois:

A condição mais importante para um programa de biblioteca escolar eficaz é o acesso a um profissional de biblioteca qualificado. Uma biblioteca escolar, sem um programa pedagógico (isto é, oferta abrangente e planejada de atividades de ensino e de aprendizagem) não será capaz de ter o tipo de impacto sobre o ensino e a aprendizagem que a investigação demonstra ser possível quando há um profissional qualificado.

Nesse sentido, é de extrema importância que a biblioteca seja prevista no Projeto Político Pedagógico:

Instrumento de previsão e suporte para a avaliação das ações educativas programadas para a instituição como um todo; referencia e transcende o planejamento da gestão e do desenvolvimento escolar, porque suscita e registra decisões colegiadas que envolvem a comunidade escolar como um todo. (BRASIL, 2013, p. 48).

A biblioteca escolar deve ser vista como parceira do corpo docente, uma vez que os apoia, disponibilizando formação, especialmente relacionada com novos materiais e tecnologias, alterações curriculares e novas estratégias de ensino, fornecendo recursos para que ampliem seus conhecimentos e metodologias de ensino, além de servir como ponto de

acesso a recursos através da cooperação entre bibliotecas. (IFLA, 2016b, p. 52).

Desse modo, este recurso pedagógico-cultural pode ser utilizado no desenvolvimento de competências, através do ensino individual e colaborativo vinculados a conteúdos curriculares previstos no Projeto Político Pedagógico, e, por isso, deve ser incluso no planejamento geral da escola.

À vista disso, qualquer disciplina pode ser implicada no desenvolvimento de capacidades, principalmente nas atividades relacionadas à pesquisa e investigação incluindo recursos tradicionais e ferramentas tecnológicas, ações relativas à literacia e ao prazer da leitura que cooperem no desenvolvimento de um pensamento crítico, processos que impliquem a gestão da própria aprendizagem, além de dinâmicas relacionadas a atitudes pessoais, interações sociais e culturais através de métodos baseados em recursos que permitam aprender sobre si e os outros, contribuindo para uma cidadania responsável (IFLA, 2016b, p. 21).

Tal perspectiva possibilita o encontro com o décimo sexto objetivo da Agenda 2030, “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, dado que, este objetivo não poderia ser mais adequado ao que se espera com o presente estudo, por este propor o acesso à informação no tocante a cultura africana e/ou afro-brasileira, ratificado pela Lei nº 10.639 de 2003, proporcionando a igualdade de oportunidades entre alunos de origens raciais diferentes, além de comprovar legalmente a contribuição da cultura africana na construção da nação brasileira. O direito a uma educação de qualidade, prezando a decomposição de aparelhos discriminatórios e a distribuição igualitária de oportunidades que se dirijam ao desenvolvimento acadêmico, econômico e por consequência, social, possibilitam a redução das injustiças e a participação ativa de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, permitindo o equilíbrio entre as nações.

Kuhlthau (2009, p. 145) ratifica a pertinência de tal sugestão, ao mencionar que “a biblioteca oferece um vasto manancial de materiais que enriquecem a aprendizagem de muitos conteúdos. Pode também atender a uma gama de interesses e habilidades que são frequentemente negligenciados na aprendizagem de assuntos que utilizam textos”.

A integração da biblioteca escolar em um programa educativo inserido no Projeto Político Pedagógico da instituição escolar oportuniza que esse espaço desempenhe tanto funções educativas quanto sociais, de maneira que consiga atender as demandas exigidas pela

homologação da Lei nº 10.639 de 2003, pois:

[...] também contribui para os objetivos sociais da escola, tais como o envolvimento dos alunos, a inclusão e as relações com a comunidade em geral. Os objetivos da biblioteca escolar devem estar alinhados com os objetivos da escola, como a literacia, a aprendizagem curricular e a cidadania. (IFLA, 2016b, p. 45-46).

Seguindo por esse mote, a biblioteca escolar é o espaço ideal para que sejam elaborados programas de leitura que envolva ações ligadas a mediação da leitura e mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, com a intenção de atender as demandas da referida Lei. Para tanto, a implementação de tais programas:

Deverá contribuir para criar oportunidades leitoras entre os alunos por meio de um contínuo ambiente de vivências, interações, reflexões em torno da leitura, bem como desenvolver habilidades informacionais e intelectuais e o uso dos recursos da biblioteca. Para conseguir isso, apoios, em nível de planejamento educacional, são necessários, os quais deverão determinar as ações e as decisões que repercutirão na melhoria das práticas de leitura e escrita e no uso da biblioteca escolar. (DURBAN ROCA, 2012, p. 105).

Diante do exposto, para que essas atividades façam parte efetivamente do trabalho pedagógico, é necessário que se estabeleça um programa de leitura integrado ao Projeto Político Pedagógico que rege a comunidade escolar, considerando o capital cultural prévio, e por consequência o *habitus* dos discentes, de modo que essa intervenção pedagógico-cultural pondere as desigualdades sociais vivenciadas inclusive entre os discentes participantes, a fim de que essas atividades possam refletir não somente sobre a diversidade cultural, mas a discrepante realidade socioeconômica dos negros, fruto do racismo à brasileira, pois:

[...] a informação que as bibliotecas, atualmente, teimam em disseminar, significa muito pouco para esse segmento - o maior, evidentemente - da população. As informações devem estar voltadas para que esse extrato possa entender o que há por trás dessa situação. O que realmente ocorre é a distribuição farta e generosa - para quem procura - de informações que apenas ajudam a reproduzir o sistema, além de capacitar a classe dominante de mais uma instituição utilizada para, ideologicamente, manter na situação de poder. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 25-26).

Nessa perspectiva, a ação do bibliotecário é determinante para o sucesso no processo de negociação dos *habitus* dos discentes. Sendo assim, o bibliotecário escolar deve se portar como um agente, procurando estruturar parcerias com o corpo docente a fim de contribuir para a naturalização no trabalho pedagógico de ações de mediação, seja pelo viés informacional ou literário. Porém, como mencionado anteriormente, deve-se considerar os *habitus* dos discentes, principalmente daqueles a quem o acesso aos bens culturais e por consequência o desenvolvimento do capital cultural foi delimitado por questões

socioeconômicas, como a maioria dos negros.

Ao conceber tais aspectos, se propicia a complementação e unificação de práticas que favoreçam a valorização da cultura africana e/ou afro-brasileira e concomitantemente, o reconhecimento desta identidade cultural pelos discentes, atendendo, portanto, as orientações da Lei nº 10.639 de 2003, uma vez que:

Um dos valores fundamentais de muitas comunidades é a transferência intergeracional da riqueza e conhecimento. A transferência de conhecimento de uma forma que seja eficaz e significativa para as crianças dessas comunidades pode diferir significativamente da cultura dominante dentro da qual a biblioteca escolar funciona. Para todas as crianças “identidade” e “pertença” são componentes essenciais da literacia e sucesso escolar. (IFLA, 2016b, p. 34).

Tais posicionamentos foram expostos com o intuito de se traçar um percurso que culminasse na cooperação entre docentes e bibliotecários escolares, possibilitada pela variedade de leituras, utilizando suportes e maneiras diferentes para explorar a cultura africana e/ou afro-brasileira, visto que essas atividades:

[...] permitem a construção de um mundo interior, um espaço psíquico, além de sustentar um processo de autonomização, a construção de uma posição do sujeito. Mas o que a leitura também torna possível é uma narrativa: ler permite iniciar uma atividade de narração e que se estabeleçam vínculos entre os fragmentos de uma história, entre os que participam de um grupo e, às vezes, entre universos culturais [...]. (PETIT, 2009, p. 15).

É no interior das bibliotecas escolares, espera-se que ocupadas pelo profissional bibliotecário, que se propõe operar uma transformação quanto à percepção racial, acarretando no reconhecimento da ancestralidade africana presente no país, por parte do público infantojuvenil, através da mediação literária, concordando com Nóbrega (2009, p. 106) ao mencionar que “uma proposta em torno da mediação do lúdico e do político é bom meio para refletir o perfil dos bibliotecários em seu fazer-saber em torno da apreensão do processo de construção de conhecimento e vida”.

Nesse sentido, sugere-se que o bibliotecário utilize do documento “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, dado que, “[...] o princípio central dessas diretrizes, o da equidade, deve ser usado na aplicação de padrões e diretrizes existentes para bibliotecas públicas, escolares, acadêmicas e outras” (IFLA, 2009, p. 3, tradução nossa), em complemento as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar com o intuito de implementar a Lei nº 10.639 de 2003 neste espaço.

Essa mescla de diretrizes no cotidiano da biblioteca escolar propiciaria o oferecimento de serviços e atividades culturais que contemplassem a toda a comunidade escolar, pois a

diversidade cultural é uma herança que pertence e deve ser compartilhada por todos.

Deste modo, considera-se o trabalho bibliotecário com a mediação da leitura literária pela ótica de Bortolin (2013, p. 425) como uma “[...] interferência casual ou planejada visando a levar o leitor a ler literatura em diferentes suportes e linguagens”, pois, o que se pretende, é o reconhecimento pelo público infantojuvenil de uma identidade cultural, na qual também esteja inclusa a visão afro-brasileira, além da eurocêntrica e entre outras inseridas, possibilitada pela mediação de registros físicos ou não físicos, entendidos respectivamente por Bortolin (2010, p. 127), como os tradicionais, palpáveis e tangíveis, podendo ser depositados em algum suporte concreto, inclusive tecnológicos, enquanto os não físicos são os orais que podem ser recuperados via memória, porém, nunca em sua totalidade, podendo ser registrado, caso seja de interesse individual ou coletivo.

Privilegia-se também, a mediação oral da literatura, “[...] toda intervenção espontânea ou planejada de um mediador de leitura visando a aproximar o leitor-ouvinte de textos literários seja por meio da *voz viva* ou da *voz mediatizada*” (BORTOLIN, 2010, p. 137, grifo do autor), devido a oralidade que permeia a cultura africana, conservando seus mitos, ritos e tradições, muitos deles transmitidos à cultura brasileira, suscitando a imagem do *Griot*, espécie de trovador ou menestrel, que dispõe da música, da poesia lírica e dos contos para a animação das recreações populares, figura significativa da cultura africana (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 193).

O bibliotecário escolar pode utilizar das técnicas e mecanismos dos *Griots* para guiar suas atividades de mediação oral dentro da biblioteca escolar propiciando um reconhecimento da cultura e da ancestralidade africana, pois, segundo Bernat (2013, p. 20) são verdadeiros mestres, ocupando também a função de educadores, sendo “fonte de armazenamento e transmissão de contos iniciáticos, anedotas e provérbios, através dos quais o africano, de qualquer idade, aprende sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo. Esses elementos da tradição oral são a verdadeira escola africana [...]”.

Além disso, torna-se relevante acrescentar o estado educacional vivenciado pelos negros no Brasil, dado que de acordo com o IBGE (2011), 14,4% de pretos e 13,0% de pardos entre os declarantes de 15 anos ou mais são analfabetos em comparação aos 5,9% de declarados brancos, suscitando a consideração de Petit (2009, p. 26), acerca de que:

A biblioteca, em particular, seja um ambiente "natural" para a oralidade: é o lugar de milhares de vozes escondidas nos livros que foram escritos a partir da voz interior de um autor. Quando lê, cada leitor faz reviver essa voz, que provém às vezes de muitos séculos atrás. Mas para as pessoas que cresceram longe dos suportes impressos, alguém tem que emprestar sua voz para que

entendam aquela que o livro carrega.

Tal ponderação indica o contexto em que o bibliotecário brasileiro está inserido e propicia a uma reflexão sobre o aspecto “democratizador” da biblioteca, pois nós bibliotecários podemos ser “democráticos o suficiente para atendermos qualquer pessoa, sem distinção de credo, raça, cor ou ideologia política, que esteja interessada em se utilizar de nossos trabalhos, mas que saiba, no mínimo, ler.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 15).

Sendo assim, o trabalho bibliotecário deveria considerar as desigualdades socioeconômicas e, sobretudo, educacionais, a fim de que atinja a comunidade em que atua, propiciando estratégias que valorizam a cultura africana, possibilitando dessa forma, o atendimento aos seus usuários reais, além de oportunizar a captação de usuários potenciais.

Compreende-se que este seja um trabalho lento, que exige uma reformulação tanto da instituição escolar quanto da biblioteca inserida neste meio, contudo, “contra a violência simbólica, um trabalho de libertação é possível [...] mas, para que o ator fale com sua própria voz, é preciso um longo e difícil trabalho de emancipação [...]” (TERRAY, 2005, p. 307).

O primeiro passo para a mudança foi dado com a homologação da Lei nº 10.639 de 2003. Neste sentido, outros caminhos podem ser percorridos pelo bibliotecário escolar a fim de que a cultura africana e/ou afro-brasileira seja difundida amplamente para a sua comunidade, ancorados pelo Interculturalismo, pois este:

Surge do contexto de lutas contra os processos crescentes de exclusão social, numa busca de afastamento não só de uma pasteurização cultural global, mas também dos purismos culturais que ignoram a hibridização e arriscam-se a propostas de fragmentação e guetos culturais que espelham discriminações. (ALENCAR, 2014, p. 2953).

Sendo assim, a pesquisa não poderia e nem sugere uma proposta de diretriz que vise homogeneizar a identidade cultural nacional, e sim, permitir uma incorporação da cultura africana e/ou afro-brasileira que seria naturalizada gradualmente e por consequência reconhecida como integrante da identidade cultural dos indivíduos através das suas práticas no mundo social, dado que:

A informação, conjugada com outros processos simbólicos, pode configurar-se como território de (re)significação para os agentes, na medida em que, servindo-lhes tanto como possibilidade de apropriação, mediação e produção, quanto de compartilhamento de saberes, oportuniza a constituição de singularidades que, articuladas ao contexto, podem ter serventia para a ação social, ainda que não de forma imediata. (MARTELETO, 2017, p. 44).

Desse modo, este trabalho concebe o *habitus* não somente do corpo discente, como também do próprio bibliotecário e do docente – responsável pelo trabalho pedagógico em sala

de aula, considerando, contudo, que opiniões diferentes podem ser geradas, mesmo que os integrantes desses grupos tenham contato regular com a cultura africana e/ou afro-brasileira, pois, como toda mensagem “é objeto de uma recepção diferencial, segundo as características sociais e culturais do receptor, não se pode afirmar que a homogeneização das mensagens emitidas leve a uma homogeneização das mensagens recebidas, e, menos ainda, a uma homogeneização dos receptores.” (BOURDIEU, 2007, p. 61).

Portanto, a pesquisa almeja que através das atividades de mediação da leitura literária e a mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, os traços culturais africanos e/ou afro-brasileiros sejam reconhecidos pelo corpo discente como participante da sua identidade cultural, visto que:

Nossas práticas com acervos deverão estar sedimentadas na ação cultural e pedagógica com vertente tríplice de recepção/apropriação/expressão a partir de nossa reserva simbólica, construída com os fragmentos de nossas interpretações singulares e coletivas. Desta maneira, em nossos acervos, há cada vez mais espaço às narrativas como estratégias de autocriação. As narrativas que (se) compõem (a partir de) imagens singularizadas, num movimento constante de (re)construção. Formas estéticas e vitais de organização são potência, elas próprias, para a provocação e o conhecimento. São como instrumentos, ou brechas, para nossos universos interno e externo. (NÓBREGA, 2009, p. 105).

Posto isto, enfatiza-se que todas as culturas participantes da nação brasileira tenham o direito de serem reconhecidas e convivam em harmonia, desejo esse que se pretende alcançar por meio da educação, em seu viés literário, propício para “compreender variadas manifestações do comportamento humano e a existência de diferenças culturais.” (COLÉGIO PEDRO II, 2001, p. 123).

Nessa perspectiva, o bibliotecário escolar pode em primeira instância difundir a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo docente, através da sua participação nas discussões pedagógicas e concomitantemente desenvolverem de modo cooperativo ações socioeducativas junto ao corpo discente, disseminando a cultura africana e/ou afro-brasileira, seja por meio de registros físicos ou pela oralidade, propondo atividades lúdico-pedagógicas embasadas por essas narrativas, trazendo dinamismo e vivacidade à biblioteca, ao “[...] aproveitar a heterogeneidade da classe, colocando-a a serviço da troca, da colaboração e, portanto, da própria aprendizagem e tirando do professor a função de único informante da turma.” (KUHLTHAU, 2009, p. 32).

Diante de tais concepções, deseja-se que o bibliotecário remodele a visão que a comunidade escolar consolidou sobre o profissional e a biblioteca, a fim de que esta recupere seu brio e seja vista como um “[...] recurso educacional facilitador do desenvolvimento de

processos de ensino-aprendizagem e de práticas de leitura, e conseqüentemente, sua conceituação como agente pedagógico que apoia, de forma estável, o desenvolvimento do projeto curricular da escola” (DURBAN ROCA, 2012, p. 24), dado que a responsabilidade das bibliotecas não se limita a preservação do capital cultural objetivado, pois:

Como parte de instituições governamentais ou educacionais, a Biblioteconomia e Ciência da Informação muitas vezes atua como um agente legitimador de artefatos culturais. As bibliotecas são lugares para encontrar os livros mais recentes para leitura e pesquisar boa informação, o que dá a impressão de aceitabilidade dos materiais fornecidos. (HUSSEY, 2010, p. 49, tradução nossa).

Desse modo, ao propor ações conjuntas com o corpo docente para efetuarem atividades de mediação literária e mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, o bibliotecário escolar contribui para a legitimação dessa matriz cultural, naturalizando essa Literatura no cotidiano escolar, possibilitando que se destaque no trabalho pedagógico desenvolvido na escola, ampliando conseqüentemente sua atuação socioeducativa, visto que:

O programa da biblioteca e o programa de leitura podem ser integrados. Os materiais que são oferecidos para os alunos lerem individualmente ou ouvirem através de escuta de histórias na biblioteca podem efetivamente ser relacionados com o programa de leitura desenvolvido pelo professor na sala de aula. Essa não é uma tarefa fácil e só pode ser feita através de um planejamento conjunto e de constantes discussões entre o professor e o bibliotecário. (KUHLTHAU, 2009, p. 82-83).

Ao participar do trabalho pedagógico, o bibliotecário escolar demonstra a importância de se prever no Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, a figura do profissional e desse significativo recurso pedagógico-cultural, ganhando visibilidade e garantindo um espaço dentro do calendário pedagógico para atividades informacionais e literárias na biblioteca, além de propiciar uma interação com a sala de aula, pois, “trabalhando em conjunto, professores e bibliotecários planejarão situações de aprendizagem que desafiem e motivem os alunos, acompanhando seus progressos, orientando-os e guiando-os no desenvolvimento de competências informacionais cada vez mais sofisticadas.” (CAMPELLO, 2008, p. 11).

Espera-se por meio desta pesquisa, impactar tanto bibliotecários quanto docentes, a fim de que juntos possam planejar atividades que englobem a biblioteca e a sala de aula, de maneira que ambos os setores sejam responsáveis pela valorização da cultura africana e/ou afro-brasileira. Para tanto, segue a contribuição da classe bibliotecária.

2.4 CONTRIBUIÇÕES DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR PARA A SOCIEDADE INTERCULTURAL

A informação é cada vez mais valorizada no mundo global, visto que as relações ideológicas capitalistas orientam os indivíduos ou grupos a competirem para melhorar sua posição relativa nas dimensões de estratificação e diferenciação social (HASENBALG, 2005, p. 114). Desse modo, o capital cultural torna-se um alvo difícil de atingir num país como o Brasil, dado as suas dificuldades socioeconômicas, impactando principalmente nos negros, que já estão situados em uma posição de desvantagem na hierarquia social.

Considerando que a sociedade brasileira foi construída sobre ideologias racistas, é plausível supor que todos, conscientes ou não, participam dos processos de exclusão social vivenciados por negros, entre outros grupos das intituladas minorias, como também são, enquanto cidadãos, responsáveis por colaborar na reversão de tal contexto.

As Políticas de Ação Afirmativa, como a Lei nº 10.639/2003, norteadora da pesquisa, resgataram a discussão acerca da posição subalterna a que os negros e a cultura de matriz africana vêm ocupando na sociedade brasileira, mas ainda não se entrevê uma efetividade de práticas voltadas às pluralidades culturais, dado que os profissionais atuantes nas instituições de ensino, inclusive o bibliotecário, não foram preparados academicamente para desenvolverem temáticas que envolvam a cultura africana e/ou afro-brasileira e a lidarem com as situações discriminatórias que as permeiam.

Como apregoadado anteriormente, o sistema de ensino, se predispõe a exercer uma função de reprodução social, visto que:

[...] desempenha uma função indivisível e indiferenciada em relação à “sociedade global”, o funcionalismo totalizante tende a dissimular que um sistema que contribui para reproduzir a estrutura das relações de classe serve efetivamente a “Sociedade”, no sentido de “ordem social”, e portanto os interesses pedagógicos das classes que se beneficiam dessa ordem. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 202).

Ainda assim, se vislumbra uma transformação desse contexto, ao utilizar da mesma arbitrariedade cultural que lhe é característica, pois as escolas e universidades são os recursos mais viáveis à desconstrução de preconceitos raciais e por consequência, de hierarquias sociais.

No que condiz a formação bibliotecária, o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, tinha cunho humanista, no qual iniciou suas atividades em 1915, na própria sede da Biblioteca Nacional e continuou durante anos até chegar ao atual da Universidade Federal do

Estado do Rio de Janeiro.

O bibliotecário no Brasil recebeu uma formação influenciada por duas vertentes, uma de linha humanista – École Nationale des Chartes (França) e outra de caráter tecnicista – School of Library Economy (Estados Unidos), prevalecendo segundo Loureiro e Jannuzzi (2005, p. 132), o modelo americano.

Com a regulamentação da profissão em 1962 surgiu a necessidade de padronização do ensino e por consequência a estruturação de um currículo mínimo, no qual integrou tanto disciplinas de caráter humanístico quanto técnico, tendo ocorrido a última alteração em 2001 com o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, CNE/CES nº 492/2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Biblioteconomia.

No que se refere às competências e habilidades gerais a serem desenvolvidas pelo profissional, percebeu-se nessas Diretrizes, certa preocupação com a atuação social do bibliotecário uma vez que este deve ser capaz de “traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação” (BRASIL, 2001, p. 32), pois, “a questão não é se a biblioteca atua como disseminadora de capital cultural, mas em que grau e para quais grupos sociais” (HUSSEY, 2010, p. 49, tradução nossa).

Além disso, o Parecer CNE/CES nº 492/2001 (BRASIL, 2001, p. 33) sugere que “os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens”.

Tais recomendações poderiam ser reforçadas pelos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, visto que são coerentes com a função social prevista ao bibliotecário e colabora para formação de profissionais preocupados com a implementação das Políticas de Ação Afirmativa, entre estas, a Lei nº 10.639/2003.

Notou-se também, que esse documento delega autonomia para que as instituições de ensino gerem seus Projetos Pedagógicos, atendendo a diversos requisitos, entre estes, a inclusão de conteúdos curriculares “de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta” (BRASIL, 2001, p. 33), considerando, contudo, suas vertentes, sejam humanistas ou tecnicistas.

Presumiu-se, que ao conferir independência às instituições e por consequência aos discentes para montarem a parte específica do currículo de acordo com suas inclinações, essas

Diretrizes contribuem para a formação de bibliotecários mais eficientes na especialidade escolhida.

Por outro lado, os egressos se arriscariam a obter uma formação deficiente em relação à característica generalista em que se forjou o bibliotecário, o que poderia dificultar sua atuação em determinados tipos de bibliotecas, visto que, sua grade curricular não abrangeu certas peculiaridades.

Se atendo especificamente ao bibliotecário escolar, a International Federation of Library Associations and Institutions (2016b, p. 30), o define como o profissional:

[...] responsável pelo espaço de aprendizagem físico e digital da escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o ensino e a aprendizagem. Este papel é designado por vários termos (por exemplo, bibliotecário escolar, especialista em *media* da biblioteca escolar, professor bibliotecário, professeurs documentalistes), mas bibliotecário escolar é o termo mais comumente usado. As qualificações dos bibliotecários escolares variam em todo o mundo, havendo bibliotecários com ou sem formação de professores e bibliotecários com formação em outras especialidades de biblioteca.

Embora se tenha consciência de que existam bibliotecários escolares com e sem formação específica, a IFLA (2016b, p. 30) recomenda que os profissionais atuantes no segmento escolar recebam a mesma formação que os docentes, dado que:

A biblioteca escolar facilita o ensino e a aprendizagem, o seu programa deve ser dirigido por uma equipe de profissionais com o mesmo nível de educação e preparação que os professores de sala de aula. Uma vez que se espera que o bibliotecário escolar assuma um papel de liderança na escola, ele deve ter o mesmo nível de educação e preparação dos outros líderes da escola, tais como os administradores escolares e especialistas em aprendizagem.

Concordando com Durban Roca (2012, p. 38) ao mencionar que:

[...] a chave para o desenvolvimento estável da biblioteca escolar, por parte da direção educacional, não pode se vincular exclusivamente às contribuições da Biblioteconomia, que aborda a organização e a dinamização de um serviço bibliotecário. Esse desenvolvimento deve circunscrever-se à Pedagogia e, de modo real, à disciplina específica que aborda os aspectos da didática e da organização escolar, pois é aqui o lugar no qual inclui-se o desenvolvimento da tecnologia educacional e os meios de ensino. Somente a partir desse âmbito nos conectamos com a substância pedagógica da biblioteca escolar e encontramos o sentido de sua existência vinculada à sua articulação como recurso educacional.

Considerando que no Brasil os bibliotecários escolares não são formados dentro desta concepção, acredita-se que uma possível reformulação do Parecer CNE/CES nº 492/2001 envolvendo principalmente as habilidades e competências necessárias a cada tipo de bibliotecário, formaria profissionais mais capacitados, impactando tanto na realidade da

instituição ao qual irá servir quanto na visibilidade da classe profissional.

No que condiz ao bibliotecário escolar acredita-se que a adoção das qualificações oferecidas pelas Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar (2016b, p. 31-32), contribuiria com critérios relevantes à formação acadêmica dessa especialidade profissional:

- ensino e aprendizagem, currículo, ensino: planificação e execução;
- gestão do programa - planejamento, desenvolvimento/ design, implementação, avaliação/ melhoria;
- desenvolvimento de coleção, arrumação, organização, recuperação;
- processos de informação e comportamentos - literacia, literacia da informação, literacias digitais;
- motivação para a leitura;
- conhecimento de literatura para crianças e jovens;
- conhecimento das deficiências que afetam a leitura;
- competências de comunicação e colaboração;
- competências digitais e mediáticas;
- ética e responsabilidade social;
- serviço para o bem público - prestação de contas ao público/ sociedade;
- compromisso com a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento profissional contínuo; e
- familiarização com a área da biblioteconomia escolar e com a sua história e valores.

Nesse sentido, o Ministério da Educação e Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (2011, p. 110) sugerem uma:

Ação junto ao Conselho Federal de Biblioteconomia e às IFES com cursos de Biblioteconomia e de Ciências da Informação com vista à revisão curricular que contemple a formação do bibliotecário para a biblioteca escolar, o que implica dizer: dinamizador e mediador de leitura.

Desse modo, tal proposição poderia se alinhar às orientações da IFLA sobre o currículo do bibliotecário escolar (2016b, p. 32), pois:

Em países onde há programas de educação específicos para bibliotecários escolares, o currículo deve incluir, para além das competências essenciais em biblioteconomia, conhecimentos na área da educação (aprendizagem, currículo, ensino), da tecnologia digital e media sociais, e da juventude, cultura, e literacias. Juntas, essas áreas de estudo devem resultar numa compreensão profunda e abrangente da literacia da informação numa perspetiva de pensamento criativo e de resolução de problemas. A educação na área da biblioteca escolar também deve abordar o papel do bibliotecário escolar profissional como um líder próximo, como um agente de mudança ou catalisador e como membro da comunidade da biblioteca escolar.

Dado que as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Biblioteconomia foram criadas anteriormente a Lei nº 10.639/2003, não se pode exigir dos bibliotecários práticas nas quais não foram preparados profissionalmente.

A inclusão de temáticas relativas à Lei requer uma qualificação dos profissionais que atuam nas instituições escolares, incluindo nesse contexto, o papel educativo do bibliotecário

escolar para lidar com a diversidade cultural. Diante das necessidades do corpo docente e discente, esse profissional deve procurar se atualizar para acolher com igualdade uma carência que deveria ser prevista mesmo sem a implantação da referida Lei, visto que os negros representam mais da metade da população brasileira e a cultura africana e/ou afro-brasileira é partilhada por toda a população mesmo que inconscientemente, pois:

A educação, mesmo a formal, não se dá, não se concretiza apenas em sala de aula, nem pode a escola estar divorciada do seu entorno. Ao contrário, a educação só pode ser entendida a partir de um vínculo concreto e real com os valores presentes na comunidade a quem deve servir. Esse vínculo é que lhe propicia a consecução da sua função social. (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 46).

Ao ponderar que este estudo focaliza o âmbito da promoção da leitura através da mediação da leitura e mediação oral da literatura no atendimento aos leitores infantojuvenis, como também incentivando ao corpo docente a valorização da cultura e da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira para o atendimento da Lei nº 10.639/2003, devido seu caráter cognitivo, social e quiçá, afetivo, pois, independente da cor da pele que se tenham, todos são impactados em menor ou em maior grau pela Literatura, tais proposições poderiam ser ajustadas ao sugerir a inclusão dos princípios previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 9-10), as competências e habilidades do bibliotecário no Parecer CNE/CES nº 492/2001 conjugadas as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar e ao documento “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, possibilitando uma aglutinação de disciplinas obrigatórias alinhadas a Educação Intercultural para desenvolver os desdobramentos mais relevantes desses princípios:

- 1) consciência política e histórica da diversidade – focalizando o conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira; à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados na construção histórica e cultural brasileira; à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial, que tanto mal fazem a negros e brancos;
- 2) fortalecimento de identidades e de direitos – abrangendo o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação, contra os negros e os povos indígenas; o combate à privação e violação de direitos; a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira e sobre a recriação das identidades, provocada por relações étnico-raciais; as excelentes condições de formação e de instrução que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais;

3) ações educativas de combate ao racismo e a discriminações – envolvendo a crítica das representações dos negros e de outras minorias nos textos, materiais didáticos, bem como providências para corrigi-las; valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, por exemplo, como a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura; educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo.

Desse modo, o que se sugere é a reformulação do Parecer CNE/CES nº 492/2001 através de Grupos de Trabalho constituídos por representantes do Ministério da Educação, Conselho Federal de Biblioteconomia, Conselhos Regionais de Biblioteconomia e Instituições Públicas de Ensino Superior que ofertam cursos de Graduação e Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, com o propósito de que sejam discutidas propostas para embasar a formação acadêmica do bibliotecário escolar alinhado as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar, articuladas a Pedagogia, a Educação Intercultural, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como seus desdobramentos e ao documento da IFLA, “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, propiciando a oferta de disciplinas obrigatórias que dê embasamento para uma formação bibliotecária de cunho socioeducativo, ou seja, abrangendo disciplinas de cunho pedagógico como também cultural ou “intercultural” – que contemplem as exigências da Lei nº 10.639/2003, pois:

O bibliotecário adequado é aquele que está em constante questionamento; é aquele que procura conhecer sua área de atuação; é aquele que tem consciência de que o usuário é seu fim último; que sabe que as informações com as quais lida não são neutras e imparciais; que está sempre procurando conhecer os motivos, o que há por trás de suas ações; é aquele que sabe que a informação é imprescindível para a formação do cidadão. O bibliotecário escolar é aquele que reconhece sua profissão como importante e necessária para a sociedade e se reconhece como um agente de transformação social. (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 53-54).

O apoio do bibliotecário escolar na transmissão da cultura africana e/ou afro-brasileira é relevante tanto para a preservação quanto para a difusão destas, possibilitando a valorização dessa vertente cultural e o reconhecimento da contribuição dos negros por toda a população brasileira, visto que o capital cultural dominante passou a sofrer uma interferência nos conteúdos que são reproduzidos no sistema de ensino. Portanto, para obter tal êxito, este profissional deve se atentar ao *habitus* do corpo discente, uma incorporação que “depende apenas das experiências sociais e, particularmente, das experiências de educação inicial [...]” (BOLTANSKI, 2005, p. 161).

Nesse sentido, deve-se considerar os aspectos histórico-culturais que permeiam a formação da sociedade brasileira. As Políticas de Ação Afirmativa iniciaram o processo de mudança, mas necessitam de um suporte, que se vislumbra na Educação. Deste modo, faz-se necessário uma reflexão que conduza a uma modificação quanto às formações acadêmicas e cursos de formação continuada, oferecendo subsídios para uma transformação do *habitus* do próprio bibliotecário escolar, pois, antes de procurar transformar as leituras de mundo do corpo discente, cabe rever suas próprias posturas enquanto cidadão e profissional, reconhecendo seu *habitus*, e, portanto, a pretensa imparcialidade inerente às relações com o outro e aos serviços prestados na comunidade em que atua, visto que, “[...] nossa própria influência nas visões de mundo influencia como abordamos a informação, seja em um livro, num banco de dados ou artefato cultural, e como nós como profissionais apresentamos a informação para a sociedade” (HUSSEY, 2010, p. 48, tradução nossa), pois a presente pesquisa, assim como Almeida Júnior (1997, p. 92) considera que o bibliotecário:

[...] não é apolítico, neutro, imparcial. Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se os materiais do seu acervo são parciais? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se a própria localização da biblioteca onde trabalha serviu a interesses políticos e que não exprimem a real necessidade da comunidade? Como pode o bibliotecário se considerar imparcial se aqueles que mais necessitam da biblioteca estão impossibilitados de fazer uso dela?

Seguindo por essa acepção, é interessante que o bibliotecário compreenda o funcionamento do *habitus*, pois ele rege as ações diante das situações sociais, oferecendo a esse profissional a oportunidade de prestar serviços de qualidade a comunidades plurais.

Dessa maneira, além de dar suporte à escola, para o atendimento das atividades pedagógicas ligadas a pesquisa escolar, aproveita desse ensejo para envolver também os dispositivos culturais necessários a implementação da Lei nº 10.639/2003, por meio da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, ratificando seu papel socioeducativo, posto que:

[...] educador, nesse sentido, é propriamente um sujeito que se insere num processo educativo e interage com outros sujeitos, dedicando particular atenção às relações e aos contextos que vão se criando, de modo a contribuir para a explicitação e elaboração dos sentidos (percepção, significado e direção) que os sujeitos em relação constroem e reconstruem. [...]. (FLEURI, 2003b, p. 32).

Campello (2009b, p. 32), elucida a atuação educativa do bibliotecário frente às exigências atuais, que podem ser aplicadas as reivindicações advindas com a Lei nº 10.639 de 2003, ao mencionar que:

A educação de usuários ampliou, portanto, a ação educativa do bibliotecário, pois, diferentemente do trabalho de referência – em que ele se dispõe a

responder a questão dos leitores – tem característica proativa: vai ao encontro do usuário por meio de cursos, visitas guiadas e outras ações planejadas de ensino do uso da biblioteca e de seus recursos.

A International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) demonstrou sua preocupação para com a diversidade cultural ao lançar a terceira edição em 2009 do documento intitulado, “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, em que são traçados os aspectos que englobam o escopo dos serviços e a infraestrutura necessária para atender a demanda multicultural:

Servindo a diversas comunidades e interesses, funcionando como centros de informação, culturais e de aprendizagem. Ao abordar a diversidade linguística e cultural, os serviços bibliotecários são guiados pelo compromisso aos princípios fundamentais de igualdade e liberdade de acesso à informação e conhecimento para todos, no respeito aos valores e identidades culturais. (IFLA, 2009, p. 5, tradução nossa).

Tal Diretriz é um avanço diante dessa era globalizada em que se testemunha o deslocamento de indivíduos e identidades culturais, funcionando como um guia, delineando a estrutura que a biblioteca deve dispor para o acolhimento da diversidade cultural. Por esse motivo, a pesquisa elegeu este documento para servir de parâmetro a análise da biblioteca escolar que serve de campo empírico, pois através deste, pode-se obter um panorama das ações e serviços que norteiam o atendimento a Lei nº 10.639 de 2003.

O bibliotecário escolar pode colaborar para o reconhecimento da cultura africana e/ou afro-brasileira no sistema educacional, ao conciliar no trabalho bibliotecário a Educação Intercultural, pois esta, “[...] propõe novas estratégias de relação entre sujeitos e entre grupos diferentes. Busca promover a construção de identidades particulares e o reconhecimento das diferenças culturais. Mas, ao mesmo tempo, procura sustentar a relação crítica e solidária entre elas.” (FLEURI, 2000, p. 70). Tal opção se baseia na reflexão de que no Multiculturalismo embora se reconheça a diversidade cultural e a coexistência de culturas, uma ao lado da outra, não se prevê necessariamente uma interação entre elas, “já a relação intercultural indica uma situação em que pessoas de culturas diferentes interagem, ou uma atividade que requer tal interação. A ênfase na relação intencional entre sujeitos de diferentes culturas constitui o traço característico da relação intercultural [...]” (FLEURI, 2000, p. 75). Deste modo, a pesquisa prossegue com seus objetivos, mantendo os pressupostos teóricos de Hall acerca da composição da identidade e a influência da globalização nesse processo, pois:

A interculturalidade aposta na relação entre grupos sociais e étnicos. Enfrenta a conflitividade inerente a essas relações. Favorece os processos de negociação cultural, a construção de identidades de ‘fronteira’, ‘híbridas’, plurais e dinâmicas, nas diferentes dimensões da dinâmica social. (CANDAUI, 2012, p. 51).

Ao conciliar o documento da IFLA “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services” à Educação Intercultural, o bibliotecário escolar obtém subsídios para renovar ou criar novos serviços voltados à diversidade cultural, pois, inovar é também olhar para dentro da biblioteca, para estruturas que a instituição mantém e que podem ser melhoradas ou ampliadas, como também é olhar para o bibliotecário e para as múltiplas identidades que cada profissional carrega em si, podendo dispor do seu lado social em prol de um bem comum, pois:

Considerando os desafios e as questões que envolvem as relações entre a formação, o trabalho do bibliotecário e a cultura plural da sociedade brasileira, a Educação Intercultural revela-se como prática que intervém diretamente nos desafios provenientes das relações humanas de uma sociedade multifacetada. (ALENCAR, 2014, p. 2954).

Convém ressaltar que essa Diretriz se assemelha as recomendações da Educação Intercultural, pois, ambas prezam pela interação entre as diferentes culturas, permitindo acessar a diversidade de bens culturais de forma igualitária, promovendo deste modo a harmonia cultural, na medida em que há uma democratização das diferentes vertentes culturais, que culmina respectivamente no equilíbrio social.

Neste documento, além do propósito e da definição do que seria uma biblioteca multicultural, encontram-se os princípios gerais que norteiam o funcionamento de uma biblioteca, tais como a estrutura financeira e jurídica, as necessidades dos usuários, o desenvolvimento de coleções, recursos humanos e tecnológicos, serviços de *marketing*, publicidade e promoção, além das melhores práticas internacionais, servindo inclusive, de inspiração para o desenvolvimento do produto dessa pesquisa – Proposta de diretrizes de atuação para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira na biblioteca escolar.

Aproveitando desse ensejo, salienta-se que, uma possível modificação do Parecer CNE/CES nº 492/2001, no qual se sugeriu a estruturação de disciplinas obrigatórias tanto de cunho pedagógico quanto cultural a serem cursadas pelo bibliotecário escolar, se estenda a toda classe profissional, pois, independente da especialização escolhida, acredita-se que o bibliotecário deve ser preparado para lidar com as dinâmicas pedagógicas e culturais decorrentes de um mundo em constantes transformações.

Na próxima seção, podem ser conferidas as propostas de pesquisadores, que assim como a desta pesquisa, refletiram sobre como cooperar para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira e conseqüentemente para o reconhecimento da identidade cultural dos negros no Brasil pelo viés cultural.

3 REVISÃO DA LITERATURA

Esta pesquisa se une às demais encontradas a partir da Revisão da Literatura realizada durante o desenvolvimento deste estudo, e que integram as discussões sobre a biblioteca escolar e a atuação do bibliotecário escolar face à Lei nº 10.639 de 2003, devido à preocupação em entender qual a melhor abordagem a ser aplicada por meio da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, a fim de que bibliotecários inseridos nas escolas colaborem para que o público infantojuvenil reconheça positivamente o legado africano, incluindo em seu espólio as contribuições políticas, econômicas, sociais, culturais, além da descendência fenotípica presente em grande parte da nação brasileira.

Tais documentos foram selecionados seguindo alguns critérios, que foram descritos em detalhes na seção intitulada “procedimentos metodológicos”. Seguem, portanto, os trabalhos selecionados na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação:

Quadro 1 – Revisão da Literatura na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação

Itens	Tema	Sujeitos	Métodos	Principais Resultados
<p>ALENCAR, Patrícia Vargas. Mediação da informação no fazer do bibliotecário no âmbito do Interculturalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. Anais eletrônicos... Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 2951-2965.</p>	<p>Reflete sobre o papel do bibliotecário no processo de mediação da informação no que condiz a diversidade cultural. Propõe que a formação e a atuação do bibliotecário contemplem o interculturalismo a fim de que suas atividades respeitem a identidade cultural do usuário.</p>	<p>Bibliotecários.</p>	<p>Pesquisa-ação englobando questionários.</p>	<p>Deseja que a biblioteca seja um instrumento de promoção da cidadania. Visa uma transformação nos cursos de Biblioteconomia, a fim de que a formação bibliotecária possa atender igualmente em meio a uma sociedade plural e que o bibliotecário possa se tornar um agente transformador, colaborando para a legitimação das diferenças culturais.</p>

<p>ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. A mediação oral da Literatura, o bibliotecário: voz, corpo, espaço e presença. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: UNB, 2011. p. 796-811.</p>	<p>Evidencia a importância da propagação da literatura de forma oralizada e o papel do bibliotecário como mediador oral, responsável pela formação e manutenção de leitores.</p>	<p>Bibliotecários.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica.</p>	<p>Almeja que os bibliotecários percebam a importância da Mediação Oral da Literatura e atinjam <i>o estado da performance literária</i>, o envolvimento intenso e integral do narrador com o leitor-ouvinte no momento da leitura e audição de textos de cunho literário, através dos quatro pilares, voz, corpo, espaço e presença.</p>
<p>AQUINO, Mirian Albuquerque; PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. A presença das narrativas míticas de ancestralidade africana como elementos de informação e preservação da memória. Ponto de Acesso, Salvador, v.6, n.2, p. 110-135, ago. 2010.</p>	<p>Objetiva identificar e compreender os mitos como possibilidade de contribuir para a continuidade de estudos e pesquisas que retratem a história e a memória do povo negro, preservando a memória e trazendo reconhecimento da sua identidade cultural.</p>	<p>Comunidade Quilombola Alcantarensense de Itamatatua, no Maranhão.</p>	<p>Pesquisa qualitativa do tipo etnográfico, com entrevista semiestruturada, observação direta e ficha de identificação.</p>	<p>Conclui que a Ciência da Informação pode contribuir para a preservação da informação mitológica e que essas informações podem devolver a autoestima e servir para perpetuar a tradição dos quilombolas e sua identidade cultural.</p>
<p>BORTOLIN, Sueli. Mediação oral da literatura: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010.</p>	<p>Objetivou a construção do conceito de Mediação Oral da Literatura, além de meditar sobre as atividades de mediação oral que envolvem a biblioteca, o profissional bibliotecário, bem como as teorias de Estética da Recepção.</p>	<p>Bibliotecários.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica.</p>	<p>Anseia que as bibliotecas incluam diversas ações orais e que seja um espaço de discussão de textos e ideias, cumprindo com a missão de ser um centro de leitura igualitária e democrática. Incentiva que bibliotecários ampliem sua atuação ao mediar literária e oralmente às literaturas através do conceito criado pela autora, nomeado de Oralífera, uma atmosfera envolvendo o ato da</p>

				oralidade com a participação coletiva do leitor-narrador, leitor-ouvinte e demais elementos como voz, corpo, espaço e presença.
BORTOLIN, Sueli. A ética na mediação da leitura na biblioteca escolar. Ensino Em Re-Vista , v.20, n.2, p. 423-434, jul./dez. 2013.	Aborda os princípios éticos dos mediadores de leitura frente aos alunos na escola e na biblioteca escolar, destacando para a estrutura necessária a realização das atividades de mediação literária, bem como a variedade de acervo em diferentes linguagens e suportes, dado a era tecnológica em que se vivencia, enfatizando, porém, a mediação da literatura de forma presencial.	Bibliotecários.	Pesquisa bibliográfica.	Aborda a necessidade de se colocar a empatia a favor da mediação literária, emergindo textos de diferentes culturas. Para tanto, reflete sobre a importância de se elaborar uma política de desenvolvimento de coleções. Destaca a relevância da participação bibliotecária no Projeto Político Pedagógico, traçando parcerias produtivas para a formação de leitores, uma atividade coletiva que deve englobar bibliotecários e docentes.
CARDOSO, Francilene do Carmo. Memória, informação e identidade negra na biblioteca pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UFRJ: IBICT, 2010. Não paginado.	Reflete sobre a memória e a história que foi preservada e propagada em relação aos negros no Brasil e como afetaram a construção da identidade desse grupo racial.	Bibliotecários e profissionais da informação em bibliotecas públicas.	Pesquisa bibliográfica.	Relata que o profissional da informação e/ou bibliotecário pode contribuir com a reconstrução da história de grupos subalternizados através da seleção da informação e transmissão da memória afro-brasileira através de representações positivas, modificando a consciência da sociedade brasileira a partir do trabalho nas bibliotecas públicas.

<p>CARDOSO, Francilene do Carmo. A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, RJ, 2011.</p>	<p>Realiza reflexões sobre as representações que se têm construído sobre o negro nas unidades de informação e os efeitos que delas decorrem na produção da identidade negra.</p>	<p>Bibliotecários da Biblioteca Pública Benedito Leite, no Maranhão.</p>	<p>Pesquisa bibliográfica e documental.</p>	<p>Propõe uma nova abordagem para o desenvolvimento de coleções e dinamização do acervo, principalmente através das narrativas orais da tradição afro-brasileira. Destaca que os bibliotecários devem se voltar para a demanda exigida pela Lei 10.639/2003.</p>
<p>LIMA, Graziela dos Santos; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Educação e diversidade cultural: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos de bibliotecas escolares do município de São José - SC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 317-332.</p>	<p>Busca compreender o papel das bibliotecas escolares através do estudo de acervos, que servem como instrumento para a disseminação de uma cultura de diversidade, para o atendimento a Lei 10.639/2003.</p>	<p>Responsável pela biblioteca escolar, professore(as) e diretor(a) de duas escolas consideradas modelo no município de São José e o secretário (a) de políticas de promoção de igualdade racial do município.</p>	<p>Pesquisa de caráter qualitativo, quantitativo e descritivo. Utiliza como instrumento de coleta de dados um questionário.</p>	<p>Expõe a falta de atualização profissional dos professores, presos ainda a uma visão eurocêntrica, que desvaloriza a cultura de matriz africana. Reflete sobre a importância da elaboração de um acervo que contemple a diversidade cultural e não apenas a cultura hegemônica. Relata que as bibliotecas das escolas pesquisadas não estão fazendo circular os livros que recebem e não possuem em sua maioria o bibliotecário para dinamizar e dar suporte as práticas pedagógicas voltadas para o reconhecimento da cultura negra nesses espaços educacionais.</p>

<p>MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011.</p>	<p>Investiga as percepções e ações de bibliotecários escolares diante das leis de inclusão e da temática do Multiculturalismo.</p>	<p>Bibliotecários das escolas municipais de Florianópolis, Coordenador do Programa de Diversidade Étnico-Racial na Educação e coordenadoras da Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias do município de Florianópolis, além da Prof^a Dr^a Bernadete Campello e Prof^a Dr^a Magda Teixeira Chagas.</p>	<p>Pesquisa avaliativa e descritiva, no qual se efetuou pesquisa bibliográfica e documental, questionários com perguntas abertas e entrevistas.</p>	<p>Indica a necessidade de desenvolvimento das políticas públicas de combate aos preconceitos e promoção da dignidade humana, além de treinamento contínuo para os profissionais da educação, incluindo os bibliotecários.</p>
<p>NUNES, Érica Melanie Ribeiro. Cidadania e multiculturalismo: a Lei 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.</p>	<p>Analisa a repercussão da Lei 10.639/2003 e do Multiculturalismo no contexto das bibliotecas escolares.</p>	<p>Bibliotecários da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.</p>	<p>Estudo de caso, de caráter exploratório-descritivo combinado, no qual se efetuou pesquisa bibliográfica e documental, questionários com perguntas abertas e fechadas, observação direta e entrevistas. Analisou comparativamente dos dados com as Diretrizes instituídas pelo Governo Federal e Estado de Minas Gerais.</p>	<p>Informa que as bibliotecas estão engajadas, mas necessitam ainda de mais discussões e ações, além de cooperação com o plano pedagógico. Demonstrou que o interesse pelas ações geralmente surgem de bibliotecários que se autoidentificam como negros ou pardos.</p>

<p>SILVA, Ana Claudia Emídio da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. História e Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a Lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares. Bibl. Esc. em R., Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2014.</p>	<p>Propôs analisar ações desenvolvidas por bibliotecas escolares no que se refere à Lei 10.639/2003, realizando um levantamento do acervo e do uso no que condiz a referida Lei, além de refletir sobre o papel da biblioteca como instrumento pedagógico e social.</p>	<p>Professores das disciplinas de Português, Geografia, História e Sociologia, além das bibliotecas escolares das três maiores escolas estaduais de Juazeiro do Norte.</p>	<p>Pesquisa etnográfica de natureza qualitativa com delineamento bibliográfico, observação sistemática, questionários e entrevista semiestruturada.</p>	<p>Demonstra que há pouca procura pela biblioteca escolar por parte dos docentes visando implementar o trabalho pedagógico referente a Lei 10.639/2003. Além disso, percebeu-se que as bibliotecas ocupam posições secundárias no desenvolvimento de ações na escola e há falta de profissionais bibliotecários para gerenciá-las.</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: A autora.

Diante do quadro exposto acima, foram selecionados trabalhos como os de Alencar (2014), intitulado, “Mediação da informação no fazer do bibliotecário no âmbito do Interculturalismo”, que suscitou na presente pesquisa, a transformação social que o bibliotecário é capaz de empreender. Ao expressar que o bibliotecário deva acolher os usuários igualmente, considerando a diversidade cultural existente em cada um, a autora aliou à Biblioteconomia contribuições advindas da Educação Intercultural, configurada por ambas as pesquisas como o meio pelo qual se conseguiria pôr em prática as atividades socioeducativas desse profissional, através da interação entre as diferentes culturas. A pesquisadora suscitou ainda, reflexões acerca da inserção dessa área disciplinar nos currículos de graduação e na educação continuada de bibliotecários, a fim de modificar o perfil e consequentemente as ações desempenhadas pela classe profissional dentro das bibliotecas.

Almeida Júnior e Bortolin (2011), na pesquisa, “A mediação oral da Literatura, o bibliotecário: voz, corpo, espaço e presença”, originada da tese de Bortolin, lembrou o papel de mediador e formador de leitores do profissional bibliotecário. Destacam a interação que precisa ser construída entre o leitor-narrador (bibliotecário) e o leitor-ouvinte (leitor) e de como se obtém a atmosfera propícia para a mediação oral quando se consegue atingir essa interação, que depende dos pilares a serem explorados pelo bibliotecário, a saber, voz, corpo, espaço e presença, dando-lhe subsídios para desenvolver as atividades de mediação oral da literatura.

O trabalho de Aquino e Pereira (2010), denominado “A presença das narrativas míticas de ancestralidade africana como elementos de informação e preservação da memória” ratificam as práticas interdisciplinares na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e

a viabilidade de uma interseção com os Estudos Culturais, possibilitando a investigação de práticas identitárias, assim como o proposto pela presente pesquisa. As autoras buscam identificar e compreender os mitos como possibilidade de preservação da memória do povo quilombola em questão, perpetuando suas tradições e trazendo reconhecimento da sua identidade cultural. Tal como neste estudo, as pesquisadoras verificam que as identidades na atualidade são fragmentadas, vem se desconstruindo, e através da democratização da cultura afro-brasileira se colabora para a preservação da mesma, bem como na manutenção das identidades que compartilham desta cultura. As autoras relembram a importância de se preservar a memória dos africanos que trouxeram grandes contribuições culturais, as quais foram integradas a cultura brasileira, como contos, lendas e uma literatura oral vasta, mas que foram reprimidas e marginalizadas pela classe dominante, preocupação também desta pesquisa, através da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira. As autoras encaminham sua pesquisa fundamentando a memória e os mitos como elementos necessários para a divulgação e preservação da cultura africana, pois, entendem o mito também como uma narrativa que legitima inclusive lendas e contos populares, reiterando a perspectiva oferecida pela pesquisa, ao colocar a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira como meio de trazer reconhecimento e legitimidade a identidade cultural dos afro-brasileiros bem como por seus pares. Embora o trabalho de Aquino e Pereira não enfoque a Lei nº 10.639 de 2003, se faz pertinente à medida que propõe que a área da Ciência da Informação se coloque a disposição para preservar e transmitir a cultura africana, cooperando para resgatar a ancestralidade e a identidade de povos quilombolas que resistem e representam tão fortemente as Africanidades presentes na cultura brasileira.

Em sua tese, “Mediação oral da literatura: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando”, Bortolin (2010), por meio de uma pesquisa bibliográfica, construiu o conceito de mediação oral da literatura, além de outros conceitos que lhe deram embasamento para demonstrar que a biblioteca é um espaço de mediação da leitura e de mediação oral da literatura e que, para tanto, os bibliotecários devem além das tarefas técnicas, se permitirem executar esses tipos de ações, por desempenharem um importante papel cultural, científico e educacional. A autora aliou as teorias da Estética da Recepção à mediação oral da literatura, refletindo sobre o efeito da mediação literária no ouvinte. O alinhamento das construções teóricas pela autora, admitiram que bibliotecários ampliem sua ação ao utilizarem da Oralífera, a construção de uma ambiência com a participação coletiva do leitor-narrador, do leitor-ouvinte e dos demais elementos que compõem o ato da oralidade como voz, corpo, espaço e presença, muitos

destes presentes nas Artes Cênicas, a fim de comporem suas atividades de mediação oral da literatura. Nesse sentido, a pesquisadora enfatiza sua preferência pela mediação da voz viva, através do bibliotecário, mas não descarta a valorização da propagação literária através de produtos midiáticos, como audiolivros, CD's, DVD's, recursos da Internet entre outros aparatos tecnológicos que permitam aos leitores-ouvintes se apropriarem da cultura e da literatura, evidenciando a atualidade tecnológica e informacional vivenciada pela sociedade.

Tanto em sua tese quanto na pesquisa em parceria com Almeida Júnior, Bortolin contribui neste estudo, ao trazer o conceito de mediação oral entre outros conceitos e elementos que permitem desenvolver e embasar tal atividade, conduzindo a interação entre aluno (leitor-ouvinte) e o bibliotecário (leitor-narrador), valorizando a voz e a palavra, enfim, a oralidade tão presente na cultura africana e/ou afro-brasileira, emergindo o sentimento de coletividade que pode ser aprimorado constantemente em cada atividade de mediação oral, resultando no almejado reconhecimento cultural afro-brasileiro e concomitantemente na visibilidade da profissional bibliotecário.

Já na pesquisa intitulada “A ética na mediação da leitura na biblioteca escolar”, Bortolin (2013), destaca a importância de o bibliotecário escolar mediar textos literários de espécies e temáticas diferentes, resgatando narrativas coletivas e interagindo com os diferentes tipos de usuários. Relata a importância de se desenvolver uma política de desenvolvimento de coleções a fim de que determinados livros não sejam censurados por representarem um desafio ou por tratarem de assuntos polêmicos, pois assim, poderão manter diálogos para discutir problemas e preconceitos através de uma abordagem literária. Expõe a relevância de o bibliotecário escolar participar do Projeto Político Pedagógico e estabelecer parcerias com o corpo docente. Tais questionamentos vão ao encontro desta pesquisa que busca mediar a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira com o intuito de reconhecer e, portanto, legitimar a contribuição dos africanos e afro-brasileiros em todos os âmbitos da sociedade. Deste modo, a autora, continua por contribuir com a pesquisa, ao destacar o estímulo a leituras plurais e sem preconceitos de modo a ampliar os horizontes do leitor. Além disso, suscita reflexões acerca da empatia, visto como um elemento ético, que ampara as atividades de mediação literária, portanto, bibliotecários e usuários devem ser levados na experiência literária a ocupar o lugar do outro, se permitir ficar no lugar da personagem, auxiliando tanto o profissional bibliotecário quanto o leitor, um cidadão em formação, a reconhecerem os direitos alheios, inclusive no que condiz a cultura.

Cardoso (2010), em sua pesquisa “Memória, informação e identidade negra na

biblioteca pública”, alia conceitos de memória e história, conduzindo a reflexão acerca do silenciamento quanto à memória negra, afetando a construção das identidades negras, na qual foi preservada a história de escravidão em detrimento da contribuição destes na sociedade brasileira. A autora expõe que a memória, por ser uma construção de sentidos e significações, contribui para a construção de identidades individuais e coletivas e, portanto, sofre disputas sobre o que se deve ser lembrado ou esquecido, colaborando com a pesquisa ao explicar por outro viés, as relações de poder que são travadas com relação ao capital cultural, bem como, a violência simbólica cometida pelos sistemas de ensino quando da seleção pedagógica, pois toda seleção implica numa exclusão. A autora explica ainda, como a construção da memória dos afro-brasileiros é marcada pelas relações de poder e por consequência pelas desigualdades raciais e sociais, reforçando uma identidade estereotipada, uma visão negativa sobre os negros. Tais reflexões vão ao encontro da presente pesquisa, pois esta medita sobre o papel dos sistemas simbólicos como a língua e a arte e o modo como foram e são utilizados para conformar retoricamente a posição inferior destinada ao negro, institucionalizando uma identidade social virtual. Além disso, a autora engloba no conceito de memória, as manifestações culturais africanas, a oralidade, entre outros aspectos relevantes que são propostos pela pesquisa, compartilhando da convicção de que bibliotecários e profissionais da informação preservem e transmitam essa memória (inclusive a oral), de forma crítica e questionadora em todos os âmbitos do trabalho bibliotecário, desde a aquisição até a disponibilização do acervo, enfatizando representações positivas, cooperando para uma mudança de consciência acerca da ancestralidade africana presente na sociedade brasileira.

Em sua dissertação, intitulada “A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra”, Cardoso (2011), amplia a discussão do trabalho anterior, procurando compreender as representações que se têm construído sobre o negro nas unidades de informação e os efeitos que delas decorrem na produção da identidade negra. Trouxe a tona reflexões sobre a memória e a preservação nos acervos de um silenciamento acerca da contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira, afetando a construção da identidade negra. A autora sente o incômodo em relação à ausência de narrativas, a indisponibilidade de materiais e ações culturais contemplando os negros e relata que o pouco que se tem disponível retrata esse grupo racial de modo estereotipado. Desse modo, as observações de Cardoso, compartilham dos mesmos anseios da presente pesquisa, pois enfatiza que o bibliotecário e/ou profissional da informação se atualize a fim de que não se torne um mero reproduzidor da cultura dominante, e sim, preserve e dissemine toda e qualquer informação de forma crítica e

questionadora, apresentando a diversidade de modo igualitário, valorizando a cidadania do negro. A autora demonstra ainda sua preocupação em relação aos livros infantojuvenis, impregnados de narrativas e ilustrações estereotipadas que prejudicam as construções identitárias de crianças e jovens, além de ressaltar que é necessário entender que o processo identitário é perpassado pelas relações de poder e pelo racismo que justificou a dominação de um povo sobre o outro, negando-lhes direitos. Assim como este estudo, a autora almeja que os bibliotecários e/ou profissionais da informação se atualizem profissionalmente e se atentem para o que estipula a Lei nº 10.639 de 2003, desenvolvendo e dinamizando coleções que contemplem as narrativas orais, enfatizando as produções de afro-brasileiros, possibilitando a construção de uma identidade negra positiva. Para tanto, a autora elege como meio de viabilização para tal intento, ações culturais que valorizem as contribuições dos negros na sociedade brasileira, uma alternativa semelhante ao proposto pela presente pesquisa.

O trabalho de Lima e Cardoso (2013) verificou a falta de preparo dos professores, que continuam a perpetuar a teoria da Democracia Racial nas escolas, renegando as discriminações e os efeitos sociais que dela resultam. Constataram que o município de São José, campo empírico da pesquisa, tem se mostrado ativo e contribuído com cursos de atualização para docentes, dado o despreparo em que se encontram para atender a demanda da Lei nº 10.639/2003. Ressalta-se, contudo, que as bibliotecas estudadas precisam de ajustes para atender a referida Lei, pois não possuíam acervo adequado disponibilizado, e quando o receberam, faltava o profissional bibliotecário para gerenciar e disseminar o acervo para as devidas práticas pedagógicas na escola. Tal pesquisa colabora com o presente trabalho, na medida em que reflete sobre o despreparo dos profissionais atuantes nas escolas e no papel que a biblioteca e o bibliotecário escolar devem desempenhar para atender ao proposto pela Lei nº 10.639 de 2003.

Miriam Mattos (2011) em sua dissertação, “Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares” expõe que na escola são reproduzidos muitos dos estereótipos sociais e sendo assim, neste mesmo local as crianças e jovens devem ser estimuladas a entender que as diferenças, sejam quais forem, não devem embasar relações desiguais e sim respeito à diversidade e tratamento igualitário para todos. Verifica a necessidade de se pautar ações de inclusão social, acessibilidade e multiculturalismo na formação profissional do bibliotecário, a fim de atender com igualdade a variedade de usuários na instituição em que atua. Neste sentido, a proposta da autora vai ao encontro da presente pesquisa, pois, esta propõe que o bibliotecário escolar

interfira na reprodução da cultura dominante, mediando à cultura de grupos subalternos, como os negros e permitindo a sua integração nas ações pedagógicas. Deste modo, compartilha-se com a pesquisadora da sugestão oferecida pela IFLA sobre serviços bibliotecários para comunidades multiculturais e sobre a necessidade de o bibliotecário escolar adotar uma postura dialética em relação à pluralidade cultural dos usuários que atende, pois, afirma que a mediação está presente em todas as atividades bibliotecárias, desde o processo de seleção às políticas da biblioteca que podem englobar ou excluir a diversidade. A autora, assim como a desta pesquisa, partilha da opinião de que os bibliotecários podem utilizar de ações culturais para mediar à cultura, seja em suporte físico ou oral, possibilitando que todos os grupos culturais sejam considerados democraticamente, promovendo o reconhecimento de identidades plurais. Reflete sobre a urgência dos currículos de formação de bibliotecários se adequarem as demandas multiculturais e inclusivas, indicando, sobretudo, a necessidade de constante atualização desse profissional. Assim, como esta pesquisa, o trabalho de Mattos enfatiza a inevitável transformação que o bibliotecário deve passar, se mostrando proativo e participativo das demandas pedagógicas, se apropriando do seu papel socioeducativo.

A dissertação de Nunes (2010), intitulada “Cidadania e multiculturalismo: a Lei nº 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte” discorre primeiramente sobre o desenvolvimento da cidadania e como esse processo se deu no Brasil com relação aos negros e mestiços, apontando o fundamento biológico de raça que serviu para categorizar hierarquicamente a população e como esse conceito se perpetuou, transpondo-se para os planos político e social. A autora expõe a dificuldade em se reconhecer e respeitar as múltiplas identidades, principalmente no ambiente escolar, perpassando pela legislação educacional até a Lei nº 10.639 de 2003, enfatizada pela autora, bem como por esta pesquisa, em que abordou a importância em se valorizar a identidade do negro e se destacar as contribuições desse grupo racial no contexto das bibliotecas escolares. Relata a existência de um Núcleo de Relações Étnico-Raciais na cidade de Belo Horizonte, responsável pela composição de kits de Literatura Afro-Brasileira, que são enviados às bibliotecas das escolas a cada dois anos. Porém, verifica a ausência de bibliotecários e auxiliares de biblioteca na comissão que seleciona os livros para constituírem o referido kit, mencionando, além disso, que quando participam, não possuem voz na escolha dos livros. Por outro lado, o núcleo responsável, tem utilizado de alguns critérios para efetuar a seleção dos títulos, como privilegiar as editoras que trabalhavam com essa temática antes da promulgação da Lei nº 10.639 de 2003, verificar se a linguagem utilizada na obra está de acordo com as concepções

defendidas pelas Diretrizes Curriculares e pelos teóricos da área, ou seja, que não camufle a verdade sobre a história e cultura dos africanos e/ou afro-brasileiros.

Assim como a presente pesquisa, Nunes verifica que por mais que a biblioteca disponibilize acervo adequado para a implementação da Lei nº 10.639 de 2003, caso não haja uma interação com o trabalho pedagógico da escola, as ações terão pouca visibilidade. Constatou que os bibliotecários que mais desenvolvem ações voltadas à temática negra, as realizam por se identificarem racialmente e que a maneira com que cada um desenvolve suas atividades depende da escola onde atua, ratificando o objetivo geral da presente pesquisa, uma proposta de diretrizes de atuação para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira com o intuito de implementar a Lei nº 10.639 de 2003.

Na pesquisa intitulada “História e Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a Lei nº 10639/2003 nas bibliotecas escolares” (SILVA; BERNARDINO; SILVA, 2014), as autoras refletiram sobre o papel da biblioteca escolar diante da demanda advinda com a Lei nº 10.639 de 2003. Nesse ínterim, meditaram sobre a concepção que se enraizou acerca da funcionalidade da biblioteca escolar e da importância do profissional bibliotecário, visando sua modificação diante do reconhecimento dos atributos educativos e sociais partilhados por ambos. Para tanto, a pesquisa verificou a necessidade de que este profissional seja incluso no Projeto Político Pedagógico escolar. Verificou ainda que as ações visando o atendimento da referida Lei tem se limitado ao dia da Consciência Negra e que as bibliotecas não se mostram proativas. Reafirmam a necessidade de a biblioteca escolar desenvolver ações e se envolver com as propostas pedagógicas da escola visando contribuir para a implementação da Lei nº 10.639/2003, e, concomitantemente transformar a visão que o público conservou sobre esse espaço educativo e social. Este trabalho se mostrou essencial para entender as discussões e objetivos da presente pesquisa, pois ambos partilham das mesmas inquietações e reflexões.

Após a exposição desses trabalhos, revela-se, contudo, que os resultados da pesquisa nas bases de dados demonstram pouco interesse por parte da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação por temáticas que englobem a biblioteca escolar e a Lei nº 10.639/2003.

Diante de tal contexto, se optou por analisar trabalhos de outras áreas profissionais que pudessem complementar a revisão da literatura. Dada a dificuldade em encontrar perfis semelhantes, optou-se por pesquisas que tivessem uma maior afinidade, ou seja, que propusessem uma mudança de atitude em relação à representação do negro ou pelos menos correlacionadas a disseminação da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira com a pretensão

de contribuir para o reconhecimento da herança cultural africana e/ou afro-brasileira, legitimando-a de acordo com a exigência da Lei nº 10.639 de 2003.

Destaca-se, que foram incluídas três dissertações, sendo duas da área de Educação e uma da área de Letras, todas recuperadas na BDTD.

Essas pesquisas foram inclusas, com a intenção principal de contribuir na construção do produto deste estudo, pois utilizam da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira como instrumento de combate ao racismo, valorização da cultura de matriz africana e o reconhecimento da identidade que a permeia. Seguem, respectivamente, os trabalhos selecionados:

Quadro 2 – Revisão da Literatura nas áreas de Educação e Letras

Itens	Tema	Sujeitos	Métodos	Principais Resultados
PEREIRA, Márcia Moreira. Práticas e representações da lei 10.639/2003 na escola: a questão étnico-racial e o ensino de literatura. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012.	Reflete sobre a prática e a representação da Lei 10.639/2003 na escola, abordando as relações étnico-raciais e o projeto político pedagógico, sobretudo no que condiz ao ensino de Literatura Africana Lusófona.	Professores e alunos do Ensino Médio de quatro escolas da rede estadual de ensino da cidade de São Paulo.	Método dialético. Pesquisa qualitativa e quantitativa, com pesquisa bibliográfica e documental e aplicação de questionários.	Exprime que professores se relacionam em graus variados com a cultura negra, mas que esta surge ainda estereotipada, demonstrando o despreparo dos envolvidos no processo educacional. Comenta que a efetiva aplicação da Lei 10.639/2003 contribuiria para a composição da identidade cultural do país e que o ensino de Literatura Africana Lusófona poderia despertar a criticidade e uma consciência multicultural no sistema escolar.
SANTOS, Anilda de Fátima Piva dos. Literatura Afro-brasileira e identidade: proposta de sequência didática para o Ensino Fundamental II. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências	Indica a utilização da Literatura Afro-brasileira como ferramenta para o combate ao racismo e valorização da cultura brasileira de matriz africana bem como o resgate da autoestima e identidade de estudantes afro-brasileiros e o respeito por seus pares.	Professores e alunos do ensino básico de uma escola da periferia da zona oeste de São Paulo.	Pesquisa qualitativa com aplicação de questionários para docentes e atividades lúdico-pedagógicas para discentes.	Revela uma mudança de postura tanto nos alunos quanto nos professores com relação ao “outro”, o diferente de si. Relata que as atividades literárias propostas, surtiram efeito, pois, muitas posturas preconceituosas se dissiparam.

Humanas, São Paulo, 2015.				
SILVA, Geranilde Costa e. O uso da Literatura de base africana e afrodescendente junto a crianças das escolas públicas de Fortaleza: construindo novos caminhos para repensar o ser negro. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.	Pondera sobre o auxílio da Literatura Africana e Afrodescendente para a produção de novos conceitos sobre ser negro e as implicações dessas literaturas em sala de aula.	Professores, alunos e núcleo gestor de uma escola da rede pública municipal de Fortaleza, pertencente a Regional III.	Pesquisa <i>ante/pós facto</i> , em que se efetuou uma pesquisa bibliográfica e documental, com observação participante e atividades intervencionistas.	Observa que houve uma contribuição na produção de conceitos positivos acerca dos negros depois do trabalho com os docentes e discentes através das Literaturas Africanas e Afrodescendentes.

Fonte: A autora.

Diante do contexto explicitado, o trabalho de Pereira (2012), “Práticas e representações da lei nº 10.639/2003 na escola: a questão étnico-racial e o ensino de literatura” foi selecionado por investigar como o ensino de Literatura Africana Lusófona pode auxiliar na aplicação plena da Lei nº 10.639 de 2003 e conseqüentemente na conscientização das questões étnico-raciais na sociedade, ao expor que esse tipo de literatura pode potencializar o questionamento crítico das relações étnico-raciais, o preconceito, a pluralidade cultural, entre outros desdobramentos. Assim como a presente pesquisa, a autora visa incentivar uma Literatura voltada para valorização da cultura africana, a fim de que esta também seja reconhecida como integrante da cultura nacional. A pesquisadora traça um panorama em que exhibe as hierarquias sociais e a arbitrariedade cultural institucionalizada nos sistemas de ensino, em que predomina a cultura eurocêntrica, desvalorizando por consequência, a contribuição dos negros para a formação da sociedade brasileira. Relata que tal situação discriminatória pode ser constatada inclusive nos materiais didáticos e de apoio utilizados, afetando dessa maneira, na formação da identidade desse grupo racial. Vislumbra na Lei nº 10.639 de 2003 a possibilidade de reconstrução da identidade dos negros, além da renovação das práticas pedagógicas e do Projeto Político Pedagógico, partilhando dos mesmos pressupostos que a presente pesquisa, visto que elegeu a leitura literária como

instrumento para a modificação desse contexto preconceituoso, almejando despertar uma consciência multicultural e a afirmação de uma identidade afrodescendente por todos os cidadãos, em especial, pelos negros.

Santos (2015), em sua dissertação, “Literatura Afro-brasileira e identidade: proposta de sequência didática para o Ensino Fundamental II” ratifica a importância de se trabalhar com a Literatura Afro-Brasileira, por esta contribuir, para o reconhecimento da cultura negra na formação da sociedade brasileira, além de possibilitar a construção afirmativa de uma identidade étnico-racial de adolescentes afrodescendentes na escola. Neste sentido, a proposta da autora vai ao encontro da presente pesquisa, pois, sugere propostas semelhantes no sentido de valorização da contribuição dos negros no Brasil e de viabilizar o reconhecimento de uma identidade na qual participe a herança africana presente no país.

Diante desse desafio, a autora propõe uma sequência didática que permita através da leitura literária debater temas relacionados aos conflitos étnico-raciais e auxiliar no processo de reconstrução identitária dos adolescentes, especialmente os negros. A autora, assim como a desta pesquisa, deseja formar leitores críticos, apreendendo da leitura seus aspectos históricos, sociais e culturais, de modo que compreendam a realidade presente na leitura literária, pois mesmo tendo caráter ficcional, a Literatura também é o espelho do meio social. Para alcançar tal intento, Santos discorre sobre o Mito da Democracia Racial, as hierarquias sociais e a reprodução destas no ambiente escolar, em que há um silenciamento acerca do racismo, prejudicando a percepção, a construção e o reconhecimento identitário dos negros e assim como esta pesquisa, medita sobre a arbitrariedade do trabalho pedagógico realizado nas escolas, que privilegia a cultura dominante, eurocêntrica, em detrimento das outras, como a de matriz africana, identificando a necessidade de se reverem os Projetos Pedagógicos e que estes envolvam todos os profissionais do ambiente escolar, de maneira que ofereça aos alunos, independente da cor da pele, uma formação multicultural e identitária na qual participe a cultura africana e afro-brasileira, desconstruindo preconceitos baseados em características fenotípicas. Relata que a sequência didática favoreceu o reconhecimento da contribuição dos negros na sociedade brasileira, além de reverem seu posicionamento em relação ao outro. Desta forma, assim como anseia esta pesquisa, a Literatura Afro-Brasileira colaborou mesmo que timidamente para a legitimação da identidade negra e para a erradicação do racismo.

O trabalho de Silva (2009), intitulado “O uso da Literatura de base africana e afrodescendente junto a crianças das escolas públicas de Fortaleza: construindo novos caminhos para repensar o ser negro”, foi incluído nessa Revisão da Literatura, por possuir

temáticas semelhantes com a presente pesquisa, além de ter abordado a Lei nº 10.639/2003, embora, não a tenha incorporado como um descritor em suas palavras-chave ou no título.

Teve por objetivo investigar se o uso da Literatura de base africana e afrodescendente propicia a produção de novos conceitos acerca do ser negro. Discorre sobre o Mito da Democracia Racial e as implicações que dele decorrem, resguardando ao negro uma posição subalterna no imaginário e conseqüentemente em todos os âmbitos da sociedade brasileira. Relata as situações de preconceito racial dos quais presenciou tanto em seu exercício profissional como professora quanto como pesquisadora para a realização deste trabalho, comprovando a reprodução de preconceitos e desigualdades sociais nesse espaço educacional. Observa que os professores não possuem a formação adequada para lidar com a temática étnico-racial na escola, se mostrando desmotivados e, portanto, continuam por perpetuar tal desconhecimento ao utilizar livros adotados pelo Ministério da Educação que ainda retratam os negros em posição de subalternidade, além de não seguirem as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais que preveem a temática nos currículos da Educação Básica. Expõe que as escolas devem rever suas práticas pedagógicas, criando mecanismos que possibilitem a valorização da diversidade racial e cultural presente no país. Assim como esta pesquisa, o trabalho de Silva visualiza na Lei nº 10.639 de 2003, uma ferramenta não somente legal, mas pedagógica, que propicia a valorização e o reconhecimento das raízes culturais africanas presentes na formação da nação brasileira. Afirma que a partir das intervenções pedagógicas com o uso da Literatura de base africana e afrodescendente foram produzidos conceitos positivos sobre o ser negro, partilhando da mesma perspectiva que este estudo.

A seleção das dissertações das áreas de Educação e Letras, auxiliaram a presente pesquisa, tanto por abordarem temas correlatos, nos quais emergiram experiências que podem ser aproveitadas no espaço da biblioteca escolar quanto por provocarem uma reflexão sobre o papel de mediador do bibliotecário que deveria ser exercido e estar naturalizado no cotidiano escolar, mas perde espaço profissional para professores.

A fim de averiguar mais detidamente o contexto encontrado nas pesquisas nas bases de dados, investigou-se os Programas de Pós-Graduação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação (C.I) oferecidos por instituições públicas de ensino superior (IES) do Brasil no período de 2013 a 2017.

Ressalta-se que embora não se tenha extraído trabalhos relevantes à pesquisa, isto é, que tivessem como foco a implementação da Lei nº 10.639/2003 na biblioteca escolar, essa revisão permitiu verificar o interesse da área sobre aspectos relativos à informação e a cultura

negra – africana e/ou afro-brasileira.

Contudo, se emergiram considerações importantes e subsídios para reflexões sobre algumas temáticas despertadas no decorrer deste estudo, como a perspectiva da área para o lado social, mais diretamente, a responsabilidade social da Biblioteconomia e Ciência da Informação e a formação do bibliotecário escolar, como também aspectos de sua função educativa, portanto, tais trabalhos foram inclusos na presente pesquisa. No quadro abaixo, pode-se visualizar as informações sobre cada um desses estudos:

Quadro 3 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C. I - aspectos sobre a cultura negra

IES	Itens	Tema	Sujeitos	Métodos	Principais Resultados
PPGCI UFPB	SANTOS, Thais Helen do Nascimento. Fontes Iconográficas e memória afrocêntrica: análise da informação étnico-racial a partir do ensaio fotográfico Engenhos e Senzalas. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.	Reflete sobre as fontes de informação étnico-raciais. Tem por objetivo analisar as fontes iconográficas como um modo de preservação da cultura afrocêntrica.	Ensaio fotográfico <i>Engenhos e Senzalas</i> .	Pesquisa qualitativa do tipo descritivo-exploratória fazendo uso de métodos crítico-analíticos como a análise documental e análise discursiva.	Emerge a visibilidade marginalizada de uma memória afrocêntrica que não conduz o negro ao seu caráter de cidadão, mesmo alforriado. Exprime a responsabilidade social da área em atribuir outros mecanismos que cristalizem o papel social do negro.
PPGCI UFPB	BEZERRA, Eutropio Pereira. Patrimônio cultural, memória e preservação: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa PB. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.	Pondera sobre a construção da memória através da preservação do patrimônio cultural. Tem por objetivo identificar os bens culturais das comunidades selecionadas e compreender as estratégias para a preservação desses bens.	Seis homens e nove mulheres que integram os moradores mais antigos das comunidades de Gramame, Engenho Velho e a Comunidade Quilombola do Mutuaçu.	Pesquisa qualitativa com aplicação de entrevistas e observação participante.	Revela a importância da oralidade principalmente para comunidades quilombolas, considerando a preservação da memória como parte integrante da construção da identidade social.

PPGCI UFPB	SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da. A construção da identidade negra a partir de informações disseminadas em blogs de funk. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.	Investiga a construção da identidade negra através da produção, do acesso, da apropriação e do uso da informação musical e da étnico-racial em blogs de funk.	Dez blogs de funk considerados importantes no território nacional e três homens entre 20 e 25 anos.	Enfoque qualitativo. Pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e análise por meio da Netnografia.	Conclui que a informação musical e étnico-racial tem grande potencial como catalisadoras na construção da identidade negra, promovendo mudanças por meio da socialização, desenvolvendo mecanismos de igualdade que contribuem na luta do preconceito e discriminação.
PPGCI UFPB	SILVA, Leyde Klébia Rodrigues da. Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.	Analisa como a instituição Bamidelê se apropria, dissemina, democratiza e preserva a informação étnico-racial.	Usuárias e coordenadoras do Bamidelê.	Abordagem qualitativa. Entrevistas semiestruturadas e análise por meio do Discurso do Sujeito Coletivo.	Demonstra que os mecanismos de preservação e disseminação da instituição têm contribuído na luta contra o racismo e o sexismo e que a Ciência da Informação tem um papel importante nesse sentido, ao abrir espaço para essa discussão.
PPGCI UFPB	SANTANA, Sérgio Rodrigues de. Informação étnico-racial no âmbito dos programas de pós-graduação em psicologia. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.	Investiga a produção da informação étnico-racial no contexto da Pós-Graduação em Psicologia.	Programas de Pós-Graduação em Psicologia que abordaram temáticas sobre o negro entre 2010 e 2015.	Abordagem quantitativa-qualitativa. Método Fenomenológico. Utilizado o software Alceste para o tratamento dos dados.	Aponta que os Programas de Pós-Graduação em Psicologia produzem informação étnico-racial cuja essência trata dos negros no contexto educacional, política de cotas, elementos da cultura, identidade e memória do negro.
PPGCI UFPE	VALÉRIO, Erinaldo Dias. Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra	Analisa em que contexto ocorre à apropriação, geração e disseminação de informação que se	O Grupo de Valorização Negra do Cariri, contemplado para análise, sete integrantes	Pesquisa exploratória por meio de um levantamento bibliográfico e de campo.	Conclui que o movimento negro em questão, faz uso da informação etnicorracial da temática negra para diminuir as disparidades sociais

	do Cariri – GRUNEC. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.	desenvolve dentro do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC.	ativos do movimento.	Realizou entrevistas por pautas, semiabertas. Para análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.	existentes entre negros e não negros. Informa que o GRUNEC comunica a informação por diferentes processos e que a sociedade se apropria desses conhecimentos disseminados, a fim de se posicionarem politicamente no combate ao racismo e na luta por ações sociais afirmativas.
PPGCI UFPE	CARMO, Nicácia Lina do. A História e a cultura africana e afro-brasileira: lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq. 2015. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.	Relata estudo no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil registrados pelo CNPq, relacionados a Lei 10.639/03. Identifica os grupos de pesquisa que abordam a temática e suas atribuições, ressaltando a importância de sua implementação.	Grupos de estudos selecionados por meio da busca e das linhas identificadas em cada grupo após a pesquisa. Compreende também os trabalhos publicados em revistas, recuperados pelo currículo Lattes para realização da análise e mapeamento de livros e capítulos de livros.	Pesquisa exploratória que contempla uma revisão bibliográfica. Para tratamento dos dados, optou-se pela análise de conteúdo de Bardin.	Destaca a importância da temática e o interesse recorrente dos pesquisadores em realizar esses estudos e discussões sobre os vários desafios a serem enfrentados, observando que as publicações em periódicos não são o principal foco desses estudiosos. Conclui destacando a relevância do DGP, dos grupos e pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores para o enriquecimento das temáticas por eles estudadas e a construção e disseminação de conhecimentos, incluindo reflexões a respeito da caracterização dos trabalhos publicados.
PPGCI UFMG	DIAS, Márcio Teodoro. Lei de cotas: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência	Investiga a efetividade da reserva de vagas em instituições federais de ensino, criada pela Lei de Cotas.	O estudo contextualizou a lei e sua implementação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG).	Pesquisa descritiva e quantitativa. Realizou um Estudo de caso.	Os resultados sugeriram a necessidade de maior divulgação da política de cotas, alertaram para a importância da verificação das informações prestadas pelos candidatos que concorreram às vagas e chamaram a atenção para a necessidade de estudos futuros em outras instituições federais de ensino sobre a efetividade da

	da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.				política de cotas, visando contribuir para o debate sobre a relevância dessa política para o país.
PPGCI UFRJ	MEIRELLES, Mariana Barros. Reconhecimento, emancipação e justiça: o lugar da informação nos movimentos sociais identitários. 2013. 103 f.: il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.	Discute de que modo os movimentos sociais ampliam a participação da sociedade civil nos processos de deliberação política característicos de sociedades democráticas e pluralistas contemporâneas a partir da experiência das cotas raciais nas instituições públicas de ensino superior.	Movimento Negro Contemporâneo, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e a Rede de Pré Vestibulares Comunitários, Bolsa de Estudo em Graduação e Pós-Graduação, Educação para Afrodescendentes e Carentes (Educafro).	Pesquisa documental (materiais jornalísticos e documentos oficiais relacionados à Lei e Cotas).	Evidencia que os fluxos de comunicação e informação podem contribuir para a formação pública da opinião e da vontade em contextos democráticos. Verifica que as controvérsias públicas podem gerar dinâmicas discursivas capazes de promover o melhor entendimento sobre problemas de integração social, uma vez que suscitam práticas argumentativas que pressupõem o reconhecimento intersubjetivo e o aprendizado mútuo.
PPGB UNIRIO	FERREIRA, Graciele dos Santos. A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.	Analisa as políticas culturais voltadas para a promoção da cultura de remanescentes de quilombos no âmbito das bibliotecas públicas no Brasil. Parte do pressuposto de que esse tipo de biblioteca tem um papel estratégico para o registro, preservação, valorização e promoção da cultura de comunidades quilombolas.	Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil e as diretrizes propostas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP).	Pesquisa documental, análise de conteúdo proposta por Bardin (c1977) e análise de políticas públicas proposta por Secchi (2014).	Identifica a partir das diretrizes para acervos do SNBP para as bibliotecas públicas, que há uma preocupação e estímulo às bibliotecas considerarem a produção local, o registro da memória e a diversidade na constituição de seus acervos. Em relação ao Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, ficou evidente que trata-se de um projeto piloto, isolado que apesar do valor cultural e das contribuições, não conseguiu se firmar como uma ação contínua, se estabelecer e ser institucionalizado como política pública efetiva.

PPGB UNIRIO	OLIVEIRA, Andréa Carvalho de. Egbé virtuais : taxonomia facetada navegacional para o Atlas Observatório Quilombola. 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	Propõe uma taxonomia facetada navegacional para o site Atlas Observatório Quilombola que possibilite o usuário encontrar de forma fácil e ágil a informação que procura referente às comunidades quilombolas no Brasil.	O corpus do trabalho foram 198 verbetes cadastrados no Atlas Observatório Quilombola.	Pesquisa aplicada com investigação do tipo exploratória e pesquisa bibliográfica.	Revela que a taxonomia facetada navegacional provou ser a melhor ferramenta para recuperação de informações no Atlas Observatório Quilombola. Sugere que instituição se atente às mudanças no campo da Biblioteconomia e Ciência Informação e planeje métodos e ferramentas que auxiliem a sua organização e representação do conhecimento institucional.
PPGB UNIRIO	CANÁRIO, Raquel Fernandes. Barravento (1961) e a organização do etnoconhecimento Afro-brasileiro dos pescadores de Buraquinho/BA : reflexões por meio da epistemografia interativa. 2017. 85 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.	Investiga os elementos da cultura negra retratados no filme Barravento (1961). Aponta de que maneira a epistemografia interativa e o Cinema contribuem nas discussões teóricas no campo da Organização e Representação do Conhecimento, quando apresentado o documentário fílmico como método de organizar e representar os etnoconhecimentos afro-brasileiros nesta área da Biblioteconomia.	Pescadores da praia de Buraquinho, o cineasta Luiz Paulino dos Santos, Mãe Lúcia do Terreiro de São Jorge Filho da Goméia, demais atores sociais preocupados com a formação cultural do município de Lauro de Freitas, além de pessoas ligadas direta e indiretamente ao filme Barravento.	Pesquisa epistemográfica. Pesquisa documental escrita, imagética e sonora. Pesquisa de campo. Entrevistas temáticas e entrevistas de história de vida.	Evidencia o quanto o método epistemográfico mediado pelo registro cinematográfico, poderá ampliar os horizontes do campo da Biblioteconomia, pois permitiu observar o modo como os pescadores aplicam seus etnoconhecimentos empiricamente em seu cotidiano, facilitando-nos a organização e representação desse conhecimento, através do filme documentário Entre Barraventos, realizado para subsidiar a dissertação de mestrado.
PPGCI USP	SANTOS, Edison Luis dos. Estação memória Cambury : mediação cultural com os parceiros do	Apresenta o desenvolvimento de referenciais conceituais e metodológicos	Crianças, idosos e jovens do Quilombo Cambury.	Pesquisa qualitativa de caráter exploratório com pesquisa	Aponta que a reinserção e circulação social das memórias/ experiências na comunidade atua favoravelmente para a

	rio que muda. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.	que possam contribuir para a construção de um dispositivo informacional voltado a produção, circulação e apropriação de memórias.		documental e de campo.	construção de vínculos afetivos e cognitivos entre as crianças, idosos e jovens do Quilombo Cambury. Sugere que novos estudos decorram a partir das informações obtidas na pesquisa.
PPGCI UEL	LOPES, Fernando Cruz. O negro e a mediação : a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.	Investiga o ponto de interseção entre os estudos de mediação da informação e relações raciais na Ciência da Informação.	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e os Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.	Pesquisa qualitativa de caráter exploratório descritivo. Realizou pesquisa bibliográfica.	Revela uma baixa recuperação de trabalhos produzidos na área que abordem a temática étnico-racial. Sugere que a construção de um corpus teórico sobre as discussões e mediação dependem de mais trabalhos que tratem da C.I pelo viés da cultura.
PPGINFO UDESC	LIMA, Graziela dos Santos. Cabeçalhos de assunto para Estudos Africanos e Afro-brasileiros : Instrumento de Organização do conhecimento para o NEAB-UDESC. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.	Pondera sobre os instrumentos de organização do conhecimento, objetivando a construção de um Cabeçalho de Assuntos sobre estudos africanos e afro-brasileiros para o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina.	Pesquisa de natureza aplicada e bibliográfica, com abordagem qualitativa.	Indica que uma lista de cabeçalhos pode auxiliar na representação e organização do campo, no entanto, a construção de um tesouro especializado no campo dos Estudos Africanos e Afro-brasileiros é importante, devido a necessidade de conceituar alguns termos que possuem duplo sentido ou significado, dependendo da área de estudos a qual se vincula.

Fonte: A autora.

Como dito anteriormente, embora esta revisão não tenha atendido especificamente a temática da presente pesquisa, permitiu confirmar que há um interesse da área por questões que permeiam o negro e a cultura africana e/ou afro-brasileira, mas em uma escala reduzida ao se comparar com outras temáticas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Notou-se a ausência de teses entre os trabalhos recuperados sobre a temática no período coberto pela pesquisa.

Percebeu-se que as dissertações desenvolvidas exploram a importância do bibliotecário criar estratégias que permitam a preservação, o acesso, atuando como mediador para a disseminação da cultura negra, principalmente em seu viés informacional, na tentativa de resgatar a memória, trazer reconhecimento social e por consequência tentar contribuir para a erradicação do racismo no país, mas que não perpassam necessariamente pela implementação da Lei nº 10.639/2003 na biblioteca escolar.

Por outro lado, a pesquisa proporcionou delinear um panorama sobre as produções que arrolam o negro e a cultura africana e/ou afro-brasileira por linhas diferenciadas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, utilizando-se de aspectos da Organização e Representação do Conhecimento, Bibliometria, Fontes Iconográficas, Taxonomia, entre outros.

Segue respectivamente, os trabalhos recuperados que versam sobre a formação do bibliotecário escolar.

Quadro 4 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C. I - formação do bibliotecário escolar

IES	Itens	Tema	Sujeitos	Métodos	Principais Resultados
PPGCI UFBA	GUIMARÃES, Fernanda Xavier. Biblioteca escolar e as perspectivas curriculares dos cursos de biblioteconomia da região Nordeste . 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.	Explora as matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da região Nordeste, identificando os conteúdos que abordam a biblioteca escolar no processo de formação do	Coordenadores dos cursos de Biblioteconomia e docentes que ministram disciplinas que apresentam relações com a temática investigada.	Pesquisa aplicada, de natureza qualitativa, com alguns aspectos quantitativos na qual se fez uso do método descritivo e exploratório. Realizou pesquisa documental e aplicação de questionário	Conclui que as lacunas no processo de formação do bibliotecário na referida região poderão repercutir negativamente no exercício da cidadania, haja vista que é no espaço da biblioteca escolar que são desenvolvidas atividades de fomento à leitura, à pesquisa e ao estudo. Complementa que é nesse ambiente que os estudantes têm

		bibliotecário.		semiaberto.	contato com as várias possibilidades de conhecimentos necessários à vida em sociedade. Verifica que repensar a responsabilidade social na formação desses profissionais ainda é um desafio.
PPGCI UFMG	SOARES, Laura Valladares de Oliveira. A formação como aliada no exercício do papel educativo do bibliotecário na escola. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.	Aborda a formação do bibliotecário para o exercício do seu papel educativo na escola, embora existam autores que afirmem que esses profissionais não têm formação suficiente para exercer esse papel, tenta, portanto, compreender de que maneira a formação do bibliotecário contribui para fornecer uma base para o exercício de seu papel educativo.	Nove bibliotecários de bibliotecas escolares públicas e privadas dos estados do Rio Grande do Sul (03), São Paulo (01), Rio de Janeiro (01), Belo Horizonte (03), e Espírito Santo (01).	Estudo de caráter qualitativo, cujos dados foram obtidos através de formulário e de entrevista semiestruturada.	Constata que embora o bibliotecário valorize e aprecie as práticas educativas por ele desenvolvidas, em muitos casos ele não demonstra ter clareza dos conhecimentos, atitudes e habilidades que ensina. Ele percebe falhas na sua formação acadêmica e valoriza sua prática como fator de seu aperfeiçoamento profissional que lhe permite desempenhar adequadamente o seu papel pedagógico.
PPGCI USP	SOUSA, Margarida Maria de. A função educativa do bibliotecário no século XXI: desafios para sua formação e atuação. 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.	Busca traçar um panorama conceitual e identificar a base teórica-metodológica que embasa a discussão sobre a função educativa do bibliotecário na Biblioteconomia e	Trabalhos apresentados no GT6 – Informação, Educação e Trabalho do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) no período de 2003 a 2012.	Pesquisa de natureza exploratória e descritiva. Baseada em referencial teórico e estudo bibliométrico.	Confirma a exigência para que o bibliotecário promova ações educativas, porém percebe a dificuldade de se implantar diretrizes teórico-metodológicas que possam sustentar a formação de um bibliotecário apto a desenvolver esta função. Indica que a formação do profissional com competências de

		Ciência da Informação.			educador é um desafio para as escolas de Biblioteconomia e exige equipe multidisciplinar de pesquisadores que possam promover maior aproximação entre a pesquisa acadêmica e os ambientes sociais de atuação dos bibliotecários.
--	--	------------------------	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: A autora.

Entre os Programas de Pós-Graduação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação se recuperaram três trabalhos que tratam especificamente da formação do bibliotecário escolar, apresentadas nessa revisão a fim de suscitar algumas ponderações, pois, mesmo que não discorram sobre a Lei nº 10.639/2003, foco do presente estudo, atinge direta ou indiretamente seu processo de implementação.

Nesse sentido, Guimarães (2013), buscou analisar as disciplinas contidas na matriz curricular dos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais da região Nordeste com intuito de verificar a maneira como estão dispostos os conteúdos que propiciam a aquisição de competências para o desempenho profissional do bibliotecário escolar. Expõe à necessidade de se repensar a responsabilidade social na formação dos bibliotecários escolares, principalmente devido ao fato de que estes são os responsáveis pela formação do leitor, ressaltando a importância de modificações efetivas na estrutura curricular do curso, a fim de adequar os conteúdos curriculares à realidade da biblioteca na escola.

Soares (2014) partiu do pressuposto de que embora haja opiniões de que a formação do bibliotecário escolar não seja suficiente para exercer um papel educativo, existem bibliotecários que desempenham essa função. Portanto, procurou compreender de que maneira a formação do bibliotecário contribui para fornecer uma base para o exercício de seu papel educativo, além de investigar os diferentes aspectos da formação que possam ter influenciado seu exercício e sustentado sua prática. Revelou que os bibliotecários desenvolvem ações pedagógicas atuando como organizador, palestrante, instrutor e tutor, mas que dentre as atividades pedagógicas se destacam a orientação de pesquisa – no qual ocorre certa dependência do professor e a promoção da leitura – apontando a “hora do conto” como uma atividade significativa. Demonstrou que os bibliotecários compreendem o valor de um trabalho colaborativo com o professor, mas que nem sempre estes se mostram dispostos.

Salienta que embora os profissionais acreditassem na relevância do seu papel educativo não conseguiram definir o que ensinavam e se ocorria um reconhecimento por parte da comunidade escolar. Percebeu que bibliotecários não estavam satisfeitos com a formação que receberam nos cursos de Biblioteconomia em relação ao desenvolvimento do seu papel educativo, relatando um tecnicismo curricular, mas poucos se preocuparam em buscar uma formação especializada. Apontou que possuem consciência sobre a importância de dominarem as tecnologias para contribuir com a aprendizagem dos usuários e que essas habilidades auxiliam a desnaturalizar o estereótipo da profissão. Conclui que os bibliotecários possuem dificuldade para desenvolverem seu papel educativo devido à deficiência em sua formação.

Sousa (2014) confirma por meio da sua pesquisa, que a função educativa do bibliotecário se desenvolve em atividades já analisadas em larga escala, como orientação de pesquisa, mediação, educação de usuários, programas de competência informacional, entre outras. Revelou que sua análise não identificou sugestões que auxiliem a formação do bibliotecário para a atuação educativa, seja em termos de competências ou conteúdos programáticos. Destacou que a mediação ratifica a função educativa do bibliotecário, pois é o elo entre a produção e o uso da informação, relatando que a tarefa educativa é evidenciada quando utiliza juntamente as bases tecnicistas e seu repertório intelectual filtrando possibilidades de comunicação e interação entre os indivíduos e os conteúdos informacionais. Conclui que a formação do bibliotecário no século XXI deve superar a formação técnico-científica para incluir questões que ocorrem no campo político-social.

Em sequência, observou-se dentro do recorte estipulado, dois trabalhos que tratam especificamente da responsabilidade social da Ciência da Informação, dispostos a seguir:

Quadro 5 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C. I - responsabilidade social da área

IES	Itens	Tema	Sujeitos	Métodos	Principais Resultados
PPGCI UFPB	DANTAS, Esdras Renan Farias. Responsabilidade Social da Ciência da Informação: o conceito da temática a partir dos registros dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. 2016. 122 f.	Examina os conceitos de responsabilidade social identificados a partir de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação do	Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação reconhecidos pela CAPES.	Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Enfoca pesquisa bibliográfica	Conclui que a responsabilidade social da área consiste em promover o acesso e o uso da informação defendendo o direito a todos, ancorada no conceito de informação social, possibilitando através da mediação o desenvolvimento de

	Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.	Brasil observando se tem aproximações com outras áreas do conhecimento e como interferem na Ciência da Informação.			competências e letramento informacional dos indivíduos.
PPGCI UFBA	SILVA, Elieny do Nascimento. A responsabilidade social da Biblioteconomia nas ações de extensão universitária. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.	Analisa como as ações extensionistas realizadas pelos cursos de Biblioteconomia e suas derivações nas IFES nordestinas se configuram enquanto aspecto da responsabilidade social bibliotecária, suas contribuições para a formação cidadã e visibilidade profissional.	Composta por bolsistas de extensão, coordenadores dos programas e bibliotecários (ex-bolsistas de extensão); o lócus da pesquisa constituiu-se dos cursos de Biblioteconomia das universidades Federais da região Nordeste do Brasil.	Pesquisa quali-quantitativa; as técnicas para levantamento dos dados foram a documentação, entrevista, questionário e observação. A análise qualitativa dos questionários e entrevistas foi fundamentada na Análise de Conteúdo.	Revela que ações de extensão, direcionadas às comunidades carentes, são exercidas de forma tímida, carecendo de intensificá-las no currículo acadêmico; as ações desenvolvidas nas comunidades têm impactos positivos, tanto na comunidade interna (discente) e externa (as comunidades), constituindo variável fundamental para a consolidação da responsabilidade social universitária. Conclui que a ação extensionista precisa atingir sua finalidade: disseminação do conhecimento produzido nas universidades para as comunidades e sua inserção efetiva na formação acadêmica.

Fonte: A autora.

Salienta-se que esses trabalhos foram inclusos, apesar de não tratarem especificamente sobre o tema da pesquisa, por abordarem aspectos sobre a responsabilidade social do profissional bibliotecário, que pode ser indicada inclusive, na implementação da referida Lei. Portanto, tencionou-se obter algumas contribuições que pudessem complementar a presente pesquisa.

Nesse sentido, Silva (2017) pondera sobre a responsabilidade social da área em estimular a formação de profissionais para uma atuação crítica, em que os universitários participem da comunidade externa, considerando os diversos aspectos que englobam as

demandas sociais, pois o mundo atual exige mais do que o estipulado pelo mercado de trabalho, sendo necessário o desenvolvimento de competências e atitudes voltadas à cidadania. Sugere que as universidades repensem sua práxis educativa a fim de estimular o comprometimento com o desenvolvimento social, contribuindo concomitantemente para trazer visibilidade à classe profissional.

Dantas (2016) se propôs a identificar conceitos e conteúdos temáticos sobre a responsabilidade social da área através de seis Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil. Obteve um panorama com enfoque em dezoito macrotemáticas: acessibilidade; aspectos éticos; cidadania; Comunicação; Educação; Função Social da Ciência da Informação; Função de profissionais de informação; Função social de unidades de informação; inclusão e exclusão digital; inclusão e exclusão social; políticas públicas de informação; preservação da memória; responsabilidade social da Arquivologia; responsabilidade social e ciência; responsabilidade social empresarial; responsabilidade social universitária; responsabilidade social socioambiental e Sociologia. Ressaltou que estas se associam a microtemáticas como acessibilidade, aspectos éticos, cidadania, meios de comunicação de massa e científica, *marketing* social e outros aspectos ligados à informação, pretendendo oferecer emancipação dos indivíduos. Revela que a função ou responsabilidade social da Ciência da Informação consiste em promover o acesso e o uso da informação, seja por meios convencionais ou tecnológicos modernos, transmitindo a informação para os indivíduos que dela necessitam para socializar o conhecimento.

Deste modo, a próxima seção tenciona ocasionar uma reflexão acerca da prática voltada à diversidade, com o intuito de motivar a implementação da Lei nº 10.639 de 2003 pelo bibliotecário escolar, o que possibilitaria trazer uma maior visibilidade quanto a sua função socioeducativa, bem como ratificá-la junto à sociedade.

3.1 A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR FACE À LEI nº 10.639/2003

A Lei nº 10.639 de 2003 representa um grande marco para a educação brasileira, e, nesse sentido, o bibliotecário escolar, deve empenhar-se para implementá-la, pois, também é responsável por auxiliar no processo de reconhecimento da cultura africana e/ou afro-brasileira, conforme estipula a referida Lei, colaborando por consequência no desenvolvimento de identidades culturais das quais participe essa herança cultural. Porém, percebeu-se, nas pesquisas efetuadas que a demanda trazida pela Lei nº 10.639 de 2003 ainda

se mostra relativamente distante da realidade das bibliotecas escolares.

Os poucos trabalhos recuperados, preocupados com a implementação da referida Lei nesses espaços, como os de Lima e Cardoso (2013) e de Silva, Bernardino e Silva (2014), relatam a falta do profissional bibliotecário nas bibliotecas escolares para gerenciar as atividades, inclusive para o desenvolvimento e dinamização de um acervo que atenda as exigências da Lei nº 10.639 de 2003. Assim como Silva, Bernardino e Silva, o trabalho de Nunes (2010) demonstrou a necessidade de cooperação entre bibliotecários e docentes para adequar o Projeto Político Pedagógico as premissas da Lei, trazendo dessa maneira visibilidade à função educativa do bibliotecário escolar.

Mattos (2011) relata a necessidade de treinamento contínuo tanto para professores quanto para bibliotecários, a fim de que atendam as demandas advindas com a Lei nº 10.639 de 2003 e as demais políticas públicas voltadas para uma sociedade plural. Também se preocupa com a participação dos bibliotecários no que condiz a política de desenvolvimento de coleções. Verifica na adoção de ações culturais uma alternativa para a concretização de tais políticas.

Embora Cardoso (2010; 2011) não trate especificamente da biblioteca escolar, pondera sobre questões levantadas por Lima e Cardoso (2013), ao expor a necessidade de se desenvolverem políticas de desenvolvimento de coleções e dinamização desses acervos, preocupando-se com uma representação positiva acerca dos negros, resgatando a memória e a história que foram silenciadas e integrando as manifestações culturais africanas e afro-brasileiras, inclusive as de cunho oral, propiciando o reconhecimento de uma identidade positiva por parte dos negros. Concordando com Bortolin (2010), pois esta defende a oralidade como instrumento de democratização da cultura num país que ainda apresenta um grande número de analfabetos, e entre eles, uma maior representatividade entre pretos e pardos, emergindo a preocupação de Cardoso (2011, p. 60), sobre a significação da biblioteca para as classes populares, representando “mais um aliado para a exclusão social; que nas bibliotecas têm-se dado através da rara disponibilidade de materiais e ações didático-pedagógicas que retratem as experiências e o cotidiano desses povos”.

Trazer reconhecimento a uma cultura renegada e, portanto, invisibilizada, num país de fronteiras sociais e econômicas tão nitidamente demarcadas requer um esforço coletivo. Em primeira instância, as bibliotecas são escassas, substituídas por salas de leitura, e muitas delas não contam com o profissional bibliotecário; a educação sofre progressivamente com a instabilidade econômica do país, tendo seus recursos subtraídos, portanto, investimentos em

projetos de alfabetização da população, quanto mais direcionados a democratização de uma cultura vista ainda como subalterna, são quase impraticáveis.

Nessa perspectiva, o estudo de Sousa (2014, p. 138-139), ainda que não se ocupe com as temáticas culturais advindas com a Lei nº 10.639/2003, esclarece que a função educativa do bibliotecário pode contribuir para “[...] a manutenção desse sistema educacional instituído por uma série de fatores provenientes do contexto histórico cultural em que se insere, como também colaborar com o desenvolvimento da autonomia do leitor/pesquisador enquanto protagonista de sua própria história”, presumi-se desse modo, que há uma dependência relativa a postura do bibliotecário – influenciada pela formação acadêmica e pela instituição em que atua, pois estes fatores tanto podem modificar quanto perpetuar ações pedagógico-culturais.

As bibliotecas escolares brasileiras, assim como os demais tipos de bibliotecas, se adaptam a realidade das instituições em que estão inseridas. Geralmente não possuem verba para realizar atividades que não sejam estipuladas previamente pela organização mantenedora, e além da dependência institucional, leva-se em conta a inércia da classe bibliotecária, que carece de uma visão progressista para abandonar uma fração do modelo tecnicista imposto pela formação profissional e expandir o cunho social da profissão.

Sendo assim, a pesquisa de Soares (2014, p. 85), apesar de não tratar sobre aspectos culturais relacionados à Lei nº 10.639/2003, revelou por meio da fala de seus participantes, que nos cursos de Biblioteconomia predominaram as disciplinas técnicas em contraponto as disciplinas culturais, ressaltando o quanto seria importante se os cursos contemplassem disciplinas relacionadas à área da educação, uma vez que “[...] mostraram acreditar que depois de cursarem tais disciplinas estariam mais preparados para desenvolverem seu papel educativo, demonstrando que não distinguem as duas categorias de disciplinas: culturais e pedagógicas”.

Acredita-se, portanto, que uma formação adequada à função do bibliotecário escolar aliado ao uso de instrumentos disponíveis, tais como as legislações educacionais, os demais desdobramentos da Lei nº 10.639 de 2003, entre elas, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como também das Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar e o documento da IFLA “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, além dos subsídios oferecidos pela Educação Intercultural, auxiliaria a dispor um pouco do seu foco no ser humano, a quem deve atender com responsabilidade e comprometimento, promovendo o

acesso à cultura africana e/ou afro-brasileira, na tentativa de contribuir para erradicação das discriminações e desigualdades sociais.

Nesse sentido, a pesquisa de Guimarães (2013, p. 116), mesmo que não aborde a implementação da Lei nº 10.639/2003, pois, focaliza a formação do bibliotecário escolar, recomenda que “[...] os cursos de Biblioteconomia das IFES nordestinas promovam discussões sobre a temática abordada, no sentido de ampliar o escopo e a valorização da BE enquanto espaço de educação e cultura, conforme propalado pelo manifesto das BE proposto pela IFLA/UNESCO”.

Embora se compreenda as dinâmicas que naturalizaram as desigualdades vivenciadas por negros no Brasil, inclusive na área da cultura e considerando também, que as instituições de ensino não habilitam profissionais para o atendimento de questões relacionadas à diversidade cultural e racial do país, propõe-se uma reestruturação da formação acadêmica e a recomposição de cursos de educação continuada na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, pois se acredita que questões culturais só podem ser resolvidas através da cultura.

Deste modo, recomenda-se uma reavaliação curricular pautada na valorização das diferenças culturais e raciais, o que proporcionaria uma melhora na qualidade dos serviços prestados e das atividades culturais desenvolvidas pela biblioteca escolar, impactando por consequência no ensino oferecido ao corpo discente.

Percorrendo por esse raciocínio, vislumbra-se auxiliar no reconhecimento de uma identidade cultural na qual esteja legitimada a cultura africana e/ou afro-brasileira, não se atendo somente ao espaço da biblioteca, mas que se estenda também ao plano das práticas pedagógicas e culturais de toda a comunidade escolar.

Em razão dessa discussão, na próxima seção serão apontadas algumas reflexões acerca da inserção das temáticas voltadas a pluralidade cultural no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

3.2 A BIBLIOTECONOMIA E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA LEGITIMIDADE CULTURAL

Em meio às investigações nas bases de dados, foi possível identificar inúmeros trabalhos relacionados a presente pesquisa, empenhados em disseminar a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, porém, sem contemplar o espaço da biblioteca escolar. Diante deste contexto, notou-se, como mencionado anteriormente, pouco interesse por parte da área de

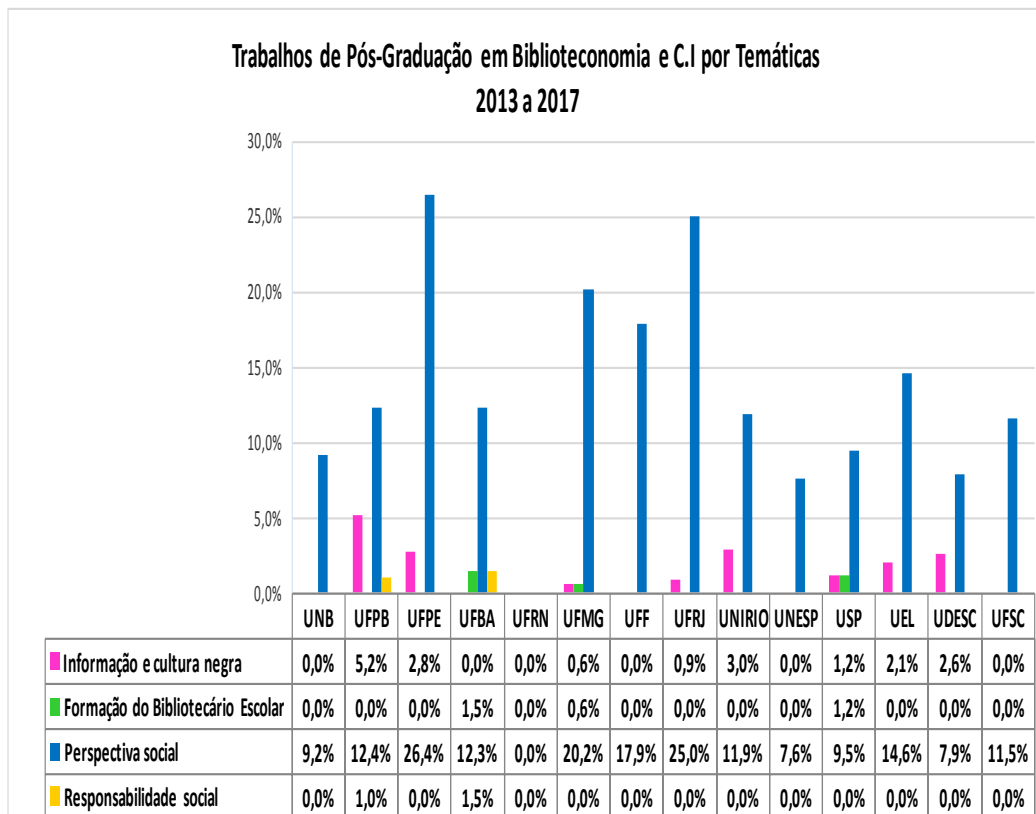
Biblioteconomia e Ciência da Informação por temáticas que englobem a biblioteca escolar e a Lei nº 10.639/2003.

Tal conjuntura desencadeou na pesquisa uma abertura para averiguar se de fato este comportamento se mantém nos Programas de Pós-Graduação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A pesquisa nesses programas possibilitou evidenciar uma preocupação da área pelo lado social, incluindo uma variedade de temas que atingem a população em geral, seja na área jurídica, ambiental, da saúde, relações de gênero, raça, direitos humanos, entre outros aspectos, prezando pelo acesso a informação e inclusão de pessoas em situação de desvantagem social, sendo recorrente a presença de pesquisas que abordam sobre a acessibilidade de pessoas com algum tipo de deficiência.

De acordo com o gráfico 1, pode-se obter um panorama sobre o quantitativo de trabalhos desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação do país, que se propuseram a discutir sobre temáticas ligadas direta ou indiretamente a presente pesquisa.

Gráfico 1 – Temáticas pesquisadas na Pós-Graduação em Biblioteconomia e C. I



Fonte: A autora.

O gráfico 1 aponta que há um grande número de trabalhos interessados em tratar de aspectos informacionais que envolvam a sociedade (dados na cor azul em que há a predominância deste fator em 13 das 14 universidades pesquisadas, variando de 7,6%, na UNESP a 26,4%, na UFPE), visto que somente a UFRN não produziu trabalhos relacionados nesse período.

Contudo, há um quantitativo reduzido de pesquisas que se propuseram a discutir sobre as problemáticas vivenciadas pelos negros – a maior parcela da população brasileira, dado que entre as 14 universidades pesquisadas, somente 8 produziram trabalhos nesse período, conforme assinala a cor rosa do gráfico (variando de 0,6%, na UFMG a 5,2%, na UFPB), portanto, presumiu-se que tal fato, seja significativo enquanto posição de subalternidade ocupada por esses indivíduos, inclusive no que condiz as preocupações acadêmicas.

Verificou-se que há pouco interesse de pesquisa sobre a formação do bibliotecário escolar, visto que dentre as 14 universidades, apenas 3 produziram trabalhos no período investigado, conforme destacado pela cor verde do gráfico (variando de 0,6%, na UFMG a 1,5%, na UFBA), demonstrando a necessidade de que seja colocado em pauta a discussão pelos órgãos competentes, sobre a renovação da formação acadêmica desse profissional.

Constatou-se que um foco incisivo sobre a responsabilidade social da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação ainda é de pouco interesse acadêmico, conforme assinala a cor amarela do gráfico (variando de 1,0%, na UFPB a 1,5%, na UFBA), à medida que das 14 universidades pesquisadas, 12 não produziram nenhum trabalho sobre a temática, revelando que muito ainda precisa ser discutido para que seja ratificada a importância social da área profissional.

No que condiz a temática da presente pesquisa, percebeu-se que há um interesse da área por questões que permeiam o negro e a cultura africana e/ou afro-brasileira, porém não se preocupam com a inserção da Lei nº 10.639/2003 na biblioteca escolar.

Constatou-se a recorrência de temáticas ligadas à informação étnico-racial, seja abordando fontes ou a disseminação dessa informação (SANTANA, 2016; SANTOS, 2013; SILVA, 2014; SILVA JÚNIOR, 2014).

Essa revisão possibilitou conhecer trabalhos que se atentaram para a organização do conhecimento (LIMA, 2016), inclusive considerando práticas culturais e identitárias como a oralidade para a representação desse conhecimento (CANÁRIO, 2017).

Verificou-se a relevância dos movimentos sociais para essa parcela da população, inclusive no tocante as políticas públicas de Ação Afirmativa que versam sobre as cotas

(DIAS, 2014; MERELLES, 2013; VALÉRIO, 2014).

Alguns dos trabalhos demonstraram a importância de se preservar a memória da cultura negra e de se introduzir a discussão sobre o racismo, a construção da identidade racial e aspectos que circundam as relações étnico-raciais (BEZERRA, 2014; LOPES, 2014).

Observou-se o empenho de alguns pesquisadores (FERREIRA, 2016; OLIVEIRA, 2017; SANTOS, 2013) em trazer visibilidade à realidade vivenciada por comunidades quilombolas e a importância de se recuperar, preservar e disseminar a memória dessa ancestralidade cultural que é um direito de todos os cidadãos brasileiros.

Visualizou-se a dedicação (CARMO, 2015) na identificação de Grupos e Linhas de Pesquisa que desenvolvem estudos sobre a Lei nº 10.639/03 e os pesquisadores das linhas e suas produções, permitindo perceber que o estudo sobre a Lei nº 10.639/03 proporciona maior conhecimento à comunidade científica a respeito da temática, confirmando a sua importância e necessidade de inserção em todos os níveis de ensino.

Contudo, a ausência de estudos focalizando a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca escolar ocasionou certa apreensão.

Perante tal conjuntura, concluiu-se que este possa ser o reflexo da formação acadêmica de bibliotecários e/ou profissionais da informação, por não terem recebido a instrução necessária para colocar em prática serviços que contemplem uma população plural, dado que tanto a vertente americana quanto a francesa, que influenciaram a formação do bibliotecário no Brasil, foge a realidade nacional, não ocorrendo, portanto, uma efetiva preocupação dos cursos de Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação em contemplar a diversidade cultural presente no país em seus currículos, até a homologação da Lei nº 10.639 de 2003.

Considerando que a implementação da referida Lei é também responsabilidade social da área, Silva (2017, p. 184-185) argumenta que compete às universidades formarem profissionais capacitados tecnicamente, porém com uma atuação crítica e participativa para o atendimento das demandas sociais, sugerindo que repensem suas estratégias educativas, a fim de que cooperem com um aprendizado adequado as necessidades do mundo contemporâneo, voltado, portanto, ao desenvolvimento social.

Ponderando sobre as demandas advindas com a Lei e a formação acadêmica do bibliotecário que atua nas escolas, deve-se observar que as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013) que engloba as Diretrizes da Educação Infantil até o Ensino Médio, foram formuladas após a criação da Lei nº 10.639/2003 em oposição as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia, aprovadas anteriormente. No

quadro abaixo, pode-se realizar um comparativo das propostas pedagógicas de cada uma das diretrizes citadas.

Quadro 6 – Propostas pedagógicas da Educação Básica e Graduação em Biblioteconomia

Propostas pedagógicas da Educação Básica e Curso de Graduação em Biblioteconomia			
Parecer CNE/CEB nº 20/2009: Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	Parecer CNE/CEB nº 11/2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos	Parecer CNE/CEB nº 5/2011: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio	Parecer CNE/CES nº 492/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia
As instituições de Educação Infantil devem assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo.	Abranger o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.	O estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.	Conteúdos de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta.
O combate ao racismo e às discriminações de gênero, sócio-econômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da Educação Infantil.	A Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular Arte, o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro e a dança.	O ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes, com a Música como seu conteúdo obrigatório, mas não exclusivo.	De caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de cada curso.
As instituições necessariamente precisam conhecer as culturas plurais que constituem o espaço da creche e da pré-escola, a riqueza das contribuições familiares e da comunidade, suas crenças e manifestações, e fortalecer formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades étnicas, linguísticas, culturais e religiosas de cada comunidade.	A História e a Cultura Afro-Brasileira, bem como a dos povos indígenas, presentes obrigatoriamente nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar, em especial na Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, contribuirão para assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação.	A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, sendo sua prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei; O ensino da História do Brasil, que leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.	Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários.
A execução da proposta curricular requer atenção cuidadosa e exigente às possíveis formas de	A Educação Física, componente obrigatório do currículo do Ensino Fundamental, integra	O estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de	O desenvolvimento de determinados conteúdos como a Metodologia da Pesquisa ou as Tecnologias em

violação da dignidade da criança.	a proposta político-pedagógica da escola e será facultativa ao aluno apenas nas circunstâncias previstas na LDB.	educação artística e de literatura e história brasileiras.	Informação, entre outras – poderá ser objeto de itens curriculares formalmente constituídos para este fim ou de atividades praticadas no âmbito de um ou mais conteúdos.
O atendimento ao direito da criança na sua integralidade requer o cumprimento do dever do Estado com a garantia de uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças na Educação Infantil.	Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.	A Filosofia e a Sociologia em todos os anos do curso; Uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.	
	Na parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental, será incluído, obrigatoriamente, a partir do 6º ano, o ensino de, pelo menos, uma Língua Estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar que poderá optar, entre elas, pela Língua Espanhola, nos termos da Lei nº 11.161/2005. É necessário esclarecer que língua indígena ou outras formas usuais de expressão verbal de certas comunidades não podem ocupar o lugar do ensino de Língua Estrangeira moderna.	Língua Espanhola, de oferta obrigatória pelas unidades escolares, embora facultativa para o estudante (Lei nº 11.161/2005).	
	Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular temas abrangentes e contemporâneos como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, preservação do meio ambiente, educação	Tratados transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares: a educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), o processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e	

	para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo.	a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei nº 10.741/2003), a Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), a educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97) e a educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009).	
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: A autora.

Percebeu-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais que embasam a Educação Básica oferecem disciplinas fundamentais ao crescimento pedagógico, além da inclusão de conteúdos que atendem ao estipulado pela Lei nº 10.639/2003, abordando a diversidade racial e cultural, entre outros tópicos que permeiam o desenvolvimento da cidadania dos discentes.

Por outro lado, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia que alicerçam a formação acadêmica do bibliotecário, propõe a inserção de disciplinas básicas para uma estruturação profissional abrangente, mas não relaciona uma proposta pedagógica sobre os conteúdos a serem contemplados.

Além disso, não se introduziu nenhum tipo de princípio norteador aludindo ao atendimento da diversidade cultural brasileira ou qualquer proposta socioeducativa nesse sentido.

Essas Diretrizes recomendam ainda a inclusão de disciplinas específicas de acordo com a identidade que cada profissional quer obter, porém, não expõe as vertentes e as possíveis propostas e/ou princípios pedagógicos que embasariam essas identidades profissionais do bibliotecário.

Contudo, este documento acrescenta que os conteúdos de formação geral tem a finalidade de promover o aproveitamento dos conteúdos específicos (BRASIL, 2001, p. 33).

Nesse sentido, acredita-se, que a melhor maneira de formar bibliotecários competentes para atuarem em instituições de ensino, seria a adoção de um currículo que incluísse disciplinas básicas (obrigatórias) envolvendo processos pedagógicos de ensino e aprendizagem, gestão e desenvolvimento de atividades culturais, além de temáticas que abarcassem a Lei nº 10.639/2003, visto que, esta é uma exigência que implica no funcionamento tanto das instituições de ensino da Educação Básica quanto do Ensino superior.

Compreende-se que muitas universidades oferecem em seus currículos disciplinas que

envolvem conteúdos ligados a competência em informação, que em geral, partem da premissa de uma educação no âmbito das dinâmicas informacionais, contudo, acredita-se que uma base pedagógica mais ampla, pautada nos processos de ensino nos quais os docentes recebem, contribuiria para uma colaboração eficiente por parte do bibliotecário nas discussões pedagógicas e na construção cooperativa de projetos interdisciplinares na biblioteca escolar.

A atuação dos bibliotecários escolares é pautada no atendimento a comunidade escolar. Sendo assim, se os profissionais não são preparados academicamente para lidarem com a diversidade racial e cultural, como podem fornecer subsídios para o atendimento das propostas pedagógicas em voga pelas instituições de ensino?

Embora já se tenham completado 15 anos de implantação da referida Lei, percebeu-se que os currículos dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação vêm se adaptando as suas exigências em pequena escala. Tal fato, aliado a carência de cursos de formação continuada para esses profissionais, visto que se encontram mais facilmente cursos elencados para professores, colabora para a escassez de práticas voltadas para a diversidade cultural no espaço da biblioteca escolar.

Essas ponderações vão ao encontro do trabalho de Mattos (2011, p. 110) no qual revelou que a maioria dos bibliotecários escolares participantes da sua pesquisa de campo não teve a formação adequada para lidar com a exigência da Lei nº 10.639 de 2003 e que a maioria dos cursos de formação continuada disponibilizados não contemplavam a classe bibliotecária, e sim professores.

A exigência da Lei nº 10.639 de 2003 traz a tona reflexões importantes acerca da inserção dos Estudos Culturais e das temáticas envolvendo o Multiculturalismo, o Interculturalismo entre outros temas que tratem da diversidade cultural no trabalho pedagógico a ser desenvolvido no espaço da biblioteca escolar.

A pesquisa de Cardoso (2011, p. 15) relata um vazio em relação aos ganhos com as políticas públicas de reparação aos negros e o cotidiano da prática biblioteconômica, revelando “que ainda é escasso na literatura da área o registro de práticas pedagógicas e técnicas de valorização da diversidade que superem a desigualdade étnico-racial nas diferentes tipologias de bibliotecas”.

Considerando que se vislumbra nas instituições de ensino superior, a chave para o reconhecimento pleno do negro na sociedade brasileira – formando profissionais (bibliotecários, docentes, entre outros), atentos a diversidade racial e cultural visando à desconstrução de visões deturpadas que são reproduzidas nas instituições de ensino básico,

pois se tratando de uma questão cultural, em que se naturaliza e reproduz sistemas de exclusão que atinge a negros e outras minorias no país, se entende que o caminho mais viável para a melhora, e quiçá a resolução dessa problemática, seja exatamente por meio da cultura.

Nesse sentido, Dantas (2016, p. 111) evidencia a Educação como a extensão da responsabilidade social da Ciência da Informação, uma vez que comunicar é uma forma de educar, promovendo à emancipação dos indivíduos por meio do acesso a informação, um dos meios necessários à cidadania.

Diante desses questionamentos, procurou-se verificar em que medida a formação acadêmica do bibliotecário contempla os requisitos necessários para o atendimento da Lei nº 10.639/2003.

Para tanto, investigou-se as disciplinas oferecidas nos cursos de Bacharelado em Biblioteconomia e suas variáveis por instituições públicas de ensino que disponibilizam tanto cursos de Graduação quanto de Pós-Graduação na área, totalizando dezoito universidades.

Realizou-se uma busca na página da Internet de cada instituição, dando preferência as Ementas, Projeto Político Pedagógico e/ou outro documento que contivesse a estrutura curricular do curso, a fim de averiguar o conteúdo a ser ministrado em cada disciplina.

Sendo assim, focalizou-se as disciplinas que poderiam ser relacionadas à biblioteca escolar – dando destaque as que oportunizam a mediação e a Lei nº 10.639/2003, considerando que não se observa uma formação específica em Biblioteconomia Escolar pelas universidades brasileiras e que a efetividade da implementação da referida Lei, depende também das ações desenvolvidas pelo bibliotecário no espaço da comunidade escolar.

Segue abaixo o quadro com as instituições públicas de ensino superior e as respectivas disciplinas classificadas em obrigatórias (Obr.), eletivas (Elet.) e optativas (Opt.).

Quadro 7 – Disciplinas oferecidas nos cursos de Graduação em Biblioteconomia

Disciplinas Oferecidas nos Cursos de Graduação em Biblioteconomia de Universidades Mantenedoras de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu na Área						
Instituição de Ensino Superior	Nomenclatura do Curso de Graduação	Projeto Pedagógico	Disciplinas Relacionadas à Biblioteca Escolar	Tipo	Disciplinas Relacionadas à Lei 10.639/2003	Tipo
UDESC	Bacharelado em Biblioteconomia	2007	Ação Cultural	Obr.	Antropologia Cultural	Obr.
			Fundamentos da Educação	Obr.	Sociologia Geral	Obr.
			Leitura e Literatura	Obr.	Usuários da Informação	Obr.

			Infanto-Juvenil			
UFRN	Bacharelado em Biblioteconomia	2017	Biblioteca Escolar e Formação do Leitor	Opt.	Direitos humanos, diversidade cultural e relações étnico-raciais	Opt.
					Cultura brasileira	Opt.
					Informação e sociedade	Obr.
UEL	Bacharelado em Biblioteconomia	2017	Mediação da Informação e do Conhecimento	Obr.	Cultura Afro-brasileira	Obr.
			Centros Culturais, Bibliotecas Públicas e Escolares	Obr.		
			Leitura e Literatura Aplicadas à Ciência da Informação	Obr.		
UFMG	Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão da Informação	2008	Leitura e Formação do Leitor	Obr.	Cultura e Informação	Obr.
					Memória e Patrimônio Cultural	Obr.
					Informação e Cidadania	Opt.
					Informação e Democracia	Opt.
					Tópicos em Informação e Cultura	Opt.
UNB	Bacharelado em Biblioteconomia	2011	Introdução a Educação	Opt.	Biblioteconomia e Sociedade Brasileira	Opt.
			Sociologia da Educação	Opt.	Cultura Popular	Opt.
					Gênero, Raça/Etnia e Política Social	Opt.
					Sociologia da Cultura	Opt.
UFRJ	Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de	2008	Mediação de Leitura	Opt.	Sociologia Geral	Obr.

	Unidades de Informação					
			Bibliotecas, Informação e Sociedade	Obr.	Comunicação Social e Processos Culturais	Opt.
			Extensão Cultural em Unidades da Informação	Obr.		
			Gestão de Bibliotecas Escolares	Opt.		
UNESP	Bacharelado em Biblioteconomia	2012	Comunicação	Obr.	História da Cultura	Obr.
			Disseminação da Informação	Obr.	Memória e Patrimônio	Opt.
			Educação de Usuários	Obr.		
			Mediação cultural e da informação	Opt.		
UFF	Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação	2007	Introdução a Comunicação	Obr.	Introdução a Sociologia	Obr.
			Literaturas de Língua Portuguesa I	Obr.	Sociologia do Desenvolvimento no Brasil	Obr.
			Literaturas de Língua Portuguesa II	Opt.	Antropologia I	Opt.
			Atividades em Bibliotecas Infantis	Opt.	Antropologia Cultural	Opt.
			Orientação de Leitura	Opt.	Arte Brasileira	Opt.
			Tópicos Especiais em Bibliotecas Escolares	Opt.	História da Cultura e Meios de Comunicação	Opt.
			História da Literatura	Opt.	Dinâmica de Grupo e Relações Humanas III	Opt.
UFSCAR	Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação	2014	Comunicação e Expressão	Obr.	Discurso, História e Memória	Obr.
			Estudos da Linguagem em Ciência da	Obr.	Linguagens, Cultura e Discurso	Opt.

			Informação			
			Leitura e Cultura	Obr.		
			Usos e Usuários da Informação	Obr.		
UFBA	Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação	2009	História da Literatura I	Obr.	Introdução à Sociologia II	Obr.
			Literatura Brasileira VI	Obr.	Psicologia das Relações Humanas	Obr.
			Ação Cultural em Bibliotecas	Opt.	História da Civilização Brasileira	Obr.
			Bibliotecas Públicas Escolares	Opt.		
			Literatura Universal I	Opt.		
			Literatura Brasileira XIII	Opt.		
UFC	Bacharelado em Biblioteconomia	2006	Teoria e Prática da Leitura	Obr.	Informação e Sociedade	Obr.
			Teorias da Informação e da Comunicação	Obr.	Introdução a Sociologia	Obr.
			Bibliotecas Escolares	Opt.	Antropologia da Informação	Opt.
			Ação Cultural	Opt.	Relações Étnico-Raciais e Africanidades	Opt.
			Bibliotecas Públicas e Escolares	Opt.		
			Literatura Infantil Universal	Opt.		
			Literatura Brasileira I	Opt.		
UFSC	Bacharelado em Biblioteconomia	2015	Informação Literária	Opt.	Relações Humanas	Obr.
			Leitura e Informação	Obr.	Informação, Direito e Cidadania	Opt.
					Sociologia e Cultura	Opt.
UFPE	Bacharelado em Biblioteconomia	2013	Seminários de Leitura	Elet.	História dos Registros do Conhecimento	Obr.
			Tipologias de	Elet.	Informação e	Obr.

			Bibliotecas		sociedade	
					Políticas de Informação e Cultura	Obr.
					Ações - Instituições e Bens Culturais	Elet.
					Cultura Brasileira I	Elet.
					História da Cultura	Elet.
					Mediação da Informação e Relações Étnicorraciais	Elet.
USP (SP)	Bacharelado em Biblioteconomia	2015	Biblioteca, Informação e Sociedade	Obr.	História da Cultura e da Comunicação I	Obr.
			Biblioteca com Função Educativa: a Criança e o Jovem	Opt.	História da Cultura e da Comunicação II	Obr.
			Cultura e Política Cultural	Opt.	Teoria da Ação Cultural	Obr.
					Realidade Sócio-econômica e Política Brasileira	Obr.
					Informação, Conhecimento e Cultura	Opt.
					Formas, Estados e Processos da Cultura na Atualidade	Opt.
USP (Ribeirão Preto)	Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação	2016	Mediação e Recepção de Informação	Obr.	Aspectos Socioculturais da Informação e da Tecnologia	Obr.
			Leitura e Literatura: Efeitos do Leitor	Obr.	Políticas Públicas, Culturais e de Informação	Obr.
			Biblioteca Escolar: Atividades, Desenvolvimento de Habilidades e Recursos de	Obr.	História dos Meios de Transmissão Cultural e dos Equipamentos Culturais	Obr.

			Informação			
			Atividades Programadas	Opt.	Cultura, Sociedade e Informação	Obr.
			Representações sociais e Mediações Culturais da Informação	Obr.	Conhecimento, Classificação e Poder	Obr.
			Mediação Cultural: Organização de Acervos e Produtos	Opt.	Arte, Comunicação e Informação: Análise de Imagens	Opt.
			Constituição dos Sentidos e dos Sujeitos no Discurso Literário Infanto-Juvenil	Opt.	Gênero e Juventude: Conceitos, Representações e Imaginários	Opt.
UFPB	Bacharelado em Biblioteconomia	2007	Ação Cultural em Unidades de Informação	Opt.	Informação, Memória e Sociedade	Obr.
			Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos	Opt.	Cultura brasileira	Opt.
			Unidades de Informação Públicas e Escolares	Opt.	Introdução a Sociologia	Opt.
					Relações Públicas e Humanas	Opt.
					Sociologia da Informação	Opt.
UFCA	Bacharelado em Biblioteconomia	2006	Teoria e Prática da Leitura	Obr.	Introdução à Sociologia	Obr.
			Bibliotecas Infantis e Escolares	Opt.	Cultura e Mídia	Obr.
					Informação e Sociedade	Obr.
					Cultura Brasileira	Opt.
					Introdução a Antropologia	Opt.
					Relações Étnico-Raciais e Africanidades	Opt.
					Educação em Direitos	Opt.

					Humanos	
UNIRIO	Bacharelado em Biblioteconomia	2010	Biblioteconomia e Leitura	Opt.	Introdução as Ciências Sociais	Obr.
			Biblioteconomia Escolar	Opt.	Informação, Memória e Documento	Opt.
			Biblioteconomia Infanto-juvenil	Opt.	Antropologia Cultural	Opt.
			Educação e Cultura Popular	Opt.	Antropologia Cultural no Brasil	Opt.
			Fontes de Informação em Educação	Opt.	Desenvolvimento das Relações Interpessoais	Opt.
			Inconsciente e Subjetividade	Opt.	Direito e Cidadania	Opt.
					Discurso e Representação	Opt.
					Filosofia da Cultura	Opt.
					Filosofia e Memória	Opt.
					História da África	Opt.
					Memória, Cultura e Sociedade	Opt.
					Patrimônio Histórico Brasileiro	Opt.

Fonte: A autora.

Percebeu-se que a maioria das universidades selecionadas, incluiu em seus currículos um quadro de disciplinas obrigatórias que enfatiza o lado tecnicista da profissão, fato evidenciado nas pesquisas de Guimarães (2013), Soares (2014) e Sousa (2014), porém, deve-se considerar a proposta do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, CNE/CES nº 492/2001 quanto à construção de uma formação geral do bibliotecário, e, além disso, que as disciplinas oferecidas seguem as linhas de pesquisa das instituições, e, portanto, as possíveis opções de formação curricular.

Contudo, algumas dessas instituições de ensino tem se preocupado em inserir conteúdos obrigatórios envolvendo a função social, educativa e de mediador cultural do bibliotecário.

No que condiz a Lei nº 10.639/2003, várias disciplinas ligadas a outras áreas

profissionais como a Antropologia, Sociologia e História tem sido exploradas para trazer à tona a discussão entre o indivíduo e a sociedade, como também é grande, o número de disciplinas acentuando a cultura, as relações humanas e o patrimônio cultural.

Por outro lado, poucas dessas universidades têm ofertado disciplinas que tratam diretamente das temáticas voltadas as Africanidades e as relações étnico-raciais, destacando-se entre essas, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) que discute a questão através das disciplinas optativas “Cultura Brasileira” e “Direitos Humanos, Diversidade Cultural e Relações Étnico-Raciais” oferecidas pelo Departamento de Antropologia da instituição.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) promove a valorização dessa matriz cultural com a disciplina obrigatória “Cultura Afro-brasileira”.

A Universidade de Brasília (UNB) amplia o diálogo ao emergir aspectos interligados a “Gênero, Raça/Etnia e Política Social”, abordando conceitos e definições de gênero, raça, etnia e classe social, combate a discriminação de gênero e raça; oferece também a disciplina “Sociologia da Cultura” que encaminha a discussão para aspectos concernentes a linguagem, cultura e a produção cultural (cinema, teatro, música, literatura etc), expondo questões sobre a função social da arte, estética da recepção e ideologias. Traz ainda em sua grade optativa, a disciplina “Cultura Brasileira”, apresentando aspectos históricos e culturais que contribuem para a construção da identidade nacional.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) conduz uma abordagem diretiva ao proporcionar a disciplina optativa “Relações Étnico-Raciais e Africanidades”.

A interligação entre a atuação bibliotecária para a implementação da Lei nº 10.639/2003 foi articulada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ao oferecer a disciplina eletiva “Mediação da Informação e Relações Étnicorraciais”, observando principalmente as relações étnico-raciais, a identidade, afrodescendência e os processos de mediação da informação e da cultura.

A Universidade Federal do Cariri (UFCA) encaminha em seu currículo, por meio da disciplina obrigatória “Informação e Sociedade” ponderações sobre os aspectos históricos, ideológicos e socioculturais relacionados à informação, bem como as identidades socioculturais na sociedade atual. Além disso, a discussão é direcionada a Lei nº 10.639/2003, ao ofertar a disciplina optativa “Relações Étnico-Raciais e Africanidades”.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) fornece subsídios para elucidar estereótipos que se propagaram e naturalizaram na sociedade brasileira, através das

disciplinas optativas “História da África”, expondo aspectos da Antiguidade até os processos de colonização e descolonização, aludindo às resistências e identidades africanas e “Antropologia Cultural” que aborda a raça versus cultura e aspectos sobre a diversidade cultural, identidade, subjetividade e alteridade.

Notou-se que o esforço em atender as exigências da Lei nº 10.639/2003 pelas instituições de ensino que formam profissionais bibliotecários ainda é modesto.

Verificou-se que a maioria das disciplinas que podem ser relacionadas à Lei nº 10.639/2003 são optativas ou eletivas, inclusive as mais diretivas. Sendo assim, acredita-se que este fato contribui para o não atendimento da referida Lei pelos egressos, pois nem sempre optam por cursar tais disciplinas.

Presumi-se que é indispensável cursar tais disciplinas, a fim de elucidar fatos históricos, desmobilizar ações discriminatórias e desmistificar o imaginário cultural que se forjou acerca do continente africano e de seus descendentes. Tal como a visão eurocêntrica, a cultura africana e/ou afro-brasileira tem o direito de se fazer presente e ser reconhecida como participante da identidade cultural brasileira.

Portanto, recomenda-se a adoção de disciplinas básicas obrigatórias que permitam a reflexão sobre a contribuição dos negros para a nação brasileira, inclusive na esfera cultural, além da Educação para as Relações Étnico-Raciais, oferecendo ferramentas para lidar com as questões raciais no cotidiano das instituições. Contudo, há de se considerar, que a implementação da referida Lei será mais facilmente efetivada pelo bibliotecário escolar, quando este dispuser de habilidades e competências que o auxiliem no desenvolvimento do trabalho pedagógico e cultural na biblioteca da comunidade escolar em que atua.

Nesse sentido, destacou-se novamente a Universidade Estadual de Londrina, ao inserir em seu currículo duas disciplinas obrigatórias “Mediação da Informação e do Conhecimento” e “Centros Culturais, Bibliotecas Públicas e Escolares”, que ao se complementarem, fornecem ao profissional condições mínimas de empreender atividades culturais no espaço da biblioteca escolar, inclusive de mediação literária, visto que a universidade incorporou no seu currículo disciplina obrigatória contemplando a Lei nº 10.639/2003.

A Universidade de Brasília, embora não tenha focado aspectos educativos ligados mais diretamente à biblioteca escolar, ofereceu através das disciplinas optativas “Introdução a Educação” uma visão ampla do processo educativo brasileiro estendendo a discussão a relação com a cultura, processos e mecanismos condicionantes; e por meio da “Sociologia da Educação” a relação entre educação e sociedade, a educação como um processo social,

permeando tópicos como as relações de produção, classes sociais e a influência do contexto social na educação.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro oferece em seu currículo a disciplina obrigatória “Extensão Cultural em Unidades da Informação” que pode ser alinhada a disciplina optativa “Mediação de Leitura”, na qual envolve aspectos sobre a atividade e a atuação do mediador de leitura e a importância da leitura para o desenvolvimento do indivíduo, e a disciplina optativa “Gestão de Bibliotecas Escolares”, que proporciona conhecimento sobre aspectos inerentes a biblioteca escolar, englobando recursos literários infantojuvenis, atividades educacionais e culturais, como também a divulgação destes, o papel educativo do bibliotecário e integrador entre a biblioteca, a comunidade escolar e a comunidade exterior.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) possibilitou a conexão de duas disciplinas optativas, mas que se complementam, que são “Bibliotecas Públicas Escolares”, que aborda a estrutura da biblioteca, a dinamização, divulgação das ações e a função do bibliotecário inclusive nas abordagens da leitura como desenvolvimento do indivíduo e “Ação Cultural em Bibliotecas”, estimulando a função sociocultural da comunidade, objetivando proporcionar noções do processo de estruturação dessas ações, etapas, objetivos e avaliações.

A Universidade Federal do Ceará oferece as disciplinas optativas “Bibliotecas Públicas e Escolares”, “Bibliotecas Escolares” e “Ação Cultural”, que conjugadas permitem o desenvolvimento de ações educativas e culturais nos espaços das bibliotecas escolares.

A Universidade de São Paulo (USP) contribui com a disciplina obrigatória “Biblioteca, Informação e Sociedade” e com a optativa “Biblioteca com Função Educativa: a Criança e o Jovem”. Contudo, o *campus* de Ribeirão Preto se destaca ao oferecer as disciplinas obrigatórias, “Mediação e Recepção de Informação”, “Leitura e Literatura: Efeitos do Leitor”, “Biblioteca Escolar: Atividades, Desenvolvimento de Habilidades e Recursos de Informação” e “Representações sociais e Mediações Culturais da Informação” que podem ser associadas às disciplinas optativas “Atividades Programadas”, “Mediação Cultural: Organização de Acervos e Produtos” e “Constituição dos Sentidos e dos Sujeitos no Discurso Literário Infanto-Juvenil”.

Destacaram-se na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) as disciplinas optativas “Ação Cultural em Unidades de Informação” que aborda as concepções de políticas culturais e as práticas nesses ambientes e “Unidades de Informação Públicas e Escolares”, que informa sobre os serviços e atividades e a relação com a educação, a cultura e as transformações

sociais.

A Universidade Federal do Cariri fornece subsídios para o desenvolvimento de ações nas bibliotecas escolares por meio da disciplina obrigatória “Teoria e Prática da Leitura”, que envolve aspectos sobre a formação do leitor e práticas leitoras enfatizando as concepções sociointeracionistas, a estética da recepção e o letramento, que pode ser interligada a disciplina optativa “Bibliotecas Infantis e Escolares”.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro disponibiliza três disciplinas optativas que auxiliam nas ações educativas e culturais no espaço da biblioteca escolar, entre essas, “Biblioteconomia e Leitura”, que considera o desenvolvimento e a influência da leitura nos contextos sociais, propondo a formação de leitores críticos; “Biblioteconomia Escolar”, que observa os processos de ensino e aprendizagem e hábitos de leitura englobando professor, bibliotecário, aluno e comunidade e “Biblioteconomia Infanto-juvenil”, que expõe as especificidades da gestão, objetivos e políticas públicas voltadas para a biblioteca que atenda a esse público.

Percebeu-se que ao comparar o quantitativo entre a oferta de disciplinas que podem ser relacionadas ao trabalho pedagógico e cultural a ser desenvolvido na biblioteca escolar, há um número maior de optativas e/ou eletivas em relação às disciplinas obrigatórias.

Guimarães (2013, p. 92) evidenciou em sua pesquisa que “por se tratar de conteúdos optativos, os graduandos, muitas vezes, não adquirem competências para atuar nesse contexto, se tornando uma lacuna no seu processo formativo”, complementando que esta situação atinge o desempenho das atividades do bibliotecário escolar, uma vez que o egresso desconhece partes do seu papel educativo enquanto mediador da informação e da leitura.

Campello (2015, p. 10) enfatiza que a maioria dos cursos não oferece efetivamente as disciplinas optativas responsáveis pela formação deste perfil profissional, ao passo que os graduandos optam por estágios em bibliotecas universitárias e especializadas visando melhores oportunidades de emprego, dificultando a formação específica do bibliotecário escolar na graduação. No entanto, revela que há um desejo da classe profissional de que disciplinas de cunho pedagógico sejam incluídas nos currículos.

Desse modo, sugere-se a inserção de disciplinas básicas obrigatórias relacionadas a Pedagogia, a fim de que o bibliotecário escolar obtenha aporte para participar das reuniões pedagógicas, se envolvendo nos processos de ensino-aprendizagem que permitam uma atuação mais efetiva para o rendimento escolar como um todo, não somente no que condiz a promoção de leitura.

Seguindo por essa perspectiva, Soares (2014, p. 68) constatou em sua pesquisa, por meio do relato de seus participantes, a necessidade de sejam incluídas disciplinas de caráter pedagógico nos currículos dos cursos de Biblioteconomia.

Guimarães (2013, p. 105) ratifica tal posicionamento por meio da sua pesquisa, ao mencionar que “o papel desse profissional não se restringe apenas a disponibilizar a informação, na BE ele será um facilitador da aprendizagem juntamente com os professores. Para isto, são essenciais certas habilidades que segundo alguns respondentes, o curso de Biblioteconomia não contempla”.

Tal conjuntura pode influir negativamente, pois, como dito anteriormente, faz-se necessário que o bibliotecário que atua nas escolas desenvolva competências e habilidades básicas para desenvolver atividades pedagógicas e culturais, para assim, colocar em prática as exigências da Lei nº 10.639/2003, além disso, acredita-se que subsídios pedagógicos colaboram para as atividades da classe bibliotecária, independente do seu local de atuação.

Ao fazer um comparativo entre as pesquisas realizadas nos currículos da Graduação e nos trabalhos produzidos na Pós-Graduação das mesmas universidades públicas que atuam na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, percebeu-se que a região Sudeste ofereceu um grande quantitativo de disciplinas obrigatórias e optativas e/ou eletivas na Graduação inerentes a biblioteca escolar, em relação às demais, sendo, portanto, a região que produziu o maior número de trabalhos na Pós-Graduação sobre essa temática.

Por outro lado, embora esta região tenha ofertado um grande número de disciplinas obrigatórias e optativas e/ou eletivas sobre aspectos que podem ser conjugados a Lei nº 10.639/2003, a região Sudeste não liderou por pouco a produção de pesquisas na Pós-Graduação sobre essa temática, visto que a região Nordeste produziu um trabalho sobre a referida Lei (UFPE) e outros seis (UFPB) abrangendo questões que envolvem a população negra, ainda que o curso de Graduação da região tenha oferecido um quantitativo menor de disciplinas sobre o tema em relação à região Sudeste.

Acredita-se que tal fato deve-se ao contexto histórico vivenciado por essa região do país, pois, segundo o último Censo do IBGE (2011, p. 78), as maiores proporções de pardos estão nas regiões Norte e Nordeste, enquanto os pretos estão proporcionalmente mais presentes na região Nordeste.

Espera-se que com a oferta de disciplinas obrigatórias que atendam aos aspectos da Lei nº 10.639/2003 e da biblioteca escolar, contribua para a implementação da mesma neste espaço, possibilitando que sejam produzidas mais pesquisas nos Programas de Pós-Graduação

sobre a temática, impulsionando a qualificação da classe profissional ao passo que melhora a qualidade dos serviços prestados a comunidade escolar, colocando em prática a responsabilidade social da área.

Verificou-se que há um movimento nas universidades na tentativa de atender as exigências da referida Lei, mas que a situação dos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação em relação à atualização profissional para o atendimento da diversidade cultural existente no país ainda necessita de atenção. De acordo com a pesquisa de Alencar e Costa (2018, p. 456) os debates em torno do Multiculturalismo nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação das universidades federais do nordeste e sudeste do Brasil, são escassos, relatando que há uma supressão dessa temática tanto na formação inicial quanto na formação continuada, demonstrando a necessidade de que a classe bibliotecária reflita sobre sua função e atuação socioeducativa, a fim de que possa contribuir para a legitimidade de uma cultura, da qual também participa sua identidade, enquanto cidadãos brasileiros.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem como objetivo, uma proposta de Diretrizes para servirem de base a atuação bibliotecária do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

Sendo assim, este estudo procurou dar destaque às ações do bibliotecário, com o intuito de verificar o que tem sido efetivamente realizado tanto no espaço da biblioteca selecionada quanto nos demais ambientes da comunidade escolar em que se discute o trabalho pedagógico-cultural visando à implementação da Lei nº 10.639/2003 por este profissional.

Nesse sentido, os objetivos específicos foram desenvolvidos por intermédio das etapas a seguir:

- 1) Investigação sobre a existência de acervo sobre Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira e a sua utilização em sala de aula; verificação no Regimento Interno da biblioteca de ações de promoção e *marketing* para a divulgação desses livros ou ações em que promovam estes recursos à comunidade escolar, além de coleta de dados abrangendo questões sobre os recursos literários/ informacionais;
- 2) Pesquisa no Regimento Interno da biblioteca, Projeto Político Pedagógico e Projeto Político Pedagógico Institucional para a averiguação de práticas de mediação literária e a ocorrência de integração entre corpo docente e bibliotecário para o desenvolvimento destas atividades no *campus*, além de coleta de dados incluindo questões relativas a essas ações e se há preocupação em verificar o impacto no discente, entre questões que buscam revelar parcerias e participação bibliotecária nas rotinas da comunidade escolar;
- 3) Pesquisa no Regimento Interno da biblioteca, Projeto Político Pedagógico e Projeto Político Pedagógico Institucional, articulação dos Parâmetros para Bibliotecas Escolares do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais, ao documento Multicultural Communities: Guidelines for Library Services e às Diretrizes para a biblioteca escolar - ambos da International Federation of Library Associations and Institutions, instituindo categorias, que foram contempladas implícita ou explicitamente nos questionários utilizados para a coleta de dados, além da efetiva coleta de dados envolvendo questões sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 na biblioteca.
- 4) Comparar as ações efetuadas pela biblioteca visando à implementação da Lei nº

10.639/2003 aos Parâmetros para Bibliotecas Escolares do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais, ao documento *Multicultural Communities: Guidelines for Library Services* e as Diretrizes para a biblioteca escolar - ambos da International Federation of Library Associations and Institutions, com o intuito de verificar as ocorrências e as omissões relativas à inserção da cultura africana e/ou afro-brasileira, possibilitando a estruturação do produto da pesquisa.

A partir dessa investigação subsídios serão gerados para a criação do produto da pesquisa, que dará embasamento as atividades de mediação da leitura literária e mediação oral⁵ de livros literários africanos e/ou afro-brasileiros na biblioteca em cumprimento a referida Lei.

Dessa forma, procura-se delinear o percurso a ser desenvolvido para alcançar tal objetivo, qual seja: o contexto da pesquisa e os procedimentos metodológicos.

Por se tratar de um único *campus*, elegeu-se como metodologia o Estudo de Caso, por contribuir para o conhecimento de fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados, sendo um método comum também na área da educação (YIN, 2010, p. 24).

Esse método, torna-se relevante na presente pesquisa, ao considerar a implantação da Lei nº 10.639/2003 e as implicações e demandas geradas na comunidade escolar, incluindo a biblioteca, visto, que “os estudos de caso têm sido realizados sobre decisões, programas, processo de implementação e mudança organizacional.” (YIN, 2010, p. 51).

Deste modo, a comunidade escolar será o alvo da pesquisa, porém, focalizando a atuação do bibliotecário e corpo docente, relacionada à Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira oferecida ao corpo discente.

Optou-se, nesse sentido, por uma abordagem qualitativa, porém, por um viés compreensivista, na tentativa de compreender e interpretar a realidade das relações sociais, visto que essa abordagem “[...] atua com a matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas entendem-nas como ação humana objetivada. Ou seja, [...], a linguagem, os símbolos, as práticas, as relações e as coisas são inseparáveis” (MINAYO, 2013, p. 24), apresentando uma abertura para conceber a pesquisa também por uma roupagem quantitativa, considerando de acordo com Minayo

⁵De acordo com o conceito de Sueli Bortolin (2010, p. 137), que a caracteriza como toda intervenção espontânea ou planejada de um mediador de leitura visando a aproximar o leitor-ouvinte de textos literários seja por meio da voz *viva* ou da voz *mediatizada*.

(2007, p. 76), que “quando feitos em conjunto, promovem uma mais elaborada e completa construção da realidade.”

Nesse sentido, Minayo (2010, p. 26) divide a pesquisa qualitativa em três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental, a serem estruturadas pela:

- pesquisa bibliográfica, contemplando a fase exploratória;
- pesquisa documental e coleta de dados por questionários, considerando o trabalho de campo;
- ordenação, classificação e análise dos dados quantitativos e qualitativos, para englobar a última etapa, análise e tratamento do material empírico e documental.

Desta maneira, busca-se traçar o percurso a ser percorrido por esse estudo, a fim de torná-lo viável de acordo com as respectivas etapas:

- a) revisão da literatura;
- b) descrição do ambiente de pesquisa;
- c) pesquisa documental;
- d) escolha do instrumento para a coleta de dados;
- e) análise de conteúdo como técnica de tratamento dos dados.

Segue, portanto, o desenvolvimento de cada uma destas etapas da pesquisa.

4.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Optou-se por uma pesquisa bibliográfica sobre os conceitos que permeiam a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, como: a leitura literária, mediação da leitura, mediação oral da literatura, bem como tópicos que fogem ao escopo dessas áreas, mas que norteiam o estudo, como a identidade cultural, violência simbólica, o estigma, Educação Intercultural e *habitus*, porém, verificando se os descritores se relacionavam à biblioteca escolar e a Lei nº 10.639/2003.

Faz-se necessário mencionar, que primeiramente se considerou a inclusão na pesquisa dos Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBDD), porém, não houve a possibilidade de utilizar tais dados, pois os anos englobados pela pesquisa não estavam disponíveis para uso e após contato por e-mail com a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e Instituições (FEBAB) se confirmou a

impossibilidade de obtê-los devido às demandas com a estruturação do repositório e a preparação do evento de que dá origem aos anais, relativo ao ano de 2017.

Sendo assim, foram realizadas buscas pelos descritores através da palavra exata, no campo palavra-chave e título, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no repositório dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB), na Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na base de Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar (LIBES)⁶, na tentativa de cobrir o tema proposto nos últimos nove anos, devido à modificação na Lei nº 10.639/2003 trazida pela Lei nº 11.645/2008, para incluir no currículo oficial da rede de ensino não somente a cultura afro-brasileira, mas a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Destaca-se que as buscas no repositório BENANCIB foram realizadas no GT 3 – mediação, circulação e apropriação da informação, no GT 6 – informação, educação e trabalho e por fim, no GT 10 – informação e memória, pois, contemplam o proposto pela pesquisa, e, além disso, ao se perceber a escassez de trabalhos com a temática, permitiu uma ampliação das buscas.

Salienta-se que os resultados das buscas na BDTD, BRAPCI e LIBES, tiveram os campos palavra-chave e título comparados entre si, em cada um dos dez descritores, dentro da mesma base, a fim de serem filtrados e desse modo retiradas às duplicações e redundâncias.

Porém, na verificação dos dados recuperados através de cada descritor nas bases, percebeu-se que alguns trabalhos aparecem em mais de uma base de dados.

Além disso, perceberam-se na BDTD erros que sugerem indexação duplicada e links que deveriam remeter aos trabalhos, mas resultam em erros de página. Porém, apesar desses pequenos percalços, se reconhece a utilidade da base ao permitir recuperar e assim, delinear a produção acadêmica do país.

De acordo com o gráfico 2, a BDTD recuperou a maior parte dos trabalhos que integraram os conceitos da pesquisa, como é o caso dos fatores “identidade cultural” (201 ocorrências), “*habitus*”, com 196, e “estigma”, com 160; ao passo que a BENANCIB recuperou menos trabalhos, como é o caso dos conceitos “biblioteca escolar” (4 ocorrências), “mediação da leitura”, com 3, e “identidade cultural”, com 2 ocorrências, porém abrangendo

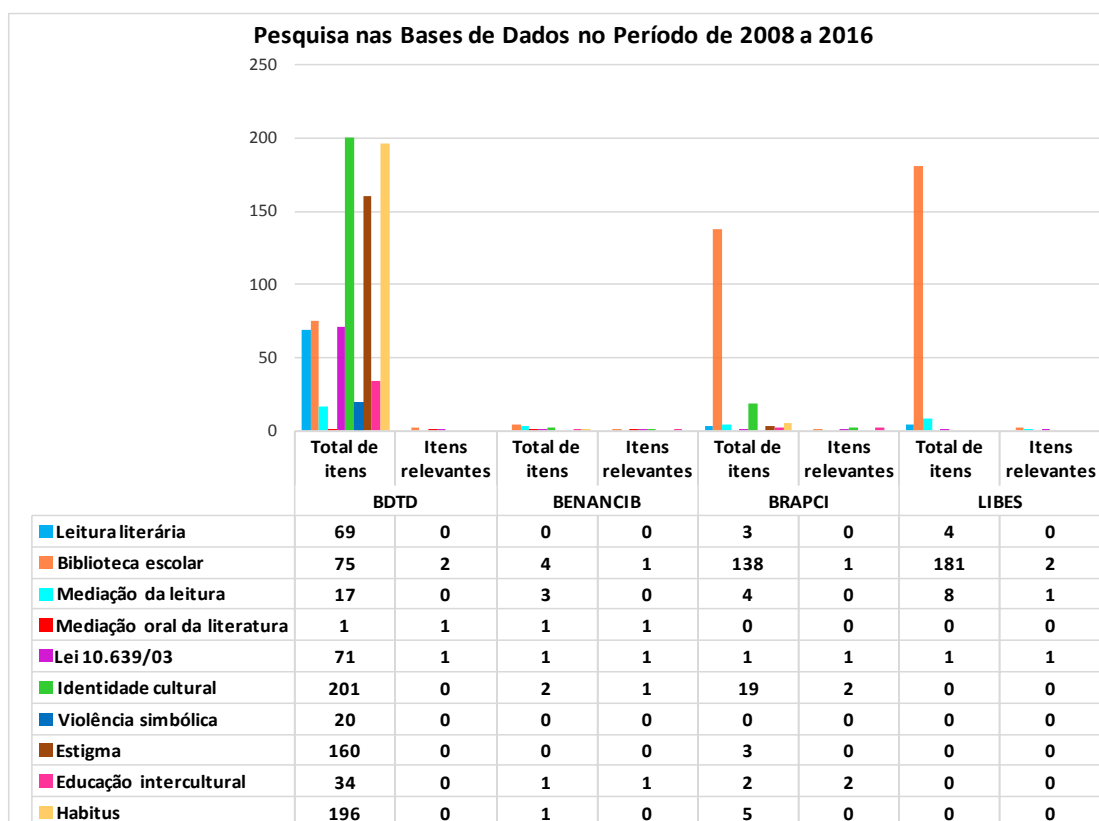
⁶ A base de dados LIBES (Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar), de responsabilidade do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), contém atualmente cerca de 400 referências, incluindo documentos publicados desde a década de 1960.

uma diversidade de termos, visto que do total de itens recuperou-se 5 trabalhos relevantes de diferentes conceitos, e no entanto, embora a BDTD tenha recuperado o maior número de trabalhos, obteve um quantitativo de itens relevantes igual a LIBES (4 ocorrências).

Ao mencionar a LIBES, percebeu-se que esta base concentrou como o esperado, a recuperação de termos sobre “biblioteca escolar” com 181 ocorrências – dado que este conceito constitui seu foco. Além desse termo, recuperou-se “mediação da leitura”, com 8 e “leitura literária” com 4 ocorrências.

Para tanto, segue o gráfico 2, exibindo o panorama da pesquisa nas bases de dados:

Gráfico 2 – Pesquisa bibliográfica nas Bases de Dados no período de 2008 a 2016



Fonte: A autora.

Por sua vez, a BRAPCI, embora tenha recuperado menos trabalhos que a LIBES, abrangendo entre estes, os conceitos de “biblioteca escolar” (138 ocorrências), “identidade cultural”, com 19 e “mediação da leitura”, com 4 ocorrências, ofereceu um quantitativo maior de trabalhos relevantes em relação a outra base.

Sintetizando os resultados, verificou-se que embora a BDTD tenha recuperado um grande quantitativo de trabalhos, a BENANCIB abrangeu uma maior diversidade de conceitos

em pesquisas relevantes.

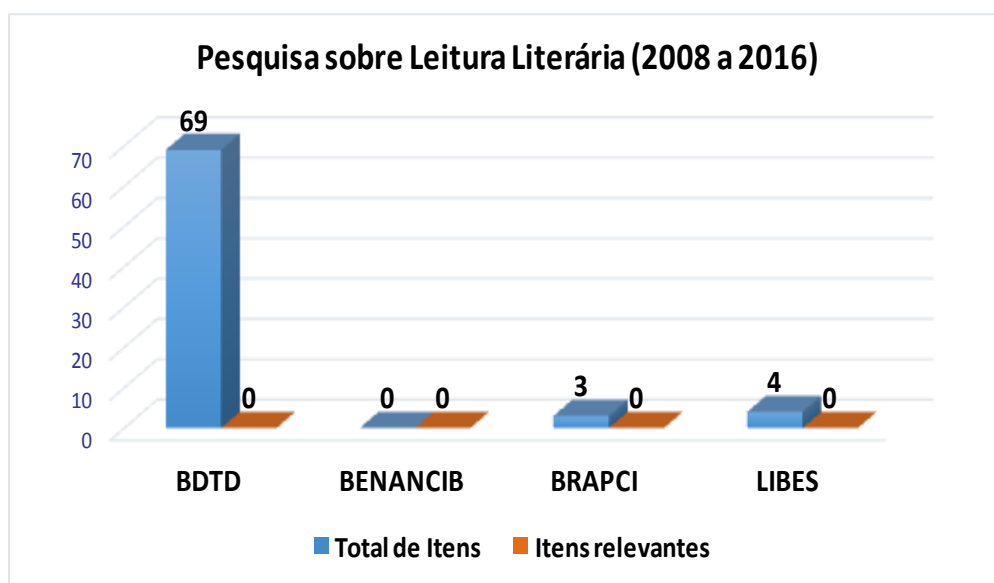
Por outro lado, notou-se que a Lei nº 10.639/2003, foco da pesquisa junto ao conceito biblioteca escolar, é pouco explorada, ainda que já se tenham passado quinze anos de sua homologação.

Ao que tudo indica não se visualiza o atendimento da referida Lei, como uma responsabilidade social da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, confirmando a necessidade de se colocar em pauta, discussões e práticas para cumprir tal exigência legal.

Avançando na pesquisa bibliográfica, realizou-se a busca pelo descritor leitura literária, utilizando da palavra exata, no campo palavra-chave e título.

Conforme o gráfico 3, os dados da pesquisa sobre leitura literária apontam a seguinte direção:

Gráfico 3 – Pesquisa sobre leitura literária



Fonte: A autora.

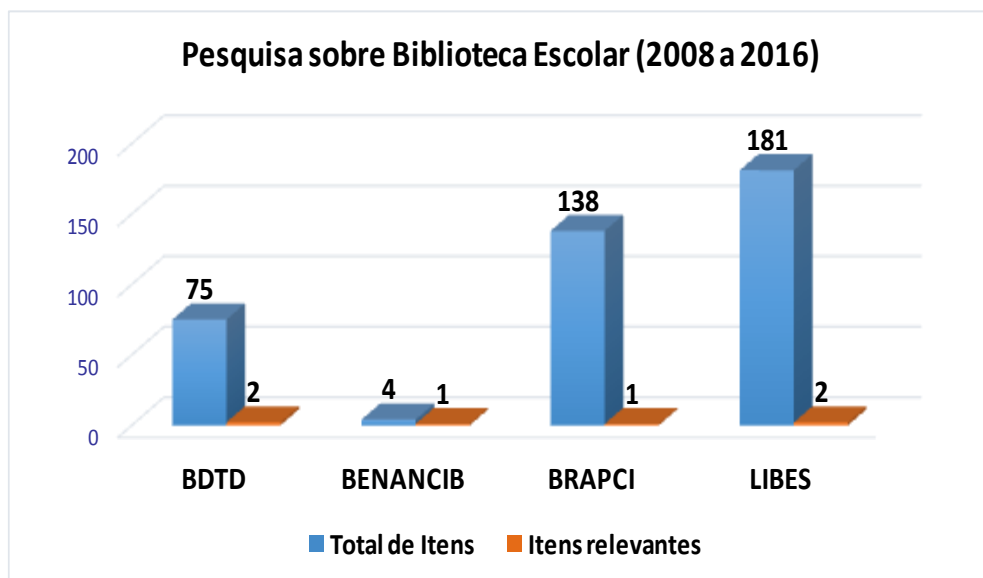
O gráfico 3 assinala que a BDTD recuperou a maior parte dos trabalhos que integraram este termo (69 ocorrências), ao passo que a BENANCIB não ofereceu nenhum resultado. Verificou-se que a BRAPCI (3 ocorrências) e a LIBES (4 ocorrências) praticamente equipararam seus resultados. Contudo, não se recuperou trabalhos relevantes a pesquisa.

Ao que tudo indica, o conceito tem sido pouco discutido pela área, demonstrando ainda que não se verificou interesse em conciliar a Lei nº 10.639/2003 nesses estudos.

Para o descritor biblioteca escolar, realizou-se a busca através da palavra exata, no campo palavra-chave e título.

Segundo o gráfico 4, os dados da pesquisa sobre biblioteca escolar indicam o seguinte contexto:

Gráfico 4 – Pesquisa sobre biblioteca escolar



Fonte: A autora.

O gráfico 4 aponta que a LIBES concentrou como o esperado, a maior parte dos trabalhos que integraram este termo (181 ocorrências), por se tratar do foco desta base criada pela Universidade Federal de Minas Gerais.

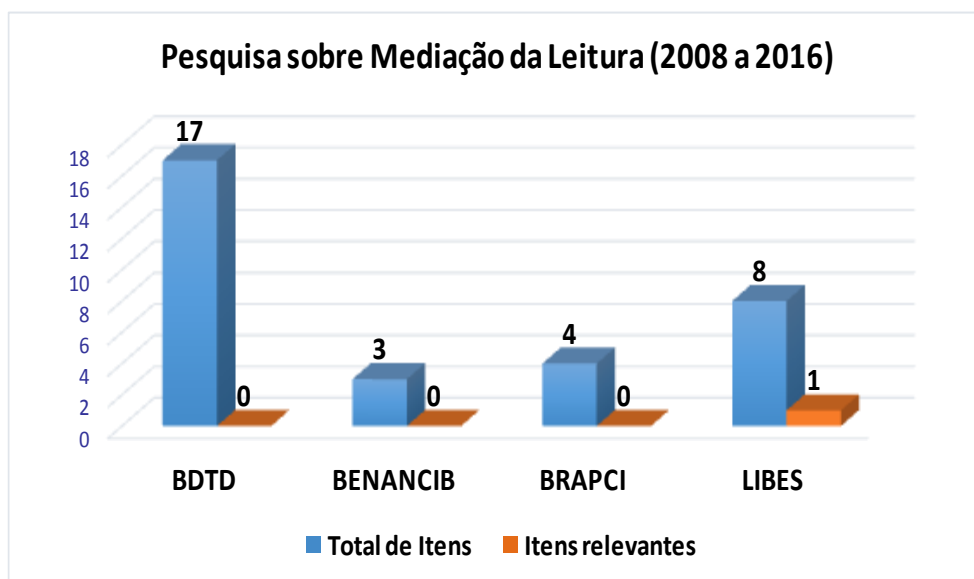
A BRAPCI teve 138 ocorrências e a BDTD, 75. Ao passo que a BENANCIB recuperou menos trabalhos, com apenas 4 ocorrências.

Observou-se, contudo, que apesar do grande quantitativo de trabalhos recuperados, poucos são relevantes à pesquisa, visto que do total de trabalhos recuperados na LIBES apenas 1,1% ($2/181 \times 100$) são relevantes, a BRAPCI com 0,7% ($1/138 \times 100$), a BENANCIB com 25,0% ($1/4 \times 100$) e a BDTD com 2,7% ($2/75 \times 100$).

No que se refere ao conceito mediação da leitura literária, optou-se por excluir a palavra "literária", por já ter sido contemplada no descritor leitura literária, e pelo fato de que ao realizar as pesquisas pelo conceito completo, não ter recuperado dados. Porém, ao utilizar o descritor mediação da leitura por meio da palavra exata, no campo palavra-chave e título, resultaram em alguns trabalhos.

Em conformidade com o gráfico 5, os dados da pesquisa sobre mediação da leitura exibem o seguinte panorama:

Gráfico 5 – Pesquisa sobre mediação da leitura



Fonte: A autora.

O gráfico 5 permitiu perceber que a maioria dos estudos foram recuperados na BDTD com 17 ocorrências e na LIBES com 8. Ao passo que a BENANCIB (3 ocorrências) e BRAPCI (4 ocorrências), praticamente equipararam seus resultados. Contudo, dos trabalhos recuperados na LIBES, somente 12,5% (1/8 x 100) se mostram relevantes à pesquisa.

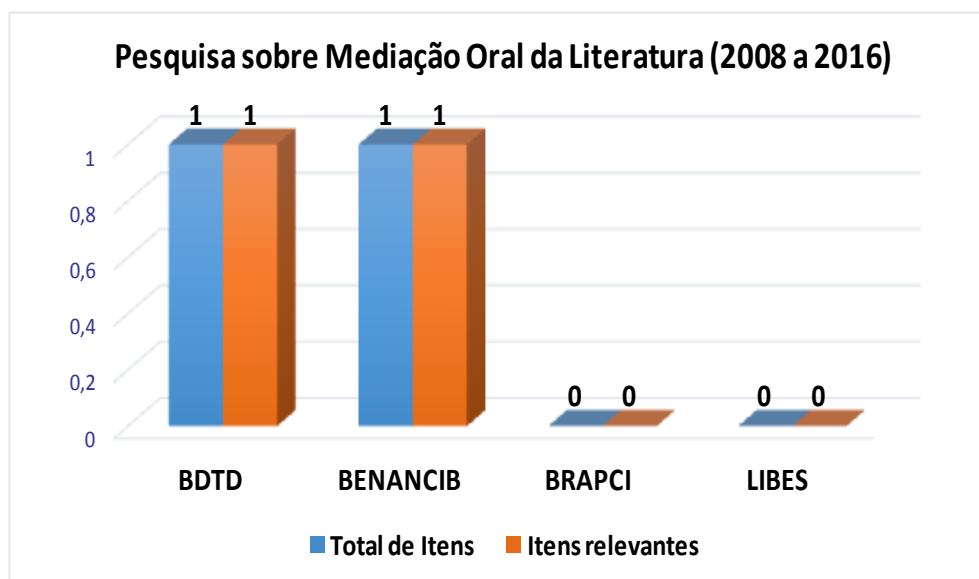
Observou-se que o conceito é pouco discutido, visto que um número reduzido de trabalhos foram recuperados, inclusive nas bases da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Ressalta-se que, embora o trabalho de Bortolin (2013), intitulado “A ética na mediação da leitura na biblioteca escolar”, não contemple a Lei nº 10.639 de 2003, foi incluso na Revisão da Literatura, por abordar temas correlatos a pesquisa, como a necessidade do bibliotecário de participar do Projeto Político Pedagógico e construir parcerias com o corpo docente, bem como realizar atividades de mediação literária incorporando diferentes culturas e, portanto desenvolvendo e dinamizando coleções adequadas, colocando a empatia no fazer bibliotecário.

Em relação ao termo mediação oral da literatura, a busca foi realizada usando a palavra exata, no campo palavra-chave e título.

De acordo com o gráfico 6, os dados da pesquisa sobre mediação oral da literatura expõem a seguinte situação:

Gráfico 6 – Pesquisa sobre mediação oral da literatura



Fonte: A autora.

O gráfico 6 demonstra que a BDTD e a BENANCIB equipararam seus resultados, pois, se obteve 1 ocorrência em cada base de dados, sendo seus trabalhos considerados relevantes (100%). Ao passo que não se recuperou trabalhos na BRAPCI e na LIBES.

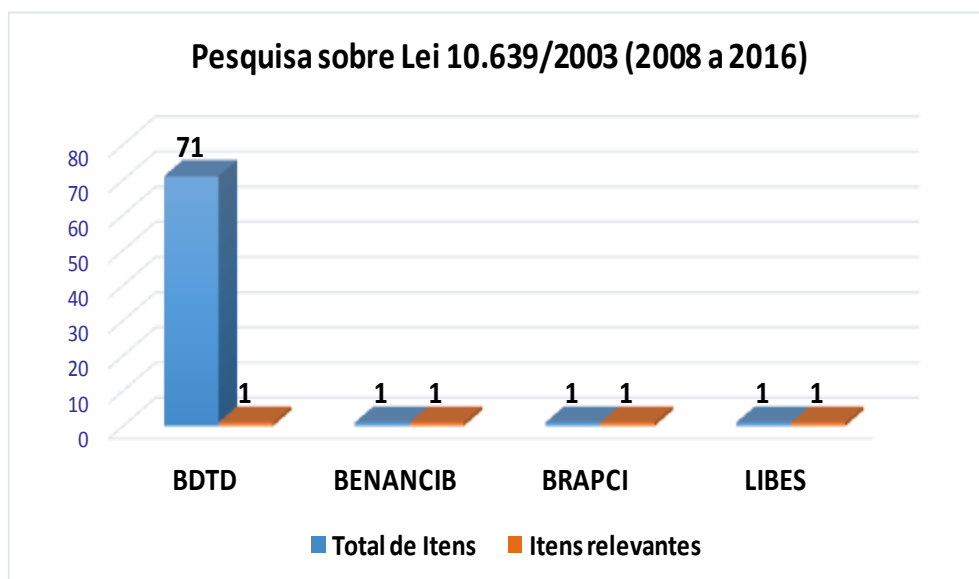
Constatou-se, portanto que o conceito praticamente não é discutido pela área de Biblioteconomia e Ciência, embora seja relevante na inclusão de abordagens sobre a formação de leitores.

Destaca-se que embora a tese recuperada na BDTD de Sueli Bortolin (2010), intitulada “Mediação oral da literatura: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando” e a pesquisa recuperada no BENANCIB intitulada “A mediação oral da Literatura, o bibliotecário: voz, corpo, espaço, presença” (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2011), não mencionem a Lei nº 10.639/2003 ou as Literaturas Africanas e/ou Afro-Brasileiras, sustentam posições e conceitos relevantes na pesquisa, como a mediação da leitura literária e as reflexões acerca da oralidade, elemento presente na cultura africana.

A busca pelo termo, Lei nº 10.639/2003 realizou-se através da palavra exata, no campo palavra-chave e título.

Em concordância com o gráfico 7, os dados da pesquisa sobre a Lei nº 10.639/2003 revelaram a seguinte conjuntura:

Gráfico 7 – Pesquisa sobre Lei nº 10.639/2003



Fonte: A autora.

O gráfico 7 permitiu verificar que a maior parte dos trabalhos foram recuperados pela BDTD (com 71 ocorrências), ao passo que a BENANCIB, BRAPCI e LIBES equipararam seus resultados com apenas 1 ocorrência cada. Contudo, obteve-se um número reduzido de trabalhos relevantes, pois a BDTD recuperou 1,4% ($1/71 \times 100$), enquanto as demais bases de dados recuperaram 100% de trabalhos relevantes.

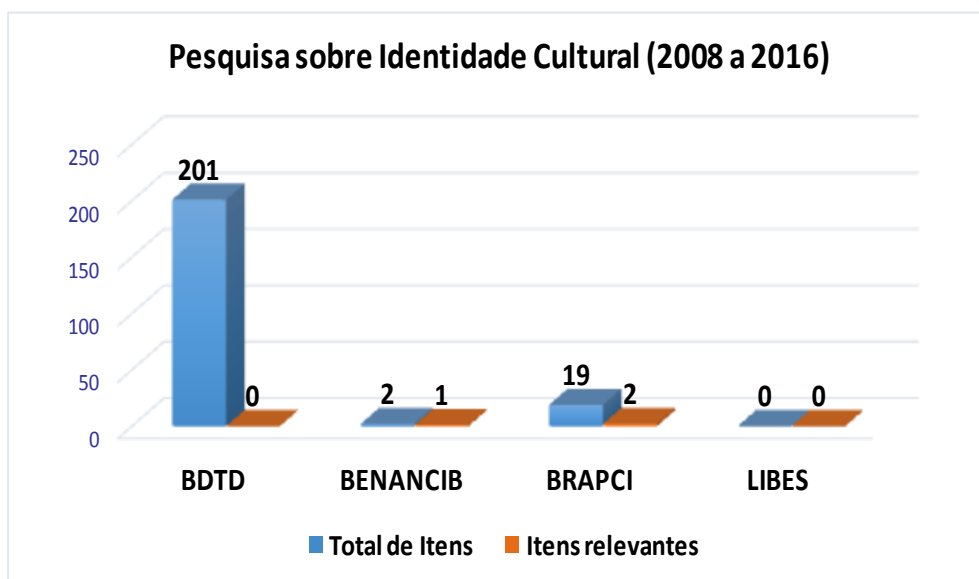
Ao que parece, o conceito praticamente não é abordado pela área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, mesmo depois de 15 anos de sua homologação, demonstrando a relevância de se levantar discussões sobre a diversidade racial e cultural no país.

Ressalta-se que o trabalho de Francilene do Carmo Cardoso, intitulado “A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra”, recuperado no repositório dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB) da área de Ciência da Informação, foi incluído por abordar temas correlatos a presente pesquisa, inclusive no tocante a Lei nº 10.639/2003, embora, esta não tenha sido elencada como uma das palavras-chave da pesquisa ou utilizada no título do trabalho, não cabendo a presente pesquisa fazer julgamento por tal opção.

Para o conceito de identidade cultural, a busca foi realizada utilizando a palavra exata, no campo palavra-chave e título.

De acordo com o gráfico 8, os dados da pesquisa sobre identidade cultural retratam o seguinte cenário:

Gráfico 8 – Pesquisa sobre identidade cultural



Fonte: A autora.

O gráfico 8 ressalta que a maior parte dos trabalhos recuperados foram da BDTD (com 201 ocorrências) embora, nenhum destes tenham se mostrado relevantes a presente pesquisa.

Por outro lado, a BRAPCI obteve 19 ocorrências e a BENANCIB, 2 ocorrências, ao passo que não se recuperou nenhum trabalho na LIBES.

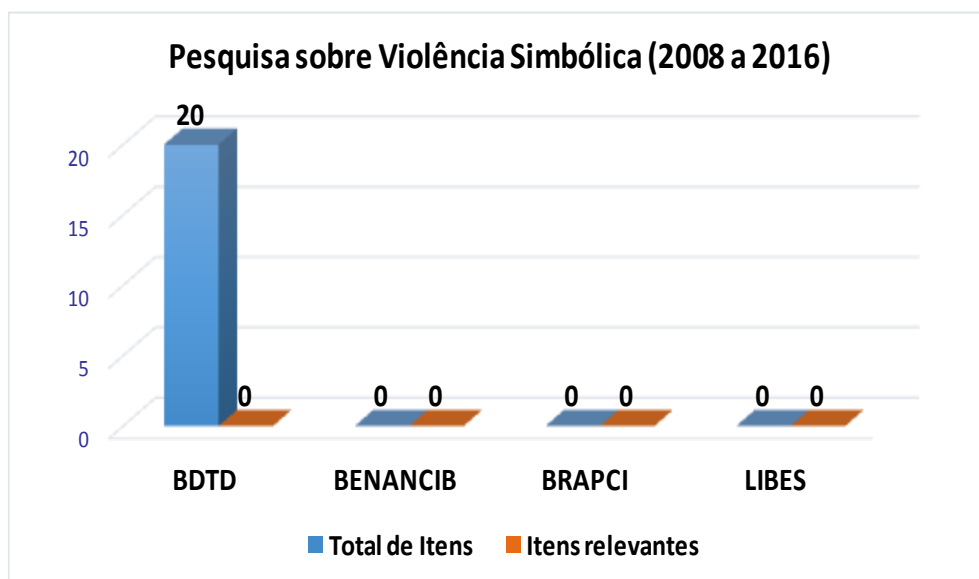
Contudo, a BRAPCI obteve 10,5% ($2/19 \times 100$) de trabalhos relevantes, enquanto que a BENANCIB recuperou 50,0% ($1/2 \times 100$).

Presumiu-se que o conceito é pouco discutido pela área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, mesmo se mostrando um importante termo a ser contemplado pelas pesquisas, dado as dinâmicas culturais a que todos experimentam nessa era globalizada.

No que se refere ao descritor violência simbólica, realizou-se a busca por meio da palavra exata, no campo palavra-chave e título.

Conforme o gráfico 9, os dados da pesquisa sobre violência simbólica apresentam o seguinte quadro:

Gráfico 9 – Pesquisa sobre violência simbólica



Fonte: A autora.

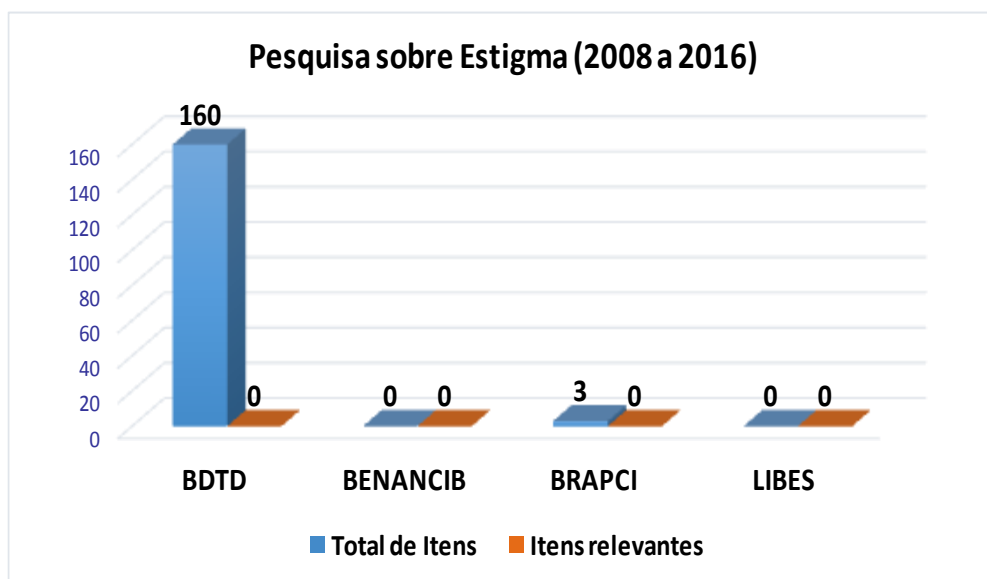
O gráfico 9, salienta que somente a BDTD recuperou trabalhos (20 ocorrências), porém, nenhum relevante a pesquisa. Ao passo que não se obteve ocorrências na BENANCIB, BRAPCI e LIBES.

Verificou-se que o conceito é pouco explorado pela área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, embora seja um termo significativo ligado as formas como a cultura foi inserida ou “imposta” principalmente em sociedades que sofreram todo o tipo de interferências com a colonização, como no caso do Brasil e muitos países africanos.

Em relação ao termo estigma, a busca foi realizada usando a palavra exata, no campo palavra-chave e título.

Segundo o gráfico 10, os dados da pesquisa sobre estigma indicam a seguinte perspectiva:

Gráfico 10 – Pesquisa sobre estigma



Fonte: A autora.

O gráfico 10 aponta que a BDTD recuperou a maior parte dos trabalhos (160 ocorrências), dado que a BRAPCI obteve somente 3 ocorrências, ao passo que não se recuperou trabalhos na BENANCIB e na LIBES.

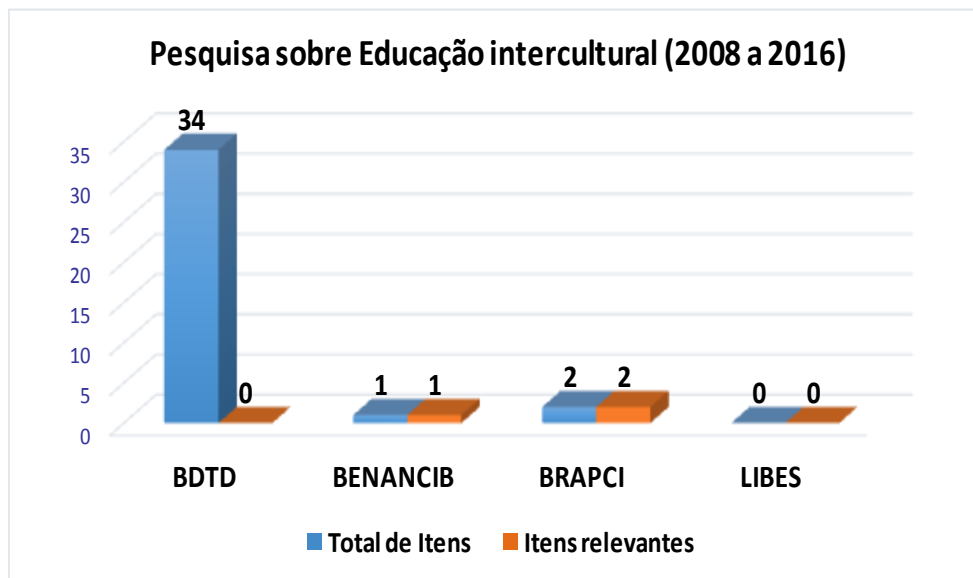
Embora tenha se recuperado um grande volume de trabalhos na BDTD, tanto esta base quanto a BRAPCI, não ofereceram trabalhos relevantes a pesquisa.

Aparentemente, há uma falta de interesse da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no que se refere ao conceito, apesar de oferecer uma infinidade de aspectos que podem ser relacionados a processos de exclusão informacional ou cultural, orientando-o para questões que podem abranger a responsabilidade social da área, principalmente diante da atualidade globalizada.

A busca pelo conceito, Educação Intercultural realizou-se através da palavra exata, no campo palavra-chave e título.

Em conformidade com o gráfico 11, os dados da pesquisa sobre Educação Intercultural apontam a seguinte direção:

Gráfico 11 – Pesquisa sobre Educação Intercultural



Fonte: A autora.

O gráfico 11 destaca que se recuperou um quantitativo razoável de trabalhos na BDTD (34 ocorrências), em relação as demais bases, embora, nenhum destes tenha se mostrado relevante a pesquisa.

Por outro lado, se recuperou trabalhos na BENANCIB (1 ocorrência) e na BRAPCI (2 ocorrências), ao passo que não se recuperou nenhum trabalho na LIBES.

Constatou-se que 100% dos trabalhos recuperados na BENANCIB e na BRAPCI são relevantes a pesquisa.

Relata-se que embora, não mencione necessariamente sobre a Lei nº 10.639/2003, se incluiu a pesquisa intitulada “Mediação da informação no fazer do bibliotecário no âmbito do Interculturalismo” de Patrícia Vargas Alencar (2014), recuperada no BENANCIB, por abordar a Educação Intercultural dentro da área de Biblioteconomia, propondo uma reflexão sobre o papel social do bibliotecário e das bibliotecas, responsáveis por mediarem à cultura e a diversidade racial existente no país, seja em seu viés informativo ou literário.

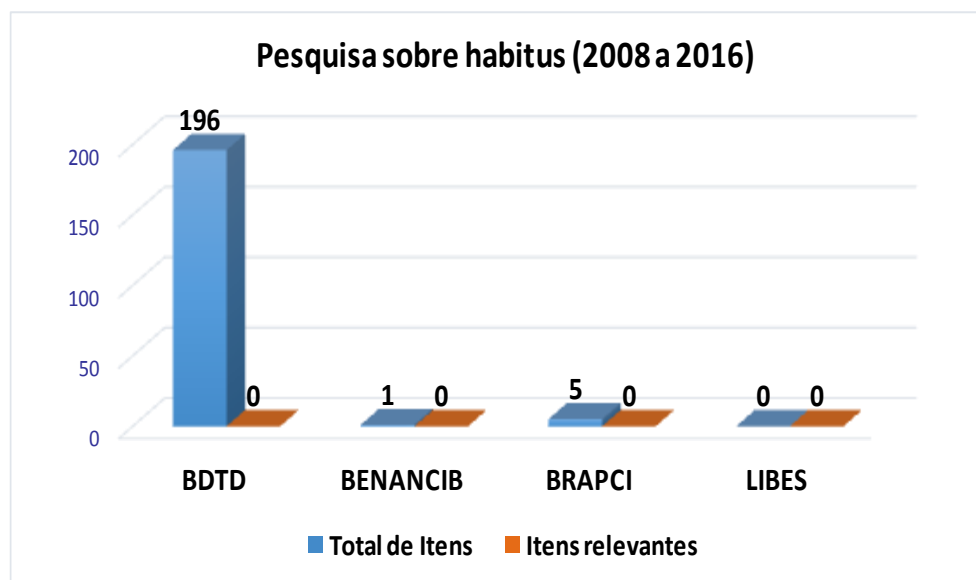
Percebeu-se que o termo é pouco explorado pela área de área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, embora pudesse ser aliado a aspectos da Educação para as Relações Étnico-Raciais, abordada pela Lei nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, de inclusão obrigatória nas instituições de ensino do país.

Em relação ao termo *habitus*, a busca foi realizada usando a palavra exata, no campo palavra-chave e título.

Em conformidade com o gráfico 12, os dados da pesquisa sobre *habitus* indicam o

seguinte contexto:

Gráfico 12 – Pesquisa sobre *habitus*



Fonte: A autora.

Em princípio, o termo é de pouco interesse da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, embora aspectos desse conceito pudessem dar embasamento para discussões sobre aquisição e transmissão cultural ou informacional.

Salienta-se que o grande número de pesquisas encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações tinha como foco o *habitus* ligado a Educação Musical e a constituição do *habitus* docente.

Conforme mencionado anteriormente, verificou-se a necessidade de investigar mais detidamente o contexto encontrado nas pesquisas nas bases de dados, para tanto, optou-se por analisar os Programas de Pós-Graduação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação oferecidos por instituições públicas de ensino superior do Brasil.

A pesquisa incluiu conceitos que permeiam a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, como: a leitura literária, a mediação da leitura, a mediação oral da literatura, bem como tópicos que fogem ao escopo dessas áreas, mas que norteiam o estudo, como a identidade cultural, a violência simbólica, o estigma, Educação Intercultural e *habitus*, porém, verificando se os descritores se relacionavam à biblioteca escolar e a Lei nº 10.639/2003.

Percebeu-se na verificação dos dados recuperados alguns erros que sugerem indexação duplicada, porém, retirou-se tais duplicações e redundâncias.

Desse modo, foram realizadas buscas em quatorze Programas de Pós-Graduação da

área de Biblioteconomia e Ciência da Informação através da palavra exata, no campo palavra-chave e título, na tentativa de cobrir o tema proposto nos últimos cinco anos.

De acordo com o gráfico 13, os dados da pesquisa nos Programas de Pós-Graduação da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação na região Centro-oeste do Brasil apontam a seguinte direção:

Gráfico 13 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – Região Centro-Oeste



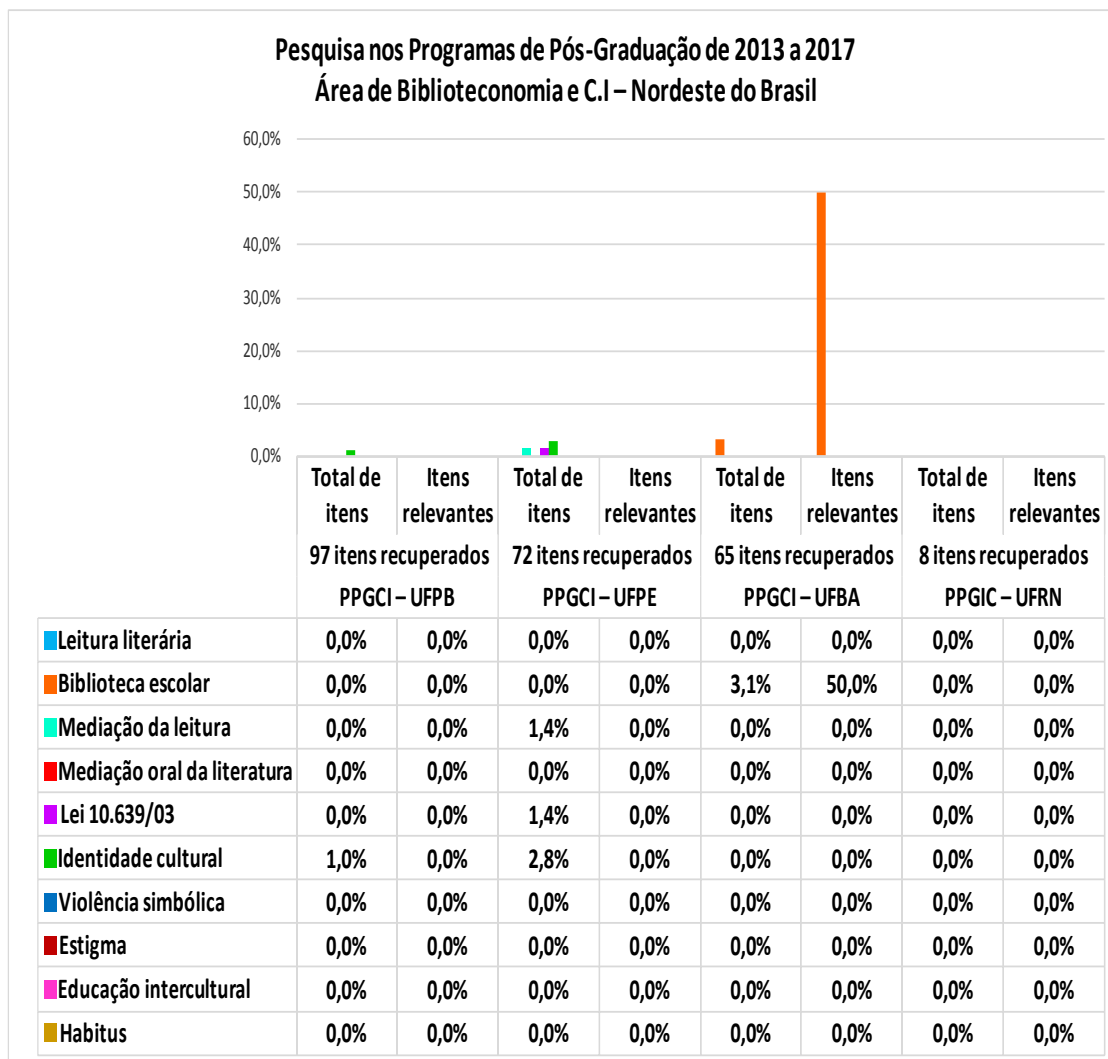
Fonte: A autora.

O gráfico 13 assinala que o único termo integrante da pesquisa de interesse para a produção de trabalhos no período estipulado, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, foi “biblioteca escolar”, com 1,2% dos trabalhos recuperados, embora nenhum seja relevante a pesquisa.

Ao que tudo indica o conceito biblioteca escolar e demais termos que podem ser interligados não constitui foco nessa universidade.

Conforme o gráfico 14, os dados da pesquisa nos Programas de Pós-Graduação da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação na região Nordeste do Brasil exibem a seguinte conjuntura:

Gráfico 14 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – Região Nordeste



Fonte: A autora.

O gráfico 14 expõe que se recuperou um ínfimo quantitativo de trabalhos na região Nordeste, visto que dos dez conceitos pertinentes a pesquisa, somente quatro foram alvos de interesse.

Os poucos estudos recuperados abordam sobre os conceitos: biblioteca escolar, mediação da leitura, Lei nº 10. 639/2003 e identidade cultural, ao passo que nenhum desses são relevantes a pesquisa, com exceção de um trabalho considerado no descritor “biblioteca escolar”.

De um total de 65 itens do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, apenas 3,1% dos trabalhos abordaram o conceito de “biblioteca escolar”, contudo, entre estes, 50,0% são relevantes.

Destaca-se que se incluiu a dissertação de Fernanda Guimarães (2013), recuperada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, pelo descritor biblioteca escolar, devido ao foco na formação profissional do bibliotecário escolar, trazendo algumas contribuições para a discussão que se desenvolveu, embora não aborde especificamente sobre a Lei nº 10.639/2003.

De um total de 72 itens do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, somente 1,4% abordou conceitos de “mediação da leitura” e “Lei nº 10.639/2003”, ao passo que 2,8% dos trabalhos recuperados se interessou pelo termo “identidade cultural”.

De um total de 97 itens do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Paraíba, apenas 1,0% dos trabalhos abordou o conceito “identidade cultural”.

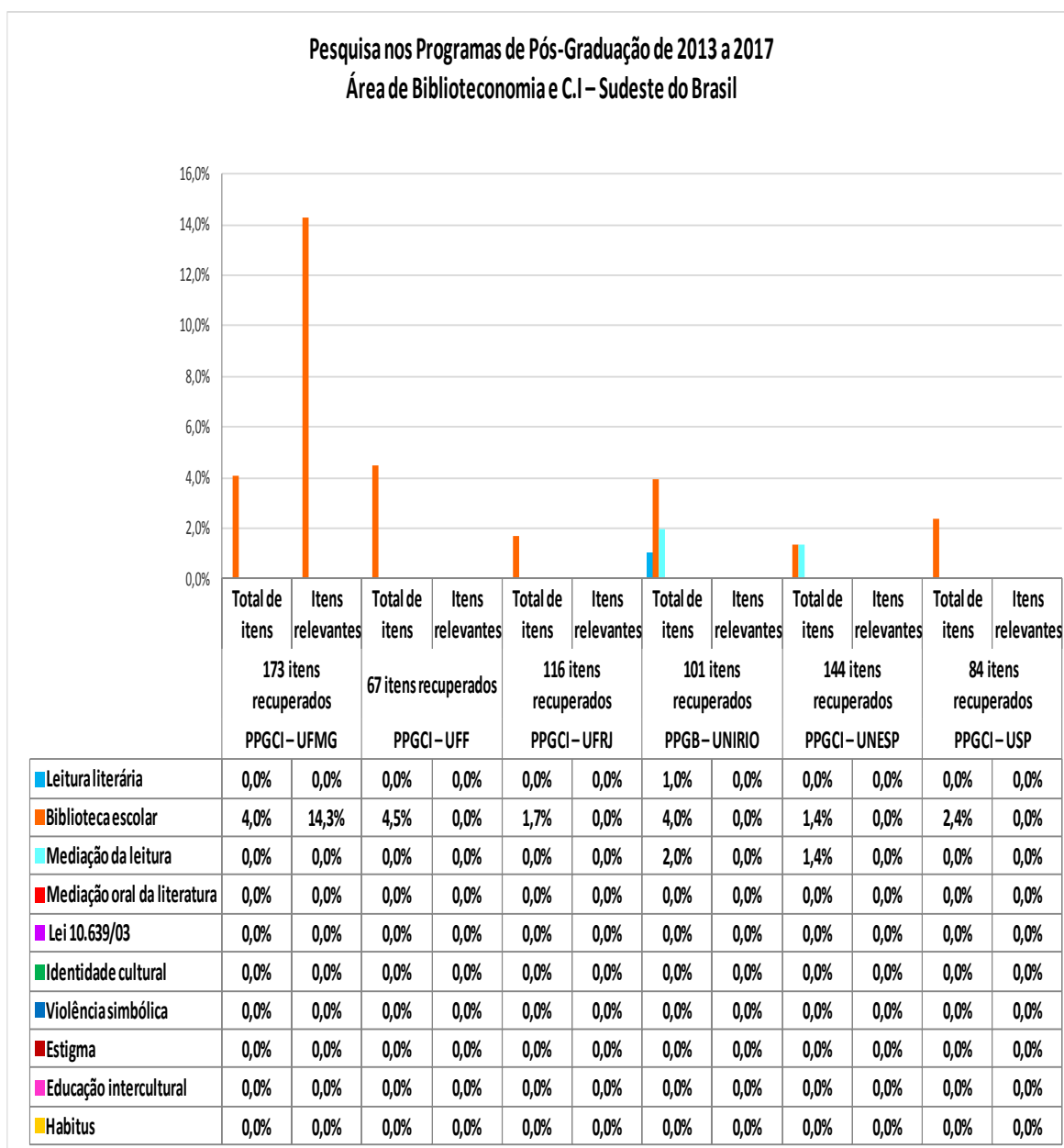
Verificou-se que o conceito identidade cultural foi o que obteve o maior número de pesquisas, porém, como mencionado anteriormente, não contemplou o propósito da pesquisa.

Ao que parece, assim como na região Centro-Oeste, o tema da presente pesquisa, ainda se mostra distante das preocupações da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

O gráfico 15 aponta que poucos trabalhos foram recuperados abrangendo os conceitos da pesquisa, visto que de um total de dez termos, apenas 3 figuraram entre os interesses de pesquisa na região Sudeste.

Segundo o gráfico 15, os dados da pesquisa nos Programas de Pós-Graduação da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação na região Sudeste do Brasil expõem a seguinte conjuntura:

Gráfico 15 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – Região Sudeste



Fonte: A autora.

Os estudos recuperados abordam sobre os conceitos: leitura literária, biblioteca escolar e mediação da leitura, contudo, nenhum desses são relevantes a pesquisa, com exceção de um trabalho considerado no descritor “biblioteca escolar”.

De um total de 101 itens do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, apenas 1,0% dos trabalhos abordaram o conceito “leitura literária”, embora nenhum destes sejam relevantes a pesquisa.

O conceito “biblioteca escolar” foi alvo de pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (4,0%), Programa de

Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (4,5%), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1,7%), Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (4,0%), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1,4%) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de São Paulo (2,4%). Contudo, somente o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, recuperou trabalhos relevantes sobre o conceito entre os produzidos nesse período (14,3%).

Observou-se que ocorreu um aumento na produção de trabalhos relacionados ao conceito “biblioteca escolar” na região Sudeste, principalmente através do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Acredita-se que tal ocorrência, seja devido ao fato da instituição manter a base de dados LIBES, especializada em biblioteca escolar.

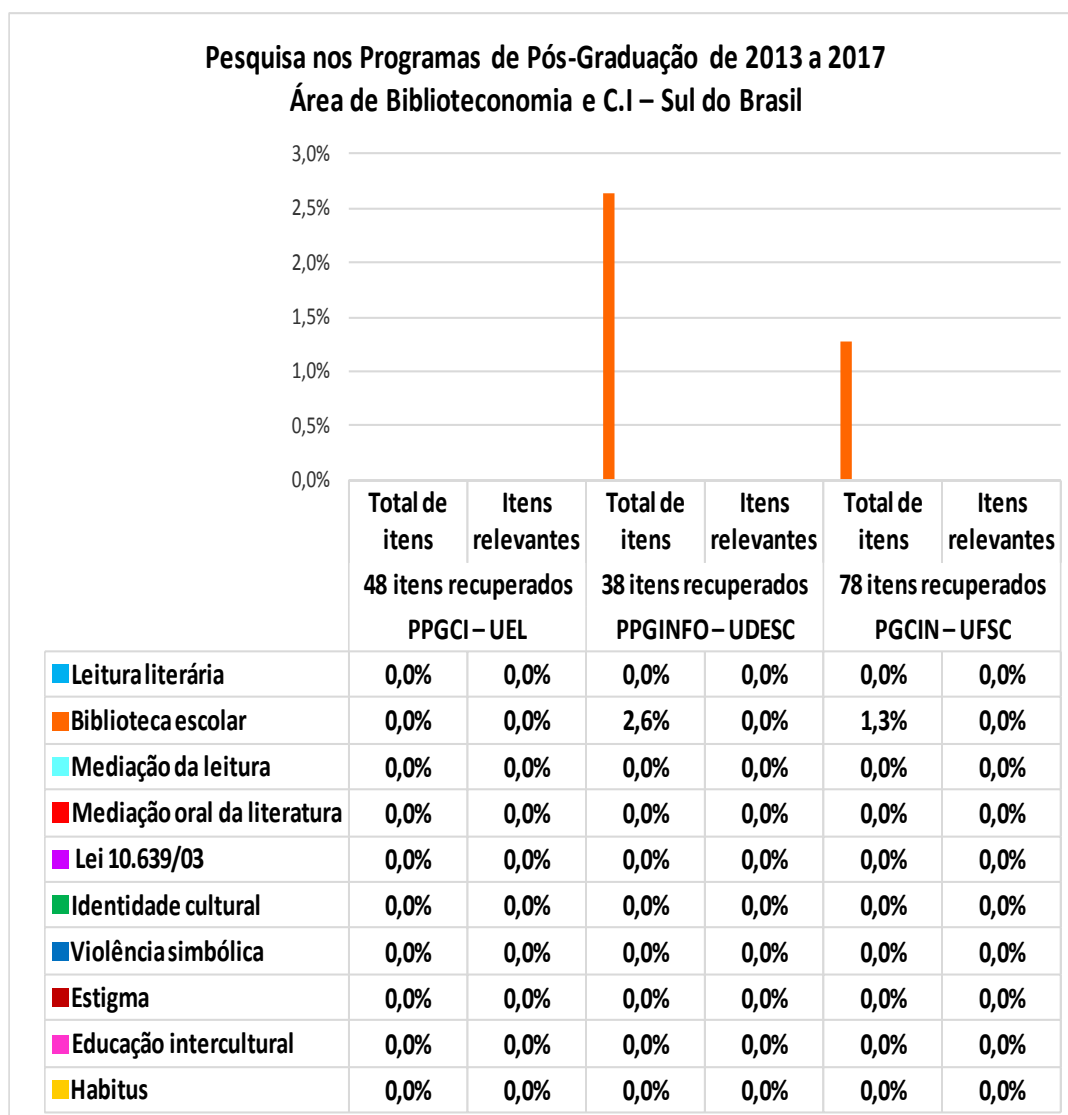
Salienta-se, que se incluiu a dissertação de Laura Soares (2014) recuperada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo descritor biblioteca escolar, devido ao foco de sua pesquisa na formação profissional do bibliotecário escolar, além de ponderar sobre seu papel educativo.

O conceito “mediação da leitura” foi abordado no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2,0%) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1,4%), contudo, não se recuperaram trabalhos relevantes nestes programas.

Presumiu-se que a região Sudeste se preocupa com aspectos ligados a leitura literária e a biblioteca escolar, porém, não focalizando as exigências da Lei nº 10.639/2003.

Em conformidade com o gráfico 16, os dados da pesquisa nos Programas de Pós-Graduação da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação na região Sul do Brasil retratam o seguinte cenário:

Gráfico 16 – Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I – Região Sul



Fonte: A autora.

O gráfico 16 salienta que um número reduzido de trabalhos foram recuperados abrangendo os conceitos da pesquisa, visto que de um total de dez termos, apenas um foi alvo de interesse para o desenvolvimento de trabalhos na região Sul.

Os trabalhos recuperados abordam sobre o conceito “biblioteca escolar”, sendo que de um total de 38 itens, apenas 2,6% dos trabalhos recuperados abordaram este conceito no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina, ao passo que de um total de 78 itens, somente 1,3% dos trabalhos recuperados abordaram o termo no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Contudo, não foram recuperados trabalhos relevantes a pesquisa.

Aparentemente, há pouco interesse para a produção acadêmica na região Sul, dentro do período estipulado sobre os conceitos que permeiam a Lei nº 10.639/2003 junto a biblioteca escolar.

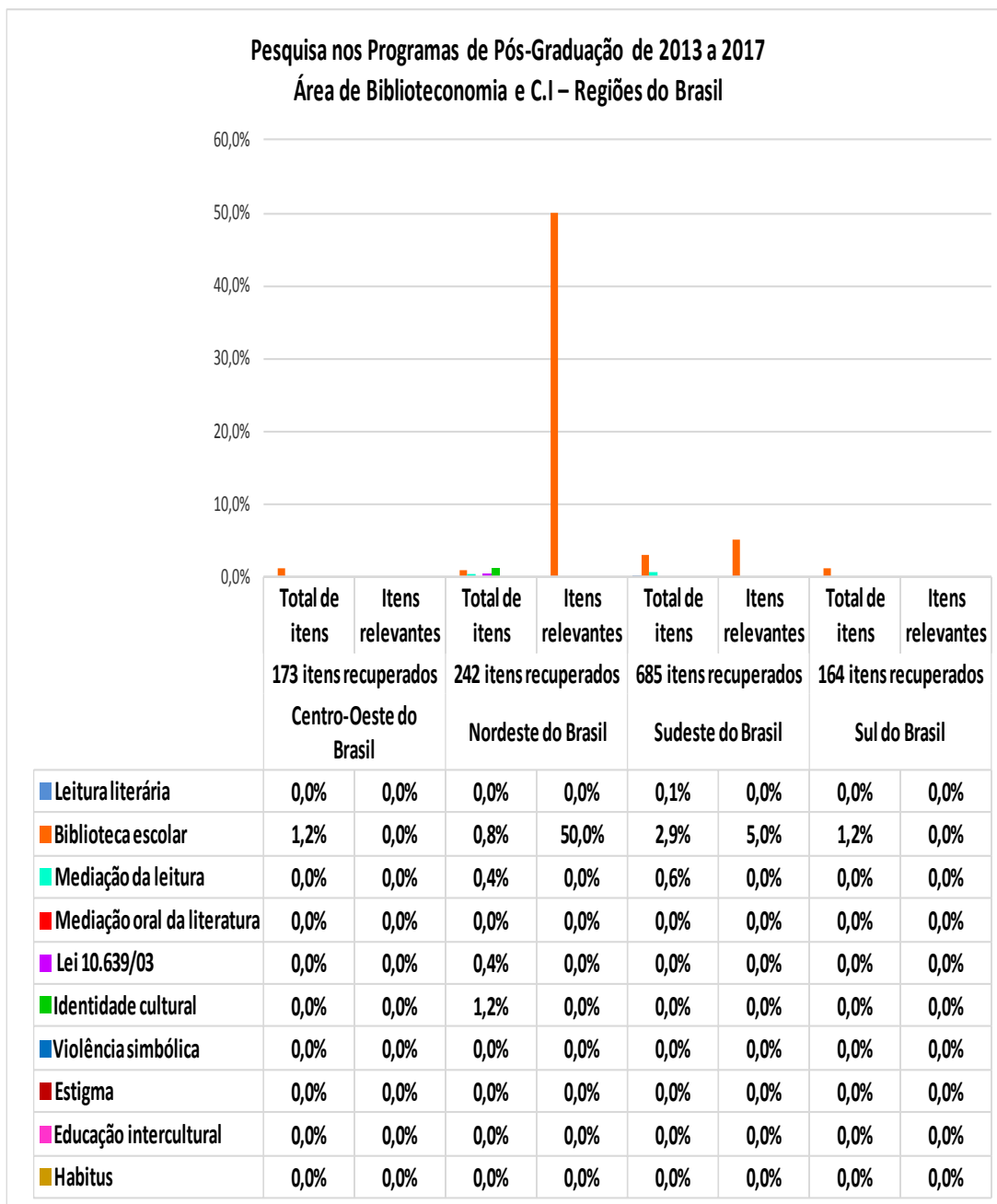
Presumiu-se que este possa ser o reflexo da realidade social dessa região, dado que de acordo com o último Censo do IBGE (2011, p. 78), há uma maior proporção de brancos nas Unidades da Federação da Região Sul, portanto, tal fato pode ter influência sobre o reduzido interesse em desenvolver pesquisas que abordem temáticas sobre a cultura de matriz africana, ligadas erroneamente a população negra, dado que faz parte da identidade cultural de todo o país, seja em maior ou menor proporção.

O gráfico 17 destaca que os Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação que mais contemplaram trabalhos (685 itens) sobre os conceitos, “leitura literária” com 0,1%, biblioteca escolar com 2,9% - sendo 5,0% destes, relevantes e mediação da leitura com 0,6%, foram os da região Sudeste.

Embora a região Nordeste tenha contemplado um quantitativo menor (242 itens), ampliou os conceitos abrangendo a “biblioteca escolar” com 0,8% - sendo 50% destes, relevantes, “mediação da leitura” com 0,4%, “Lei nº 10.639/2003” com 0,4% e “identidade cultural” com 1,2%.

Em concordância com o gráfico 17, os dados sintetizados por região do Brasil encontrados na pesquisa dos Programas de Pós-Graduação da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação apontam a seguinte perspectiva:

Gráfico 17 – Pesquisa nos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia e C.I



Fonte: A autora.

Em princípio, embora a região Nordeste tenha contemplado um número reduzido de trabalhos em relação a região Sudeste, estaria mais propensa a desenvolver trabalhos dirigidos a diversidade racial e cultural.

Os resultados dessa pesquisa bibliográfica causaram certa apreensão, pois, percebeu-se que a temática relacionada à biblioteca escolar e a Lei nº 10.639/2003, é pouco discutida apesar de relevante, dado que a mediação literária na biblioteca escolar promove a formação

de leitores, e ao abranger a diversidade racial emerge um sentimento de acolhimento e pertença, possibilitando a manutenção de usuários, garantindo assim, um futuro para as demais bibliotecas.

Respectivamente, apresenta-se o contexto em que se delineou a pesquisa.

4.2 O CONTEXTO DA PESQUISA

Devido à sua tradição e reconhecida excelência no cenário educacional brasileiro, o Colégio Pedro II (CPII) foi escolhido como o campo de estudo. Nesse sentido, prevaleceu além do vínculo profissional da pesquisadora, o desejo de se compreender como um colégio de base elitista tem se comportado diante das demandas da Lei nº 10.639/2003, visto que “por mais de um século, o Colégio dedicou-se à formação de quadros para as elites dirigentes do país”. (COLÉGIO PEDRO II, 2000 p. 79).

Desse modo, o campo de estudo, se mostrou propício para a investigação baseada nas teorias de Bourdieu e Passeron, acerca das relações que são travadas dentro e fora dos sistemas de ensino, uma vez que a própria instituição reconhece que:

A escola é, por excelência, o espaço reservado à transmissão da cultura erudita, cujos produtores e detentores fazem parte da elite política, econômica e cultural e que têm acesso ao saber através da escrita, do estudo, dos livros. Pensar que, sem ter a cultura dominante, se consegue aceitação social em todos os círculos, é uma ilusão a ser combatida. (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p. 81).

Desse modo, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício do Colégio Pedro II de 2016, publicado em 2017, permitiu coletar dados a fim de traçar um panorama sobre essa instituição escolar e o *campus* selecionado para a pesquisa, conforme descrito a seguir.

Trata-se de uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, de característica pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de Educação Básica.

Fundado em 2 de dezembro de 1837, segundo os padrões educacionais europeus, o Colégio Pedro II sofreu diversas alterações e expansões ao longo de sua história. Conta hoje com cerca de treze mil alunos, abrangendo desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação, oferecendo também cursos técnicos, de extensão e de capacitação, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

As antigas unidades escolares, reformuladas em *campi* quando da equiparação do CPII

aos Institutos Federais de Educação por meio da Lei nº 12.677 de 25 de junho de 2012, que alterou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e incluiu o Colégio Pedro II, que abarcava inicialmente o município do Rio de Janeiro, mantendo ainda sua maior concentração e onde está instalada a Reitoria, porém, vem estendendo seu ensino aos municípios de Niterói e Duque de Caxias.

Grande parte dos *campi* comportam espaços diferenciados de atuação, distinguidos por *campus* I, II ou III, perfazendo um total de 14 *campi* além do Centro de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR).

Para atender ao 1º Segmento do Ensino Fundamental – do 1º ao 5º ano, a instituição conta com o *campus* Engenho Novo I, Humaitá I, Realengo I, São Cristóvão I e Tijuca I, em dois turnos, manhã e a tarde.

O 2º Segmento do Ensino Fundamental – do 6º ao 9º ano é acolhido nos turnos da manhã e tarde, no *campus* Centro, Engenho Novo II, Humaitá II, Realengo II, São Cristóvão II e Tijuca II.

De acordo com esse relatório, verificou-se que as ofertas para o Ensino Médio Regular ocorrem no turno diurno, no *campus* Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II, Humaitá II, Niterói, Realengo II, São Cristóvão III e Tijuca II e no período noturno no *campus* Humaitá II. No que se refere ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, é oferecido diurnamente no *campus* Engenho Novo II, Realengo II, São Cristóvão III e Tijuca II. Quanto ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), é disponibilizado no período noturno, no *campus* Centro, Engenho Novo II, Realengo II e Tijuca II.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é inserido geralmente no *campus* Centro, Tijuca II e Engenho Novo II, de acordo com a demanda.

O Colégio Pedro II conta também com um Centro de Referência em Educação Infantil no *campi* Realengo, atendendo a crianças de 3 a 6 anos.

A cada ano, dependendo da disponibilidade de vagas, são oferecidos sorteios para comporem classes dos primeiros anos do Ensino Fundamental e processo seletivo que inclui a avaliação escrita para integrarem o 6º ano do Ensino Fundamental ou o 1º ano do Ensino Médio, neste caso, respeitando a exigência legal no oferecimento de cotas raciais e cotas para candidatos com deficiência.

Quando da realização da matrícula, os responsáveis preenchem um cadastro que

consta inclusive com item para preenchimento de autodeclaração racial do discente. Após esta etapa, são acolhidos no Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica (SESOP) onde é realizada uma avaliação socioeconômica. Caso seja necessário o discente é encaminhado para o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que irá auxiliá-lo num processo de aprendizagem diferenciado.

No cotidiano escolar, em caso de alguma emergência clínica, todos os *campi* contam com um enfermeiro para prestar os primeiros socorros.

Os pais ou responsáveis legais de estudantes regularmente matriculados em turmas de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental podem participar da rotina escolar através do Conselho Superior, órgão máximo do Colégio Pedro II, que tem a função de aprovar as diretrizes gerais para a atuação finalística da instituição.

O corpo docente é formado por servidores, selecionados através de concurso público e por colaboradores, que concorrem a vaga por meio de um processo seletivo semelhante ao utilizado pelas empresas privadas, porém, com tempo de prestação de serviço determinado em contrato.

Com a homologação da Lei nº 12.677/2012, o Colégio Pedro II foi integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ampliando sua atuação e autonomia, para tanto, necessitou de reestruturações, nas quais incluíram também o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, que dispõe de cinco salas de leitura para atender ao 1º Segmento do Ensino Fundamental, nove bibliotecas escolares para auxiliar o 2º Segmento do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, três mediatecas, entre elas a de Inglês, Francês e Espanhol, além da Biblioteca da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (Biblioteca da PROPGPEC), para dar assistência aos sete cursos de Especialização (*Lato Sensu*) e dois cursos de Mestrado (*Stricto Sensu*).

Por fim, existem ainda o Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM), o Centro de Estudos Filológicos Antenor de Veras Nascentes e a Biblioteca Histórica, que possuem acervos históricos, cuja intenção é salvaguardar a memória institucional.

Essa nova estrutura possibilitou a criação no fim de 2013 do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II (NEAB/CPII), com a finalidade de promover a produção e a disseminação do conhecimento sobre a diversidade étnico-racial, estimulando a igualdade e valorização das populações de origem africana e indígena.

Nessa oportunidade selecionamos o *campus* Tijuca II, por comportar o Ensino Médio, e, portanto, uma biblioteca para atender esse segmento, além da familiaridade por parte da

pesquisadora, por já ter sido lotada no *campus* Tijuca I.

Fundado em 1957, o *campus* Tijuca II tem se destinado originalmente ao atendimento dos anos finais do Ensino Fundamental além do Ensino Médio. Atualmente oferece o Ensino Médio Integrado Técnico em Informática e o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), nas modalidades de Técnico em Administração e de Suporte/Manutenção em Informática.

O *campus* Tijuca II, foco da pesquisa, possui um quantitativo de 1059 alunos, distribuídos nos três turnos. No Ensino Fundamental, 270 alunos no 1º turno e 196 alunos no 2º turno; no Ensino Médio, 284 alunos no 1º turno e 217 alunos no 2º turno; no Proeja, 92 alunos no 3º turno.

A estrutura física do *campus* é composta por salas administrativas e ambientes pedagógicos, incluindo-se sala de música, sala de artes visuais, biblioteca, sala de multimeios, sala de recursos multifuncionais com atendimento educacional especializado, laboratório de Informática, laboratório de Ciências da Natureza e quadra poliesportiva coberta.

A biblioteca, vista na pesquisa como recurso informacional e, portanto, pedagógico, possui cerca de 15.000 exemplares, compondo em seu quadro funcional, um bibliotecário chefe, um auxiliar de biblioteca e três assistentes em administração.

Seguem, portanto, os participantes selecionados para o estudo, que integraram o processo para a solicitação de pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CEP/UNIRIO), por meio da Plataforma Brasil e posteriormente no próprio Colégio Pedro II⁷.

Quadro 8 – Participantes da pesquisa de campo

Função	Siglas utilizadas
Bibliotecário	B
Chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura	CB
Coordenador de Artes Visuais	CA
Coordenador de História	CH
Coordenador de Língua Portuguesa/Literatura	CP
Coordenador do NEAB/CPII	CN
Diretor Pedagógico	DP
Docente de Artes Visuais	A
Docente de História	H

⁷ Nota: Um pedido de autorização para pesquisa no Colégio Pedro II, foi formalizado no setor de Protocolo Geral da instituição localizado no prédio da Reitoria em São Cristovão, por meio de documentação exigida pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), estruturando um processo que autorizou tal ação mediante o fornecimento do Parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CEP/UNIRIO), através da Plataforma Brasil.

Docente de Língua Portuguesa/Literatura	P
Total	10

Fonte: Colégio Pedro II (2017).

A seguir se descreveu o interesse e os objetivos da pesquisa documental realizada no *campus* selecionado.

4.3 A PESQUISA DOCUMENTAL

Em relação ao trabalho de campo, tencionou-se a verificação das atividades enfocando a mediação da leitura e a mediação oral de livros literários africanos e/ou afro-brasileiros praticadas pelo bibliotecário do *campus* selecionado, além das ações pedagógico-culturais dos docentes que lecionam as disciplinas elencadas pela Lei nº 10.639/2003.

Este procedimento objetivou emergir elementos norteadores, como a integração com o corpo docente, a relevância do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura ao Projeto Político Pedagógico da instituição, a função educativa e social do bibliotecário, bem como a efetiva contribuição desse profissional para o reconhecimento do legado africano e/ou afro-brasileiro pela sociedade brasileira, conforme almejado pela referida Lei.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa documental no Colégio Pedro II, pois se restringe “[...] a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 157). Desse modo, foram examinados os principais documentos que delineiam os objetivos da instituição, se atendo aos pontos de interseção com a Lei nº 10.639/2003, de modo que se possa verificar, se ocorre um entrelaçamento entre o trabalho pedagógico-cultural desenvolvido pelo bibliotecário e docente na comunidade escolar para a implementação da referida Lei, conforme descrito a seguir.

- a) Documentos que embasam e registram o trabalho pedagógico do Colégio Pedro II:
 - Projeto Político-Pedagógico implementado em 2001;
 - Projeto Político Pedagógico Institucional implementado em julho de 2018;
- b) Documentos que embasam e registram o trabalho socioeducativo da biblioteca escolar selecionada:
 - Acervo que contemple a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira que possa ser sugerido para a implementação da Lei nº 10.639/2003;
 - Regimento Interno da biblioteca.

Destaca-se que se ambicionou englobar a pesquisa, os diários de classe utilizados nos

dois últimos anos pelos docentes selecionados, a fim de verificar os livros literários utilizados nesse período visando à implementação da Lei nº 10.639/2003 e se integravam o acervo da biblioteca selecionada. Contudo, devido a certas questões na comunidade escolar para a obtenção de autorização para pesquisar nesses documentos acabou por desestimular o uso destes, mas as intenções de sua utilidade foram inclusas nos questionários.

Acrescenta-se ainda, que a pesquisa almejava incluir os registros de empréstimos na pesquisa documental, com a intenção de confirmar se os livros que estariam possivelmente sendo utilizados no trabalho pedagógico e registrados nos diários de classe, eram alvos de empréstimos por parte dos discentes. Porém, tal comprovação seria impraticável, uma vez que, a biblioteca não armazena tais dados.

Nesse sentido, a pesquisa no Projeto Político-Pedagógico de 2001 e no Projeto Político Pedagógico Institucional de 2018, tencionou verificar se os conteúdos curriculares das disciplinas de Artes Visuais, História e Português/Literatura acolhiam as exigências da Lei nº 10.639/2003 e se ocorria uma integração com o bibliotecário nessas disciplinas para o desenvolvimento de atividades pedagógico-culturais tencionando implementar a referida Lei.

No que condiz ao acervo, objetivou-se averiguar a existência de livros literários infantojuvenis de temática africana e/ou afro-brasileira que pudessem ser utilizados tanto pelo corpo docente quanto pelo bibliotecário em possíveis ações educativas e culturais.

Através do Regimento Interno da biblioteca pretendeu-se averiguar a existência de atividades de mediação da leitura e mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, programas de leitura, projetos interdisciplinares, serviços, ações de promoção e *marketing* ou quaisquer outras práticas associadas ao atendimento da Lei nº 10.639/2003 envolvendo ou não uma parceria com o corpo docente.

Salienta-se que as informações obtidas por meio da pesquisa documental não serão submetidas à técnica de tratamento dos dados escolhida pela pesquisa – a análise de conteúdo de Bardin, servindo de base para estruturar o Estudo de Caso.

A pesquisa documental foi concebida, considerando que o acesso a tais informações possibilitaria complementar a coleta de dados por questionários, ou seja, auxiliaria na análise dos dados, pois, “para os estudos de caso, o uso mais importante dos documentos é para corroborar e aumentar a evidência de outras fontes.” (YIN, 2010, p. 128).

Sendo assim, a respectiva estrutura foi montada com o intuito de investigar principalmente, se existe uma preocupação em inserir a cultura africana e/ou afro-brasileira no cotidiano escolar, como se dá a atuação bibliotecária nesse sentido e se ocorre uma integração

deste com os docentes das disciplinas elencadas pela referida Lei.

Para tanto, recorreu-se também à aplicação de questionários que serão explicitados a seguir.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Elegeu-se para a pesquisa, o uso de questionários contendo perguntas abertas e fechadas. Optou-se pelo método devido à vantagem em se obter respostas mais rápidas e precisas ao passo que permite ao informante responder às questões com liberdade e emitir opiniões (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 187).

Portanto, após o reconhecimento do campo de estudo e o conhecimento do quadro profissional que permeia a pesquisa, elaborou-se perguntas em um formato que englobasse dois agrupamentos temáticos, com o intuito de explorar o perfil pessoal, como questões envolvendo a autodeclaração racial, a idade e o sexo; a formação inicial e continuada, e a outra parte em que deu destaque à atuação desses profissionais na comunidade escolar.

É importante explicar, que para a elaboração das categorias e dos questionários se utilizou como base a publicação do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em parceria com o Conselho Federal de Biblioteconomia, intitulada “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares”, articulada ao documento da IFLA “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, complementada pelas Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar.

O GEBE é integrado a Escola de Ciência da Informação da UFMG e se preocupa especialmente com questionamentos pertinentes a função educativa da biblioteca e os desdobramentos de suas ações pedagógicas, ocasionando reflexões sobre a prática bibliotecária inserida no contexto escolar.

Essa publicação se constitui numa referência, uma vez que fornece parâmetros para a criação e avaliação de bibliotecas escolares inseridas tanto em escolas públicas quanto privadas. Tais parâmetros aliados as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar, podem ser modificados para embasar as decisões e conseqüentemente as ações das bibliotecas escolares proporcionando uma transformação desses espaços pedagógicos, visto que foram concebidos como instrumentos flexíveis.

O documento da IFLA “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”

preza pela legitimidade e igualdade de acesso em serviços bibliotecários multiculturais, sugerindo que estes sejam vistos como integrantes e não um complemento para as bibliotecas.

Considerando o Brasil e as desigualdades socioeconômicas advindas de ideologias racistas, que atingem principalmente a negros e indígenas, essas Diretrizes proporcionam embasamento para lidar com a diversidade racial e cultural existente no país.

Desse modo, a IFLA oferece meios para bibliotecários repensarem suas práticas, ao promover o acesso a recursos que abranjam a diversidade cultural e a atividades que fogem ao escopo tradicionalista, por meio de um diálogo intercultural, que valorize a herança cultural que é um bem de todos, incentivando o desenvolvimento de uma cidadania plena.

A articulação dos parâmetros do GEBE a essas Diretrizes da IFLA, possibilitou a geração de categorias e de questionamentos que auxiliariam posteriormente na análise dos dados, bem como na estruturação do produto da pesquisa.

Tal interseção se mostrou viável, uma vez que o próprio documento “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services” recomenda que “[...] sejam usadas em conjunto com padrões e diretrizes para tipos específicos de bibliotecas em cada país e com padrões internacionais, ao invés de tomadas isoladamente.” (IFLA, 2009, p. 3, tradução nossa).

Salienta-se que foram confeccionados quatro questionários, destinados ao bibliotecário, chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, coordenador do NEAB/CPII e corpo docente.

Esses documentos foram compostos por perguntas em comum a todos os profissionais, acrescidas de algumas questões diferenciadas de acordo com a necessidade de obtenção de informações específicas.

Contudo, optou-se por deixar em separado o questionário destinado ao coordenador do NEAB/CPII, devido às particularidades do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros ao qual representa. Embora ele apresente as mesmas categorias, a maior parte dos questionamentos se preocupa em explorar as ações do NEAB/CPII dentro da instituição, além de complementar as informações sobre a atuação do bibliotecário.

Destaca-se que não ocorreu a aplicação de um questionário piloto, mas que os definitivos foram entregues pessoalmente aos participantes, sendo oferecido um prazo para a entrega, a fim de que os respondessem confortavelmente.

Acrescenta-se ainda, que todos os questionários foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CEP/UNIRIO), por meio

de cadastro no sistema da Plataforma Brasil.

Sendo assim, seguem abaixo, os questionários em que constam as perguntas em comum à classe bibliotecária e ao corpo docente; questionário com perguntas partilhadas entre o bibliotecário e o chefe da Seção de Bibliotecas, como também exclusivas para cada um destes; questionário com perguntas específicas ao corpo docente, e por fim, questionário designado ao coordenador do NEAB/CPII. Acrescenta-se ainda, que todas as questões apresentam suas categorias e respectivos objetivos, que contribuirão para posterior análise dos dados.

Quadro 9 – Perguntas formuladas a classe bibliotecária e ao corpo docente com seus objetivos

Categorias	Perguntas	Objetivos
Recursos humanos	A sua formação profissional ofereceu suportes que o habilitaram a trabalhar com as demandas advindas com a Lei nº 10.639/2003? Quais foram os suportes?	Verificar se a formação acadêmica propiciou ao profissional uma habilidade para trabalhar com os aspectos relativos à Lei nº 10.639/2003.
Recursos humanos	Realizou alguma capacitação mediante a necessidade de implementação da Lei 10.639/2003? Caso contrário, como avalia a ausência de uma capacitação em relação à Lei nº 10.639/2003?	Descobrir se profissional sentiu necessidade de realizar alguma capacitação ou como revela a ausência de uma.
Recursos humanos	O Colégio Pedro II já ofereceu algum tipo de capacitação aos seus servidores e/ou colaboradores para mediar os recursos literários sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira? Especifique o curso e sua contribuição. Em caso negativo, qual seria o motivo por não ter sido oferecido?	Averiguar se a instituição já ofereceu cursos de capacitação para mediar os recursos literários sobre a temática relacionada à Lei nº 10.639/2003.
Comunidade	Possui a informação se biblioteca e o bibliotecário são contemplados no Projeto Político- Pedagógico em vigor? De que maneira?	Apurar se a biblioteca é reconhecida dentro da instituição como um recurso pedagógico e cultural e se tanto esta quanto o profissional bibliotecário, enquanto recurso humano está contribuindo com o planejamento curricular, ou seja, com os processos de aprendizagem que podem ser desenvolvidos por intermédio destes.
Comunidade	Tem conhecimento se o novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), que está em processo de desenvolvimento, prevê a implementação da Lei nº 10.639/2003? O novo PPPI arrola a biblioteca às ações que visam o atendimento da Lei 10.639/2003? De que maneira? Em caso negativo, como avaliaria essa ausência?	Revelar se está informado sobre o andamento da elaboração do novo Projeto Político Pedagógico Institucional e se este tem a preocupação em inserir a Lei nº 10.639/2003 no currículo, além de verificar se integra a biblioteca as demandas da referida Lei.
Colaboração	O bibliotecário é convocado para	Descobrir se o bibliotecário participa das

	participar das reuniões pedagógicas? Como se alinha ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes ou em caso negativo, como observa a ausência da classe profissional nas reuniões pedagógicas?	discussões cotidianas sobre o trabalho pedagógico a ser desenvolvido, e em caso positivo, como se desdobra a sua colaboração na rotina escolar. Busca ainda suscitar uma reflexão sobre as implicações da ausência desse profissional.
Colaboração	O bibliotecário tem envolvimento com as atividades culturais da escola? De que maneira? A convite de quem?	Busca compreender se o bibliotecário é proativo, motivado a participar das atividades planejadas no campus ou se fica à espera de um convite para expandir sua atuação na comunidade escolar.
Colaboração	Já realizou ou mantém parcerias para a elaboração de projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003? De que parte surge o convite para as parcerias? Em caso negativo, qual seria a razão para a falta de motivação? Em caso positivo, descreva o projeto mais recente. Avalia que esses projetos cooperativos colaboram para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira? De que maneira?	Conhecer se há uma relação de parceria entre bibliotecários e corpo docente, além de verificar de que partes surgem os possíveis convites para parcerias na elaboração de projetos interdisciplinares relacionados à Lei nº 10.639/2003 na comunidade escolar. Procura expor os possíveis projetos, além de suscitar a reflexão sobre o impacto desses projetos para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira.
Recursos humanos	De que maneira o bibliotecário deixa transparecer sua função socioeducativa?	Fazer suscitar uma reflexão sobre o papel educativo e social que o bibliotecário desempenha ou pode desempenhar ao promover o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais, culminando numa ação social.
Recursos literários e/ou eletrônicos	Quem são os responsáveis pela definição dos recursos literários a serem utilizados durante o ano letivo? Há uma preocupação com a inserção da Lei nº 10.639/2003?	Verificar se o bibliotecário participa do processo de seleção de livros literários a serem utilizados no ano letivo, confirmando sua presença nas discussões pedagógicas, além de verificar se há uma preocupação em atender o solicitado pela Lei nº 10.639/2003.
Comunidade	Há uma preocupação com o tipo de material pedagógico, discurso e imagem utilizados pela comunidade escolar como um todo? Desde a criação de cartazes até o discurso utilizado pelos profissionais para a comunicação com o corpo discente? De que maneira ocorre? Em caso positivo, é realizado algum tipo de fiscalização? De que maneira e em que período é realizado?	Investigar se há uma preocupação quanto ao discurso e a imagem que são disponibilizados na escola. Além de expor se há algum tipo de fiscalização nesse sentido.

Fonte: A autora.

Apresentam-se as perguntas constantes somente no questionário do bibliotecário e do chefe da Seção de Bibliotecas com seus respectivos objetivos:

Quadro 10 – Perguntas formuladas a classe bibliotecária com seus objetivos

Categorias	Perguntas	Objetivos
Recursos humanos	Como observa a inclusão de temáticas que abordem as questões raciais, bem como a cultura africana e/ou afro-brasileira, nos currículos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia?	Busca compreender a percepção dos profissionais quanto a inclusão das temáticas relativas a Lei nº 10.639/2003 nos currículos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia.
Recursos humanos	Já se ofereceu alguma capacitação visando à implementação da Lei nº 10.639/2003, direcionada aos bibliotecários do Colégio Pedro II? Especifique o curso e sua contribuição. Em caso negativo, qual seria o motivo por não ter sido oferecido?	Averiguar se a instituição já ofereceu cursos de capacitação para mediar recursos literários sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira aos bibliotecários.
Colaboração	Algum bibliotecário ou representante da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura participa da câmara que coopera para a elaboração do futuro Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Colégio Pedro II? Em caso positivo, como ocorre a cooperação? Caso negativo, como avaliaria a ausência?	Investigar se o bibliotecário participa da discussão sobre o desenvolvimento do novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e se tem noção de como ocorre a possível colaboração da classe bibliotecária.
Promoção e/ou <i>Marketing</i>	Existe algum tipo de divulgação dos serviços e atividades culturais? Em caso negativo, como a avaliaria a inexistência de divulgações?	Averiguar se há ações de divulgação dos serviços e atividades culturais.
Promoção e/ou <i>Marketing</i>	De que maneira é realizada a divulgação dos recursos literários da biblioteca?	Procura descobrir de que maneira é realizada a divulgação do acervo na biblioteca selecionada e nas demais do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.
Serviços e/ou atividades culturais	Realizam e/ou orientam alguma forma de retroalimentação? Em caso afirmativo, através de qual meio? Com que frequência?	Descrever se as bibliotecas verificam se os conteúdos que tem sido oferecido ao seu usuário são viáveis, se têm atendido as expectativas e necessidades e de que forma se dá tal processo. Além disso, procura observar se há uma interação com o usuário.
Serviços e/ou atividades culturais	Realiza e/ou estimula atividades de mediação literária e/ou mediação oral da literatura relacionadas a implementação da Lei nº 10.639/2003? De que maneira contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira? São compartilhadas com o corpo docente do Colégio Pedro II?	Procura expor projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003. Conhecer se há uma relação de parceria entre bibliotecários e corpo docente, além de verificar de que partes surgem os possíveis convites para parcerias na elaboração de projetos interdisciplinares na comunidade escolar. Busca ainda suscitar uma reflexão sobre o impacto desses projetos para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira.
Serviços e/ou atividades	Realiza atividades complementares após as ações de mediação literária e	Expor se são realizadas atividades após a mediação literária relacionada à Literatura

culturais	mediação oral da Literatura Africana ou Afro-brasileira? Avalia que contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?	Africana ou Afro-brasileira e se surtem o efeito esperado de naturalização, ou seja, de legitimação dessa cultura na comunidade escolar.
Recursos literários e/ou eletrônicos	Existe uma Política de Desenvolvimento de Coleções na biblioteca? Há uma preocupação com a inserção da Lei nº 10.639/2003? Em caso positivo, quais características são prezadas na aquisição de livros com a finalidade de contemplar a Lei nº 10.639/2003?	Examinar como ocorre o processo de aquisição de livros, ou seja, se há uma Política de Desenvolvimento de Coleções. Além disso, procura verificar que características são prezadas no processo de seleção e se estão em consonância com a exigência da Lei nº 10.639/2003 e do Parecer CNE/CEB nº 6/2011, que traz orientações para que o material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista.
Recursos literários e/ou eletrônicos	Que tipos de recursos dispõem para o atendimento da Lei 10.639/2003?	Busca descrever que tipo de recursos estão disponíveis para a implementação da Lei nº 10.639/2003.
Recursos literários e/ou eletrônicos	Há cooperação com outras instituições para o compartilhamento de recursos literários e informacionais, como também de atividades culturais envolvendo a implementação da Lei nº 10.639/2003? Descreva as instituições e as ações de cooperação.	Verificar se há uma preocupação em travar relações fora da escola, possibilitando cooperações que visam o atendimento da Lei nº 10.639/2003.
Recursos humanos	Dentre o quadro funcional, ocorre algum tipo de avaliação no que condiz a atuação dos profissionais para a implementação da Lei nº 10.639/2003? Como se dá, quem são submetidos e quem são os responsáveis pela avaliação? Em caso negativo, acredita que uma avaliação acarretaria que tipo de situações para a classe bibliotecária?	Saber se os profissionais que atuam na biblioteca tem seu trabalho avaliado pela instituição escolar relacionado à implementação da Lei nº 10.639/2003, e como se daria tal processo. Busca suscitar uma reflexão acerca dos aspectos positivos e negativos de uma avaliação sobre o trabalho desenvolvido com a cultura africana e/ou afro-brasileira.

Fonte: A autora.

Encaminha-se as questões próprias ao bibliotecário com seus respectivos objetivos:

Quadro 11 – Perguntas formuladas ao bibliotecário com seus objetivos

Categorias	Perguntas	Objetivos
Comunidade	Quais documentos orientam o trabalho nesta biblioteca do Colégio Pedro II?	Investigar quais documentos embasa o trabalho bibliotecário na biblioteca selecionada, e se entre estes consta a Lei nº 10.639/2003.
Serviços e/ou atividades culturais	Que tipos de serviços e atividades culturais são oferecidos pela biblioteca?	Averiguar que tipos de serviços e atividades culturais são disponibilizados pela biblioteca.
Recursos literários e/ou eletrônicos	O corpo docente utiliza os recursos literários e informacionais da	Verificar se o corpo docente frequenta a biblioteca e utiliza dos seus recursos para

eletrônicos	biblioteca para colocar a Lei nº 10.639/2003 em prática no cotidiano escolar? Em caso negativo, como avaliaria o desinteresse pela utilização?	implementar o trabalho pedagógico no que tange a Lei nº 10.639/2003.
-------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------

Fonte: A autora.

Conduz-se as perguntas relativas ao chefe da Seção de Bibliotecas com seus respectivos objetivos:

Quadro 12 – Perguntas formuladas ao chefe da Seção de Bibliotecas com seus objetivos

Categorias	Perguntas	Objetivos
Comunidade	Que documentos orientam o trabalho das bibliotecas do Colégio Pedro II?	Investigar quais documentos embasa o trabalho bibliotecário do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II e se entre eles consta a Lei nº 10.639/2003.
Serviços e/ou atividades culturais	Existe algum tipo de padronização em relação aos serviços oferecidos pelas bibliotecas do Colégio Pedro II? Regida por que documento? Em caso negativo, as bibliotecas possuem autonomia em relação aos serviços oferecidos? Como são gerenciados?	Averiguar se a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura possui algum tipo de documento que oriente a criação e a manutenção dos serviços prestados, objetivando uma padronização dos serviços ofertados em todos os <i>campi</i> do Colégio Pedro II.
Serviços e/ou atividades culturais	A Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura possuem algum tipo de diretriz que oriente a realização de atividades culturais, como de mediação literária e/ou mediação oral da literatura, a serem desenvolvidas pelas bibliotecas do Colégio Pedro II, visando a implementação da Lei nº 10.639/2003? Especifique o documento e sintetize seu plano de ações. Em caso negativo, as bibliotecas possuem autonomia em relação à realização desses tipos de atividades? Como as estruturam?	Verificar se a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura possui algum tipo de documento que oriente a criação e a manutenção de atividades culturais, como de mediação literária e/ou mediação oral da literatura, objetivando a implementação da Lei nº 10.639/2003, a fim de obter uma padronização mínima de atividades culturais ofertadas sobre a temática em todos os <i>campi</i> do Colégio Pedro II. Procura conhecer a realidade das bibliotecas em relação as atividades culturais.
Recursos literários e/ou eletrônicos	Como ocorre a aquisição de livros pelas bibliotecas do Colégio Pedro II?	Examinar como ocorre o processo de aquisição de livros no Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.
Serviços e/ou atividades culturais	Acredita que o incentivo a retroalimentação, facilitaria a interação entre a comunidade escolar e a biblioteca, além de estimular o fluxo dos recursos literários?	Suscitar uma reflexão acerca dos benefícios que a implantação desse serviço poderia proporcionar a biblioteca e a toda comunidade escolar.

Fonte: A autora.

Logo abaixo, seguem as perguntas exclusivas ao corpo docente com seus respectivos objetivos:

Quadro 13 – Perguntas formuladas ao corpo docente com seus objetivos

Categorias	Perguntas	Objetivos
Comunidade	Quais documentos embasam a orientação do trabalho pedagógico na instituição?	Investigar quais documentos embasa o trabalho pedagógico, e se entre estes consta a Lei nº 10.639/2003.
Serviços e/ou atividades culturais	Utiliza algum serviço ou participa de alguma atividade cultural realizada pela biblioteca? Em caso positivo, como toma conhecimento sobre os serviços e as atividades culturais organizadas pela biblioteca?	Averiguar se os docentes utilizam algum serviço ou participam de alguma atividade cultural oferecida pela biblioteca, além de verificar como são informados sobre os mesmos, a fim de verificar se os docentes são usuários da biblioteca selecionada.
Recursos literários e/ou eletrônicos	Utiliza os recursos literários e informacionais da biblioteca para colocar a Lei nº 10.639/2003 em prática no cotidiano escolar? De que maneira se informa sobre esses recursos? Em caso negativo, como avaliaria o desinteresse pela utilização?	Verificar se o corpo docente frequenta a biblioteca e utiliza dos seus recursos para implementar o trabalho pedagógico no que tange a Lei nº 10.639/2003, e caso contrário qual o motivo do desinteresse. Além disso, pretende descobrir como se informam sobre os recursos literários e informacionais da biblioteca.
Recursos literários e/ou eletrônicos	Já utilizou em seu trabalho pedagógico, algum livro da biblioteca que aborde a condição do negro na sociedade brasileira? Em caso positivo, trabalhou ao lado desse, com qual clássico literário? Há uma preocupação em avaliar qual era a visão, o comportamento do aluno antes e depois do contato com a cultura africana e/ou afro-brasileira? De que maneira é efetuada a avaliação? E em que documento é registrado? É realizada em que período?	Apurar se o corpo docente se preocupa em inserir obras literárias que retratem as causas das discrepâncias socioeconômica e cultural vivenciadas pelos negros na sociedade brasileira. Fazer suscitar uma reflexão sobre o papel social que o docente desempenha ao promover o reconhecimento por parte do discente acerca do legado cultural africano e/ou afro-brasileiro presente no país, através de obras literárias. Além disso, pretende descrever qual livro utilizou em contraponto com um clássico literário e como ocorre tal avaliação.
Recursos humanos	Tem seu trabalho avaliado, no sentido de verificar o cumprimento da Lei nº 10.639/2003? Como se dá? Quem são os responsáveis pela avaliação? E em que documento é registrado? Em caso positivo, como o docente que obteve uma baixa avaliação é apoiado no sentido de revisar o trabalho desenvolvido para efetivamente cumprir as exigências da Lei nº 10.639/03? Em caso negativo, justifique.	Verificar se os docentes que atuam na escola tem seu trabalho sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 avaliado pela instituição escolar e como se daria tal processo. Descobrir como o docente que obteve baixa pontuação é apoiado. Suscitar uma reflexão acerca dos aspectos positivos e negativos de uma avaliação sobre o trabalho desenvolvido com a cultura africana e/ou afro-brasileira.

Fonte: A autora.

Segue as questões destinadas ao coordenador do NEAB/CPII com os respectivos objetivos:

Quadro 14 – Perguntas formuladas ao coordenador do NEAB/CPII com seus objetivos

Categorias	Perguntas	Objetivos
Comunidade	Quais documentos embasam a orientação do trabalho pedagógico na instituição?	Investigar quais documentos embasa o trabalho pedagógico, e se entre eles consta a Lei nº 10.639/2003.
Recursos humanos	A sua formação profissional ofereceu suportes que o habilitaram a trabalhar com as demandas advindas com a Lei nº 10.639/2003? Quais foram os suportes? Em caso negativo, realizou alguma capacitação mediante a necessidade de implementação da Lei nº 10.639/2003? Caso contrário, como avalia a ausência de uma capacitação em relação à Lei nº 10.639/2003?	Verificar se a formação acadêmica propiciou ao profissional uma habilidade para trabalhar com os aspectos relativos à Lei nº 10.639/2003, além de descobrir se sentiu necessidade de realizar alguma capacitação ou como revela a ausência de uma.
Serviços e/ou atividades culturais	Qual a contribuição efetiva do NEAB/CPII para a rotina escolar?	Identificar as ações e a real contribuição do núcleo para a implementação da Lei nº 10.639/2003 na comunidade escolar.
Serviços e/ou atividades culturais	Com que frequência o núcleo se reúne? Como são escolhidos os temas a serem discutidos? Onde são registrados seus encontros e ações?	Conhecer a rotina do NEAB/CPII.
Recursos humanos	Algum bibliotecário ou representante da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura integra o NEAB/CPII? Em caso positivo, como avaliaria a cooperação? Caso contrário, como avaliaria a ausência da classe profissional?	Compreender se o NEAB/CPII procura englobar profissionais de diversas áreas da instituição, além de verificar se algum bibliotecário se mostrou proativo, e, portanto, interessado em participar das discussões relativas às temáticas que envolvem a implementação da Lei nº 10.639/2003 na comunidade escolar.
Colaboração	O NEAB/CPII colabora para a evolução do novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Colégio Pedro II? Em caso positivo, está sendo prevista a implementação da Lei nº 10.639/2003? De que maneira? Caso contrário, como analisaria a ausência do NEAB/CPII na construção do PPPI?	Investigar se o NEAB/CPII participa da discussão sobre o desenvolvimento do novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), e nesse caso, se a Lei nº 10.639/2003 está sendo prevista e de que maneira ocorre essa inclusão no desenvolvimento curricular.
Comunidade	Tem conhecimento se o novo PPPI arrola a biblioteca às ações que visam o atendimento da Lei nº 10.639/2003? Em caso negativo, como julgaria essa ausência?	Revelar se está informado sobre o andamento da elaboração do novo Projeto Político Pedagógico Institucional e se este tem a preocupação em integrar a biblioteca no currículo englobando as demandas da Lei nº 10.639/2003.
Colaboração	Quais projetos do NEAB/CPII já foram colocados em prática no dia a dia da instituição? Caso não tenha sido possível implementá-los, justifique.	Descrever as ações concretas do NEAB/CPII, seu impacto no cotidiano da instituição escolar e as possíveis dificuldades em se transformar mentalidades visando a implementação da Lei nº 10.639/2003.
Colaboração	O NEAB/CPII já realizou ou mantém	Conhecer se há uma relação de parceria

	<p>parcerias com os bibliotecários do Colégio Pedro II para a elaboração de projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003? De que parte surge o convite para as parcerias?</p> <p>Avalia que esses projetos cooperativos colaboram para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?</p>	<p>entre bibliotecário e o NEAB/CPII, além de verificar de que partes surgem os possíveis convites para parcerias, bem como projetos interdisciplinares relacionados à Lei nº 10.639/2003 desenvolvidos na comunidade escolar.</p>
Colaboração	<p>O NEAB/CPII já efetuou ou desenvolve algum tipo de projeto que envolva simultaneamente professores e bibliotecários visando à implementação da Lei nº 10.639/2003? Em caso positivo, qual o impacto do projeto para os profissionais e alunos? Caso contrário, qual seria a razão para a não efetivação desse tipo de projeto?</p>	<p>Busca compreender a visibilidade do bibliotecário enquanto profissional atuante na área da educação, se há um reconhecimento quanto a sua função na instituição escolar e as possibilidades de colaboração.</p> <p>Tenciona revelar a repercussão desses projetos na comunidade escolar.</p>
Comunidade	<p>Como avaliaria a situação atual do negro na sociedade brasileira?</p>	<p>Descobrir a percepção do NEAB/CPII quanto a situação do negro, dado que a comunidade escolar é reflexo da organização social.</p>
Recursos literários e/ou eletrônicos	<p>O NEAB/CPII utiliza dos recursos literários e informacionais das bibliotecas do Colégio Pedro II para fomentar seus projetos? Nesse caso, atendem especialmente a quais atividades?</p> <p>Em caso negativo, como avaliaria o desinteresse pela utilização?</p> <p>De que maneira se informa sobre esses recursos?</p>	<p>Verificar se os integrantes do NEAB/CPII frequentam as bibliotecas e utilizam dos seus recursos para fomentar seus projetos, e caso contrário qual o motivo do desinteresse. Além disso, pretende descobrir como se informam sobre os recursos literários e informacionais das bibliotecas.</p>
Recursos humanos	<p>De que maneira, acredita que o bibliotecário deixa transparecer sua função socioeducativa?</p>	<p>Fazer suscitar uma reflexão sobre o papel educativo e social que o bibliotecário desempenha ou pode desempenhar ao promover o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais, culminando numa ação social.</p>
Recursos humanos	<p>O NEAB/CPII já ofereceu ou mantém algum tipo de capacitação aos servidores públicos e/ou colaboradores no sentido de implementar a Lei nº 10.639/2003?</p> <p>Em caso positivo, descreva as ações. Nesse caso, já se ofereceu alguma capacitação direcionada aos bibliotecários do Colégio Pedro II, visando à implementação da Lei nº 10.639/2003?</p>	<p>Averiguar se o NEAB/CPII já ofereceu cursos de capacitação visando a implementação da Lei nº 10.639/2003, e se há uma preocupação em incluir os demais servidores e suas especificidades profissionais dentro da instituição, privilegiando inclusive os bibliotecários, além dos docentes.</p>
Comunidade	<p>O NEAB/CPII se preocupa com o tipo de discurso e imagem utilizados pela comunidade escolar como um todo? Desde a criação de cartazes até o discurso utilizado pelos profissionais para a comunicação com o corpo discente?</p> <p>Em caso positivo, de que maneira</p>	<p>Examinar se há uma preocupação com o material pedagógico, publicações didáticas e literárias, discurso e imagem utilizados pela comunidade escolar, em conformidade com a Lei nº 10.639/2003 e o Parecer CNE/CEB nº 6/2011, Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na</p>

	ocorre? É realizado algum tipo de fiscalização?	Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Além de expor se há algum tipo de fiscalização nesse sentido.
Recursos literários e/ou eletrônicos	O NEAB/CPII se atenta para o material pedagógico a ser utilizado na instituição? Participa das reuniões pedagógicas em que são elencados os livros didáticos, paradidáticos e literários a serem utilizados ao longo do ano letivo? De que maneira contribui?	Verificar se o NEAB/CPII participa do processo de seleção de livros a serem utilizados no ano letivo, confirmando sua presença nas discussões pedagógicas, além de verificar se há uma preocupação em atender o solicitado pela Lei nº 10.639/2003.
Recursos humanos	De que maneira acredita que o bibliotecário pode auxiliar no processo de reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira por parte da comunidade escolar?	Avaliar a visão que o NEAB/CPII possui sobre o bibliotecário e das possibilidades de sua contribuição para cooperar com a naturalização da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira na comunidade escolar.

Fonte: A autora.

Os questionários completos para cada tipo de profissional podem ser observados nos apêndices A, B, C e D.

É importante expor que esses questionários, embora mais longos que os convencionais devido à interligação entre as questões, contribuíram para adquirir informações relevantes à consecução dos objetivos específicos, visto que foi instituído por categorias, permitindo estruturar o produto da pesquisa, proposta de diretrizes de atuação para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira.

A adoção dessas categorias impulsionou a coleta de dados e, conseqüentemente a obtenção de informações que produziu um panorama sobre a situação da biblioteca selecionada e assim, aliado a pesquisa documental, conseguiu subsídios a serem validados na análise dos dados, a fim de contemplar características viáveis a construção do produto proposto pela pesquisa.

Portanto, após a coleta e tabulação das informações, deu-se início a etapa de análise dos dados, através da técnica de análise de conteúdo.

4.5 TÉCNICA DE TRATAMENTO DOS DADOS

Como informado anteriormente, a pesquisa segue por um viés qualitativo, porém não descarta a abordagem quantitativa, visto que dos questionários, eleitos como instrumentos de coleta de dados, emergem tanto dados quantitativos, dados brutos, por meio das perguntas fechadas, quanto qualitativos, por meio das perguntas abertas. Salienta-se, portanto, que

somente as informações obtidas através dos questionários estarão sujeitas a técnica de tratamento dos dados sugerida.

Nesse sentido, no que se refere à análise e interpretação de dados, optou-se pela análise de conteúdo, pois, se harmoniza à pesquisa ao considerar que originalmente a técnica surgiu no âmbito da pesquisa quantitativa (GOMES, 2013, p. 82).

Seguindo por esse raciocínio, Bardin (c1977, p. 42) conceitua a análise de conteúdo como um:

Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Desta maneira, procura-se sistematizar os dados recolhidos por uma abordagem quantitativa, quando da utilização dos dados estatisticamente, em que se poderá medir a frequência em que os termos aparecem na pesquisa, em forma de tabelas e gráficos, auxiliando a interpretação dos dados qualitativos.

Para tanto, a pesquisa adota a análise de conteúdo na modalidade temática, que “consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.” (BARDIN, c1977, p. 105).

No que condiz a análise de conteúdo temática, efetuou-se as etapas descritas por Minayo (2007, p. 316-318):

1) pré-análise - leitura flutuante (formulação de hipóteses iniciais), a constituição do *corpus* (conjunto dos documentos a serem submetidos à análise) e a formulação e reformulação de hipóteses e objetivos (determinação dos recortes, formas de categorias, unidades de registro e unidades de contexto, modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais);

2) exploração do material - categorização (classificação para alcançar o núcleo de compreensão, escolha das regras de contagem por meio de codificações e índices quantitativos, agregação dos dados escolhendo categorias teóricas);

3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação - os resultados brutos são submetidos a operações estatísticas simples ou complexas e são formuladas inferências e interpretações inter-relacionando-as com o quadro teórico.

Russo (2012, p. 101) sintetiza tais passos em: 1) leitura compreensiva do material; 2) exploração do material coletado; 3) interpretação dos resultados.

A constituição do *corpus* (as respostas dos profissionais obtidas através de questionários) propicia a elaboração das unidades de registro, que para Bardin (c1977, p. 104) “[...] corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base [...]”, como também das unidades de contexto, “[...] segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema.” (BARDIN, c1977, p. 107).

A segunda etapa, de exploração do material, compreende a organização, codificação e categorização do conteúdo dos questionários, sendo esta “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, c1977, p. 117), objetivando, segundo Sá (2013, p. 101) “que as informações da mensagem se disponham sintetizadas, para que o resumo da mensagem possa ser visualizado”.

De acordo com Bardin (c1977, p. 119), o procedimento de categorização pode ser efetuado por dois processos distintos:

- É fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados [...].
- O sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva dos elementos [...].

Nesta pesquisa, as categorias foram elaboradas previamente, através da articulação dos Parâmetros para Bibliotecas Escolares do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (GEBE) aos documentos da International Federation of Library Associations and Institutions, “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services” e Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar, entrelaçadas aos objetivos da pesquisa, possibilitando a estruturação para atingir ao objetivo geral, uma proposta de criação de Diretrizes de atuação para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo discente.

Salienta-se, que embora este projeto enfatize as ações dos profissionais, algumas categorias e unidades de registro abrangem os espaços, seja da biblioteca, sala de aula ou NEAB/CPII, com o propósito de contribuir para o entendimento do campo de estudo selecionado e conseqüentemente para a elaboração do produto da pesquisa.

Nesse sentido, cabe informar, que como foram realizadas perguntas em comum e diferenciadas para os profissionais, conseqüentemente se criaram unidades de registro

similares e distintas que acompanhassem tais questionamentos.

Seguem, portanto, cada categoria e seus respectivos objetivos acrescidos das unidades de registro utilizadas para a classe bibliotecária e o corpo docente, destacadas entre parênteses quando necessária a identificação de exclusividade profissional.

O propósito da categoria **recursos humanos** que se uniu as unidades de registro **currículo** (classe bibliotecária), **formação acadêmica**, **capacitação profissional**, **oferta de capacitação profissional**, **função socioeducativa** e **avaliação de desempenho relacionado à Lei nº 10.639/2003**.

Procurou apontar se a formação acadêmica habilitou o profissional a lidar com as demandas relativas à Lei nº 10.639/2003, se sentiu necessidade de realizar alguma capacitação ou como revela a ausência de uma e se a instituição ofereceu capacitação para mediar recursos literários relacionados à referida Lei. Tenciona suscitar uma reflexão acerca da função socioeducativa do bibliotecário e a inclusão de temáticas que abordem as questões raciais, bem como a cultura africana e/ou afro-brasileira, nos currículos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia. Busca ainda verificar se ocorre algum tipo de avaliação profissional sobre o desempenho relativo à demanda da citada Lei.

A categoria **comunidade** foi aliada às unidades de registro **avaliação discente relacionada à Lei nº 10.639/2003** (corpo docente), **documentos e/ou políticas**, **integração da biblioteca e bibliotecário no PPP**, **implementação da Lei nº 10.639/2003 no PPPI**, **integração entre a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca no PPPI** e **discurso e imagem**.

Tencionou investigar quais documentos orientam o trabalho na biblioteca, se há uma preocupação com a implementação da Lei nº 10.639/2003. Procurou ainda reconhecer a visibilidade do bibliotecário e da biblioteca na comunidade escolar, seja no PPP ou no PPPI e, se ocorre, portanto, a inclusão desses recursos, humano e pedagógico na participação da estrutura curricular que fundamenta o desenvolvimento do trabalho pedagógico, além de verificar se há uma preocupação para que os tipos de discurso e imagem que são disponibilizados à comunidade escolar não contrariem os preceitos prezados pela Lei nº 10.639/2003. Procura ainda suscitar uma reflexão sobre a importância de se promover o reconhecimento por parte do discente acerca do legado cultural africano e/ou afro-brasileiro presente no país.

A categoria **colaboração** se juntou às unidades de registro **Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI** (classe bibliotecária), **reuniões pedagógicas**, **projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003**, **legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira** e

atividades culturais.

Pretendeu averiguar a importância da função do bibliotecário para a comunidade escolar e se ocorre, portanto, uma cooperação efetiva deste profissional em âmbitos diversificados da estrutura escolar que culminam nos objetivos do trabalho pedagógico, como a participação nas reuniões pedagógicas, projetos e atividades culturais, além de verificar se colaborou nas discussões para o desenvolvimento do novo PPPI.

A finalidade da categoria **promoção e/ou marketing** associada às unidades de registro **serviços e/ou atividades culturais** e **recursos literários e/ou eletrônicos**, tencionou descobrir se a biblioteca realiza divulgações sobre os serviços prestados ou atividades culturais oferecidas, além dos seus recursos literários e/ou eletrônicos.

A categoria **recursos literários e/ou eletrônicos** foi associada às unidades de registro **aquisição e cooperação bibliotecária relativa à Lei nº 10.639/2003** (classe bibliotecária), **utilização relacionada à condição do negro na sociedade brasileira** (corpo docente), **responsabilidade pela seleção e utilização relacionada à Lei nº 10.639/2003**.

Planejou verificar se o bibliotecário participa da definição dos recursos literários que serão utilizados no trabalho pedagógico desenvolvido ao longo do ano letivo. Buscou ainda descobrir se o corpo docente utiliza os recursos literários e informacionais da biblioteca em questão para a implementação da Lei nº 10.639/2003 no seu trabalho pedagógico e se já ocorreu a preocupação em utilizar um livro da biblioteca relacionado à condição do negro na sociedade brasileira. Além disso, tencionou descobrir se existe algum tipo de cooperação bibliotecária com outras instituições visando o compartilhamento de recursos ou atividades culturais envolvendo a implementação da Lei nº 10.639/2003. Pretendeu demonstrar como funciona o processo de aquisição e se há uma Política de Desenvolvimento de Coleções.

A categoria **serviços e/ou atividades culturais** se alinhou as unidades de registro **prestação** (bibliotecário), **utilização e/ou participação** (corpo docente), **padronização e diretrizes** (chefe da Seção de Bibliotecas), **mediação literária e/ou oral relativa à Lei nº 10.639/2003**, **atividades pós-mediação literária e/ou oral relativa à Lei nº 10.639/2003** e **retroalimentação** (classe bibliotecária).

Buscou revelar que tipos de serviços ou atividades culturais são oferecidos pela biblioteca em questão e se o corpo docente faz uso destes. Pretendeu descobrir se há uma padronização de serviços no Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II e se este oferece algum tipo de diretriz para mediar os recursos literários e/ou eletrônicos pertinentes à implementação da Lei nº 10.639/2003. Além disso, procurou

identificar se a biblioteca efetua atividades de mediação literária e pós-mediação literária relacionadas à referida Lei. Tencionou revelar se ocorre uma preocupação em realizar alguma forma de retroalimentação.

Como as perguntas destinadas ao coordenador do NEAB/CPII se diferenciaram em relação aos demais participantes, optou-se por tratá-lo em separado como explicado anteriormente. Para tanto, seguem as categorias – as mesmas utilizadas para as demais classes profissionais, e as unidades de registro com seus respectivos objetivos.

A categoria **recursos humanos** foi unida as unidades de registro **formação acadêmica, capacitação profissional, oferta de capacitação profissional, classe bibliotecária no NEAB/CPII, função socioeducativa e reconhecimento da identidade cultural africana.**

Objetivou verificar se a formação acadêmica do coordenador do NEAB/CPII o habilitou a lidar com as demandas relativas à Lei nº 10.639/2003 e se sentiu necessidade de realizar alguma capacitação. Procurou ainda descobrir se o NEAB/CPII já ofereceu meios para a capacitação de servidores e/ou colaboradores da instituição.

Buscou ainda conhecer se existe a participação bibliotecária no órgão e qual a percepção deste sobre a função socioeducativa do profissional e a contribuição deste para o reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira na comunidade escolar.

A categoria **comunidade** uniu-se às unidades de registro **documentos e/ou políticas, integração entre a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca no PPPI, situação do negro na sociedade brasileira e discurso e imagem.**

Tencionou investigar a percepção do coordenador do NEAB/CPII sobre o documento que rege o trabalho pedagógico no Colégio Pedro II, a integração do bibliotecário e da biblioteca no contexto da implementação da Lei nº 10.639/2003 no documento que rege o trabalho pedagógico na instituição, se há uma preocupação do NEAB/CPII quanto ao discurso e imagem expostos na comunidade escolar e como observa a condição do negro na sociedade brasileira.

A categoria **colaboração** se juntou às unidades de registro **implementação da Lei nº 10.639/2003 no PPPI, projetos relacionados à Lei nº 10.639/03 envolvendo bibliotecários, legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira, projetos relacionados à Lei nº 10.639/03 envolvendo bibliotecários e professores e responsabilidade pela seleção.**

Pretendeu averiguar a colaboração do NEAB/CPII no novo PPPI e como foi prevista a implementação da Lei nº 10.639/2003 neste documento. Buscou verificar se participa das

reuniões pedagógicas em que são elencados os livros a serem utilizados no ano letivo. Tencionou ainda, averiguar se realizam projetos interdisciplinares que visam a implementação da Lei nº 10.639/2003 envolvendo bibliotecários e professores e a importância dessas práticas para o processo de legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira na comunidade escolar.

A categoria **promoção e/ou marketing** associada a unidade de registro **recursos literários e/ou eletrônicos**, tencionou descobrir como o NEAB/PII se informa sobre os recursos literários e informacionais das bibliotecas do Colégio Pedro II.

A categoria **recursos literários e/ou eletrônicos** foi associada à unidade de registro **utilização relacionada à Lei nº 10.639/2003**. Objetivou verificar se o NEAB/CPII utiliza dos recursos literários e informacionais do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

A categoria **serviços e/ou atividades culturais** se alinhou a unidade de registro **prestação**. Buscou investigar o trabalho desenvolvido e oferecido pelo NEAB/CPII visando o atendimento do Colégio Pedro II no que condiz as exigências da Lei nº 10.639/2003.

A última fase da análise de conteúdo refere-se ao tratamento dos resultados. Desse modo, com base nas etapas anteriores, leitura compreensiva do material e exploração do material coletado, possibilitou-se a interpretação dos resultados, procurando, segundo Russo (2012, p. 102), “dar significado aos dados para, com isso, validar o estudo em questão”.

Acredita-se que a característica qualitativa e quantitativa da pesquisa, aliada a técnica de tratamento dos dados escolhido, colaborou para manipulação dos resultados obtidos ao conceber a proximidade da pesquisadora a instituição pesquisada – que constitui seu espaço laboral, pois, várias correntes teóricas das Ciências Sociais consideram a subjetividade e o simbólico como participantes da realidade social, por isso, “[...] todas trazem para o interior das análises o indissociável imbricamento entre subjetivo e objetivo, entre atores sociais e investigadores, entre fatos e significados, entre estruturas e representações.” (MINAYO, 2007, p. 60).

Ao pressupor tais imbricamentos, tem-se em mente que as respostas dos participantes e as análises da pesquisadora não são passíveis de neutralidade, devendo-se considerar, portanto, seus *habitus*, e com isso, as interações influenciadas por essa ligação institucional entre os envolvidos, pois, “[...] as relações sociais não poderiam ser reduzidas a relações entre subjetividades animadas por intenções ou 'motivações' porque se estabelecem entre condições e posições sociais, e porque, ao mesmo tempo, são mais reais do que os sujeitos que estão ligados por elas.” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2010, p. 28).

Dessa maneira, buscou-se ao máximo, participantes para o estudo que não tivessem nenhum tipo de contato com a pesquisadora, a fim de tentar manter um equilíbrio das análises.

O progresso das etapas do processo de análise possibilitou uma reflexão acerca do objeto de estudo, ampliando a compreensão acerca das hipóteses levantadas e conseqüentemente dos resultados. Destaca-se que se efetuou a análise por três grupos: classe bibliotecária (bibliotecário e chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura), corpo docente (professores, coordenadores de disciplinas e direção pedagógica) e coordenação do NEAB/CPII, relacionando os dados coletados ao referencial teórico, considerando, portanto, as convergências e divergências emitidas através das respostas aos questionamentos, que serão expostas a seguir.

5 A APLICAÇÃO DA LEI nº 10.639/03 NO COLÉGIO PEDRO II – *CAMPUS* TIJUCA II

Nesta seção descreveu-se como também se analisou os dados mais significativos da pesquisa, os quais apontam as direções encontradas nas respostas do bibliotecário escolar, chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, professores, coordenadores de disciplinas, coordenador do NEAB/CPII e diretor pedagógico, no que se refere à aplicação da Lei nº 10.639 de 2003.

A análise de conteúdo dos questionários foi realizada através do diálogo entre o referencial teórico e o posicionamento dos profissionais diante das questões levantadas na pesquisa.

Salienta-se que para sustentar algumas análises foram utilizadas outras fontes de informação, oriundas da pesquisa bibliográfica como também da pesquisa documental, entre estas, publicações oficiais do Ministério da Educação (Brasil) relacionados ao tema.

Para as análises por categorias, foram elaborados quadros, (apêndice E), a fim de estruturar e facilitar o tratamento dos dados.

Tal processo permitiu que se atingisse a esta etapa, em que se aponta resumidamente cada categoria, os trechos selecionados da fala dos profissionais (unidade de contexto), sendo os mais representativos destacados do texto da pesquisa. Respectivamente, apresenta-se a análise. Ressalta-se que cada participante é representado por uma letra ou sigla a fim de que se mantenha sigilo sobre a sua identidade, além da facilitação na descrição dos dados.

5.1 A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR DO COLÉGIO PEDRO II – *CAMPUS* TIJUCA II

A biblioteca escolar do Colégio Pedro II – *campus* Tijuca II, mostrou através da pesquisa documental, uma realidade que condiz com muitas outras bibliotecas brasileiras.

Embora faça parte de um sistema de bibliotecas de uma instituição pública federal de renome, a pesquisa documental indicou a inexistência de serviços, atividades culturais e documentos que orientem a sua função na escola.

Além disso, descobriu-se no decorrer da pesquisa documental, que a biblioteca selecionada não mantém os registros do único serviço oferecido – empréstimo de títulos, possivelmente, por não ter ocorrido uma preocupação da gestão anterior quanto à importância

do armazenamento dessa informação para posteriores comprovações ou devido a iminente informatização do acervo, que ganhou impulso em meados de 2014 e continua em desenvolvimento no Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

A biblioteca não possui um Regimento Interno, apenas um regulamento de uso, não contando com nenhum documento para reger efetivamente o seu funcionamento:

Assim, em oposição à função importante que a biblioteca deveria ter na escola e na formação dos leitores, o que se percebe é uma ausência de políticas específicas para ela, fazendo com que as bibliotecas escolares não efetivem as propostas advindas da teoria. Ao invés de lugar privilegiado das práticas de leitura (práticas culturais) e produção de sentidos, a biblioteca escolar, em linhas gerais, ainda é um depósito de livros. (NUNES, 2010, p. 78).

Acresce ainda, que a pesquisa documental revelou uma escassez de títulos relacionados à cultura africana e/ou afro-brasileira.

Percebeu-se que dentre um quantitativo de aproximadamente quinze mil exemplares, a biblioteca conta com quarenta exemplares sobre a temática, porém, poucos desses títulos são literários.

Desse total, vinte e sete exemplares foram adquiridos através do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), porém, dentre estes, há somente um título com dois exemplares na categoria Literatura Infantojuvenil.

Verificou-se que há somente mais um título literário nessa categoria – à parte do PNBE, que traz uma abordagem sobre lendas africanas. Finalizando o quantitativo sobre a temática, encontrou-se um título literário que engloba a temática afro-brasileira, mas que não integra a faixa etária estipulada.

Problemática semelhante foi exposta por Lima e Cardoso (2013, p. 13-14), visto que verificaram em sua pesquisa, que dos vinte e um títulos recebidos pelas bibliotecas pesquisadas através do Ministério da Educação, apenas quatro estavam em circulação.

Nota-se, que há um esforço do governo federal, embora limitado, em contemplar acervo variado, que inclua a diversidade cultural e incorpore no cotidiano a discussão sobre as relações étnico-raciais, por meio da adoção do Programa PNBE Temático. Contudo, tais programas precisam avaliar as características do acervo para garantir o alcance não somente ao docente, mas, principalmente ao corpo discente através de títulos literários infantojuvenis que tragam representatividade a população negra.

Constatou-se também, em relato informal com o bibliotecário, confirmado

posteriormente pelo diretor pedagógico através da coleta de dados, que a biblioteca tem sido usada para guarda e distribuição de material didático.

Tal contexto vai de encontro ao exposto pela pesquisa compartilhada entre o Brasil através do Ministério da Educação com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, na qual verificou que:

Na atualidade, as bibliotecas começam a apresentar um aumento dos acervos, principalmente pelo envio do material do PNBE. [...]. Apesar disso, também se pôde observar que, em algumas escolas, a biblioteca ainda abriga um grande número de livros didáticos e, em muitos casos, é utilizada como espaço de armazenagem e distribuição desses livros. (BRASIL; OEI, 2011, p. 80).

Nesse sentido, presumiu-se, que a missão e os valores da biblioteca e do bibliotecário escolar nesse *campus* do Colégio Pedro II têm sido distorcidos, necessitando com urgência de medidas que estruturem suas utilidades e atribuições dentro da comunidade escolar.

Para tanto, se vê como alternativa a inserção da biblioteca enquanto um centro de aprendizagem e do bibliotecário como propulsor de atividades pedagógico-culturais no Projeto Pedagógico da escola, a fim de que seja ratificada a função e a parceria no apoio dos processos educativos.

O quadro abaixo propicia uma visão sintética sobre as competências e conteúdos voltados ao Ensino Médio, que poderiam ser relacionados à Lei nº 10.639/2003, além da participação da biblioteca e por consequência do bibliotecário no Projeto Político Pedagógico que vigorou de 2001 até julho de 2018 no Colégio Pedro II.

Quadro 15 – Projeto Político Pedagógico implementado em 2001

Projeto Político Pedagógico implementado em 2001		
Disciplinas	Competências e conteúdos curriculares relacionados à Lei nº 10.639/2003	Integração da biblioteca/bibliotecário
Artes Visuais	Resgatar as manifestações artísticas dos grupos sociais enquanto forma de produção cultural; Reflexões sobre padrões estéticos e éticos; Respeito pelas diversidades e pluralidades; Multiculturalidade; Valorização e preservação do patrimônio artístico e cultural: construção da cidadania.	Não cita a biblioteca ou algum programa educativo que contemple a atuação do bibliotecário.
História	Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica; Representações culturais: cultura como representante coletiva; resultante de algum tipo de ação (mental, espiritual, ideológica) das práticas culturais sobre o respectivo grupo humano considerado, quer em seus aspectos coletivos, quer , eventualmente, em seus	Não cita a biblioteca ou algum programa educativo que contemple a atuação do bibliotecário.

	componentes culturais; Identidade/ Diversidade; Fornecer subsídios para a construção de novas identidades através da busca da ancestralidade e das raízes culturais.	
Português/ Literatura	Reconhecer o patrimônio representativo da cultura brasileira e valorizá-lo tanto em sua manifestação oral quanto na escrita.	Não cita a biblioteca ou algum programa de leitura que contemple a atuação do bibliotecário.

Fonte: Colégio Pedro II (2001).

Verificou-se que, embora o Projeto Político Pedagógico tenha sido implementado em 2001, antes da homologação da Lei nº 10.639/2003, a instituição já prezava por um ensino que abrangesse a diversidade cultural. Porém, não previa a participação do bibliotecário para as atividades de ensino e aprendizagem em que os recursos da biblioteca poderiam ser utilizados para o desenvolvimento de competências e elaboração de programas de leitura, que envolvessem inclusive a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira.

A seguir, se expõe as informações sobre o Projeto Político Pedagógico Institucional que foi entregue a comunidade escolar em 2018.

Quadro 16 – Projeto Político Pedagógico Institucional implementado em 2018

Projeto Político Pedagógico Institucional implementado em 2018		
Disciplinas	Competências e conteúdos curriculares relacionados à Lei nº 10.639/2003	Integração da biblioteca/bibliotecário
Artes Visuais	Conhecer a arte contemporânea brasileira e sua relação com a arte produzida em outros países; Tecer conexões entre arte e identidade cultural no Brasil.	Não cita a biblioteca ou algum programa educativo que contemple a atuação do bibliotecário.
História	A África: dinâmicas socioeconômicas atlânticas; A construção e afirmação da ordem monárquica escravista; A crise da ordem e a transição para a República/Abolição; O neocolonialismo na África; Descolonização; Africanidades; Os movimentos de libertação (descolonização) na África.	Não cita a biblioteca ou algum programa educativo que contemple a atuação do bibliotecário.
Português/ Literatura	Sugere-se o trabalho com a literatura africana; As lutas abolicionistas e a presença afrodescendente; A questão da autoria negra (interpolando com indicação presente nos estudos de Romantismo): o apagamento da origem afrodescendente de Machado; O Simbolismo brasileiro põe em cena, mais uma vez, a questão da autoria negra, profundamente	Não cita a biblioteca ou algum programa de leitura que contemple a atuação do bibliotecário.

	desprestigiada, no caso de Cruz e Sousa.	
--	------------------------------------------	--

Fonte: Colégio Pedro II (2018).

Percebeu-se que a inserção dos conteúdos prezados pela referida Lei não contemplam a contento os diversos tópicos que poderiam ser explorados em cada uma das disciplinas.

Notou-se uma despreocupação quanto à inserção dos conteúdos sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira, pois, acredita-se que os tópicos poderiam ser melhor explorados. Contudo deve-se considerar que a carga horária não aumentou com a introdução desses conteúdos, e, além disso, ocorre simultaneamente uma pressão quanto a preparação dos discentes para o vestibular.

Compreende-se que nenhuma mudança ocorreu de imediato, e que ainda há certa resistência por parte da instituição, que mantém sua função de reprodução cultural e social, pois, embora demonstre uma disposição favorável, não a utilizou para colocar efetivamente a Lei nº 10.639/2003 em prática nas rotinas educacionais que o Projeto Pedagógico pode contribuir para naturalizar, além disso, presume-se um despreparo, como também uma relutância por parte do docente, devido sua formação enraizada nos moldes europeus, pois:

[...] dotados da formação homogênea e dos instrumentos homogeneizados e homogeneizantes que são a condição do exercício de um trabalho pedagógico específico e regulamentado, isto é, de um trabalho escolar, forma institucionalizada do trabalho pedagógico secundário, está predisposto pelas condições institucionais de sua própria reprodução a limitar sua prática aos limites traçados por uma instituição convocada para reproduzir o arbitrário cultural e não-decretá-lo. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 66).

Assim como o antigo Projeto Político Pedagógico, o novo Projeto Político Pedagógico Institucional não insere o bibliotecário escolar no trabalho pedagógico estruturado nas diferentes disciplinas, independente de serem ou não elencadas pela Lei nº 10.639/2003.

Relembra-se que esse profissional pode apoiar o corpo docente principalmente ao disponibilizar informação sobre recursos informacionais, literários e tecnologias que cooperam nas estratégias de ensino, inclusive nas alterações curriculares como a determinada pela Lei nº 10.639/2003.

Existe uma lacuna entre a biblioteca e a sala de aula que ainda não foi observada pelo Colégio Pedro II, como por exemplo, a inclusão de programas educativos que envolvam o desenvolvimento de competências informacionais, programas de leitura e a adoção de atividades de mediação da leitura e mediação oral que abranjam a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, como proposto pela pesquisa.

Mas para a reversão desse quadro, seria necessário, como dito anteriormente, a

inclusão da biblioteca no Projeto Político Pedagógico Institucional de forma coesa, como um recurso pedagógico-cultural, interligado as disciplinas que compõem os currículos de todos os segmentos da instituição de ensino.

Nesta oportunidade, a fim de complementar as informações obtidas pela pesquisa documental, investigou-se o discurso do bibliotecário que atua na biblioteca escolar do Colégio Pedro II – *campus* Tijuca II, bem como do chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, responsável por coordenar todo o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, com o propósito de averiguar em que medida havia um espelhamento entre as suas falas no que diz respeito à atuação em conjunto com a escola.

Seguem, portanto as respectivas análises por categorias.

a) Categoria: Recursos humanos

A categoria recursos humanos objetivou conhecer aspectos relacionados à formação acadêmica e a percepção dos profissionais acerca da inclusão de temáticas relativas à Lei nº 10.639/2003 no currículo de Biblioteconomia, a capacitação profissional, a função socioeducativa e uma possível avaliação de desempenho referente à atuação relacionada à implementação da referida Lei. Para tanto as unidades de registro, são **formação acadêmica, capacitação profissional, oferta de capacitação profissional, currículo, função socioeducativa e avaliação de desempenho relacionado à Lei nº 10.639/2003.**

Observou-se certa discrepância nas falas dos profissionais em relação à **formação acadêmica**, visto que o bibliotecário se sente capacitado, pois defende que a:

“A área de Biblioteconomia é multidisciplinar. Trabalha com diversas áreas do conhecimento.”

Porém, o chefe da Seção de Bibliotecas apenas respondeu negativamente, embora ambos defendam a importância de uma capacitação para o atendimento de tal demanda.

Mattos (2011, p. 111) percebeu tal complexidade em sua pesquisa, pois “se de um lado ficou caracterizada a pouca formação dos entrevistados sobre o tema nas suas formações acadêmica e continuada, por outro lado a maioria deles se considerou preparada para lidar com essas questões no cotidiano da biblioteca escolar”.

Embora se concorde que a Biblioteconomia seja uma área multidisciplinar, faz-se necessário uma ponderação acerca do currículo, pois, “é desejável que a formação do bibliotecário promova reflexões sobre estratégias que legitimam características culturais

daquele que se mostra diferente quanto aos padrões de grupos dominantes.” (ALENCAR, 2014, p. 2954).

O Parecer do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno, CNE/CP n.º 3 de 10 de março de 2004, que fundamenta a criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana aponta que os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica deverão providenciar a introdução, nos cursos de formação de professores e de outros profissionais da educação de temáticas na perspectiva da reeducação das relações étnico-raciais e do ensino e aprendizagem da História e cultura dos Afro-brasileiros e dos Africanos. (BRASIL, 2004b, p. 14).

Cardoso (2011, p. 15) ratifica que “a atividade de ensino de Biblioteconomia e CI e a prática do profissional da informação/bibliotecário necessita ser atualizada frente à realidade brasileira, levando em conta o contexto sócio-político e cultural no qual os profissionais da informação atuam”.

Em contrapartida, no que condiz a **capacitação profissional**, percebeu-se uma consonância relacionada à ausência de uma preparação para a recepção dessa demanda na biblioteca escolar. Desse modo, ambos os profissionais se mostram conscientes sobre a necessidade de se capacitarem.

Notou-se que os profissionais estão parcialmente informados sobre a **oferta de capacitação profissional** na instituição para a mediação dos recursos literários sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira:

“Não sei especificar, porém já vi na página do colégio cursos e palestras que abordaram sobre as temáticas.” (B).

“Os cursos foram oferecidos para a comunidade externa: Literaturas Africanas e Afro-brasileiras sob a perspectiva escolar; Introdução a cultura Nagô-Yorubá.” (CB).

Verificou-se que o bibliotecário não se recordou de nenhum dos cursos oferecidos pelo Colégio Pedro II, e, embora o chefe da Seção de Bibliotecas descreveu dois deles, delimitou o oferecimento ao público externo, quando na realidade o primeiro curso mencionado abrangeu os profissionais da instituição escolar e a comunidade externa (público em geral). O segundo curso mencionado pelo profissional, foi oferecido pela quarta vez em 2018, porém delimitou como nos outros anos, 50% das vagas a professores da rede pública de ensino.

Constatou-se que não houve ainda uma preocupação por parte da instituição em investir numa capacitação relativa ao atendimento da Lei nº 10.639/2003 direcionada aos

profissionais que atuam no Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II, conforme a fala do bibliotecário:

“Talvez seja por desconhecimento ou por falta de atualização.”

Porém, o chefe da Seção de Bibliotecas não mencionou que foram oferecidos cursos relativos à automação e gerenciamento eletrônico de bibliotecas, somente justificou tal ação:

*“Demandas imediatas para automatizar todo o acervo; **Quando solicitado dentro da contação de estórias, o colégio não teve verba para continuar o pedido.**”*

Percebeu-se que o Colégio Pedro II tem promovido cursos de capacitação relacionados ao atendimento da Lei nº 10.639/2003, porém ainda privilegia o docente.

Mattos (2011, p. 110) percebeu em sua pesquisa que o processo de formação continuada é voltado em sua maioria para professores e outros agentes educacionais, não incluindo os bibliotecários. Mas revela “que quando houve atividade específica com os bibliotecários, como o curso de contação de histórias africanas, obteve-se resultados positivos, com essa experiência sendo reproduzida em diversas escolas”.

Possivelmente esse seja um reflexo do próprio Parecer CNE/CP n.º 3 de 10 de março de 2004, pois os demais profissionais envolvidos com a educação mal são mencionados neste e em outros documentos oficiais que tratam da implementação da Lei nº 10.639/2003. Tal comportamento é previsível, à medida que o professor é a autoridade que legitima os conteúdos em sala de aula por meio de uma relação de comunicação pedagógica (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 26).

A presente pesquisa acredita, contudo, numa interferência da classe bibliotecária nesse contexto, pois:

O profissional da informação precisa descobrir novos fazeres nos processos de comunicação na sociedade, nas diversas fontes e canais. No caso da sociedade brasileira, com grande desigualdade social, racial e informacional, no que tange ao trabalho informacional, é preciso valorizar o que tem de fundamental no processo de comunicação: os seres humanos, sua cultura, sua memória. (CARDOSO, 2011, p. 84).

Nesse sentido, bibliotecários, podem e devem colaborar para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira através das atividades de mediação literária, inerentes a sua função, capazes também de comunicar por uma linguagem literária, fatos históricos e características culturais presentes na nação brasileira que contribuíram para forjar sua identidade cultural. Posto isto, Bortolin (2006, p. 70-71) acrescenta que “a capacitação desse

profissional deve ser contínua e possibilitada por intermédio de leituras e discussões em torno de temas como: literatura, cultura e as mais diversas artes (teatro, pintura, escultura, teatro, cinema, fotografia ...)”.

Tal exposição suscita uma reflexão acerca da necessidade de todos os profissionais atuantes nas escolas serem preparados, dentro das especificidades de sua função, a lidar com as diversidades culturais e raciais presentes na comunidade escolar, a fim de que não somente as exigências pedagógicas da referida Lei sejam atendidas, mas que o reconhecimento da identidade cultural na qual se inclui a cultura africana e/ou afro-brasileira, o exercício da igualdade racial e o desenvolvimento da cidadania prevaleçam nas instituições de ensino.

A unidade de registro **currículo** permitiu conhecer a visão dos profissionais sobre a inclusão de temáticas relacionadas à diversidade cultural e racial nos programas de formação dos cursos de Biblioteconomia e Ciência Informação.

Apresentou-se uma harmonia nos discursos, conforme exposto abaixo:

“Seria um ponto positivo para a área, pois é uma temática muito abordada atualmente.” (B).

“Importante, visto que é a nossa própria história que precisa ser contada e conhecida pelos bibliotecários.” (CB).

Percebeu-se que embora não haja um empenho da instituição em promover capacitações para bibliotecários se qualificarem diante das exigências da Lei nº 10.639/2003, o chefe da Seção de Bibliotecas admite sua importância no currículo de formação acadêmica dos profissionais: “dessa maneira, a formação dos bibliotecários para a atuação multicultural deve ser aquela que prepare o futuro profissional para a compreensão de que a diversidade que compõe a biblioteca é um fator enriquecedor da prática pedagógica.” (MATTOS, 2011, p. 125).

Deseja-se, portanto, que os bibliotecários tenham uma formação acadêmica na qual se contemple também as bases da Interculturalidade, a fim de que obtenham subsídios para transmitir a importância de uma convivência plural aos seus usuários por meio dos serviços e atividades culturais da biblioteca escolar, inclusive através das mediações literárias, dado que a Educação Intercultural é:

Entendida como o processo construído pela relação tensa e intensa entre diferentes sujeitos, criando contextos interativos que, justamente por se conectar dinamicamente com os diferentes contextos culturais em relação aos quais os diferentes sujeitos desenvolvem suas respectivas identidades, torna-se um ambiente criativo e propriamente *formativo*, ou seja, estruturante de movimentos de *identificação* subjetivos e socioculturais. (FLEURI,

2003b, p. 31-32, grifo do autor).

Em relação à **função socioeducativa** do bibliotecário, em que se procurou captar como esses profissionais deixam transparecer tal encargo, verificou-se um consenso, conforme exposto a seguir:

“Pretendo estabelecer parcerias com o corpo docente e trazer projetos e atividades culturais para a biblioteca.” (B).

“Na rotina e nos eventos promovidos pela e para a biblioteca. Como diariamente há o atendimento aos alunos e eles são nosso principal público, todas as atividades são pensadas a partir das demandas dos alunos.” (CB).

As falas desses profissionais demonstraram que ambos ponderaram a partir da implementação de atividades, mas em nenhum momento mencionaram os possíveis resultados e impactos de suas atuações na comunidade escolar.

Nesse sentido, Soares (2014, p. 84) revelou que quando indagou aos entrevistados sobre o reconhecimento do seu papel educativo, não o expuseram com detalhes, visto que, “os bibliotecários limitaram-se a corroborar que acreditavam na sua importância, mas não se mostraram à vontade para revelar de que maneira a escola reconhecia e valorizava esse papel”.

Almeida Júnior (1997, p. 92) reflete sobre a necessidade de o bibliotecário se modificar a fim de atingir a comunidade a que serve. Sendo assim “é preciso que ele seja consciente da sua real função social; é preciso que ele saiba que o seu trabalho pode e deve alterar pensamentos e comportamentos; é preciso que ele vá até a população, que ele procure o povo, que ele trabalhe com a comunidade”.

De acordo com o autor, faz-se necessário que o bibliotecário se capacite, busque se conhecer profissionalmente e reconhecer suas verdadeiras responsabilidades enquanto educador e agente social, pois de acordo com a pesquisa de Silva (2017, p. 57) a formação acadêmica deve garantir ao bibliotecário chances de interagir com a sociedade, visto que “a atuação bibliotecária deve ultrapassar os intramuros das unidades de informação e chegar efetivamente à sociedade, impactando-a com ações que cooperem para o bem-estar social ao mesmo tempo promovendo o marketing profissional”.

Cardoso (2011, p. 84) complementa as posições anteriores, enfatizando que a prática bibliotecária “precisa avançar para um compromisso social, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e material das camadas populares, ampliando suas ações para o registro, preservação e disseminação do saber de setores populares”.

A unidade de registro **avaliação de desempenho relacionado à Lei nº 10.639/2003** emergiu considerações interessantes sobre o impacto de tal ação no trabalho bibliotecário:

“Acredito que o trabalho seria mais eficiente e colaborativo despertando interesse dos alunos para a biblioteca.” (B).

“Um estímulo para pensar a atuação e a relevância da Literatura africana para contar nossa própria história.” (CB).

Apesar dos discursos carregarem certa concordância, confirmou-se através da fala do bibliotecário, o que se observou na biblioteca em questão, pois ao responder este questionamento sobre a avaliação, o profissional acabou por revelar que a biblioteca em que atua é um espaço de livros, onde há pouco convívio e trocas de experiências.

Embora os documentos oficiais indiquem a necessidade de que as instituições de ensino realizem avaliações a fim de averiguarem se ações de implementação da Lei nº 10.639/2003 estão sendo efetivamente promovidas (BRASIL, 2004b, p. 15-16), a realidade se mostra diferente.

Considerando as intenções educacionais do Colégio Pedro II (2001, p. 86), cujo objetivo seja formar cidadãos “críticos, eticamente orientados para o respeito às identidades, politicamente comprometidos com a igualdade, esteticamente sensíveis à diversidade, dotados de competências e de valores capazes de mobilizá-los para a intervenção responsável na sociedade”, tal demanda não pode ser realizada somente “[...] com modificações e prescrições normativas nos informes oficiais. Trata-se de uma mudança de cultura, de crenças e de práticas, que deve apoiar-se na qualidade dos recursos humanos e culturais que o sistema educacional tem a responsabilidade de proporcionar às escolas.” (DURBAN ROCA, 2012, p. 66).

Espera-se, portanto, que mesmo não ocorrendo no futuro, uma avaliação de desempenho relacionada à implementação da Lei nº 10.639/2003, que a classe bibliotecária procure meios de se autoavaliar, a fim de que ofereça serviços e atividades culturais propícios à reconstrução de olhares para a diversidade e para própria razão de ser da biblioteca.

b) Categoria: Comunidade

Nesta categoria objetivou-se verificar primeiramente que documentos orientam o trabalho desenvolvido na biblioteca do *campus* selecionado e a participação destes na estrutura curricular que fundamenta o desenvolvimento do trabalho pedagógico, inclusive no

que tange a implementação da Lei nº 10.639/2003. Procura ainda constatar se os tipos de discurso e imagem disponibilizados à comunidade escolar não ferem os preceitos prezados pela referida Lei. Desse modo, as unidades de registro estabelecidas foram **documentos e/ou políticas, integração da biblioteca e bibliotecário no PPP, implementação da Lei nº 10.639/2003 no PPPI, integração entre a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca no PPPI e discurso e imagem.**

A unidade de registro **documentos e/ou políticas** permitiu constatar através da fala do bibliotecário, que a biblioteca em questão tem funcionado sem nenhuma orientação, pois conta somente com um regulamento de uso:

“Como assumi recentemente a chefia, não há documentos que orientam o trabalho, apenas o que foi passado pela chefia anterior.”

No entanto, o chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, informou que as bibliotecas do Colégio Pedro II, se orientam pelo Manifesto IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar e a Lei nº 12.244/2010.

Ao que parece, tal dissonância, seja fruto da falta de padrões por parte da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura. Presumiu-se por consequência, que não haja uma uniformidade quanto aos serviços e atividades pedagógicas e culturais oferecidas pelo Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

Acredita-se que seria mais eficiente, se a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura instituisse uma padronização mínima em relação aos serviços e atividades estipulados como básicos a serem oferecidos, a fim de que as bibliotecas da instituição funcionem como um sistema de bibliotecas coeso.

Nunes, verificou em sua pesquisa, que a razão de ser da coordenação de bibliotecas:

É criar, de alguma forma, uma unidade no trabalho dos bibliotecários, numa espécie de sistema de troca de informações, de experiências e de busca de soluções para problemas comuns. Ao contrário de outros programas de bibliotecas nos quais cada uma funciona isoladamente [...]. (NUNES, 2010, p. 102).

Nesse sentido, as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar recomenda, que:

A biblioteca escolar deve ser gerida dentro de um quadro político estruturado de forma clara que reconheça a biblioteca como um recurso central para a leitura e a pesquisa de informação. A política da biblioteca escolar deve ser concebida tendo em conta o projeto educativo e as necessidades da escola e deve refletir os seus princípios, missão, metas e objetivos, bem como a realidade da escola. (IFLA, 2016b, p. 27).

No que condiz a unidade de registro **integração da biblioteca e bibliotecário no**

PPP, percebeu-se uma harmonia quanto à percepção desses profissionais, visto que, ambos declararam que os bibliotecários e as bibliotecas são contemplados nesse documento, muito embora, as bibliotecas só sejam mencionadas enquanto aparelhos educativos e culturais em três momentos.

Pode-se verificar no Projeto Político-Pedagógico (COLÉGIO PEDRO II, 2001, p. 71), o registro de um entrave pedagógico, devido a “dicotomia entre UEs I e UEs II e III enquanto prática e delineamento filosófico-pedagógico”, no qual se sugere a proposta de criar bibliotecas atualizadas para o professor.

Prosseguindo, há também outra informação inserida no Projeto Político-Pedagógico (COLÉGIO PEDRO II, 2001, p. 72), por meio da pesquisa efetuada na instituição intitulada de Matriz de Levantamento de Dados, em que se indicou como um entrave administrativo a ausência de bibliotecas adequadas.

Além dessas duas ocorrências, a biblioteca é mencionada pela última vez no Projeto Político-Pedagógico (COLÉGIO PEDRO II, 2001, p. 467), através da recomendação de uma atividade na disciplina de Química para a formação de competências, nesse caso, “identificar fontes de informações e formas de obter informações relevantes para o conhecimento da Química (livro, computador, jornais, manuais etc.)” – uma preocupação que não ocorreu nem na disciplina de Língua Portuguesa/ Literatura.

Sendo assim, deduz-se que embora a classe bibliotecária se sinta contemplada no Projeto Político-Pedagógico que vigorou até 2018, este documento não deu a devida atenção a função da biblioteca e do bibliotecário, e, tampouco os inseriu na sua estrutura curricular, com exceção da disciplina de Química. Percebe-se, portanto, um desconhecimento sobre o conteúdo deste documento, fazendo com que esses profissionais reproduzam um discurso ilusório, dado que a classe profissional nem é citada, ao passo que há também uma ausência quanto ao detalhamento das responsabilidades inerentes a biblioteca, visto que, é “um recurso educacional de grande valor que deve, ela e seu uso, estar integrado em um projeto curricular e educacional da escola, convertendo-se em elemento ativo que favoreça os processos de ensino e aprendizagem e que apoie o trabalho docente.” (DURBAN ROCA, 2012, p. 20).

Procurou-se investigar na unidade de registro **implementação da Lei nº 10.639/2003 no PPPI**, se os profissionais estão informados sobre o atendimento da referida Lei no novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI).

Notou-se que ambos parecem alheios as exigências da referida Lei no PPPI. Presumiu-se tal fato devido à ausência de resposta do chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura,

como também da negativa emitida pelo bibliotecário.

Tal desconhecimento é preocupante, pois o novo PPPI estava próximo de entrar em vigor quando os envolvidos foram questionados, e por isso, esperava-se que a classe bibliotecária estivesse inteirada sobre os desdobramentos do documento, pois, embora a biblioteca também tenha atividades autônomas, ela está inserida numa instituição escolar, e, portanto, seu trabalho também é afetado diante de alterações pedagógicas, visto que, “processos de mudança requerem, em primeiro lugar, estruturas de apoio para os professores e, em segundo lugar, ferramentas e recursos. A biblioteca escolar cumpre com as duas dimensões, afinal, apresenta-se como agente de apoio e, ao mesmo tempo, como recurso físico.” (DURBAN ROCA, 2012, p. 93).

Almeida Júnior (1997, p. 62) suscita uma reflexão acerca do fazer bibliotecário diante de demandas que exigem uma ampliação das suas responsabilidades de atuação, pois:

O trabalho da biblioteca está voltado para a pessoa, para o indivíduo. Sim, mas para a pessoa, para o indivíduo considerado apenas de forma isolada, desagregado do relacionamento de seu contexto social. Será esse um dos problemas para o não reconhecimento, por parte da população, da função social da biblioteca?

Considerando os aspectos que envolvem a unidade de registro, **integração entre a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca no PPPI**, notou-se uma conformidade entre os profissionais, pois ambos revelaram desconhecer se a biblioteca é arrolada as ações de implementação da Lei. Embora o bibliotecário tenha afirmado em outro questionamento que existia representante da classe profissional participando da elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), neste caso, um único representante – o próprio chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, que declarou nessa mesma questão a sua contribuição com um texto sobre as bibliotecas escolares, percebeu-se que ambos estão desinformados sobre as atribuições da biblioteca no novo PPPI.

Tal proposição se confirma, com a falta de justificativa do bibliotecário em contraponto com a do chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, tendo alegado que:

“O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II (NEAB/CPII), pode ter cedido servidores para compor a câmara, segundo a página 4 do Texto Base.”

Tal documento ratifica a participação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II (NEAB/CPII), apesar de não fazer nenhuma alusão a Lei nº 10.639/2003 ou a cultura africana e/ou afro-brasileira.

Por outro lado, o esboço do PPPI, intitulado de Minuta Parcial do PPPI (COLÉGIO

PEDRO II, 2017, p. 5) cita a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena – incluídos pelas Leis nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, porém o NEAB/CPII não é apontado. Essa conjuntura pode ser confirmada pela resposta do seu coordenador, que assim como o chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, revelou que:

“O NEAB foi convidado a contribuir com uma página no PPPI do Colégio”, reiterando em outra pergunta que “o NEAB não foi convidado a participar das câmaras setoriais que estão construindo o PPPI.”

As falas do coordenador do NEAB/CPII traduzem o que ocorreu também com o chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, uma sucinta cooperação, pois, não ocorreu a participação efetiva de nenhum bibliotecário nas câmaras que se encontravam regularmente para tratar das diretrizes do novo PPPI, conforme documento exposto na página da instituição.

Tal inconstância quanto à colaboração do bibliotecário no PPPI é preocupante, visto que a implementação da Lei nº 10.639/2003 deve fazer parte de todos os setores da escola, em especial destaca-se a biblioteca, por ser um importante dispositivo de apoio as atividades educativas e culturais, capacitada, portanto, para efetuar ações socioeducativas visando o reconhecimento da cultura africana e/ou afro-brasileira pela comunidade escolar.

Em sua dissertação, intitulada “Cidadania e multiculturalismo: a Lei nº 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte”, Nunes (2010, p. 121), constatou que “[...] nas escolas nas quais já se realiza um projeto sistemático sobre a temática e a biblioteca faz parte realmente do Projeto Político-Pedagógico da escola [...], o potencial educativo da biblioteca sobre a questão étnico-racial é ampliado”.

Em relação à unidade de registro **discurso e imagem**, verificou-se um entendimento por parte dos profissionais abordados, revelando certa apreensão e cautela quanto ao que é exposto na escola:

“Geralmente há documentos e termos que precisam ser preenchidos e autorizados para publicação.” (B).
“Há uma política de comunicação e inclui Redação Oficial, logos, redes sociais e notícias na página oficial do colégio.” (CB).

Embora, não se perceba na prática um cuidado tão rigoroso quanto ao que é exposto na comunidade escolar, ambos demonstraram preocupação e concordaram que não ocorre a realização de nenhum tipo de fiscalização nesse sentido.

No entanto, o relato do chefe da Seção de Bibliotecas pode ser comprovado na página do Colégio Pedro II, na qual se encontra a Assessoria de Comunicação Social do Colégio

Pedro II, responsável pela execução de uma Política de Comunicação Social e um Manual de Gerenciamento de Mídias Sociais, formalizando diretrizes de comunicação que podem ser acessadas por toda a comunidade escolar.

O documento “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services” (2009, p. 18, tradução nossa), expõe uma preocupação em fornecer informações em textos apropriados, devendo “[...] tomar cuidado no uso de componentes culturalmente específicos, como cores, sons e imagens; figuras humanas, [...]”.

Tal preocupação deve ser estendida aos livros disponibilizados pela biblioteca escolar, pois as ações de mediação literária tem por alvo promover leitores críticos, que reconheçam e valorizem a negritude africana e/ou afro-brasileira em todos os aspectos, visto que:

[...] a força da imagem a tudo preenche. Podemos acreditar que a visibilidade da imagem proporciona conhecimento por si só. Mas a imagem não está dotada de uma significação transparente. Necessita de um contexto significativo. É preciso que a imagem seja mediada e contextualizada, e a realidade que observamos nos alunos é que nem sempre ela é utilizada nessas condições. (DURBAN ROCA, 2012, p. 44).

Almeida Júnior (1997, p. 100) ressalta que a prática bibliotecária “parte da idéia de que todos são absolutamente iguais, de que a todos são oferecidas as mesmas oportunidades, de que todos os usuários são moldados na mesma forma. Sabemos, até mesmo ou principalmente pela experiência, de que isso é uma inverdade”.

Nesse contexto, as referidas Diretrizes possibilitam uma reflexão aos profissionais inseridos na instituição escolar, enfocando os bibliotecários, quanto a dignidade e a representatividade da diversidade cultural que é exposta na comunidade a que servem.

c) Categoria: Colaboração

Procurou-se revelar nesta categoria, a importância da atuação bibliotecária para a comunidade escolar, para tanto, se elegeu as unidades de registro **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003, legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira, reuniões pedagógicas e atividades culturais**. Objetivou-se verificar se ocorre, portanto, uma participação efetiva dessa classe profissional em âmbitos diferenciados da estrutura escolar, como nas reuniões pedagógicas, na elaboração do novo PPPI, em projetos interdisciplinares que visam a implementação da Lei nº 10.639/2003 e demais atividades culturais promovidas pela comunidade escolar. Pretendeu-se também investigar a importância dessas práticas para o processo de naturalização, ou seja,

para propiciar uma legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira na comunidade escolar.

Considerando os aspectos relacionados à unidade de registro **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)**, observou-se que os profissionais estão de acordo sobre a participação bibliotecária na elaboração do novo PPPI, conforme verificado em seus discursos:

“*Divulga as ações e planejamento das bibliotecas através de relatórios.*” (B).

“*Eu contribuí com a câmara da PROEN apresentando um texto sobre as bibliotecas escolares.*” (CB).

Embora a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) seja o órgão do Colégio Pedro II, ao qual se vincula a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, e que tem por competência desenvolver, supervisionar e acompanhar a execução de atividades das políticas de Ensino Básico, o que se verificou na prática, foi à ausência da participação bibliotecária nas câmaras que discutem a elaboração do novo PPPI, ratificado pela fala do diretor pedagógico do *campus* selecionado.

A única contribuição da classe bibliotecária foi o texto mencionado, incluído na Minuta Parcial do PPPI (COLÉGIO PEDRO II, 2017, p. 42-45) e no próprio Projeto Político Pedagógico Institucional (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 56-61), que enfatiza a importância das salas de leitura, seus objetivos e estratégias, ao invés de promover as bibliotecas escolares.

Este recurso é citado brevemente no novo PPPI (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 74; 76) através da seção Organização Didático-Pedagógica da Educação Básica, no qual se menciona o “incentivo a participação nas atividades desenvolvidas nas bibliotecas, laboratórios e espaços culturais (espetáculos teatrais, cursos de música, dança e teatro)” respectivamente nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio Regular.

Verificou-se também a ocorrência da biblioteca através de visitas à biblioteca do *campus* no Programa de Residência Docente (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 93) e através da Assistência Estudantil que tem por objetivos “administrar as bibliotecas e salas de leitura do Colégio, propondo projetos que desenvolvam o hábito e o gosto pela leitura e pesquisa, além de estimular a criação de obras literárias.” (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 113).

Sendo assim, embora o novo PPPI não esteja completamente finalizado, não se pode concordar que ocorreu uma melhoria quanto à inserção da biblioteca na estrutura curricular da instituição, dado que, o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II assim como os profissionais que atuam nele, continuam invisibilizados, distantes do desenvolvimento de programas de leitura, além de projetos educativos e culturais:

A corresponsabilidade no ensino da leitura é o elemento essencial para a

integração desta atividade nas diversas áreas curriculares. Em consequência, esse argumento se apresenta como a chave fundamental para entender a utilidade da biblioteca na escola. Vincula-se a uma segunda via de apoio pedagógico em relação ao planejamento do desenvolvimento de um plano ou um programa leitor da escolar. (DURBAN ROCA, 2012, p. 102).

Mattos (2011, p. 115) acrescenta que “as bibliotecas escolares, para cumprirem com uma de suas finalidades, o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem, devem estar incorporadas ao conjunto da escola, em lugar privilegiado que permita o seu entrosamento com os demais espaços do ambiente escolar”, pois, a principal função do bibliotecário escolar “[...] é contribuir para a missão e objetivos da escola. Em colaboração com a gestão e os professores da escola, o bibliotecário desenvolve e implementa serviços e programas baseados no currículo que apoiam o ensino e a aprendizagem para todos.” (IFLA, 2016b, p. 33).

Nesse sentido, cabe ao bibliotecário buscar meios para se inserir nas discussões que colaboram para a construção do documento que embasa o currículo da escola, e, portanto, de todas as ações pedagógico-culturais relacionadas ao seu desenvolvimento, demarcando sua presença e espaço de trabalho na comunidade escolar.

No que se refere à unidade de registro **projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003** percebeu-se uma consonância entre ambos sobre a não realização de projetos tanto por parte do bibliotecário:

“Estou na chefia há pouco tempo, mas há possibilidades de estabelecer essa parceria no futuro para elaboração de projetos.”

Quanto da parte do chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura:

“A Seção tem apenas dois servidores e realiza diversas ações sistêmicas para a manutenção dos espaços; além de não ter verba própria para propor projetos.”

Mattos (2011, p. 108-109) relatou em sua pesquisa a dificuldade para o desenvolvimento de atividades relativas às temáticas sobre a diversidade cultural e multiculturalismo, devido “a falta de tempo e pouca parceria entre bibliotecário e professores”.

Nesse sentido, Campello (2009b, p. 101) expôs em sua pesquisa, que:

A multiplicidade de papéis do bibliotecário foi mencionada por vários participantes, tanto como fator de sobrecarga de tarefas, como por exigir bastante esforço para fazer com que fossem entendidos pelos diversos segmentos da escola, além de ser um empecilho para a prática educativa.

Entretanto, Bortolin (2013, p. 428), revela que:

Uma iniciativa positiva nesse sentido é a inclusão de programas de leitura no Projeto Político Pedagógico (PPPs) como forma de garantir projetos integrados às diferentes disciplinas e centralizados na biblioteca escolar. Essa integração objetiva estabelece parcerias com diferentes profissionais que juntos poderão construir uma concepção mais ampla de leitura, visto que a responsabilidade de formação de leitores não é apenas dos professores de português e artes.

No que condiz a unidade de registro **legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira**, somente o bibliotecário respondeu ao questionamento:

“Na realidade depende da temática do projeto, porém seria interessante o desenvolvimento de projetos com essa temática para tal fim.” (B).

Oteve-se uma resposta inconclusiva, talvez devido ao fato de o bibliotecário ainda não ter realizado projetos cooperativos com o corpo docente ou por ser novo no *campus* selecionado.

Acredita-se, contudo, que projetos compartilhados entre bibliotecários e docentes enfocando a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira possam colaborar mesmo que lentamente, para resgatar a ancestralidade cultural africana bem como a dignidade dos negros dentro da estrutura social brasileira, promovendo o reconhecimento de uma identidade cultural que embora ignorada, é inerente ao povo brasileiro, ao considerar que:

[...] o ponto receptivo das informações, de forma diferente da ordem classificatória e conjuntista da produção, provisão, oferta, transferência e fluxo instituídos dos sentidos, supõe a negociação, ou talvez mais do que isto, o confronto, o reconhecimento, o jogo de intersubjetividades, ou ainda a disputa e o conflito. (MARTELETO, 1995, p. 20).

De fato, este é um trabalho que demanda esforço, pois, conforme relatado na pesquisa de Nunes (2010, p. 110), “estudantes, professores e funcionários têm ‘bagagens’ ideológicas, sociais e culturais independentes das leis e que essa bagagem (...) interferirá na forma como recebem, processam e praticam a temática da Lei nº 10.639/03 e de outras”.

Desse modo, se faz necessário à construção concomitante de uma cultura escolar aberta a empatia, observando, porém, as experiências vividas, ou seja, o *habitus* de cada um, consciente, no entanto, de que nem sempre os resultados esperados serão obtidos, visto que a produtividade deste trabalho cultural, mas também pedagógico, por não deixar de ser um trabalho de inculcação, é medido segundo Bourdieu e Passeron (1982, p. 45-46, grifo do autor), pelo grau em que o *habitus* que ele produz é *durável, transferível*, isto é, capaz de engendrar práticas ao mesmo tempo em que é *exaustivo* - reproduz nessas práticas, os

princípios do arbitrário cultural de um grupo ou de uma classe inculcado num maior número de campos diferentes.

Cardoso (2011, p. 83) reitera a proposta desta pesquisa ao mencionar que “a identidade é uma construção social, mas também política, podendo ser afirmada ou não ao longo da história. Trabalhar para a (re) construção da identidade negra exige a mediação de informação e conhecimento, portanto perpassa o espaço da biblioteca”.

Buscou-se investigar por meio da unidade de registro **reuniões pedagógicas**, a participação bibliotecária nas discussões que permeiam o desenvolvimento curricular, culminando nos objetivos do trabalho pedagógico e cultural da comunidade escolar.

Constatou-se uma divergência, dado que o bibliotecário afirma não participar das reuniões pedagógicas, justificando que:

“Prejudica a parceria com os professores para o melhor andamento da biblioteca.”

Enquanto o chefe da Seção de Bibliotecas afirma que os bibliotecários participam, mas:

“Não sei informar, pois cada campus atua de modo autônomo uns possuem maior engajamento e outros menor participação.”

Isso pode significar que o chefe da Seção de Bibliotecas acredita que todos os *campi* convidam seus bibliotecários a participarem das reuniões pedagógicas, mas que a colaboração dependa do relacionamento travado entre os profissionais.

Porém, acredita-se que esse desencontro de percepções quanto à realidade e a expectativa da ação bibliotecária no *campus* selecionado tenha origem na naturalização da invisibilidade tanto do profissional quanto do próprio espaço de atuação, expressa através da pesquisa de Campello (2009b, p. 147), em que o “participante enfatizou a tensão existente entre professores e bibliotecário, mencionando que o último chegava a ser ignorado nas reuniões pedagógicas”.

Petit (2009, p. 113) propõe uma mudança de atitudes, encorajando o relacionamento entre bibliotecários e professores a fim de que juntos desenvolvam novas abordagens, pois, “[...] muitos professores ignoram aqueles que dão vida às bibliotecas e aos centros de documentação, ou os vêem como meros técnicos”.

Silva, Bernardino e Silva (2014, p. 7) ratificam a relevância do bibliotecário para a disseminação de conhecimentos relacionados à Lei nº 10.639/2003, pois, “para que haja contribuições das bibliotecas escolares nesse sentido, é preciso incluí-las nos planejamentos

pedagógicos para se estabelecer comunicação entre os setores integrantes da escola”.

Possivelmente a resposta para tais problemáticas surgirão da reflexão acerca da razão de ser da biblioteca e do bibliotecário escolar nesse contexto de globalização e ausência de fronteiras identitárias, em que será necessária a integração entre os diferentes setores da comunidade escolar a fim de alcançar o bem comum: uma educação que atinja a todos.

Em relação à unidade de registro **atividades culturais**, observou-se um consenso, visto que o bibliotecário alega não ter participação nesses eventos e o chefe da Seção de Bibliotecas por sua vez, não tem conseguido acompanhar tais ações, conforme justificativas abaixo:

“Estou pouco tempo na instituição.” (B).

“As ações são autônomas e ocorrem de acordo com o calendário do Campus. ” (CB).

Percebeu-se novamente a ausência de uma relação cooperativa entre os servidores, interferindo no desenvolvimento integral do ensino, pois:

O bibliotecário escolar deve trabalhar para promover atividades, de forma continuada e coesa para toda a escola, como projetos transversais de investigação e unidades de aprendizagem interdisciplinares. O bibliotecário escolar deve colaborar com outros para aprofundar e prosseguir a sua formação e desenvolvimento profissional. (IFLA, 2016b, p. 33-34).

As atividades culturais complementam o ensino em sala de aula, e, conseqüentemente, as responsabilidades da biblioteca se expandem, como também sua visibilidade. Para tanto, “a biblioteca escolar deve estar inserida nas preocupações da escola e, para isso, deve ampliar seus objetivos, não se restringindo apenas à leitura.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 49).

d) Categoria: Promoção e/ou *Marketing*

No que se refere a categoria **promoção e/ou marketing** objetivou-se descobrir se a biblioteca realiza divulgações sobre os serviços prestados ou atividades culturais oferecidas, para tanto, foi associada à unidade de registro **serviços e/ou atividades culturais**, além de divulgações sobre os recursos literários e eletrônicos disponibilizados na biblioteca, no qual se elegeu a unidade de registro **recursos literários e/ou eletrônicos**.

Percebeu-se na unidade de registro **serviços e/ou atividades culturais**, um contraste na fala do bibliotecário, que alega não existir divulgação dos serviços na biblioteca, justificando tal situação:

“Seria a falta de estratégia para marketing e divulgações dessas atividades que poderiam ser realizadas na biblioteca.”

Em relação ao exposto pelo chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, que mencionou a existência de divulgações:

“Através da Página Oficial do Colégio Pedro II e as redes sociais oficiais.”

Notou-se que, embora a página e as redes sociais oficiais do Colégio Pedro II sirvam como instrumentos de divulgação, não são utilizados pela biblioteca em questão.

Campello (2010, p. 194-195) observou a predominância de ações voltadas para atrair os alunos para a biblioteca e para a leitura, através da influência do conceito de *marketing* aplicado à biblioteca, que “[...] tem sido tratado, em geral, como solução para o pretenso desconhecimento ou desinformação, por parte do público, da biblioteca e de seus ‘produtos’, para o baixo uso do acervo e para a pouca frequência e demanda dos serviços da biblioteca”.

Nesse sentido, o documento “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services” (2009, p. 21, tradução nossa) concorda com a pesquisadora sobre a importância de tais estratégias, visto que ao “fornecer serviços relevantes para comunidades multiculturais aumentarão o uso da biblioteca por essas comunidades”.

Almeida Júnior (1997, p. 79) revela que o *marketing* bibliotecário:

[...] é falho, assim como outras tantas coisas: a formação do bibliotecário; a formação dos professores; o sistema educacional brasileiro, etc., etc., etc. Seria importante a criação de uma equipe de bibliotecários, com apoio de técnicos de outras áreas, que se dedicasse exclusivamente à divulgação da biblioteca, que se dedicasse a atingir todos os segmentos da comunidade. (obviamente que cada segmento seria atingido a partir de pressupostos e métodos diferentes) [...].

Os dados apontaram para o fato de que há um desencontro entre aquilo que o chefe da Seção de Bibliotecas e Sala de Leitura entende que o bibliotecário deve fazer e o que de fato o bibliotecário reconhece que está fazendo. Elegeu-se a hipótese de que tal situação seja possivelmente o resultado da falta de padronização do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, visto que a ausência de parâmetros através de Regimentos e Políticas, como o de desenvolvimento de coleções afetam consequentemente os serviços ou as atividades culturais que poderiam ser realizados em torno desses recursos.

As Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar (2016b, p. 58) proporcionam uma mudança desse contexto, ao salientar que os serviços e instalações da biblioteca escolar “têm de ser alvo de um marketing ativo para que os grupos alvo (tanto a escola como a comunidade

educativa) estejam conscientes do papel da biblioteca como parceira na aprendizagem e fornecedora dos serviços e recursos desejáveis”.

No que condiz a unidade de registro **recursos literários e/ou eletrônicos**, verificou-se que embora a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura não tem conseguido dar orientações sobre a divulgação dos recursos literários e/ou eletrônicos, o bibliotecário afirma utilizar cartazes para divulgar o acervo.

Nunes (2010, p. 99) observou que o uso de cartazes e murais são estratégias de divulgação mais utilizadas nas bibliotecas em que pesquisou, porém, acrescentou que nem sempre a divulgação ocorria de maneira satisfatória, visto que os professores mal sabiam da existência de acervo direcionado a Lei nº 10.639/2003.

A promoção e o *marketing* são parte do trabalho do bibliotecário escolar, sendo a utilização da biblioteca, uma preocupação dessas atividades (IFLA, 2016b, p. 58).

Possivelmente, a ausência dessas estratégias, tanto para os serviços e/ou atividades culturais quanto para os recursos literários e/ou eletrônicos, poderá ocasionar a inutilização dos mesmos pelo corpo docente e conseqüentemente pela comunidade escolar.

e) Categoria: Recursos literários e/ou eletrônicos

A categoria recursos literários e/ou eletrônicos procurou verificar se ocorre a utilização dos recursos literários e/ou eletrônicos pelo corpo docente visando a implementação da Lei nº 10.639/2003, como ocorre a aquisição e se há uma Política de Desenvolvimento de Coleções, se o bibliotecário participa da seleção dos livros a serem utilizados no trabalho pedagógico ao longo do ano e se há algum tipo de cooperação com outras instituições relacionada ao atendimento da referida Lei. Para tanto, elegeu-se as unidades de registro, **aquisição, responsabilidade pela seleção, utilização relacionada à Lei nº 10.639/2003 e cooperação bibliotecária relativa à Lei nº 10.639/2003.**

Por meio da unidade de registro, **aquisição**, foi possível demonstrar que a aquisição de recursos literários ocorre através da Seção de Bibliotecas, abrindo um pregão na qual as equipes enviam suas listas de livros para a aquisição.

Destaca-se, contudo, que não há uma Política de Desenvolvimento de Coleções na biblioteca do *campus* selecionado, pois, segundo o bibliotecário:

“Essa política será desenvolvida.”

Evidenciando na observação de Bortolin (2013, p. 428) um possível “despreparo do professor e do bibliotecário escolar em estabelecer uma política de desenvolvimento de coleções [...]”.

Por outro lado, o chefe da Seção de Bibliotecas mencionou ter:

“um Grupo de Trabalho para desenvolver a PDC.”

Refletindo a necessidade de o bibliotecário escolar atuar junto:

A gestão da escola e com os professores para desenvolver a política de gestão da coleção. Esse documento de política tem de ser baseado no currículo e nas necessidades e interesses próprios da comunidade escolar e tem de refletir a diversidade da sociedade exterior à escola. (IFLA, 2016b, p. 40).

Vislumbra-se tal afirmação como um indicativo de mudança na estrutura do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II, visto que, ao criar instrumentos de orientação como uma Política de Desenvolvimento de Coleções pode-se “produzir um acervo popular, de resistência à cultura dominante, mas apenas de dentro deste mesmo processo cultural. Entretanto, este novo acervo precisa advir das próprias camadas populares, com suas próprias narrativas, tradições e memórias.” (CARDOSO, 2011, p. 85).

Tal concepção se faz coerente, uma vez que a pesquisa se propõe a uma interferência literária por parte do bibliotecário escolar no trabalho pedagógico desenvolvido com a cultura africana e/ou afro-brasileira. Para tanto, torna-se imperativo a adequação do acervo através de uma Política de Desenvolvimento de Coleções que contemple as exigências da Lei nº 10.639/2003:

[...] na medida em que a delimitação objetivamente implicada no fato de impor e de inculcar certas significações, convencionadas, pela seleção e a exclusão que lhe é correlativa, como dignas de ser reproduzidas por uma ação pedagógica, re-produz (no duplo sentido do termo) a seleção arbitrária que um grupo ou uma classe opera objetivamente em e por seu arbitrário cultural. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 22).

Sendo assim, somente utilizando da mesma estratégia que a classe dominante, possibilitada pela homologação da referida Lei, é que se pode rever e contextualizar conteúdos de acervos que denigrem a imagem e a dignidade da população negra e se permite selecionar recursos literários e informacionais com características que se coadunam as políticas para uma educação antirracista, pois, de acordo com Almeida Júnior (1997, p. 53):

Quando se diz que a biblioteca deve modificar a vida do cidadão, quando se imagina que ela possui características que permitem a transformação das pessoas, é bom lembrar que nada se modifica a partir da neutralidade e da idéia de que somos predestinados e inaptos para interferir.

Almeja-se, portanto, que a classe bibliotecária reveja tanto a constituição do acervo quanto a sua própria postura, uma vez que ambos não são imparciais, a fim de reestruturarem suas ações e relações diante de todo tipo de diversidade no espaço da biblioteca escolar em que atua. Seguindo por essa perspectiva, Sousa (2014, p. 139) menciona em sua pesquisa, que:

A biblioteca enquanto instituição que abriga acervos que registram o conhecimento produzido no tempo e no espaço, tem a sua razão de ser vinculada ao potencial usuário. Conseqüentemente, o conhecimento registrado em suas diversas formas é armazenado e tratado em função de usos futuros e pressupõe condições para o potencial usuário apropriar-se de ou comunicar-se com o sistema. Por outro lado, a atividade cognitiva exige que se façam conexões entre as informações; pois informação desconectada carece de sentido e não evolui para conhecimento e é esse o espaço de mediação a ser criado e ocupado pelos profissionais que atuam nesse ambiente.

Nesse sentido, “as bibliotecas devem procurar, na aquisição de materiais, refletir a composição multicultural da sociedade e fomentar a compreensão da diversidade cultural, da harmonia racial e da igualdade.” (IFLA, 2009, p. 6, tradução nossa).

No que se refere à **responsabilidade pela seleção**, percebeu-se na fala do bibliotecário, que:

“Não há uma parceria com os professores com isso há falhas no planejamento e colaboração no trabalho pedagógico.”

Concordando com o discurso do chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, no qual revelou que:

“Os bibliotecários recebem os livros de interesse dos professores nos campi, mas não participam dessa definição.”

Tal contexto pôde ser observado na pesquisa de Mattos (2011, p. 92), uma vez que “[...] os bibliotecários eram passivos, pois apenas recebiam o acervo, não participando das discussões que definiam os mesmos”.

Lima e Cardoso (2013, p. 5), perceberam que para reverter esse tipo de situação que circunda a biblioteca escolar, deve-se interagir com a sala de aula, pois, para que “as informações sejam relevantes aos seus usuários é necessário que o acervo esteja atualizado, diversificado e integrado ao projeto político pedagógico da escola, constituindo instrumento de pesquisa para professores e alunos”.

Através da pesquisa documental, percebeu-se a existência de poucos livros literários

relacionados à cultura africana e/ou afro-brasileira, porém, essa parcela do acervo é constituída em sua maioria pelo recebimento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE Temático). Sendo assim, ratifica-se a necessidade de que se reveja as estratégias de seleção de acervo, instituindo com urgência uma Política de Desenvolvimento de Coleções no Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II em parceria com o corpo docente, que contemple a Lei nº 10.639/2003 atualizada pela Lei nº 11.645/2008 além do documento “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”:

As ações de desenvolvimento de coleções exigem do profissional da informação critérios práticos, mas também posicionamento político frente à diversidade cultural das unidades de informação, fundamental para que a função dos acervos se realize no sentido de que diferentes grupos étnico-raciais se sintam representados e possam se reconhecer neste repertório. Nesse sentido, não basta revisar o processo de seleção e os critérios para a construção de uma política de desenvolvimento de coleções; é preciso também uma mudança de procedimento abrindo espaços para sociedade no processo de construção e apropriação da informação. (CARDOSO, 2011, p. 86).

Em relação à **utilização relacionada à Lei nº 10.639/2003**, possibilitou a verificação de uma contradição, visto que o bibliotecário afirma a utilização do acervo pelo corpo docente:

“Acredito que seja por meio de trabalhos escolares, exposições, palestras e leitura em sala de aula.”

Enquanto a maioria deles alegou não utilizar a coleção da biblioteca. Por sua vez, a pesquisa documental revelou que a biblioteca selecionada não possui um registro permanente dos empréstimos, portanto, não existem meios de se verificar a posição dos pesquisados. Desse modo, a pesquisa só pode considerar esses discursos.

Esta não é somente a realidade desta biblioteca do Colégio Pedro II, dado que “ainda se está longe de ter nesses espaços uma organização, concepção e dinamização que favoreçam o uso competente e frequente da biblioteca escolar e de seus acervos e materiais pelos usuários da escola.” (BRASIL; OEI, 2011, p. 102).

A IFLA (2016b, p. 47) indica que os recursos literários devem ser divulgados junto a professores e alunos seja através de palestras, exposições, informação na página *web* da biblioteca, dentre outras modalidades, possibilitando o encontro das preferências e necessidades dos usuários da biblioteca. “Porém, poucos assuntos relacionados à diversidade cultural têm sido expostos nas bibliotecas escolares, invisibilizando culturas, priorizando uma única, hegemônica, eurocêntrica.” (LIMA; CARDOSO, 2013, p. 6).

Nesse sentido, basta uma mobilização do bibliotecário escolar a fim de que os recursos literários e/ou eletrônicos relacionados à Lei nº 10.639/2003 sejam primeiramente relevantes e posteriormente disponibilizados e divulgados adequadamente a toda comunidade escolar.

Uma mudança de postura, seja talvez, a melhor alternativa para uma melhoria não somente em relação ao interesse pelo acervo relacionado à Lei nº 10.639/2003, mas pelo uso de todo esse recurso pedagógico-cultural pela comunidade escolar, pois “[...] nada adianta ao leitor ter acesso aos livros, se não há a recepção dos textos contidos neles por meio da mediação, seja ela informacional, tecnológica, cultural, literária; utilizando-se dos recursos de comunicação impresso, eletrônico ou oral.” (BORTOLIN, 2010, p. 106).

A unidade de registro **cooperação bibliotecária relativa à Lei nº 10.639/2003** revelou um consenso entre os profissionais sobre a falta de encorajamento para o desenvolvimento dessa atividade, de acordo com as falas:

“Ainda não há essa abertura.” (B)

“Não sei informar, mas acredito que sim por conta do NEAB.” (CB)

Percebeu-se pouco interesse na busca por captar parceiros em outras instituições para o compartilhamento de recursos literários e informacionais como também de atividades culturais visando o atendimento da Lei nº 10.639/2003.

Presumiu-se, que não cabe somente ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II a estruturação desses convênios cooperativos, pois, todos os setores da instituição escolar são responsáveis dentro das suas especificidades por contribuir para a implementação da referida Lei:

Uma tendência que se observa no universo das bibliotecas escolares, tanto do sistema público quanto particular de ensino é a formação de redes de cooperação. São esquemas com características diversificadas que buscam otimizar aspectos dessas bibliotecas, tais como [...] o processamento técnico (com aquisição coletiva de software), programas de formação de pessoal, desenvolvimento de políticas unificadas de desenvolvimento de acervos, etc. [...]. (CAMPELLO, 2015, p. 21).

Nessa perspectiva, para melhorar os serviços da biblioteca, a IFLA (2009, p. 11, tradução nossa) indica que a cooperação “na aquisição, catalogação e fornecimento de recursos é vista como um meio vital para aumentar o leque de recursos e aumentar sua disponibilidade. Arranjos cooperativos locais, regionais e nacionais podem melhorar substancialmente a qualidade do acesso aos recursos”.

f) Categoria: Serviços e/ou atividades culturais

O objetivo da categoria **serviços e/ou atividades culturais**, no qual elegeu as unidades de registro **padronização de serviços, diretrizes para atividades culturais, prestação, retroalimentação, mediação literária e/ou oral relativa à Lei nº 10.639/2003 e atividades pós-mediação literária e/ou oral relativa à Lei**, buscou revelar que tipos de serviços ou atividades culturais são oferecidos pela biblioteca em questão, se há uma preocupação relacionada à Lei nº 10.639/2003 e se existe algum tipo de padronização de serviços e atividades culturais no Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

A unidade de registro **padronização de serviços** possibilitou verificar através da fala do chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura que as bibliotecas possuem autonomia, portanto, não se observou uma preocupação em parametrizar os serviços oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, justificando que o trabalho ocorre:

“Conforme o campus onde está inserido.”

Nesse sentido, a IFLA (2016b, p. 26) orienta que os responsáveis pela educação efetivem:

[...] esforços para definir e implementar um nível básico de serviços e atividades, para que os alunos e professores possam encarar a biblioteca escolar como um recurso para o ensino e aprendizagem a que podem aceder. O trabalho desses serviços de educação pode incidir em questões como: formação inicial e contínua dos bibliotecários escolares, aconselhamento profissional, estudos de investigação, colaboração com grupos de bibliotecários escolares e com as suas associações profissionais e desenvolvimento de normas e diretrizes.

No que condiz a unidade de registro **diretrizes para atividades culturais**, o chefe da Seção de Bibliotecas revelou que as bibliotecas do sistema possuem autonomia em relação às atividades culturais, que são desenvolvidas:

“Conforme o trabalho da equipe no campus onde está inserido.”

Inclusive as que visam o atendimento da Lei nº 10.639/2003, pois não há nenhuma diretriz com que as bibliotecas possam se basear.

Desse modo, acredita-se na adoção de Diretrizes de atuação para atividades culturais refletidas nas recomendações do documento “Multicultural Communities: Guidelines for

Library Services”, a fim de dar embasamento para a estruturação de ações culturais no que tange a cultura africana e/ou afro-brasileira, possibilitando à implementação da Lei nº 10.639/2003 na biblioteca, trazendo conseqüentemente, visibilidade as suas dinâmicas culturais para comunidade escolar, pois:

As bibliotecas devem participar da vida e do bem-estar da comunidade. Isso pode incluir o fornecimento de informações a comunidades multiculturais para abordar seus objetivos autodeterminados, envolvimento e iniciativa em eventos locais, como atividades culturais, festivais e eventos comemorativos dos grupos multiculturais da região. (IFLA, 2009, p. 6, tradução nossa).

Em relação à unidade de registro **prestação** se verificou que não existe nenhum tipo de serviço além do empréstimo de livros, embora não tenha sido mencionado pelo bibliotecário.

Nesse sentido, a IFLA (2009, p. 10, tradução nossa) acrescenta que cada biblioteca:

[...] deve indicar claramente seus objetivos, metas, estratégias, prioridades e políticas relacionadas aos seus serviços para comunidades multiculturais. Estes devem formar uma parte integral do programa de desenvolvimento da biblioteca. Esse plano local de serviços multiculturais servirá de guia para a equipe e uma explicação para os usuários.

Ainda em relação a essa unidade de registro, o bibliotecário relatou que:

“Ainda não há atividades culturais oferecidas pela biblioteca.”

Desse modo, a carência tanto de serviços quanto de atividades culturais, que poderiam inclusive tratar das temáticas relacionadas à Lei nº 10.639/2003, propicia a exclusão da população negra do espaço da biblioteca, que “tem-se dado, entre outras coisas, pela ausência de narrativas destes povos também constitutivos do Brasil, devido à rarefeita disponibilidade de materiais e de ações culturais que retratem as experiências e o cotidiano desse povo.” (CARDOSO, 2011, p. 12)

A unidade de registro **retroalimentação** possibilitou confirmar, através da fala do bibliotecário, visto que o chefe da Seção de Bibliotecas se absteve de resposta, de que há uma preocupação mínima com a satisfação do usuário, conforme descrita pela sua fala:

“Sim. Estatísticas de acesso concomitante a entrega da informação.”

Ao propiciar o conhecimento acerca das preferências do usuário, a retroalimentação possibilita a ampliação e melhora dos serviços, favorecendo “um ambiente de informação para todos os elementos da comunidade através do acesso equitativo aos recursos, tecnologia e desenvolvimento de competências de informação que nem sempre têm disponíveis em casa”

(IFLA, 2016b, p. 20), fazendo com que seus usuários se sintam acolhidos, mesmo possuindo culturas e necessidades diferentes, pois “levar em conta a cultura do usuário pode ser um elemento facilitador para o processo de mediação. A Biblioteca então deve acolher o usuário para que se sinta à vontade no processo de busca da informação.” (ALENCAR, 2014, p. 2961).

No que condiz a **mediação literária e/ou oral relativa à Lei nº 10.639/2003**, observou-se uma concordância, visto que, os profissionais reconheceram não haver uma preocupação em relação à realização dessas atividades, conforme as falas a seguir:

“*Não tinha essa prática anteriormente.*” (B).

“*Foi solicitado para 2016 o curso com Oficina de Histórias Africanas, mas não houve verba.*” (CB).

Percebeu-se que o bibliotecário justifica o não oferecimento dessas atividades devido o pouco tempo de atuação na biblioteca, dado que não era praticado anteriormente nesse espaço em questão, e que, portanto:

“*Ainda não houve o estabelecimento dessa parceria para o desenvolvimento de projetos.*” (B).

Bortolin (2010, p. 116) menciona que:

O bibliotecário não pode se esquivar da mediação da leitura, visto que o ato de ler precede o ato de se informar, descobrir e investigar. Portanto, a tarefa de mediar a leitura é tão fundamental quanto disponibilizar documentos (impressos ou eletrônicos) aos leitores de uma biblioteca.

Nesse sentido, busca-se ocasionar uma reflexão no bibliotecário escolar, visto que a proposta desta pesquisa entrevê a mediação da leitura e/ou mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira como uma via de intervenção que acarretará aos discentes conteúdos informacionais, no qual se almeja propiciar um reconhecimento da sua identidade cultural africana e/ou afro-brasileira. Cardoso (2011, p. 83-84) destaca que as informações perpassam “os relatos orais, histórias e memórias; sendo assim, entendemos que a CI não pode isentar-se de uma análise crítica desta problemática, visto que a troca de experiências, de informação e de conhecimento por intermédio das narrativas orais está no cerne das relações sociais”.

Durban Roca (2012, p. 36) evidencia a importância do bibliotecário enquanto recurso humano no âmbito educacional, revelando que a “biblioteca escolar personificada pelo bibliotecário deve constituir-se em um agente catalisador e, dessa maneira, canalizador de

iniciativas responsáveis vinculadas aos trabalhos de pesquisa e às intervenções de leitura”.

Todavia:

Buscando a troca, a ampliação dos horizontes através de visões diversas do mundo, a prática dos homens demanda uma *tolerância* de ordem ética e um compromisso com a *solidariedade*: o outro, diferente de mim é igual a mim: *eu sou um outro*. A possibilidade de o conhecimento, o saber, alargar-se e ir em busca de formulação para novas hipóteses de respostas relativas a muitas velhas questões implica na mudança de paradigma da educação: das verticalidades para as horizontalidades, do assertivo para o performativo, da subordinação para a coordenação. (YUNES, 2002, p. 118, grifo do autor).

Do mesmo modo o chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura revela não conseguir estimular a prática de atividades de mediação literária e/ou oral relativas à Lei nº 10.639/2003, como também motivar os bibliotecários a realizarem parcerias com os docentes, mas se justifica lembrando que tencionou ofertar um curso com oficina de histórias africanas, inviabilizado pela falta de verba.

Ao que parece a preocupação maior na instituição é contemplar cursos de capacitação sobre a temática para o corpo docente. Observa-se que os técnico-administrativos, grupo de servidores do qual o bibliotecário faz parte, não tem sido contemplado pela instituição, vide a fala do docente que reitera haver:

“[...] pouca integração entre servidores e docentes.” (H).

Esses discursos, podem ser indícios de que exista certa diferenciação entre os profissionais, dado que em geral os docentes não se incluem como componentes de um coletivo de colaboradores que formam o quadro de servidores. Desse modo:

[...] É comum ouvir, no ambiente escolar, um profissional desqualificar o trabalho do outro ou evidenciar a importância do seu cargo em detrimento do outro. No entanto, um pensamento oposto deve ser construído, pois mediar literatura na escola é uma responsabilidade coletiva. Efetivar o acesso à leitura, num país que precisa diminuir seus índices de analfabetismo e ampliar seus índices de domínio leitor é tarefa para todos. (BORTOLIN, 2013, p. 430).

Tais fatos demonstram que muito ainda precisa ser revisto para que efetivamente a Lei nº 10.639/2003 seja implementada no Colégio Pedro II, pois, “as bibliotecas devem promover a disseminação de conhecimento sobre grupos multiculturais e suas culturas.” (IFLA, 2009, p. 6, tradução nossa).

Como não ocorrem atividades de mediação literária, conseqüentemente as **atividades pós-mediação literária e/ou oral relativa à Lei nº 10.639/2003** são nulas, tendo o bibliotecário respondido que:

“Ainda não houve o estabelecimento de parceria com os professores.”

Porém o chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura justificou que não tem conseguido encorajar a realização das mesmas, pois:

“As ações culturais e literárias tem sido **promovidas por iniciativa das equipes das bibliotecas**”.

Observou-se que a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura não tem conseguido propiciar meios para o incentivo a realização de atividades de mediação literária e pós-mediação literária relacionadas à Lei nº 10.639/2003, a serem desenvolvidas não somente na biblioteca pesquisada, mas em todo o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

Dessa forma, a proposta desse estudo, para a criação de diretrizes de atuação que pudessem fornecer orientações aos bibliotecários escolares para o desenvolvimento de atividades de mediação literária e/ou mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira se mostram relevantes, pois é importante verificar “qual a contribuição que aquela leitura trouxe para a criança, no que foi modificado seu modo de entender o mundo a partir da leitura realizada? Isso não trabalhamos, não analisamos” (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 52), concordando com Nóbrega, pois:

Se antes *o texto era rei*, agora *o leitor constrói sentidos* através de suas leituras, não como delírios, superinterpretações, mas como produto do embate entre as *brechas*, os *indícios* que o texto possibilita, e sua subjetividade, que tem um lugar histórico, ou seja, está relacionada a um determinado contexto. (NÓBREGA, 2003, p. 118, grifo do autor).

Para alcançar a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira no espaço escolar, é necessária a atuação do bibliotecário junto da Literatura dessa matriz cultural, pois “esta se converte em uma escola das vicissitudes humanas partindo do próprio “eu” com a interação pessoal com as obras, porque, na literatura, o relevante é a elaboração imaginária da realidade [...]” (DURBAN ROCA, 2012, p. 48).

Por outro lado, por mais que as atividades pós-mediação literária possibilitem uma apropriação informacional, não se pode esquecer que a recepção da Literatura depende das experiências de vida do leitor, seu *habitus*, além da negociação empreendida pelo mediador, nesse caso, o bibliotecário escolar, pois de acordo com Bortolin (2010, p. 153), “é o principal responsável pelo efeito do texto sobre o leitor-ouvinte no momento da recepção. Efeito que irá variar de leitor para leitor dependendo de vários fatores entre eles, de suas experiências

peçoais e de sua atividade imaginativa”, visto que:

Os sujeitos não são seres passivos, vazios, eles possuem conhecimentos prévios, mas também vão construindo-o coletivamente. É preciso o profissional da informação/bibliotecário pensar também na recepção da informação pelo sujeito. A informação então é algo que transforma o conhecimento do sujeito de acordo com seu conhecimento prévio. É ele quem vai determinar o que é ou não informação. Só há informação quando ela altera o conhecimento do sujeito. (CARDOSO 2011, p. 53-54).

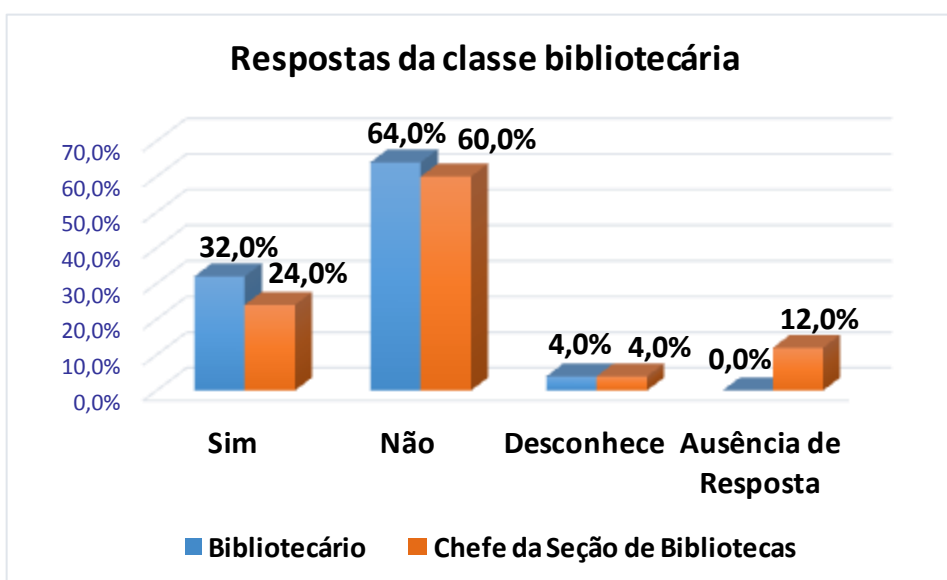
Seguindo por essa aceção, seguem algumas considerações sobre a classe profissional responsável por disseminar a cultura africana e/ou afro-brasileira no espaço da biblioteca escolar.

O gráfico 18 assinala que o bibliotecário respondeu negativamente a 64,0% das questões, enquanto o chefe da Seção de Bibliotecas, respondeu 60,0%.

Embora o maior quantitativo de respostas dos profissionais participantes seja negativo, percebeu-se que o bibliotecário pareceu mais participativo quanto aos questionamentos das demandas, visto que não deixou de responder a nenhuma indagação, ao passo que a ausência de respostas por parte do chefe da Seção de Bibliotecas equivale a 12,0%.

De acordo com o gráfico 18, os dados obtidos pela pesquisa expõem o seguinte panorama:

Gráfico 18 – Respostas da classe bibliotecária



Fonte: A autora.

Os resultados mostram certo nivelamento em relação à ação e percepção bibliotecária, indicando, que a situação encontrada na biblioteca em questão, não tem favorecido a

implementação da Lei nº 10.639/2003.

Acredita-se que tal contexto seja consequência principalmente, pela não inclusão no Projeto Político Pedagógico da escola e da ausência de políticas e parâmetros próprios do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, pois, segundo a recomendação da IFLA (2016b, p. 27) “a política deve deixar claro que a biblioteca é para todos. Deve ser desenvolvida pelo bibliotecário escolar, trabalhando em conjunto com os professores e administradores [...] deve ser partilhado amplamente em toda a comunidade escolar e dar lugar a uma discussão aberta”.

Constatou-se que os profissionais estão alheios tanto sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 quanto à participação da biblioteca no novo PPPI, pois esta não foi incluída nem entre as rotinas do trabalho pedagógico da disciplina de Português/Literatura com possíveis programas de leitura. Deste modo, Yunes (2013, p. 9-10) verifica que:

Tornar-se escola leitora é uma opção política, antes de tudo; decisão da comunidade escolar e criar um plano, um programa de trabalho articulado entre todos os atores, bem pensado, nada de improvisado; buscar assessoria se preciso, avaliar os recursos materiais e humanos, estabelecer ações e cronogramas, nada acontecerá num estalar de dedos. Isso significa mudar o perfil da escola, sua identificação na cidade, no meio educacional, com efeitos já na qualidade do rendimento e participação escolar e mais no desempenho cotidiano na vida comunitária.

Percebeu-se a falta de ações de fomento a leitura, seja individual ou coletiva, como um agravante a invisibilidade do fazer bibliotecário e da biblioteca, pois, de acordo com Almeida Júnior e Bortolin (2014, p. 185), este profissional “têm a responsabilidade desde a seleção e aquisição dos materiais até a mediação dos textos contidos neles”.

Contudo, considerando que o profissional participante assumiu a chefia recentemente, seria injusto responsabilizá-lo por toda a conjuntura.

A carência tanto de orientação quanto de servidores capacitados para assistir nas atividades da biblioteca selecionada também favorece a manutenção desse cenário, visto que a equipe da biblioteca conta somente com auxiliares de biblioteca e auxiliares administrativo sem formação específica.

Nesse sentido, Mattos (2011, p. 88) mencionou em seu trabalho, que “[...] uma das queixas dos profissionais bibliotecários que atuam nas bibliotecas escolares é que como executam suas tarefas praticamente sozinhos, têm dificuldade de implementar outras atividades como as culturais e até mesmo de pesquisa”.

Possivelmente este é um problema que deve ser encontrado nas demais bibliotecas que compõem o sistema, pois se acredita que a escassez de bibliotecários e auxiliares de biblioteca

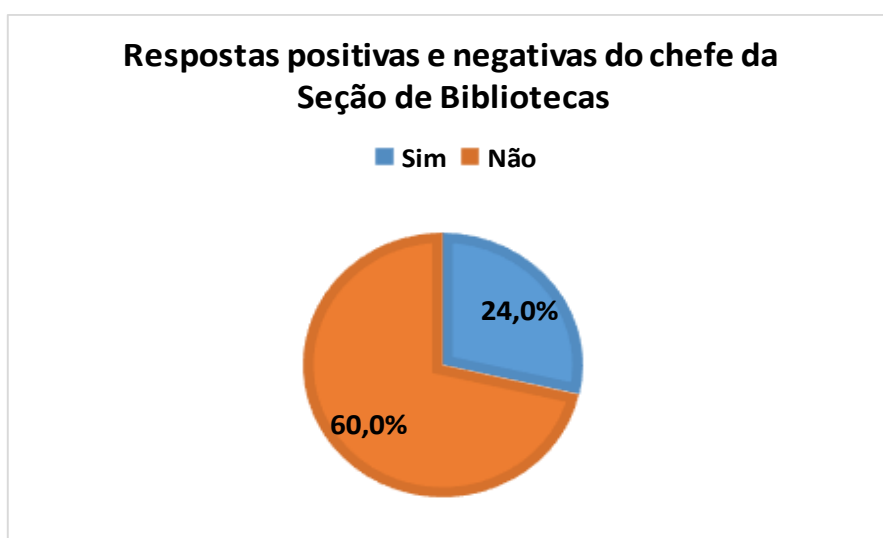
capacitados para o atendimento da Lei nº 10.639/2003 se estenda aos demais *campi*, visto que a instituição não se propôs ainda a contemplar a classe bibliotecária nos cursos de capacitação.

Presumiu-se que a inexistência de parametrizações do Sistema de Bibliotecas, seja reflexo da necessidade de mão de obra para cooperar na Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, contribuindo na coordenação das bibliotecas que compõem o sistema. Tal problema foi igualmente identificado pela pesquisa desenvolvida por Nunes (2010, p. 102), que relatou a dificuldade de várias bibliotecas serem coordenadas por apenas um bibliotecário.

O gráfico 19 aponta que a maioria das respostas por parte do chefe da Seção de Bibliotecas são negativas (60,0%), ao passo que suas respostas positivas correspondem a 24,0%.

Conforme o gráfico 19, os dados obtidos pela pesquisa exibem a seguinte conjuntura:

Gráfico 19 – Respostas do chefe da Seção de Bibliotecas



Fonte: A autora.

Constatou-se, portanto, que este profissional não tem conseguido apoiar ações relacionadas à implementação da Lei nº 10.639/2003, acredita-se que devido a escassez de servidores na Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura para atender toda a instituição.

Ainda que esse profissional tenha mencionado sua participação na elaboração do novo PPPI com um texto, desconhece se ocorre uma integração entre a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca neste novo projeto. Acresce ainda, que não tem conseguido estimular o desenvolvimento de projetos visando o atendimento da referida Lei em parceria com o corpo

docente e a participação bibliotecária nas atividades culturais da escola.

Notou-se que o chefe da Seção de Bibliotecas não tem conseguido incentivar a elaboração por parte dos bibliotecários, de atividades de mediação literária e pós-mediação literária relacionadas à cultura africana e/ou afro-brasileira.

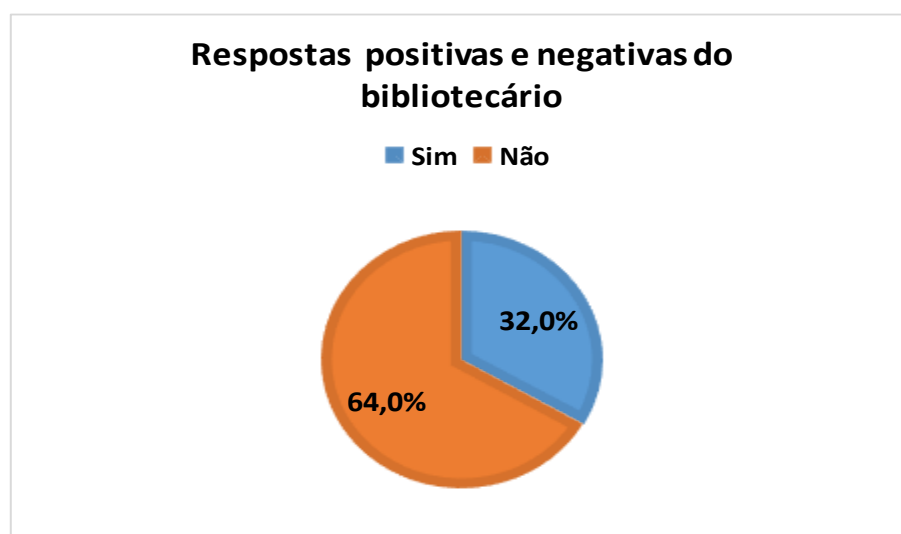
Contudo, deve-se considerar a declaração do profissional quanto à demanda do seu setor para o atendimento do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II contando com uma equipe tão diminuta para atender as necessidades de todos os *campi*.

As respostas do chefe da Seção de Bibliotecas permitiu verificar que ainda não ocorre a integração da classe bibliotecária num sistema de bibliotecas coeso, com uma padronização mínima de serviços e um programa de leitura estruturado ao Projeto Político Pedagógico Institucional, que permitisse inclusive a disseminação da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, atendendo ao estipulado pela Lei nº 10.639/2003. Nessa perspectiva, a IFLA (2016b, p. 13) recomenda que:

Os serviços e programas fornecidos através da biblioteca escolar devem ser desenvolvidos de forma colaborativa por um bibliotecário escolar profissional, trabalhando em conjunto com o diretor, os responsáveis por departamentos curriculares, colegas de ensino, responsáveis de outras bibliotecas e membros da comunidade com características culturais, linguísticas ou étnicas específicas, de forma a contribuir para a consecução dos objetivos acadêmicos, culturais e sociais da escola.

Segundo o gráfico 20, os dados obtidos pela pesquisa retratam o seguinte cenário:

Gráfico 20 – Respostas do bibliotecário



Fonte: A autora.

O gráfico 20 expõe que a maioria das respostas por parte do bibliotecário são

negativas (64,0%).

Embora o bibliotecário tenha se mostrado um pouco mais motivado (32,0%) em relação ao chefe da Seção de Bibliotecas sobre possíveis ações relacionadas a Lei nº 10.639/2003, notou-se que ambos estão desinformados sobre o envolvimento da biblioteca no antigo PPP, como também na implementação da referida Lei e a integração desta a biblioteca e ao trabalho pedagógico no novo PPPI.

Verificou-se a escassez de acervo relacionado à Lei nº 10.639/2003, que além de ser pouco utilizado, sua divulgação é realizada efetivamente através de cartazes.

Observou-se, que ao contrário do que acredita o chefe da Seção de Bibliotecas, o bibliotecário não participa das reuniões pedagógicas, como também, das discussões que definem os recursos literários a serem utilizados ao longo do ano letivo, estimulando a invisibilização de sua atuação, além do desperdício de oportunidades para a negociação de parcerias propícias ao desenvolvimento de atividades de mediação da leitura e mediação oral da literatura envolvendo a temática africana e/ou afro-brasileira, pois, de acordo com a IFLA (2016b, p. 33) o bibliotecário pode contribuir:

Com competências relacionadas com a disponibilização da informação e uso de recursos para atividades de ensino e aprendizagem tais como, investigação e trabalho de projeto, atividades de resolução de problemas, atividades de literacia, promoção da leitura e atividades culturais.

A presente pesquisa enfatiza as ações de mediação da leitura e mediação oral da literatura para a difusão da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira visando o reconhecimento da identidade cultural africana presente no país, sendo assim, a ausência de atividades de fomento a leitura, provocou certa apreensão, visto que ações em torno da leitura evidenciam a função educativa e social do bibliotecário escolar, conforme enfatiza Dantas (2016, p. 81) em sua pesquisa, “o mediador tem o poder de sentir as necessidades de um grupo de usuários, e esse poder é o que faz parte do seu papel social perante a área em que atua”.

Provavelmente, além da ausência de parâmetros e diretrizes para dar embasamento a possíveis projetos da biblioteca selecionada, a falta de capacitação profissional aliada à formação generalista da classe bibliotecária, interferiram na mobilização para efetuar tais ações, embora o bibliotecário tenha alegado que sua formação acadêmica o habilitou para o atendimento das demandas geradas pela homologação da Lei nº 10.639/2003 mesmo não tendo se capacitado posteriormente.

Tais hipóteses refletem a pesquisa de Sousa (2014, p. 106), uma vez que evidenciou de que “existe o consenso de que a graduação não prepara o bibliotecário de forma satisfatória

para o mundo informacional em constante e frequente mutação, fator que confirma a necessidade de um profissional que busque atualização contínua [...]”.

Por outro lado, Guimarães (2013, p. 43), destacou em sua pesquisa, que “nos dias de hoje, os currículos tendem a se voltar para a formação de cidadãos críticos, comprometidos com a diversidade cultural da cidadania e aptos a se inserirem em um mundo global e plural”.

Seguindo por essa acepção, Silva (2017, p. 186) indica em sua pesquisa que a responsabilidade social da Biblioteconomia:

[...] implica formular estratégia de desenvolvimento para a mediação e socialização da informação a fim de que todos possam ter acesso ao conhecimento. Nesse direcionamento, a interlocução efetiva entre os cursos de Biblioteconomia e a sociedade por meio do processo extensionista produzirá resultados satisfatórios para assegurar o fortalecimento da cidadania a partir da mediação da informação e, obter, como resultado, a visibilidade social da profissão.

As respostas obtidas através do bibliotecário do *campus* selecionado bem como do chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura permitiu compreender portanto, que a biblioteca pesquisada não tem conseguido implementar a Lei nº 10.69/2003, fornecendo o cenário em que esta se encontra, além de hipóteses sobre a razão de tal situação, que possivelmente se estenda as demais bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

Nessa perspectiva, Silva, Bernardino e Silva (2014, p. 13) mencionam a importância de se promover ações visando à implementação da referida Lei, ao mencionar que “[...] a biblioteca só tem a ganhar em rendimento e em resultados. E muito, além disso, a biblioteca escolar pode e deve realizar discussões, rodas de debates a respeito das relações raciais dentro da escola, partindo do que rege a lei e ultrapassando os muros da escola”.

Os dados coletados permitiram, delinear um panorama, fornecendo as características necessárias a proposta de criação de Diretrizes de atuação para bibliotecários difundirem a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, o que incentivaria a implementação da Lei nº 10.639/2003 pelo bibliotecário escolar do Colégio Pedro II, e assim, contribuiria para o reconhecimento da identidade cultural africana presente no país.

5.2 O TRABALHO PEDAGÓGICO COM A LITERATURA AFRICANA E/OU AFRO-BRASILEIRA

Embora a Lei nº 10.639/2003 tenha sido sancionada há 15 anos, aparentemente a sua inclusão no Colégio Pedro II tem ocorrido lentamente.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) em vigor até recentemente, foi implementado em 2001 – anterior à homologação da referida Lei, não integra a biblioteca a sua proposta pedagógica como também não atende efetivamente aos requisitos para uma educação das relações étnico-raciais, demonstrando o quanto a implementação das temáticas envolvendo a cultura africana e/ou afro-brasileira tem sido atrasada no âmbito dessa instituição escolar, visto que há muito já deveria ter sido proposto e implementado um novo projeto.

Ao analisar no PPP as estruturas curriculares das disciplinas elencadas pela Lei nº 10.639/2003, percebeu-se que todas ofereceram algum tópico que poderia ser minimamente contextualizado às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nesse caso, há alguma base para a implementação da Lei: Artes Visuais (Multiculturalidade), História (negação e a imposição de culturas; construção de identidades nacionais; identidade/diversidade; fornecer subsídios para a construção de novas identidades através da busca da ancestralidade e das raízes culturais; relações de poder; legitimidade) e Língua Portuguesa/Literatura (valorizar as manifestações das linguagens reconhecendo a legitimidade e identificando preconceitos e estereótipos e valorização da cultura brasileira em sua manifestação oral e escrita).

Observou-se que a disciplina de Língua Portuguesa/Literatura foi a que menos se destacou, embora nenhuma dessas disciplinas tenham se preocupado com a inserção da biblioteca como um recurso pedagógico e cultural.

Ao focar o trabalho com a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, percebe-se que mesmo com a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros em 2014, não são realizadas ações efetivamente contínuas tanto em sala de aula quanto de projetos pedagógico-culturais na instituição com ou sem a colaboração da biblioteca, mas sim atividades pontuais, ou seja, não ocorre a sustentabilidade das práticas pedagógicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais, entendida por Gomes, Jesus e Alves (2012, p. 74) como “[...] a possibilidade de o trabalho com a educação das relações étnico-raciais desenvolvido na instituição escolar se tornar parte do cotidiano, do currículo e do PPP, independentemente da ação de um(a)

professor(a) ou de uma gestão específica”, proporcionando a inclusão da temática em documentos oficiais da instituição.

Nesse sentido, em 2014 – passados 11 anos que a Lei nº 10.639/2003 entrou em vigor, decidiu-se iniciar o processo de desenvolvimento do novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), tendo sido ofertado à comunidade escolar em 2017 uma Minuta Parcial para ser discutida e aprimorada pelas câmaras que compõem o desenvolvimento do documento.

Através dessa Minuta Parcial, percebeu-se que o novo PPPI tenciona implementar a Lei, porém, não há evidência de como se daria tal aplicação e menos ainda se percebe alguma mobilização para a integração do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II ao trabalho pedagógico, somente foi incorporado a estrutura, que enfatizou – antagonicamente a Lei nº 12.244/2010, o papel das Salas de Leitura (COLÉGIO PEDRO II, 2017, p. 42-45).

Dada à publicação do Projeto Político Pedagógico Institucional em meados do mês de julho de 2018, que ainda passará por alguns ajustes, pois necessita de regramentos que serão definidos por Grupos de Trabalho para o desenvolvimento de propostas relacionadas à Avaliação de Aprendizagem e a Organização Curricular, observou-se que este documento ainda não integra a biblioteca aos programas curriculares.

A biblioteca praticamente não é citada, e quando acontece, é de modo superficial em poucas passagens. Em especial, na Organização Didático-Pedagógica, se mencionou o incentivo à participação nas atividades desenvolvidas nas bibliotecas tanto no eixo do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio.

Somente na seção que expõe a composição das Salas de Leitura do Colégio Pedro, é que ocorreu a preocupação em promover a integração entre as atividades extracurriculares e as curriculares. Embora esta seja também uma breve menção, possivelmente externada pelo fato de que as Salas de Leitura são chefiadas por professores.

De qualquer maneira, não ocorreu uma evolução do antigo PPP para o novo PPPI em relação às bibliotecas da instituição. Não se desenvolveu um programa de leitura compartilhado com a disciplina de Português/Literatura, não se observou a composição de projetos interdisciplinares nem com as demais disciplinas elencadas pela Lei nº 10.639/2003, como também programas de Letramento Informacional envolvendo as disciplinas do currículo escolar, possibilitando a aprendizagem pela pesquisa orientada, como ocorreu unicamente no PPP anterior com a disciplina de Química. Nesse sentido, Yunes (2013, p. 8-9, grifo do autor)

esclarece que:

[...] pensar na leitura, literária ou não, como **coisa da aula de português** é mostrar uma visão míope ou um entendimento estreito e pobre do que seja leitura e do que seja tornar-se leitor... Um professor de física ou de geografia se indignará se for tomada como não-leitor. Mas não vê a sua prática de leitura dos eventos **naturais** ou dos mapas como leitura efetiva.

Seguindo por essa concepção, a ausência dessas atividades reforça o descaso pela biblioteca e inibe a atuação socioeducativa do bibliotecário, contribuindo para a naturalização da invisibilidade desse profissional na comunidade escolar, pois:

À medida que os alunos avançam na escolaridade, é cada vez mais importante que, gradativamente, o programa da biblioteca seja integrado com os conteúdos curriculares. Se os alunos veem a biblioteca como algo isolado, é difícil entenderem sua função. [...] A compreensão da interrelação com os conteúdos e do papel da biblioteca como um centro de informação ocorre através da forte integração das habilidades aprendidas na biblioteca com as questões e conteúdos estudados em classe. (KUHLETHAU, 2009, p. 184).

Essas abordagens poderiam ter sido analisadas previamente com a criação de Grupos de Trabalho pela Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura em conjunto com os representantes das disciplinas que integram o currículo dos segmentos atendidos pelas bibliotecas e pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II, sendo seu produto inserido posteriormente nas discussões que originariam a elaboração do novo PPPI, mas para tanto, seria necessária a participação do chefe da Seção de Bibliotecas ou pelo menos de um bibliotecário para representar a classe profissional nas câmaras setoriais que desenvolveram o Projeto Político Pedagógico Institucional, uma vez que:

Todas as ações relacionadas à leitura deverão responder a uma política de intervenção em sua prática, que seja desenvolvida em vários campos de ação: competência leitora e hábito de leitura, formação e experiência literária e competência informacional. Trata-se da elaboração de um plano interdisciplinar que responda à determinação de uma política geral de leitura na escola. (DURBAN ROCA, 2012, p. 102).

Ao observar mais detidamente as disciplinas elencadas pela Lei nº 10.639/2003 no Projeto Político Pedagógico Institucional, e considerando que o *campus* selecionado para a pesquisa atende do segundo segmento do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, pode-se obter uma perspectiva sobre o trabalho pedagógico a ser desenvolvido no futuro por esta instituição de ensino, no que condiz a referida Lei.

A disciplina de Artes Visuais mostrou-se preocupada com as desigualdades sociais e a reprodução arbitrária da cultura eurocêntrica, indicando uma reversão desse panorama por meio da aproximação, mas acima de tudo da interação com a diversidade cultural, indicando

na sua fundamentação teórica, seu papel enquanto propulsora do acesso aos bens culturais, pois:

[...] dada a realidade desigual de nosso país, o espaço escolar muitas vezes se configura como principal ou até mesmo única ponte entre culturas diversas. É nesse contexto que Artes Visuais, como disciplina nos currículos escolares, promove a valorização de saberes prévios e amplia as possibilidades de acesso a acervos culturais e artísticos, individuais e coletivos, assim como seu intercâmbio; enriquecendo, desse modo, vivências que se estabelecem a partir do contato com as múltiplas produções realizadas ao longo dos séculos, desde a arte rupestre até os desdobramentos visuais contemporâneos. Nesse sentido, o Ensino de Artes Visuais configura-se como espaço de resistência ao padrão hegemônico, que sustenta uma visão desigual no que se refere a reconhecimentos e compartilhamentos histórico-artístico-culturais. (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 1999).

Contudo, percebeu-se no novo PPPI, que a cultura africana e/ou afro-brasileira é trabalhada nessa disciplina somente no Ensino Fundamental.

No segundo segmento do Ensino Fundamental, o tema é tratado somente no 6º ano, através do eixo Arte e Patrimônio, em que se enfatizam as artes no continente africano e suas projeções na arte brasileira, em que aborda questões sobre a cosmovisão africana, as religiões afro-brasileiras, representação da negritude, as produções artísticas contemporâneas africanas e/ou afro-brasileiras englobando em todos esses aspectos a herança do continente africano no patrimônio artístico brasileiro.

Do 7º ano do Ensino Fundamental até o 1º ano do Ensino Médio, último ano em que é ofertada essa disciplina, a cultura africana e/ou afro-brasileira não é abordada no novo PPPI. Contudo, como o foco deste trabalho é o Ensino Médio, a pesquisa documental permitiu verificar que o enfoque do currículo para esse segmento é a produção de arte na contemporaneidade, porém, não há menção sobre aspectos da cultura africana.

Embora as Africanidades sejam contempladas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, acredita-se que o trabalho pedagógico a ser realizado em sala de aula e as ações culturais que podem ser oferecidas pela biblioteca escolar sobre a temática, sejam relevantes em todos os segmentos de ensino, sendo sua ausência extremamente prejudicial nessa fase em que ocorre a transição para a adolescência, onde borbulham os conflitos identitários naturais dessa fase da vida.

Apesar da disciplina de Língua Portuguesa/Literatura ter sido a que menos contemplou aspectos envolvendo a diversidade cultural no antigo PPP, demonstrou no novo PPPI uma mudança de postura, acolhendo em sua fundamentação teórica características que versam sobre a Lei nº 10.639/2003, pois:

Faz-se mister que a escola ouça e potencialize vozes, discursos que sempre foram silenciados na história política e social de nosso país. Torna-se imprescindível, assim, resgatar as raízes do povo brasileiro e trazer à discussão os processos implicados no silenciamento de culturas fundantes do que nós somos: as culturas africanas e as dos povos indígenas. Mais do que se discutirem tais processos, é de sumo relevo que se valorizem essas culturas, levando os estudantes a nelas se (re)conhecerem. (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 408-409).

Esta disciplina explicitou em seus objetivos a formação de leitores críticos, estimulando estratégias de leitura que permitam o diálogo com aspectos relativos ao contexto sócio-histórico, a alteridade, a apropriação da leitura enquanto prática social, a reflexão sobre as questões sociais, o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural brasileiro em sua manifestação oral e escrita, o conhecimento das literaturas produzidas em Língua Portuguesa com origem africana e afro-brasileira, além de desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao leitor situar-se ante a uma ideologia perpassada no texto literário e até mobilizar-se para a intervenção responsável na sociedade.

Ainda dentro do programa de Língua Portuguesa/Literatura, foram sugeridos livros para a utilização. No Ensino Fundamental, o destaque foi no 6º com seis títulos – sendo um de autoria africana e os demais de brasileiros; no 7º e 8º anos não constou nenhum título que abordasse as africanidades; já no 9º ano integraram dois títulos de autoria brasileira. Com relação ao Ensino Médio – foco da pesquisa, não se apresentou sugestões na 1ª série; a 2ª série aborda questões sobre origem afrodescendente e autoria negra através de autores como Machado de Assis e Cruz e Sousa e na 3ª série não se expôs nenhuma indicação de títulos que pudesse trazer representatividade a população negra.

Observou-se que os títulos sugeridos, são em sua maioria, clássicos literários, ocasionando uma contradição no que foi proposto, pois o próprio PPPI enfatizou a importância de que:

[...] não apenas os clássicos sejam lidos em sala de aula, mas também a rica produção literária de origem africana, afro-brasileira e indígena, de modo que os estudantes – como já dito – possam se reconhecer no que leem, [...] que o trabalho com a referida produção literária não deve apenas problematizar o processo de violência por que passaram (e passam) negros e índios na história do país, mas sim constituir espaço estético de valorização da cultura desses povos. (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 419).

De qualquer maneira, através da pesquisa documental, foi possível perceber que, os poucos livros literários sobre a temática especificados no PPPI não compõem o acervo da biblioteca selecionada. Além disso, verificou-se a escassez de títulos que pudessem ser utilizados em sala de aula ou mesmo na realização de projetos de mediação literária

envolvendo a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, pois poucos livros relacionados à temática são literários.

Contudo, salientou-se no PPPI que a lista de leituras da 1ª série do Ensino Médio seria elaborada com sugestões das equipes do departamento, a partir de trabalhos desenvolvidos em sala de aula (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 436), normatizando portanto, a exclusão da colaboração bibliotecária das rotinas pedagógicas.

Almeja-se, que essa situação se reverta, a partir da institucionalização de uma Política de Desenvolvimento de Coleções construída com a colaboração da classe bibliotecária e a comunidade escolar, considerando a Lei nº 12.244/2010, que estabelece a quantidade mínima de títulos por aluno matriculado como também a indicação de que cabe ao sistema de ensino determinar a ampliação do acervo conforme sua realidade. Tornando-se, portanto, um imperativo a atualização, quando não, a composição de uma bibliografia base para o atendimento das demandas advindas com a Lei nº 10.639/2003 que permeasse todo o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

Salienta-se que a pesquisa documental almejava num primeiro planejamento, obter informações através dos diários de classe sobre os livros literários utilizados nos dois últimos anos pelo corpo docente visando o atendimento da Lei nº 10.639/2003, a fim de verificar se integravam o acervo da biblioteca selecionada e se eram alvos de empréstimos tanto por parte dos docentes quanto pelos discentes.

Contudo, não houve a possibilidade devido a impasses na comunidade escolar no que condiz ao processo de autorização para pesquisar tais documentos, levando a pesquisadora a se basear nas respostas coletadas.

Com relação à disciplina de História, notou-se que desde o 6º ano do Ensino Fundamental até a 3ª série do Ensino Médio são abordados temas relativos à história e a cultura africana e/ou afro-brasileira, considerando que:

[...] o ensino de história está imbuído de um potencial de inclusão social assentado na construção de identidades e subjetividades plurais. Então, construir um passado cognoscível às crianças, jovens e adultos, significa construir um passado que os acolha. Conhecer o passado é uma tarefa urgente na elaboração de reconhecimento e visibilidade de grupos que foram silenciados nas grandes narrativas do passado que ainda estão presentes no imaginário coletivo. (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 366).

Dessa forma, o programa de História abrangeu conteúdos referentes aos mitos sobre a origem da humanidade, a formação das sociedades africanas e suas migrações, etnocentrismo, escravismo, colonialismo, dinâmicas sociais de negros e indígenas, estratificação

socioespacial, neocolonialismo na África, descolonização, africanidades, diversidade social e cultural, Multiculturalismo, etnicidade e identidades culturais.

Entre os programas das três disciplinas eleitas pela Lei nº 10.639/2003, esta, aparentemente, apresentou estruturas curriculares mais relevantes e menos contraditórias com as suas propostas, conduzindo conceitos que possibilitam o reconhecimento da contribuição dos negros para a nação brasileira, acolhendo mais satisfatoriamente as exigências da referida Lei.

Contudo, assim como no antigo PPP, nenhuma dessas disciplinas se preocupou com a inserção da biblioteca como um recurso pedagógico e cultural, o estabelecimento de parcerias para a elaboração de projetos e programas que abrangessem não somente os conteúdos exigidos pela Lei, mas todos os outros que se mostrassem significativos dentro do currículo e das possibilidades de aprendizagem por meio das bibliotecas escolares.

Sendo assim, analisou-se os dados mais significativos com a intenção de desvendar o olhar do corpo docente acerca da inserção da Lei nº 10.639/2003 bem como a integração da biblioteca nas práticas pedagógicas arroladas a sua implementação, nesse caso, envolvendo a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, no Colégio Pedro II - *campus* Tijuca II.

Seguem, portanto, as análises por categorias, envolvendo os professores de Artes Visuais (A), História (H) e Português/Literatura (P); coordenadores de Artes Visuais (CA), História (CH) e Português/Literatura (CP) e do diretor pedagógico (DP).

a) Categoria: Recursos humanos

Procurou-se compreender nesta categoria se a formação profissional dos docentes propiciou uma habilitação para trabalhar com as temáticas relacionadas à Lei nº 10.639/2003, para tanto se indicou as unidades de registro **formação acadêmica, capacitação profissional e oferta de capacitação profissional** além de verificar a percepção desses profissionais acerca da função socioeducativa do bibliotecário escolar através da unidade de registro **função socioeducativa** e investigar como o corpo docente observa uma **avaliação de desempenho relacionado à Lei**.

Percebeu-se na unidade de registro **formação acadêmica** que todos os docentes se sentem despreparados academicamente para tal atuação, porém nenhum deles realizou uma **capacitação profissional** para o atendimento desta demanda:

“De acordo com os programas por séries esse tema é trabalhado aos alunos menores.

“Não tenho motivação para isso.” (A).

“A ausência é compensada minimamente com a busca por consultas em materiais didáticos atualizados, bem como no esforço por atender demandas dos alunos por temas ligados à Lei.” (H).

“Sinto falta de uma capacitação, mas tento suprir essa lacuna com leituras e palestras.” (P).

Assim como os demais docentes, o coordenador de Português/Literatura e o de Artes Visuais se sentem despreparados academicamente para o atendimento da Lei nº 10.639/2003, porém o último se capacitou:

“Avalio como uma lacuna a ser preenchida em minha formação acadêmica/profissional.” (CP).

“Cursos de EAD sobre a cultura africana, cursos de extensão oferecidos por instituições culturais como CCBB.” (CA).

Contudo, o coordenador de História e o diretor pedagógico, por terem cursado a graduação em História alegaram se sentir preparados para o atendimento da Lei nº 10.639/2003, embora não tenham se preocupado com capacitações:

“A minha Licenciatura foi em História, tendo estudado algo sobre o assunto.” (CH).

“Como o curso de graduação é em História, também estudei História da África.” (DP).

Esses dados ocasionaram uma indagação sobre o que motiva dois docentes a se sentirem qualificados a atender a exigência da Lei nº 10.639/2003 e um não, visto que todos são graduados no mesmo curso de História?

Presumiu-se que a pouca experiência com a docência, contribua para esse sentimento, pois tanto o coordenador de História quanto o diretor pedagógico possuem mais de 30 anos de atuação profissional em relação ao docente que possui 10 anos, embora ele possua o título de Doutor em História.

Outro ponto interessante é a falta de preocupação do professor de Artes Visuais, justificada pelo fato de só lecionar para a 1ª série do Ensino Médio, que não é contemplada com conteúdos que atendam as exigências da Lei nº 10.639/2003.

Tal circunstância necessitaria de averiguação pelos representantes das câmaras setoriais que ainda discutem o PPPI, visto que a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2017, p. 19) prevê que “o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica”.

Sobre a unidade de registro **oferta de capacitação profissional**, percebeu-se que o corpo docente tem conhecimento sobre o oferecimento de cursos pela instituição em que atuam, visto que somente o diretor pedagógico e coordenador de Português/Literatura não detalharam os cursos, sendo que o último deu uma negativa:

“ <i>Sim. Não os fiz.</i> ” (A).
“ <i>Sim. Programas de Pós-graduação e Extensão.</i> ” (H).
“ <i>Sim. Alguns cursos oferecidos pelo NEAB.</i> ” (P).
“ <i>Sim. Encontros na Unidade Humaitá, conta também com diversas iniciativas como cursos de extensão sobre o tema, inclusive oferece uma Pós-Graduação.</i> ” (CA).
“ <i>Sim. Logo após a lei, realizamos no âmbito do Departamento de História um grupo de estudos sobre o tema.</i> ” (CH).

Notou-se que não há uma preocupação por parte do corpo docente em relação à exigência da Lei nº 10.639/2003, pois a própria instituição escolar oferece capacitação ao corpo docente para o atendimento de tal demanda. Desse modo, “para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos.” (BRASIL, 2004b, p. 6).

Presumiu-se que tal estagnação, não somente do corpo docente, mas também da classe bibliotecária, colabore para a lentidão na implementação da referida Lei, mesmo se tratando de uma escola tradicional e de âmbito federal. Nesse sentido o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, CNE/CP n.º 3 de 10 de março de 2004, acrescenta a necessidade de se insistir que os docentes “recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las.” (BRASIL, 2004b, p. 8).

Em relação à unidade de registro **função socioeducativa** do bibliotecário, os professores foram unânimes ao relatar que desconhecem tal atuação vinda do profissional do *campus* selecionado:

“ <i>Acho que o pessoal não incentiva o uso do local.</i> ” (A).
“ <i>Desconheço alguma intervenção neste sentido.</i> ” (H).
“ <i>Infelizmente desconheço o trabalho realizado. Neste ano pela 1ª vez a biblioteca se fez presente na reunião de planejamento, propondo mudanças.</i> ” (P).

Percebeu-se uma consonância entre as falas do coordenador de História e do diretor

pedagógico se contrapondo a posição dos demais componentes do corpo docente sobre a atuação do bibliotecário, embora o coordenador de Português/Literatura não tenha respondido. Contudo, notou-se que existe uma perspectiva distorcida sobre o trabalho socioeducativo do bibliotecário escolar:

“Não vejo uma participação mais ativa na rotina na qual estou incluída – produção, fruição e crítica de imagem.” (CA).

“Sempre se mostra disponível para as atividades.” (CH).

*“Através das atividades internas e externas e a **distribuição de material didático/paradidático aos alunos.**”* (DP).

Percebeu-se uma visão defasada e equivocada sobre a função do bibliotecário por parte do diretor pedagógico, que ainda vislumbra no profissional o estereótipo do guardião de livros, quando não, num distribuidor de material didático, quando esta é uma função que cabe a administração da instituição escolar.

A IFLA (2016b, p. 30) menciona que “os aspetos operacionais da biblioteca escolar devem ser da competência de pessoal de apoio administrativo e técnico com formação, a fim de garantir que o bibliotecário escolar tem o tempo necessário para desempenhar os seus papéis de ensino, gestão, colaboração e liderança”.

A atuação socioeducativa conjuga os aspectos educativos da classe bibliotecária, que se inicia desde a seleção do acervo viabilizando a educação e o atendimento do usuário nas suas necessidades escolares, mas fundamentado, sobretudo na mediação através do trabalho colaborativo que possibilita o acesso à informação, aglutinando a face social tão importante atualmente.

Nesse sentido, defende-se que a atuação socioeducativa do bibliotecário ocorre quando este se predispõe a “democratizar o acesso à informação, capacitar as pessoas para o uso crítico da informação, proporcionar condições que permitam a reflexão, a crítica e a construção de idéias por meio da leitura.” (CAMPELLO, 2009b, p. 19).

No que condiz a unidade de registro **avaliação de desempenho relacionado à Lei nº 10.639/2003**, os professores declararam que não tem seu trabalho avaliado, justificando a inexistência desse procedimento, conforme a seguir:

*“Acredito que **cab**e ao coordenador avaliar se o programa está sendo cumprido.”* (A).

*“**Autonomia pedagógica** e entendimento de que os conteúdos administrados contemplam as demandas legais.”* (H).

*“A equipe decide as leituras que serão realizadas nos anos/séries. **O programa a ser seguido está no PPPI que contempla a Lei 10.639.** Mas não há uma avaliação sobre o*

cumprimento desses conteúdos.” (P).

Por outro lado, dois dos coordenadores de disciplinas alegaram que tem seu trabalho avaliado, embora o coordenador de Português/Literatura – que não justificou sua resposta e o diretor pedagógico terem concordado com os professores sobre a falta desse tipo de avaliação:

*“Faz parte do currículo de Artes tratar: da Arte Africana, das conexões entre a Arte Africana e Afro-brasileira, das relações dessas matrizes com a identidade. **Todos tem que cumprir o currículo.**” (CA).*

*“**Nas provas***. Verificando se o programa foi cumprido, *e outras avaliações. Verificando que problemas ele teve para o cumprimento do programa.” (CH).*

*“Como mencionado, **não há preocupação dirigista**. Cada equipe pedagógica define e supervisiona a aplicação de seus objetivos.” (DP).*

Tornou-se evidente pela maioria das respostas dada pelo corpo docente que não há uma preocupação da instituição em avaliar se o trabalho pedagógico cumpre as exigências da Lei nº 10.639/2003.

O coordenador de História pareceu vago quanto a sua resposta, visto que não se questionou sobre o conteúdo das avaliações escolares, pois assim como muitos temas abordados ao longo do ano, este poderia ser um, dos quais não necessariamente fosse fruto de algum tipo de avaliação formal, devido a grande carga de conteúdos e o número reduzido de horas letivas.

Acredita-se que o importante seja abordar o mais exaustivamente possível e nas mais variadas disciplinas a História e Cultura Africana e/ou Afro-Brasileira, conforme determina a Lei nº 10.639/2003, posto que, o diretor pedagógico reafirma que não há nenhuma avaliação quanto ao que é ou não disseminado sobre os conteúdos exigidos pela referida Lei, indicando a autonomia de cada equipe pedagógica. Esta é uma posição previsível à medida que:

O sistema escolar tende a garantir ao corpo dos agentes, recrutados e formados para assegurar a inculcação, condições institucionais capazes por sua vez de dispensá-los e de impedi-los de exercer trabalhos escolares heterogêneos e heterodoxos, isto é, as condições mais adequadas para excluir, sem interdição explícita, toda prática incompatível com sua função de reprodução da integração intelectual e moral dos destinatários legítimos. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 67).

Sendo assim, faz-se necessário que a instituição escolar selecionada para este estudo, reflita sobre o novo contexto educativo brasileiro e se esforce para executar as determinações da Lei nº 10.639/2003, pois, “o cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do

estabelecimento.” (BRASIL, 2004a, p. 1).

b) Categoria: Comunidade

Esta categoria buscou investigar que tipo de documentos o corpo docente tem utilizado em seu trabalho pedagógico e se estão atualizados diante das transformações educativas vivenciadas pela instituição, além de verificar a visibilidade do bibliotecário por esses profissionais. Para tanto se elegeu as unidades de registro **documentos e/ou políticas, integração da biblioteca e bibliotecário no PPP, implementação da Lei nº 10.639/2003 no PPPI, integração entre a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca no PPPI, avaliação discente relacionada à Lei e discurso e imagem.**

No que se refere à unidade de registro **documentos e/ou políticas** observou-se surpreendentemente, com exceção do professor de Artes Visuais – único que respondeu de maneira discrepante, que a maioria dos integrantes do corpo docente respondeu que o novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) que ainda estava em fase de elaboração, e, portanto, não havia sido publicado, era tido como o documento de orientação do trabalho pedagógico na instituição.

Tais respostas provocaram certas indagações, pois, se os professores são incumbidos de “elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 2017, p. 14), como pode um documento que nem toda a comunidade escolar tinha acesso, devido às frequentes discussões e transformações ocorridas por intermédio das câmaras setoriais que redigiam a sua elaboração, embasar o trabalho que tem sido realizado nesta instituição escolar, se não estava finalizado?

A unidade de registro **integração da biblioteca e bibliotecário no PPP** possibilitou confirmar que a maioria dos integrantes do corpo docente desconhece se a biblioteca e o bibliotecário são contemplados no Projeto Político-Pedagógico que ainda estava em vigor, conforme exposto pelo professor de História:

“Nunca me atentei para a questão na leitura do PPP.”

Porém, o diretor pedagógico justificou tal invisibilidade, utilizando-se do PPPI que estava sendo elaborado, quando a questão versava sobre o PPP que aparentemente ainda vigorava, ao acrescentar que:

“Indiretamente a biblioteca é contemplada no PPPI uma vez que representa um centro

de referência e difusão de práticas pedagógicas na instituição.”

O discurso do diretor pedagógico seria revigorante, caso as evidências não demonstrassem o contrário, pois o que se pôde perceber é que prevalece certo distanciamento e desconhecimento sobre a função do bibliotecário dentro desta instituição escolar.

Propõe-se nesse sentido que o bibliotecário se exponha e esteja predisposto não somente a apoiar o trabalho pedagógico realizado em sala de aula, mas que interfira na ampliação da educação através de ações autônomas que podem ser viabilizadas por meio de inúmeras leituras, utilizando diferentes suportes existentes na biblioteca, pois esta:

Tem sua importância atuando como complemento de trabalhos desenvolvidos em sala de aula, mas só pode ser considerada como vital e ter sua função pedagógica reconhecida quando suas ações forem também realizadas independentemente de cada uma das disciplinas, atuando de maneira a contribuir na integralização dos vários conhecimentos. (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 48).

Em relação à unidade de registro **implementação da Lei nº 10.639/2003 no PPPI**, somente o professor de Artes Visuais respondeu que não tinha conhecimento se o novo PPPI previa o atendimento da referida Lei.

Ao que parece a maioria dos docentes que responderam positivamente, se mostraram atualizados sobre a construção desse novo documento, embora, por enquanto, este, apenas tenha citado que a exigência das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 serão cumpridas. Espera-se, portanto, que:

Na elaboração do projeto político-pedagógico, a concepção de currículo e de conhecimento escolar deve ser enriquecida pela compreensão de como lidar com temas significativos que se relacionem com problemas e fatos culturais relevantes da realidade em que a escola se inscreve. (BRASIL, 2013, p. 48).

A unidade de registro **integração entre a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca no PPPI**, permitiu verificar que embora o corpo docente reconheça que a referida Lei é implementada no novo PPPI, todos desconhecem se o documento arrola a biblioteca às ações que visam à inserção da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, com exceção do diretor pedagógico, conforme exposto a seguir:

“A biblioteca não foi implicada na discussão do PPPI.” (DP).

Suspeitou-se que o corpo docente não esteja inteirado sobre o processo de implementação da Lei nº 10.639/2003 e tampouco sobre a atuação da biblioteca escolar nesse contexto, o mesmo ocorre com a classe bibliotecária. Dado que a Minuta Parcial do PPPI –

documento prévio do Projeto Político Pedagógico Institucional, não esclareceu como se daria tal desenvolvimento, tampouco o PPPI disponibilizado recentemente, mas ainda existe a possibilidade de integração da biblioteca na estrutura curricular do novo projeto para a promoção de ações visando a implementação da referida Lei, visto que as discussões sobre a Organização Didático-Pedagógica do PPPI estão em fase de elaboração.

Nunes (2010, p. 128) esclarece que:

[...] a efetividade do trabalho da biblioteca, no que tange à discussão étnico-racial, está estritamente ligada ao engajamento dos demais profissionais da escola à questão. Por mais que a biblioteca [...] promova ações sobre a temática, essas terão pouca visibilidade se não estiverem vinculadas ao trabalho pedagógico da escola.

Nesse sentido, o Parecer CNE/CP n.º 3 (BRASIL, 2004b, p. 8) menciona que o acréscimo da Lei n.º 10.639/2003 à Lei 9.394/1996: “provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas”.

No que condiz a unidade de registro **avaliação discente relacionada à Lei n.º 10.639/03**, notou-se que a maioria do corpo docente afirma existir uma avaliação do discente para averiguar sua postura antes e depois do contato com a cultura africana e/ou afro-brasileira, conforme algumas falas:

<i>“Não. Não trabalho. Artes Africanas somente no 6º ano.” (A).</i>
<i>“Sim. Quando a atividade envolve a temática.” (H).</i>
<i>“Sim. A avaliação é efetuada durante todo o processo.” (P).</i>
<i>“Sim. “Oralmente a partir das práticas executadas, do conhecimento acerca de uma identidade imagética da produção africana e afro-brasileira.” (CA).</i>
<i>“Sim. No período de provas e certificações, de uma maneira geral.” (CH).</i>
<i>“Não. Na verdade, pessoalmente, nunca aferi, formalmente, o comportamento do aluno antes e depois do contato com a cultura africana. No entanto, depois da leitura de alguns títulos, ao participar de um debate, por exemplo, o aluno assimila a leitura como estratégia de argumentação, enriquecendo e fortalecendo a discussão sobre a questão racial no Brasil. Percebo claramente uma mudança na percepção dos alunos sobre o problema apresentado.” (CP).</i>
<i>“Não. Não há preocupação dirigista neste sentido. O que se observa é que os preconceitos e desinformação foram reduzidos com a crescente amplitude dos debates.” (DP).</i>

Contraditoriamente o docente de Artes Visuais reafirmou que não trabalha com a temática:

“Artes Africanas somente no 6º ano.”

O que provocou certa preocupação, pois o Artigo 26-A foi acrescido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação pela Lei nº 10.639/2003 com nova redação dada pela Lei nº 11.645/2008 para garantir o cumprimento das temáticas ligadas à cultura africana e/ou afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. Além disso, o 2º parágrafo do artigo 35-A acrescido a LDB pela Lei nº 13.415/2017 – conhecida como Reforma do Ensino Médio menciona que “a Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017, p. 25).

Desse modo, faz-se necessário que coordenadores de disciplinas e demais responsáveis pela adequação dos currículos fiscalizem se os conteúdos exigidos pela legislação educacional vigente estão sendo cumpridos no âmbito de toda a Educação Básica no Colégio Pedro II, considerando é claro, que alguns docentes terão em sua defesa, a ausência desses conteúdos na estrutura curricular do novo PPPI. Remetendo novamente a única saída viável: uma nova discussão acerca dessa circunstância, enquanto o PPPI ainda está em processo de organização.

Ainda sobre a avaliação discente relacionada à Lei nº 10.639/03, diante da resposta do diretor pedagógico, almeja-se que as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p. 51) sejam seguidas, visto que:

[...] a avaliação das aprendizagens tem como referência o conjunto de habilidades, conhecimentos, princípios e valores que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios e valores definidos para a Educação Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas.

Percebeu-se que, embora a maioria das respostas dos docentes sejam afirmativas, não ocorre uma verificação formal prevista no Projeto Político Pedagógico Institucional, o que possibilitaria a adoção de subsídios tanto para sua implementação quanto na averiguação dos resultados, a fim de constatar se as práticas pedagógicas e culturais tem realmente estimulado uma transformação no docente, ampliando uma visão de mundo que abranja a identidade cultural africana. Pereira (2012, p. 93) notou em sua pesquisa, por meio do discurso dos professores participantes, uma “[...] defasagem entre o que rege a lei e o modo como é aplicada (ou não aplicada), além da relativa falta de preparo dos docentes, de incentivo à uma posição crítica em relação à temática por parte dos alunos [...]”.

É imprescindível que os conteúdos indicados pela Lei nº 10.639/2003 sejam

ministrados, mas também “[...] é preciso desenvolver processos educacionais que pretendam conseguir a capacitação para interiorizar o lido, o visto ou o experimentado, exercitando o pensamento e a imaginação. E tudo isso com sentido crítico.” (DURBAN ROCA, 2012, p. 48). Possibilitando dessa maneira uma negociação com as experiências prévias e a incorporação da cultura africana e/ou afro-brasileira ao *habitus* existente, pois os indivíduos “tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas esse é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem.” (HALL, 2015, p. 11).

Santos (2015, p. 137-138) constatou em sua pesquisa, que após um trabalho por meio de uma Sequencia Didática que envolvia um livro infantojuvenil afro-brasileiro, seus alunos se apropriaram dos conceitos discutidos, como preconceito, racismo, raça, etnia, entre outros; mudaram seus comportamentos e posturas diante do biotipo negro (cor da pele, cabelo crespo, lábios grossos) que deixaram de ser alvo de brincadeiras desagradáveis enxergando na Literatura um meio de representação da realidade.

Silva (2009, p. 138) evidenciou em sua pesquisa, que após as intervenções realizadas com os docentes, estes mudaram a percepção estereotipada que tinham sobre o continente africano, compreenderam que negros podem ocupar lugar de destaque na sociedade e demonstraram entendimento acerca de um ser negro positivado.

Tal viabilidade pôde ser comprovada através da pesquisa de Nunes (2010, p. 118), na qual verificou que “quem mais procura sobre essa temática são as crianças negras e aquelas que os professores trabalham com a temática em sala de aula”.

Vislumbra-se uma possibilidade de mudança quanto aos processos de avaliação discente relacionadas à implementação da Lei nº 10.639/2003, mediante a publicação do novo Projeto Político Pedagógico Institucional, que busca consolidar na comunidade escolar uma avaliação com característica contínua, cumulativa e principalmente qualitativa, “que não despreza os dados quantificáveis nas situações em que eles são pertinentes, porém vai além deles, interpretando-os a partir de um conjunto de registros das experiências pedagógicas, que geram dados de contexto como resultado do processo ensino-aprendizagem.” (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 25).

A unidade de registro **discurso e imagem** propiciou descobrir que existe uma preocupação por parte da maioria dos docentes com relação ao tipo de material que são expostos para a comunidade escolar, com exceção do professor de História e do diretor pedagógico. Contudo, existe uma divergência quanto à fiscalização de tais materiais, pois a

maioria deles afirma não ocorrer nenhum tipo de inspeção nesse sentido, conforme as seguintes falas:

“ <i>O professor tem soberania. Talvez na escola particular isso aconteça, na pública não.</i> ” (A).
“ <i>Respeito à autonomia docente.</i> ” (H).
“ <i>Os professores tem autonomia para criar seus materiais, preza-se a ideia do professor como autor.</i> ” (CA).
“ <i>Não há preocupação de censura por parte da Direção. A Direção garante a liberdade de expressão e debate na circulação das ideias.</i> ” (DP).

Desse modo, visando à implementação da Lei nº 10.639/2003, preza-se pela inclusão de “personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias, ainda que não exclusivas, de um determinado grupo étnico-racial.” (BRASIL, 2004b, p. 14).

A fim de não reforçar estereótipos e preconceitos raciais, o Parecer n.º 6 do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica, que expõe as orientações para que o material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista, indica que os sistemas de ensino:

[...] deverão, entre suas atividades, orientar as suas escolas a realizarem avaliação diagnóstica sobre a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, inserindo como um dos componentes dessa avaliação a análise do acervo bibliográfico, literário e dos livros didáticos adotados pela escola, bem como das práticas pedagógicas voltadas para a diversidade étnico-racial dele decorrentes. (BRASIL, 2011a, p. 7).

Embora a instituição selecionada dispõe de um Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/CPII), este não pode isoladamente ser responsável por toda a demanda existente num sistema de ensino como o Colégio Pedro II, afinal, a avaliação sobre textos e imagens compartilhados nas atividades pedagógicas e culturais no âmbito educacional deve ser um trabalho coletivo, comprometido por toda a comunidade escolar.

c) Categoria: Colaboração

Considerando que essa categoria preocupou-se em verificar se há uma integração do bibliotecário as atividades inerentes ao trabalho pedagógico e cultural desenvolvido na

comunidade escolar, a análise se baseou nas seguintes unidades de registro: **projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003, legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira, reuniões pedagógicas e atividades culturais.**

Através da unidade de registro **projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003**, procurou-se descobrir se havia uma parceria entre docentes e bibliotecário para a implementação da Lei, através de projetos que contassem com recursos literários da biblioteca.

Desse modo, a maioria das respostas foi negativa, porém há uma concordância nas justificativas pela ausência de parcerias tanto nas respostas dos docentes de História e de Língua Portuguesa quanto na do coordenador de Artes Visuais e diretor pedagógico, como expresso a seguir:

<i>“Não procuro a biblioteca do colégio, uso minha biblioteca particula.” (A).</i>
<i>“Prioridade a outros projetos e falta de interação com servidores.” (H).</i>
<i>“Penso que a biblioteca está muito distante da equipe de professores, falta articulação.” (P).</i>
<i>“Houve troca recente da equipe da Biblioteca e está ocorrendo uma reorganização. Não há falta de motivação.” (DP).</i>
<i>“No caso da disciplina de Artes Visuais, não, mas devem ter uma participação mais efetiva com os textos escritos e orais.” (CA).</i>

As respostas positivas obtidas, não detalham com precisão o questionamento:

<i>“Em uma ocasião, eu selecionei algumas revistas da Biblioteca Nacional que faziam parte do nosso acervo. Os alunos tinham que ir ao setor e fazer uma resenha sobre o artigo escolhido.” (CH).</i>
<i>“Não sei dizer como se deu o processo. Porém, como já mencionei, a oficina de escritoras negras.” (CP).</i>

Acredita-se que tal posicionamento dos docentes seja reflexo também da postura reclusa do bibliotecário na comunidade escolar, conforme exposto no diagnóstico realizado pelo BRASIL (MEC) em parceria com a OEI (2011, p. 65) em que “[...] poucas ocasiões houve referência ao desenvolvimento de atividades pedagógicas ligadas a implantação de projetos de incentivo a leitura a partir da biblioteca escolar”.

Campello (2009b, p. 149) observou em sua pesquisa, que “em geral, os projetos/atividades foram propostos pelo bibliotecário e, como ele reconhecia a necessidade da participação dos professores, buscava apoio e parceria desde a fase de planejamento”.

Desse modo, busca-se uma compreensão acerca da função que a biblioteca possa desempenhar para articular uma parceria com o corpo docente que viabilize o atendimento dessa demanda, que é projetar a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira na biblioteca para a implementação da Lei nº 10.639/2003.

Nesse sentido, se entrevê uma possibilidade que envolva tanto a Biblioteconomia quanto a Pedagogia, através da informação gerada pela mediação de livros literários africanos e/ou afro-brasileiros, viabilizada pela Educação Intercultural, pois, conforme menciona Fleuri (2000, p. 80):

[...] compete no contexto educativo, a tarefa de propor estímulos que ativem as diferenças entre os sujeitos e entre seus contextos (histórias, culturas, organizações sociais...). A confrontação de diferenças desencadeia a elaboração e a circulação de informações. Informações que se articulam em diferentes níveis de organização (seja em âmbito subjetivo, intersubjetivo, coletivo, seja em níveis lógicos diferentes).

No que condiz a unidade de registro **legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira**, o docente de Língua Portuguesa se absteve de resposta, porém, percebeu-se que há uma concordância sobre a implementação e resultados de projetos cooperativos entre bibliotecário e corpo docente visando à implementação da Lei nº 10.639/2003, conforme exposto nas falas:

“Tudo que é feito coletivamente na educação tem tudo para ser bem feito. Apoio o trabalho coletivo.” (A).

“Na medida em que desenvolvem este campo de reflexão e o consolidam como relevante no espaço escolar.” (H).

“Projetos desta natureza ampliam os horizontes de debate sobre identidade e cidadania.” (DP).

“Porque muitos deles envolvem conhecimentos relacionados à Literatura Africana e Afro-brasileira contribuindo para a qualificação desse conhecimento.” (CA).

“Eles são fundamentais para uma visão interdisciplinar, enfocando esses temas de maneira transversal.” (CH).

“Creio que eles contribuem para uma naturalização desses conteúdos em ambiente escolar.” (CP).

Tais discursos podem ser vistos como indícios de que há possibilidades de serem implementados num futuro próximo projetos compartilhados entre bibliotecários e docentes visando à legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira no cotidiano do Colégio Pedro II.

Nesse sentido, Durban Roca (2012, p. 75-76) indica que o enfoque sociocultural da

leitura está vinculado “ao que as pessoas fazem com os textos em atividades sociais. As práticas leitoras não são fins em si mesmos, mas formas de obter objetivos sociais. É preciso situar a leitura em contextos determinados e motivações de uso, pois os textos se inserem nas práticas da vida”. Desse modo, o bibliotecário escolar poderá contribuir para uma mudança em relação ao estigma imputado a população negra, legitimando a cultura africana e/ou afro-brasileira e conseqüentemente essa identidade cultural, possibilitando “reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente, mas igualmente prevista e que nos faz alterar positivamente a nossa avaliação.” (GOFFMAN, 2004, p. 6).

No que condiz às **reuniões pedagógicas**, tanto docentes quanto coordenadores, aliados ao diretor pedagógico alegaram que não há participação bibliotecária, conforme as falas a seguir:

“*A biblioteca fica isolada. Não sei dizer.*” (A).

“*Acho importante a participação para promover uma maior integração e organizar projetos com as turmas.*” (P).

“*O campus não possuía bibliotecário até o início de 2018. Com a chegada do bibliotecário do Campus, a Direção preocupa-se com a sua participação no planejamento pedagógico.*” (DP).

“*Acho que poderia haver maior envolvimento desse setor.*” (CH).

“*Como uma lacuna a ser preenchida. Recentemente, a equipe de português do campus foi convidada a avaliar o acervo da biblioteca. Nosso ponto de partida, a princípio, será a Lei 10.639.*” (CP).

No entanto, o único docente que alegou a participação bibliotecária, não deu esclarecimentos, visto que acrescenta não participar da reunião:

“*Participa do Conselho Pedagógico, mas como não sou coordenador não consigo avaliar por não estar presente nas reuniões.*” (H).

O discurso do corpo docente aliado à negativa do bibliotecário quanto a sua participação nas reuniões pedagógicas englobam situações já mencionadas por Campello (2015), através da avaliação elaborada pelo Brasil e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (2011, p. 66), na qual relatou que “[...] na maioria dos casos, o profissional que atua na biblioteca pareceu bastante deslocado das atividades escolares como um todo, entendendo seu trabalho como específico da biblioteca, e não interagindo com o trabalho pedagógico”.

Por outro lado, ocorreu uma contradição por parte do diretor pedagógico, que alegou

não haver bibliotecário até o início de 2018, porém, o atual bibliotecário tomou posse devido à aposentadoria de um servidor com formação em Biblioteconomia que exercia a função de chefia na biblioteca selecionada. Legalmente não ocupava a vaga de bibliotecário e sim de Assistente em Administração, mas tinha formação acadêmica e exerceu a função durante muitos anos. Sendo assim, a falha quanto à ausência de colaboração bibliotecária na comunidade escolar em questão vem ocorrendo faz tempo.

Nesse sentido, faz-se necessário que o bibliotecário perceba a importância da sua participação nas reuniões pedagógicas em prol do crescimento coletivo não só dos discentes, mas de toda a comunidade escolar. Espera-se o mesmo do corpo docente, pois “é urgente, para um amplo e mútuo entendimento, estabelecer relação de colaboração com a área bibliotecária para trabalhar na construção de um discurso comum vinculado à necessidade real de incluir o funcionamento da biblioteca escolar como recurso, e não como serviço”. (DURBAN ROCA, 2012, p. 22).

Em relação à unidade de registro **atividades culturais**, a maioria dos docentes concordaram que não há participação do bibliotecário, evidenciada pelas falas dos docentes:

“ <i>Não sei dizer.</i> ” (A).
“ <i>Não que eu tenha ciência. Pouca integração entre servidores e docentes.</i> ” (H).
“ <i>Há 2 anos organizo uma festa literária no campus, que conta com a participação de toda a comunidade escolar e a biblioteca nunca se envolveu no evento.</i> ” (P).
“ <i>Não. Desconheço.</i> ” (CH).

Ao que parece há uma dissonância, visto que, dois coordenadores além do diretor pedagógico alegam haver uma participação:

“ <i>A biblioteca organiza atividades internas e passeios culturais com alunos, servidores e responsáveis.</i> ” (DP).
“ <i>Quando as ações estão relacionadas a questões pertinentes a leitura.</i> ” (CA).
“ <i>A participação não chega a ser inexistente, mas é modesta. A tendência, no entanto, é que esse quadro mude significativamente ao longo de 2018. A equipe de Português anseia, por exemplo, por ocupar com mais regularidade o espaço da biblioteca, seja promovendo atividades diferenciadas, seja promovendo a leitura em âmbito geral.</i> ” (CP).

No entanto, apesar dessa pequena participação relatada, percebeu-se que há uma estagnação do bibliotecário em relação à comunidade escolar no qual está inserido. É importante que participe de atividades exteriores ao espaço da biblioteca, captando parcerias, além de demonstrar sua atuação pedagógico-cultural no âmbito escolar.

Neste contexto, surge a necessidade do bibliotecário compreender o sentido da colaboração, ou seja, “[...] do trabalho conjunto que ele deveria empreender com professores e outros membros da equipe pedagógica da escola, para garantir o êxito dessa participação” (CAMPELLO, 2009b, p. 45), pois assim, “[...] será menos complicado entender as práticas culturais, em sua pluralidade, como arcabouço teórico-metodológico de um projeto com ações continuadas, interligadas, contextualizadas com as comunidades que as configuram, que são configuradas por elas.” (NÓBREGA, 2003, p. 116-117).

d) Categoria: Promoção e/ou *Marketing*

Esta categoria objetivou investigar se o corpo docente está atualizado sobre os serviços prestados ou atividades culturais oferecidas, além dos recursos literários ou eletrônicos disponibilizados pela biblioteca. Para tanto, elegeu-se as unidade de registro **serviços e/ou atividades culturais e recursos literários e/ou eletrônicos**.

No que condiz aos **serviços e/ou atividades culturais**, percebeu-se que a maioria dos docentes desconhece a existência, e, portanto, não estão informados de nenhum tipo de serviço e/ou atividade cultural por parte da biblioteca, com exceção do diretor pedagógico, que alega tomar conhecimento:

“Através de informes, comunicados e e-mails da própria biblioteca.”

Há uma divergência na fala do diretor pedagógico, uma vez que o bibliotecário afirma não existir nenhum tipo de divulgação em relação a serviços e/ou atividades culturais. Porém, independente disso, torna-se urgente que a biblioteca mobilize ações de promoção e *marketing* a fim de se fazer visível e consequentemente útil, para a comunidade escolar, pois:

A promoção de programas e serviços de biblioteca inclui a comunicação aos utilizadores sobre o que a biblioteca tem para oferecer e o ajustamento desses programas e serviços às necessidades e preferências dos utilizadores. Os programas, serviços e instalações oferecidos pela biblioteca escolar têm de ser promovidos ativamente para que os grupos-alvo estejam conscientes do papel da biblioteca como um parceiro na aprendizagem e como um fornecedor de programas, serviços e recursos. (IFLA, 2016b, p. 35).

Em relação aos **recursos literários e/ou eletrônicos** constatou-se situação semelhante, pois, a maioria do corpo docente não está sendo comunicada sobre as atualizações do acervo, com exceção do coordenador de História e do diretor pedagógico, que afirmaram se inteirar através de:

“Solicitação regular de levantamento bibliográfico sobre o tema que deseja abordar.” (CH).

“Cartazes, Disseminação Seletiva da Informação, comunicados da biblioteca e reuniões setoriais.” (DP).

Notou-se novamente uma contradição, visto que o bibliotecário relatou utilizar somente cartazes para a promoção do acervo.

Desse modo, almeja-se, a “organização de centros de documentação, bibliotecas, miatecas, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes.” (BRASIL, 2004b, p. 14).

e) Categoria: Recursos literários e/ou eletrônicos

Procurou-se explanar na categoria **recursos literários e/ou eletrônicos**, aspectos ligados à seleção e utilização do acervo relativo à Lei nº 10.639/2003. Sendo assim, indicou-se a unidade de registro **responsabilidade pela seleção, utilização relacionada à Lei nº 10.639/2003 e utilização relacionada à condição do negro na sociedade brasileira**.

A unidade de registro **responsabilidade pela seleção**, pretendeu verificar se o bibliotecário participa da seleção dos recursos literários que serão utilizados no trabalho pedagógico desenvolvido ao longo do ano letivo.

Constatou-se uma unanimidade quanto à ausência do bibliotecário nesse processo, ficando a cargo dos departamentos de cada disciplina. Não houve um consenso sobre a preocupação com a inserção da Lei nº 10.639/2003, conforme exposto nas falas:

“Colegiado de professores. **Acredito que se preocupam com a Lei por ser uma autarquia federal.**” (A).

“Departamento seleciona o livro didático e o resto é critério do professor. **Não necessariamente atende aos requisitos programáticos.**” (H).

“A equipe de professores.” (P).

“Os livros didáticos são definidos pelo PNLD. **As equipes do campo das Humanidades definem internamente o uso de material paradidático.**” (DP).

“Os professores que trazem a bibliografia diluída em seus textos ao longo do ano.” (CA).

“A equipe de História. **Sim. A Lei é contemplada nos conteúdos do nosso programa curricular.**” (CH).

“A equipe de Português do campus é responsável pela seleção das leituras obrigatórias

anuais. Sim. Há uma preocupação em contemplar autores negros e aspectos da história e cultura africanas.” (CP).

O bibliotecário é um profissional capacitado, que pode colaborar no processo de seleção dos livros literários que apoiarão as demandas advindas com a Lei nº 10.639/2003. Através da Política de Desenvolvimento de Coleções, podem ser implantados critérios de adequação para a aquisição de recursos literários e/ou eletrônicos condizentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Caso o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II contasse com uma Política de Desenvolvimento de Coleções e o bibliotecário participasse da seleção dos recursos literários, poderia ter sido evitado o equívoco de vários livros serem sugeridos para uma série enquanto outras não recebeu nenhuma sugestão de título para a implementação da Lei nº 10.639/2003, como o ocorrido no programa da disciplina de Português/Literatura no novo PPPI.

Durban Roca (2012, p. 96) reitera a necessidade de reconhecer que o “[...] responsável pela biblioteca também deverá trabalhar fisicamente fora dela, conectando as necessidades surgidas em sala de aula com referência aos conteúdos educacionais curriculares, com as possibilidades de utilização dos recursos e serviços da biblioteca”.

A unidade de registro **utilização relacionada à Lei nº 10.639/2003** objetivou averiguar se o corpo docente utiliza o acervo da biblioteca selecionada visando à implementação da Lei.

Observou-se que o docente de Língua Portuguesa absteve-se de justificar sua resposta, embora a maioria dos docentes não utilize o acervo, conforme exposto nas falas dos respondentes:

“Utilizo o próprio material que faço com base nos meus livros, linguagem que atinge o aluno com base nas minhas vivências.” (A).

“Desconhecimento das possibilidades do acervo.” (H).

“Geralmente busco fontes específicas em artes visuais nos quais encontro uma bibliografia específica para as temáticas a serem desenvolvidas.” (CA).

“Até o momento não. Mas a expectativa é de que esse quadro se reverta ao longo de 2018. Como já expliquei antes, estão em andamento iniciativas concretas nesse sentido.” (CP).

Ressalta-se, contudo, que os únicos a relatarem a utilização do acervo relacionado à

Lei nº 10.639/2003, foram o diretor pedagógico e o coordenador de História, que afirmaram anteriormente se sentirem habilitados a trabalhar com as demandas advindas com a Lei:

“*Como já foi mencionado, para dar apoio logístico aos projetos surgidos.*” (DP).

“*Vide pergunta 8.*” (*quando realizou projeto em parceria*) (CH).

A ausência de interesse pelo acervo pode ser reflexo da carência de estratégias de promoção e *marketing* na biblioteca, além da falta de interação entre docentes e bibliotecários, influenciando negativamente no desenvolvimento de práticas pedagógicas e culturais e consequentemente no desempenho da comunidade escolar, visto que “[...] a biblioteca como um centro de recursos pode exercer, na escola, uma importante função de apoio educacional. Além disso, pode facilitar o acesso a determinados materiais e recursos que já foram selecionados por sua qualidade e sua idoneidade educacional.” (DURBAN ROCA, 2012, p. 74).

Silva, Bernardino e Silva (2014, p. 14) observaram em pesquisa que acontecia uma “quebra na realização de práticas dentro e fora de sala de aula, pois a procura pelo material é mínima, entretanto, não existe incentivo a sua utilização”.

Sendo assim, é importante que o bibliotecário escolar exerça uma função catalisadora, investindo em estratégias de promoção e *marketing* para atrair o corpo docente para os recursos da biblioteca e concomitantemente negociando parcerias para a realização de projetos compartilhados utilizando o acervo para o atendimento da Lei nº 10.639/2003, o que possibilitaria a adesão do restante da comunidade escolar, ratificando a função da biblioteca, naturalizando-a como parte integrante da instituição, pois:

[...] ao estabelecer intercâmbio com a sala de aula, com os demais setores da escola e também com a comunidade, ao atender aos interesses dos usuários com um acervo variado, conservado e constantemente atualizado, a biblioteca escolar realiza-se como instituição democrática, que contribui para a universalização do saber e a abertura de espaço para as diferentes vozes culturais. (AGUIAR, 1994, p. 103).

A unidade de registro **utilização relacionada à condição do negro na sociedade brasileira**, propiciou confirmar, embora o coordenador de Artes Visuais não tenha justificado sua resposta, que a maioria dos integrantes do corpo docente não utiliza o acervo da biblioteca em questão, restando somente o coordenador de História, que afirmou ter utilizado periódicos.

Tal questionamento trouxe também uma preocupação sobre a ausência de abordagens sobre as temáticas relativas à História e a cultura africana e/ou afro-brasileira pelo docente de Artes Visuais, visto que, o *campus* em que atua é destinado aos anos finais do Ensino

Fundamental e ao Ensino Médio, e a Lei nº 10.639/2003 exige sua implementação nos dois segmentos. Seguem, portanto, as respectivas falas:

“ <i>Não. Não uso os livros da biblioteca e não abordei, pois com os alunos que dou aula o assunto não vem à tona.</i> ” (A).
“ <i>Não. Desconhecimento do acervo.</i> ” (H).
“ <i>Não. Na 2ª série trabalhamos com “Quarto de despejo” em contraponto com “O cortiço”, mas não foi com a biblioteca. Vários textos da Conceição Evaristo também. Maria Firmino também foi trabalhado em sala em 2017.</i> ” (P).
“ <i>Não.</i> ” (CA).
“ <i>Sim. Revistas da Biblioteca Nacional com temas relacionados à Africanidades.</i> ” (CH).
“ <i>Não. Já trabalhei com vários autores que abordam a situação do negro na sociedade brasileira, mas os títulos não foram escolhidos a partir do acervo da biblioteca.</i> ” (CP).
“ <i>Não. Desde 2014 atuo no cargo de diretor pedagógico, ficando sem regência.</i> ” (DP).

Percebeu-se que o professor e o coordenador de Português/Literatura, afirmam desenvolver o tema, mas deixam claro de que não se tratam de recursos literários da biblioteca selecionada.

Em sua pesquisa, Nunes (2010, p. 80) aponta que professores e alunos “podem ter acesso a materiais sobre o ensino de História da África e sobre as relações étnico-raciais em outros espaços que não os escolares, mas para muitos deles a biblioteca escolar é o principal meio de acesso a obras teóricas e de literatura”.

Tal relato ratifica a importância de se enxergar os professores também como usuários da biblioteca escolar, necessitando, portanto, de se manterem atualizados para disseminar a informação ao corpo discente.

É imprescindível que o bibliotecário reconheça a sua importância socioeducativa dentro da instituição de ensino ao ampliar o acesso a conteúdos que contribuam para elucidar as origens dos estigmas e da subalternidade vivenciada pelos negros na sociedade brasileira. Para tanto, Cardoso (2011, p. 86), expõe a necessidade de se compreender a dimensão “do negro na sociedade e os muitos entraves que tem contribuído para sua pouca inserção social. Um caminho a ser trabalhado é reavaliar a constituição informacional da biblioteca e selecionar conteúdos históricos e memoriais que possam reparar a dignidade da população negra”, pois “como pode a biblioteca querer ser reconhecida socialmente pela maioria da população se está atuando, burlescamente, apenas como mantenedora e reprodutora das relações sociais existentes?” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 20).

f) Categoria: Serviços e/ou atividades culturais

Esta categoria visou investigar se os docentes utilizam algum serviço ou participam de alguma atividade cultural oferecida pela biblioteca selecionada.

Nesse sentido, elegeu-se a unidade de registro **utilização e/ou participação**, na qual propiciou confirmar, embora o coordenador de Português/Literatura não tenha justificado sua resposta, que a maioria dos integrantes do corpo docente pesquisado não utiliza nenhum tipo de serviço e/ou atividade cultural. Ao que parece o empréstimo de livros é uma atividade implícita e por isso não mencionada, conforme os seguintes discursos:

<i>“Não conheço nenhuma atividade, não vejo aluno, as pessoas parece que se escondem.”</i> (A).
<i>“Desconhecimento da existência de atividades promovidas pela biblioteca.”</i> (H).
<i>“Não há projeto nem atividade cultural da biblioteca no campus.”</i> (P).
<i>“Porque não há tempo hábil para planejamentos conjuntos.”</i> (CA).
<i>“Desconheço tais atividades.”</i> (CH).

Contraditoriamente, o diretor pedagógico afirma utilizar dos serviços para apoiar projetos, mas não ofereceu nenhum detalhamento:

<i>“A Direção Pedagógica busca auxiliar os projetos que surgirem com o respectivo apoio logístico.”</i> (DP).

Percebeu-se, apesar da resposta inconclusiva do diretor pedagógico, que a biblioteca não tem conseguido oferecer serviços e/ou atividades culturais a comunidade escolar. Embora o bibliotecário tenha mencionado mais de uma vez, que assumiu o cargo recentemente, e, portanto, precise colocar as demandas deixadas pela chefia anterior em ordem, faz-se necessário que volte a atenção aos seus usuários, sejam alunos ou servidores, pois, de acordo com Almeida Júnior (1997, p. 23), enquanto as preocupações dos bibliotecários “estiverem direcionadas apenas para o suporte e não para as necessidades da população, o conceito de democratização da biblioteca continuará a ser uma balela como tantas outras que povoam nossa área”.

Novamente, se prevê uma mudança de postura, acredita-se que necessária, inclusive para romper com o estereótipo arcaico instituído acerca do profissional bibliotecário pela comunidade escolar e simultaneamente pelo restante da sociedade, demonstrando a utilidade desse espaço pedagógico-cultural bem como da profissão, pois, geralmente os serviços

biblioteconômicos “não costumam considerar a diversidade cultural já que refletem o saber universal consagrado em universidades e escolas.” (ALENCAR, 2014, 2960). Desse modo, deve-se ter em mente, que as diretrizes escolares que regem a educação no país mudaram, assim como:

As expectativas em torno da biblioteca escolar na atualidade não estão restritas apenas ao empréstimo de livros e à pesquisa, hoje essa biblioteca deve ser pensada como espaço de diferentes mediações e de convivência diária para que o usuário tenha, estando nela, o desejo de permanência e de pertencimento. (BORTOLIN, 2013, p. 430).

Dado que cada categoria foi analisada separadamente, o quadro 17 apresenta o quantitativo de respostas dadas pelos professores de Artes Visuais (A), História (H) e Português/Literatura (P), além dos coordenadores de Artes Visuais (CA), História (CH) e Português/Literatura (CP), incluindo também o diretor pedagógico (DP), para a visualização do contexto nesta comunidade escolar.

Para fins de esclarecimentos, destaca-se que as siglas utilizadas significam respectivamente: ausência de resposta (X), desconhece (D), não (N) e sim (S).

Quadro 17 – A aplicação da Lei nº 10.639/2003 pelo corpo docente

A aplicação da Lei 10.639/2003 pelo corpo docente													
Categoria	Unidade de Registro	Respostas do corpo docente							TOTAL				
		A	H	P	CA	CH	CP	DP	Sim	Não	Desconhece	Ausência de Resposta	
Recursos humanos	formação acadêmica	N	N	N	N	S	N	S	28,57%	71,43%			
Recursos humanos	capacitação profissional	N	N	N	S	X	N	X	14,29%	57,14%		28,57%	
Recursos humanos	oferta de capacitação profissional	S	S	S	S	S	N	S	85,71%	14,29%			
Comunidade	integração da biblioteca e bibliotecário no Projeto Político-Pedagógico	N	D	D	D	D	D	N		28,57%	71,43%		
Comunidade	implementação da Lei 10.639/03 no PPPI	N	S	S	S	S	S	S	85,71%	14,29%			
Comunidade	integração entre a Lei 10.639/03 e a biblioteca no PPPI	D	D	D	D	D	D	N		14,29%	85,71%		
Colaboração	reuniões pedagógicas	N	S	N	N	N	N	N	14,29%	85,71%			
Colaboração	atividades culturais	N	N	N	S	N	S	S	42,86%	57,14%			
Colaboração	projetos relacionados à Lei 10.639/03	N	N	N	N	S	S	N	28,57%	71,43%			
Colaboração	legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira	S	S	X	S	S	S	S	85,71%			14,29%	
Serviços e/ou atividades culturais	utilização e/ou participação	N	N	N	N	N	N	S	14,29%	85,71%			
Recursos literários e/ou eletrônicos	utilização relacionada à Lei 10.639/03	N	N	N	N	S	N	S	28,57%	71,43%			
Recursos literários e/ou eletrônicos	responsabilidade pela seleção	N	N	N	N	N	N	N		100,00%			
		S	N	S	X	S	S	X	57,14%	14,29%		28,57%	
Recursos literários e/ou eletrônicos	utilização relacionada a condição do negro na sociedade brasileira	N	N	N	N	S	N	N	14,29%	85,71%			
Comunidade	discurso e imagem	N	S	S	S	S	N	N	57,14%	42,86%			
		S	N	S	S	S	X	N	57,14%	28,57%		14,29%	
Comunidade	discurso e imagem	N	X	S	N	S	X	X	28,57%	28,57%		42,86%	
		N	N	N	S	S	N	N	28,57%	71,43%			
Recursos humanos	avaliação de desempenho relacionado à Lei 10.639/03	N	N	N	S	S	N	N	28,57%	71,43%			

Fonte: A autora.

De acordo com esse quadro, foi possível demonstrar através da categoria Recursos humanos, que embora 71,43% das respostas tenham revelado que a formação profissional não gerou uma habilitação para lidar com as demandas advindas com a Lei nº 10.639/2003, não se preocuparam em se capacitar (57,14%), mesmo o Colégio Pedro II tendo oferecido capacitação aos seus servidores e/ou colaboradores para mediar recursos literários sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira, confirmado por 85,71%.

Essa despreocupação quanto à capacitação profissional pode ser desvendada ao constatar que 71,43% das repostas revelaram que os docentes não tem seu trabalho avaliado efetivamente, no sentido de verificar o cumprimento da Lei nº 10.639/2003.

Destacou-se na categoria Comunidade, que 57,14% das respostas expuseram que os docentes procuram avaliar qual era a visão, o comportamento do aluno antes e depois do contato com a cultura africana e/ou afro-brasileira.

Observou-se na mesma proporção (57,14%) o quantitativo de docentes que se preocupam com o tipo de material pedagógico, discurso e imagem utilizados pela comunidade escolar, porém não houve uma definição quanto à realização de possíveis fiscalizações nesse sentido, pois, 42,86% se abstiveram de resposta.

Os dados comprovaram ainda, que 71,43% do corpo docente desconhecem se a biblioteca e o bibliotecário são contemplados no Projeto Político Pedagógico que vigorou até julho de 2018.

Embora 85,71% dos docentes tenham relatado que a implementação da Lei nº 10.639/2003 é prevista no novo Projeto Político Pedagógico Institucional desconhecem na mesma proporção (85,71%) se a biblioteca é arrolada às ações que visam o atendimento da referida Lei.

Nesse sentido, os dados confirmaram a invisibilidade do bibliotecário enquanto profissional capacitado para colaborar em processos de ensino-aprendizagem que envolvem a busca pela informação, além da formação do leitor literário, e a biblioteca enquanto recurso pedagógico-cultural no *campus* pesquisado.

Os dados sobre o oferecimento de capacitação profissional e a implementação da Lei nº 10.639/2003 no Projeto Político Pedagógico Institucional se mostraram idênticos (85,71%), revelando possivelmente que há uma preocupação por parte do Colégio Pedro II em atender ao estipulado pela Lei nº 10.639/2003 – mesmo que não abranja completamente seus recursos humanos e sua estrutura pedagógica, pois afinal, um profissional capacitado está mais propenso a desenvolver um trabalho pedagógico mais eficiente, considerando, contudo, a

autonomia da instituição de ensino e os processos de interação e reprodução cultural que envolvem as relações sociais inclusive neste ambiente.

A categoria Colaboração salientou através do relato de 85,71% dos integrantes do corpo docente, que o bibliotecário não é convocado para participar das reuniões pedagógicas, por consequência, 57,14% dos participantes relataram que o profissional não tem envolvimento com as atividades culturais da escola como também não é convidado para efetuar parcerias com o corpo docente visando à elaboração de projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003 (71,43%). Contudo, 85,71% dos docentes consentiram que esses projetos colaborativos contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira na comunidade escolar.

Constatou-se por unanimidade (100%) através da categoria Recursos literários e/ou eletrônicos que o bibliotecário não participa da definição dos recursos literários a serem utilizados ao longo do ano letivo. Desse modo, a comunidade escolar é privada de valorosas contribuições dessa classe profissional, contudo, 57,14% dos docentes afirmam que há uma preocupação com a inserção da Lei nº 10.639/2003 quando da seleção desses recursos.

Verificou-se que 71,43% dos docentes não utilizam o acervo da biblioteca para colocar a Lei nº 10.639/2003 em prática no cotidiano escolar, como também, 85,71% destes relataram que nunca utilizaram livros da biblioteca que abordassem a condição do negro na sociedade brasileira.

Coincidentemente os dados sobre a formação profissional, avaliação de desempenho, utilização do acervo e projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003 são proporcionalmente iguais (71,43%). Presumiu-se que tal negativa poderia ser modificada, caso ocorresse um incentivo tanto pela parte do bibliotecário quanto pelo corpo docente para selar parcerias, pois, apesar dos profissionais sentirem uma deficiência na sua formação acadêmica para o atendimento da referida Lei, ao utilizar o acervo num trabalho em parceria com o bibliotecário, propiciaria uma naturalização da cultura africana e/ou afro-brasileira, além de ocasionar uma dinamização do acervo.

Acredita-se ainda, que uma avaliação de desempenho contribuiria para que o corpo docente se preocupasse com constantes capacitações visando o atendimento da Lei nº 10.639/2003, o que acarretaria numa melhora do ensino oferecido pela instituição, além de propiciar um estímulo para o desenvolvimento de parcerias com o bibliotecário.

Para tanto, uma transformação do olhar da comunidade escolar sobre a função do bibliotecário seria necessária, pois, os dados evidenciam uma falta de prestígio desse

profissional.

Nesse sentido, relembra-se a importância vital da participação bibliotecária nas reuniões pedagógicas, onde poderia colaborar na seleção dos livros a serem utilizados no trabalho pedagógico, propiciaria a criação de programas de leitura estruturados ao Projeto Político Pedagógico Institucional, além de possibilitar constantes parcerias para o desenvolvimento de projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003.

A categoria Serviços e/ou atividades culturais confirmou através de 85,71% dos docentes, que não há o oferecimento e que, portanto, estes, não utilizam dos serviços ou participam de atividades culturais realizadas pela biblioteca, com exceção do empréstimo domiciliar.

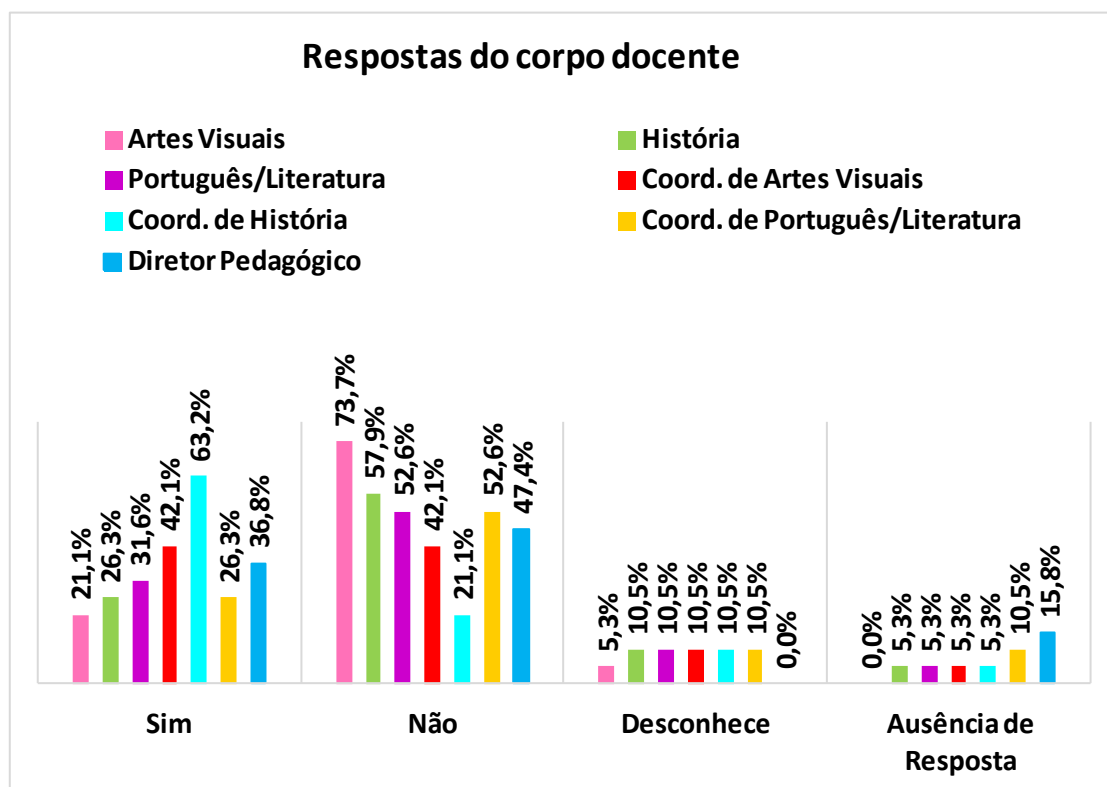
Presumiu-se que os dados sobre as reuniões pedagógicas, utilização e/ou participação dos serviços e/ou atividades culturais e a utilização de acervo que contemple a situação do negro na sociedade brasileira, apontaram simultaneamente (85,71%) para uma relação de causa e efeito no cotidiano da comunidade escolar como verificado em algumas proposições anteriores, visto que, a participação do bibliotecário nas discussões que tratam sobre o trabalho pedagógico a ser desenvolvido propicia uma integração da biblioteca à proposta curricular da escola, possibilitando a criação e/ou ampliação de serviços e atividades culturais e a constante renovação do acervo.

Salienta-se que a categoria Promoção e/ou *marketing* não foi representada, pois, foi composta por questão que abrangia as opções pelas quais os profissionais tomavam conhecimento do que é oferecido pela biblioteca. Contudo, a maioria do corpo docente revelou não utilizar dos recursos literários e/ou eletrônicos, com exceção do coordenador de História e do diretor pedagógico, sendo que somente o último alegou a utilização dos serviços e/ou atividades culturais, portanto, os demais se eximiram de responder sobre possíveis divulgações.

Ainda no que condiz a perspectiva de análise das falas do corpo docente, seguem respectivamente, mais algumas ponderações sobre as respostas obtidas.

Em conformidade com o gráfico 21, os dados obtidos pela pesquisa apontam a seguinte direção:

Gráfico 21 – Respostas do corpo docente



Fonte: A autora.

O gráfico 21 possibilitou demonstrar que o profissional mais propenso a trabalhar com as demandas da Lei nº 10.639/2003 é o coordenador de História (63,2%) em contraponto com o professor de Artes Visuais (21,1%) que se mostrou menos estimulado para tais ações.

Salienta-se que o coordenador de História (63,2%), o coordenador de Artes Visuais (42,1%) e o diretor pedagógico (36,8%) foram os profissionais que mais responderam afirmativas, conseqüentemente o quantitativo negativo foi menor.

Presumiu-se que a proximidade entre as respostas do coordenador de História e do diretor pedagógico, pode ser resultado da formação acadêmica, pois ambos são graduados em História e afirmaram que suas formações profissionais os habilitaram a trabalhar com as demandas da Lei nº 10.639/2003, ao passo que nenhum deles respondeu o questionamento sobre a realização de algum tipo de capacitação.

Contudo, o coordenador de Artes Visuais revelou ter se capacitado para o atendimento da Lei nº 10.639/2003.

Verificou-se que o professor de Artes Visuais (73,7%) e de História (57,9%), como também os representantes da disciplina de Português/Literatura – docente (52,6%) e coordenador (52,6%), foram os que responderam um número maior de questões negativas,

coincidentalmente, nenhum destes, efetuou capacitação relacionada à cultura africana e/ou afro-brasileira, presumindo-se portanto, que a maior parte dos docentes se mostra pouco propensa a implementação da Lei nº 10.639/2003.

Nesse sentido, Silva (2009, p. 113) evidencia em sua pesquisa que não há por parte dos professores conhecimento e formação necessários para promover um ensino dos conteúdos curriculares a partir do referencial africano e afro-brasileiro, complementando que esse desconhecimento é reforçado pelo uso de livros didáticos adotados pelo Ministério da Educação, apresentando somente uma visão eurocêntrica da produção de conhecimento, descumprindo as determinações da referida Lei.

Pereira (2012, p. 93) menciona em sua pesquisa a mesma preocupação em relação ao despreparo de professores e gestores quanto a prática antirracista e antidiscriminatória nos processos educacionais, no qual constatou que alguns professores “[...] limitam-se ao conteúdo que o material didático oficial apresenta, sem a consciência crítica que o tema realmente exige e permite”.

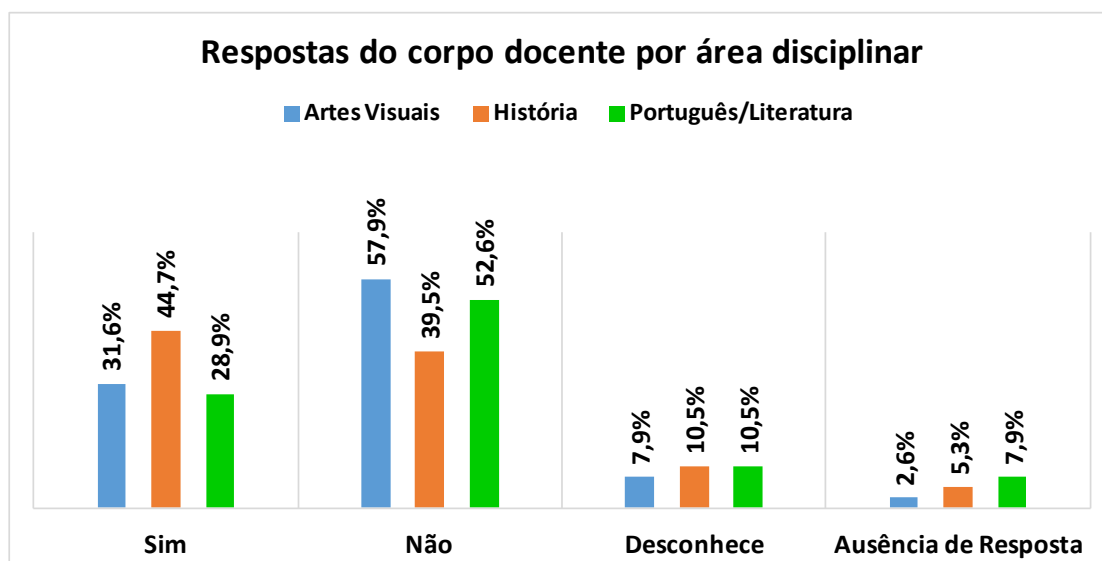
Santos (2015, p. 104) acrescenta as percepções anteriores ao argumentar que o conhecimento dos alunos sobre a História e cultura africana provém do que “[...] lhes é transmitido através dos livros didáticos de História ou na luta solitária e individual de alguns professores que, infelizmente, não conseguem multiplicar coletivamente seus conhecimentos aos discentes da maneira como a Lei propõe”.

Notou-se também que quase ocorreu um nivelamento quanto as respostas que expõem desconhecimento (10,5%), por parte dos profissionais em determinadas questões sobre a implementação da referida Lei, com exceção do diretor pedagógico (0%) e do professor de Artes Visuais (5,3%).

Percebeu-se que houve uma proporção equilibrada de ausências de respostas, ao passo que o diretor pedagógico foi o profissional que mais se eximiu de responder questionamentos.

Em concordância com o gráfico 22, os dados obtidos pela pesquisa indicam a seguinte situação:

Gráfico 22 – Respostas do corpo docente por área disciplinar



Fonte: A autora.

O gráfico 22 destaca que a maioria das respostas positivas foram obtidas pela disciplina de História (44,7%), ao passo que o grande quantitativo de respostas negativas (57,9%) resultaram da disciplina de Artes Visuais.

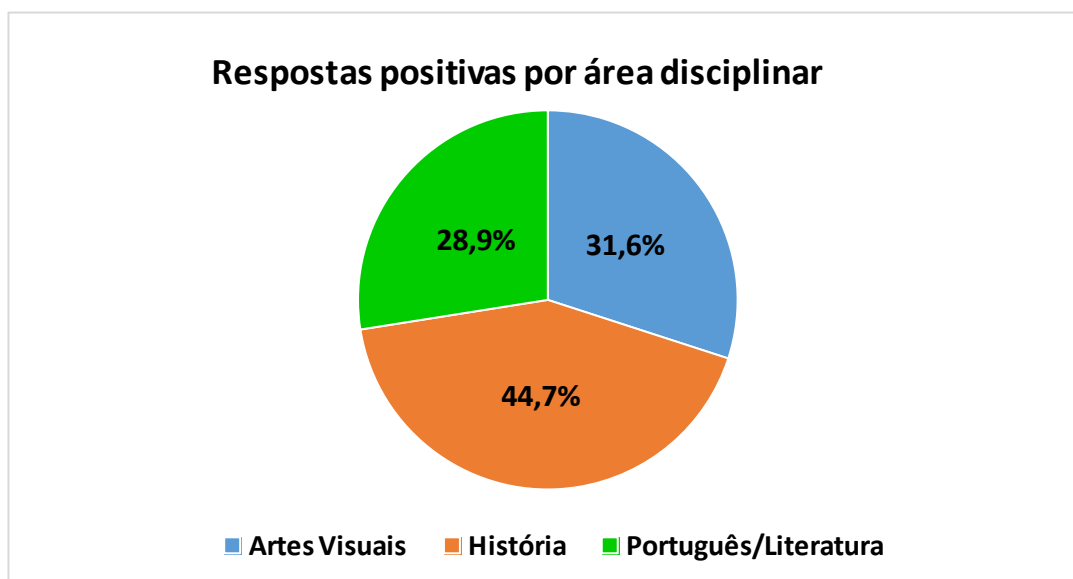
Observou-se uma paridade entre as áreas de História e Português/Literatura em relação ao desconhecimento de determinadas questões (10,5%).

Em contrapartida a área de Português/Literatura (7,9%) foi a que mais se eximiu de responder determinadas indagações.

Ao que tudo indica, a área de Artes Visuais se mostrou motivada a responder sobre as demandas da Lei nº 10.632/03 na instituição pesquisada, pois em relação as demais áreas se eximiu de responder apenas 2,6% das questões e relatou desconhecimento de apenas 7,9%.

De acordo com o gráfico 23, os dados obtidos pela pesquisa exprimem a seguinte conjuntura:

Gráfico 23 – Respostas positivas dos docentes por área disciplinar



Fonte: A autora.

O gráfico 23 assinala que a área de História respondeu o maior quantitativo de respostas positivas (44,7%).

Ao que parece, a área de História está mais predisposta a inserção da Lei nº 10.639/2003 nas suas rotinas pedagógicas.

Percebeu-se que as respostas do corpo docente em relação à implementação da Lei nº 10.639/2003 refletem a melhora quanto ao referencial teórico que embasa o Projeto Político Pedagógico Institucional disponibilizado recentemente, pois a temática relativa a Lei foi desenvolvida mais atentamente neste documento em relação ao Projeto Político Pedagógico anterior – implementado antes da homologação da referida Lei.

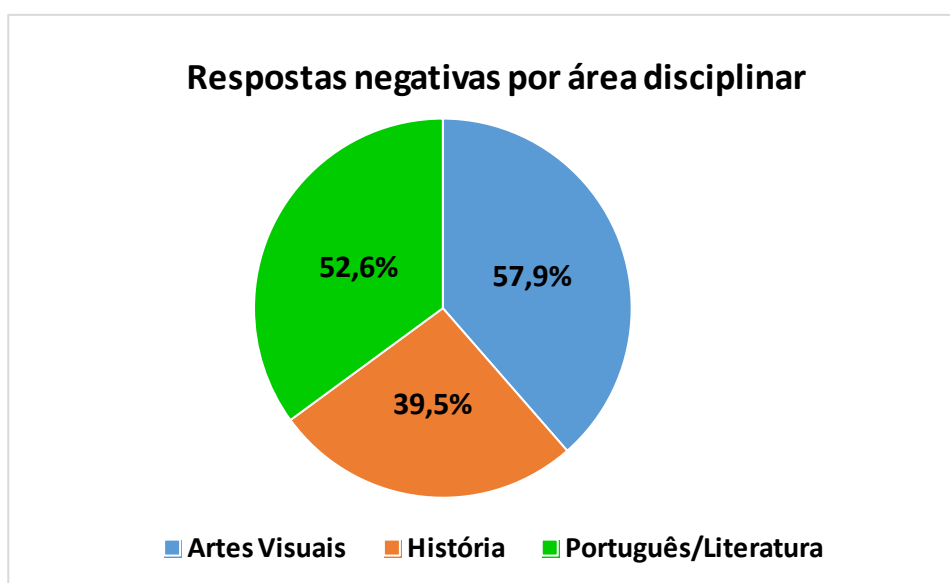
Constatou-se que a disciplina de História foi a que acolheu mais amplamente a inserção da Lei nº 10.639/2003 no novo Projeto Político Pedagógico Institucional entregue a comunidade escolar há pouco, embora não tenha ocorrido a participação da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, para um trabalho colaborativo visando a implantação de programas educativos a fim de desenvolverem competências informacionais ou mesmo projetos que pudessem abarcar inclusive, o atendimento da Lei em questão com o uso de recursos literários.

Contudo, essa disciplina possui uma grade curricular abrangendo uma visão sobre as experiências e as contribuições dos africanos em todas as séries em que é ofertada, envolvendo aspectos que propiciam o reconhecimento dessa identidade cultural, pois, busca:

Recuperar as tradições africanas que permeiam o cotidiano da maior parte dos brasileiros e que, simbolicamente, são negligenciados nas narrativas da história utilizadas na elaboração de muitos dos materiais didáticos. Sendo assim, o ensino de História na educação básica tem o compromisso de tornar visível o que foi ignorado e, ainda, tem o dever de memória para com aqueles que foram silenciados e, assim, perderam o direito a um passado que garantisse um lugar no presente. (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 367).

Conforme o gráfico 24, os dados obtidos pela pesquisa exibiram o seguinte contexto:

Gráfico 24 – Respostas negativas dos docentes por área disciplinar



Fonte: A autora.

O gráfico 24 expôs que a área de Artes Visuais respondeu a um grande quantitativo de respostas negativas (57,9%).

Presumiu-se, portanto, que a disciplina de Artes Visuais está menos inclinada a implementação da Lei nº 10.639/2003 nas suas rotinas pedagógicas.

Embora a disciplina de Artes Visuais tenha se proposto a discutir questões étnico-raciais, apresentando um novo olhar – além do hegemônico para as manifestações artísticas de variados grupos sociais, entre outros aspectos relacionados à Lei em questão, visto que “[...] a Arte propicia o entendimento do que é ‘ser no mundo’, que passa necessariamente pelo ‘ser-com’, que é exatamente perceber que apesar das diferenças, o outro é semelhante e não desigual” (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 199), ao que parece, a inserção da Lei nº 10.639/2003 não causa efetivamente uma preocupação aos docentes que lecionam a disciplina, pois, a temática não é incluída na maioria dos anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

A disciplina de Português/Literatura ocupa uma posição intermediária em relação à implementação da Lei nº 10.639/2003. Tal classificação é justificável, a medida que existem algumas lacunas no trabalho relacionado a temática, como o próprio docente confirmou, além de não ter previsto no Projeto Político Pedagógico Institucional indicações literárias que abordassem a cultura africana e/ou afro-brasileira em todas as séries em que a disciplina é ofertada, como também não se estabeleceu neste documento um programa de leitura compartilhado com a biblioteca escolar, demonstrando a necessidade que se dê maior atenção a esses aspectos.

Seguindo por essa acepção, Pereira (2012, p. 53) menciona em sua pesquisa que “[...] o PPP acaba sendo mera cópia de um antigo projeto, que se perpetua de um período escolar para outro e/ou de uma unidade escolar para outra. Se a verdadeira função do PPP fosse cumprida, certamente teríamos uma dinâmica escolar distinta [...]”.

Nesse sentido, pergunta-se até que ponto uma formação humanista pode influenciar no acolhimento da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira pela comunidade escolar?

Acredita-se, que a colaboração bibliotecária seria um agregante no trabalho desenvolvido com as Literaturas Africanas e/ou Afro-Brasileiras. Porém, há um discurso persistente não somente na fala dos representantes dessa disciplina, sobre um distanciamento, uma falta de interação entre a biblioteca e o corpo docente, mas não se pode culpar apenas o bibliotecário pela situação, pois, o professor também pode propor parcerias. Presumiu-se, portanto, que a falta de interesse é mútua.

Almeida Júnior (2006, p. 47) ratifica que o professor deve ser “aliado da biblioteca que só o terá como tal se considerá-lo como um usuário efetivo”.

No entanto, dado o enfoque da pesquisa, almeja-se uma transformação quanto à atuação do bibliotecário, que passaria a ser visto como um:

[...] elo de ligação entre a biblioteca e os demais segmentos escolares, é ele quem vai definir a dinâmica dessas relações. Para isso, é imprescindível que conheça bem o acervo de que dispõe, dê conta das possibilidades de dinamização de leitura e leve em conta o perfil do público leitor. (AGUIAR, 1994, p. 101-102).

Outro fator a ser considerado é com relação ao docente (A) “acreditar” que a bibliografia selecionada pelo colegiado de professores para ser utilizada no ano letivo se preocupa em contemplar as exigências da referida Lei, enquanto que o coordenador (CA) se absteve de responder, embora tenha realizado capacitações para atender a essa demanda.

Além disso, esses docentes relataram que recorrem a uma bibliografia muito específica, e por essa razão alegam não utilizar o acervo da biblioteca.

Acresce ainda, como dito anteriormente, que a disciplina de Português/Literatura não definiu os títulos a serem sugeridos para a 1ª série do Ensino Médio no PPPI, ficando a cargo das equipes do departamento discutirem, mas em nenhum momento o bibliotecário foi citado como um possível colaborador nessa tarefa.

Essas ocorrências poderiam ser solucionadas caso o bibliotecário participasse das reuniões pedagógicas, entre elas, a que discute a seleção dos livros que serão utilizados ao longo do ano letivo tanto pelo corpo discente em sala de aula quanto pelo corpo docente para o planejamento pedagógico, pois:

O professor, o bibliotecário, os demais interessados em educação e cultura devem procurar reunir-se com colegas que tenham as mesmas preocupações, buscando organizar-se e ampliar seu campo de discussão. É necessário que esses grupos englobem a maior diversidade possível de opiniões e experiências, para que possam fazer uma leitura bastante complexa de nossos problemas sociais. É um trabalho lento, tão político quanto educacional – embora todo ato seja político – que vai refletir na qualidade do ensino e no aprofundamento dos níveis de interpretação da leitura e da realidade. (YUNES; PONDÉ, 1988, p. 125).

Tais circunstâncias demonstram a urgência em se elaborar uma Política de Desenvolvimento de Coleções para o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II que abranja as demandas exigidas pela Lei nº 10.639/2003 pelo menos nas disciplinas por ela elencadas. Para tanto, a responsabilidade da elaboração desse documento deve ser compartilhada com o bibliotecário, representantes de cada disciplina, coordenador do NEAB/CPII, e, caso seja possível, representantes do corpo discente, afinal, eles são o alvo da insituição.

Nesse sentido, Cardoso (2011, p. 69) relata “a necessidade de se pensar outro desenvolvimento de coleções que possa integrar a diversidade e tipologias de memórias presentes na comunidade onde a biblioteca está inserida, colocando novamente no centro do debate a relação biblioteca/comunidade”.

O agravante é que todos os membros do corpo docente revelaram desconhecimento sobre o envolvimento da biblioteca às ações que visam o atendimento da Lei nº 10.639/2003 no Projeto Político Pedagógico Institucional, com exceção do diretor pedagógico, que foi taxativo ao afirmar que o PPPI não prevê essa integração, pois a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura não foi implicada na discussão de elaboração desse documento. Portanto, faz-se necessário que essas discussões sejam encaminhadas aos Grupos de Trabalho que continuarão por discutir propostas para o complemento do novo PPPI, a fim de colaborar para que a classe bibliotecária e as bibliotecas sejam integradas aos planos pedagógicos e culturais, trazendo

visibilidade para ambos dentro da comunidade escolar e conseqüentemente nos demais segmentos da sociedade.

Acredita-se na necessidade de se modificar o olhar do Colégio Pedro II para com a biblioteca, visto que esta não é “unicamente um recurso educacional, mas também um agente pedagógico de caráter interdisciplinar que pode exercer uma função de apoio na experimentação e realização das mudanças metodológicas e organizacionais que a nova situação curricular exige.” (DURBAN ROCA, 2012, p. 67).

5.3 O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DO COLÉGIO PEDRO II

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II (NEAB/CPII) foi criado em finais de 2013 com a finalidade de promover a produção e a disseminação de conhecimentos relacionados à diversidade étnico-racial, estimulando a valorização das populações de origem africana e indígena através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Portanto, cabe a esse órgão propor e desenvolver ações que garantam o cumprimento das legislações que propiciam a igualdade racial e cultural dentro da instituição escolar, como a Lei nº 10.639/2003 que originou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, além das Convenções Internacionais.

Embora faça pouco tempo que o NEAB/CPII esteja atuando, percebeu-se que algumas ações têm sido desenvolvidas na comunidade escolar, principalmente no que tange aos Cursos de Extensão e Pós-Graduação (Especialização e Mestrado Profissional) oferecidos pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC) a qual o NEAB/CPII é ligado administrativamente.

Ações e discussões relativas à implementação da Lei nº 10.639/2003 têm sido ampliadas em vários *campi* do Colégio Pedro, contudo muito ainda precisa ser realizado para que esta como tantas outras instituições de ensino, se torne de fato democrática, conforme se poderá verificar na análise por categorias, das falas do coordenador do NEAB/CPII, exposta a seguir.

a) Categoria: Recursos humanos

Esta categoria permitiu compreender se o profissional se sente preparado para lidar

com as temáticas relacionadas à Lei nº 10.639/2003, para tanto se indicou as unidades de registro **formação acadêmica** e **capacitação profissional**, também procurou averiguar se a instituição através do NEAB/CPII tem oferecido aos servidores e colaboradores meios de se capacitarem e por isso se elegeu a unidade de registro **oferta de capacitação profissional**, buscou ainda investigar se os bibliotecários participam do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II elegendo a unidade de registro **classe bibliotecária no NEAB/CPII**, além de verificar a percepção acerca da função socioeducativa do bibliotecário e sua contribuição para o reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira na comunidade escolar através das unidades de registro **função socioeducativa** e **reconhecimento da identidade cultural**.

A unidade de registro **formação acadêmica** revelou que o coordenador do NEAB/CPII não se sentia habilitado a trabalhar com as demandas advindas com a Lei nº 10.639/2003 somente com o suporte de sua formação acadêmica, mas procurou uma **capacitação profissional** por meio de:

“Pesquisa pessoal, realização de projetos pedagógicos junto ao próprio NEAB/CPII e mobilização racial junto aos coletivos negros.”

Tendo em vista que este é um sentimento experimentado pela maioria dos profissionais participantes, é mais que plausível, que o coordenador do NEAB/CPII sinta essa dificuldade.

Positivamente, buscou ampliar seus conhecimentos através de coletivos negros, uma decisão harmonizada as legislações vigentes, pois:

Os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino. (BRASIL, 2004a, p. 2).

O NEAB/CPII tem refletido essa preocupação, visto que tem implementado a **oferta de capacitação profissional** visando o atendimento da Lei nº 10.639/2003 no Colégio Pedro II, como o Circuito cultural Afro-brasileiro (2014), I Seminário GEPARREI (Grupo de Estudos, Pesquisas e Ações sobre Racismo e Relações Étnicorraciais e Indígenas), Curso de cultura Yourubá e o Ererebá (Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico).

Por outro lado não se ofereceu nenhuma capacitação voltada aos bibliotecários,

embora o coordenador do NEAB/CPII tenha mencionado que:

“[...] houve por três anos a participação do Núcleo nas palestras de formação técnica dos funcionários novos.”

Essa é uma realidade para a grande parte da classe bibliotecária. Em sua pesquisa, Mattos (2011, p. 102) relatou que a maioria dos profissionais nunca fez curso de formação continuada com temáticas relacionadas ao Multiculturalismo.

Almeja-se uma mudança desse contexto, a fim de que os bibliotecários se capacitem e se envolvam nas rotinas escolares, promovendo e inspirando ações socioeducativas que contribuam para o reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira por toda a comunidade escolar, naturalizando por consequência a importância desses profissionais dentro do sistema de ensino.

Em relação à unidade de registro **classe bibliotecária no NEAB/CPII**, percebeu-se que o NEAB/CPII é mais um espaço pedagógico-cultural em que os bibliotecários do Colégio Pedro II não tem ocupado:

“Avalio como uma ausência negativa, mas o próprio núcleo está construindo sua biblioteca a ser desenvolvida no decorrer do ano de 2018.”

De acordo com a fala do coordenador do NEAB/CPII, presumiu-se que uma espécie de Centro Informativo ou Centro de Documentação será construído sem o apoio técnico de um bibliotecário. Tal fato é desconcertante, pois assim como a manutenção das Salas de Leitura, o desconhecimento dessas ações por parte da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura inibem a criação de novos postos de trabalho para bibliotecários, estimulando a invisibilidade da classe profissional. “Poderíamos dizer que a Biblioteconomia é vista, tanto pela sociedade como pelos profissionais da área, como uma matéria vazia, absolutamente oca, revestida por uma tênue e transparente casca, prestes a se romper, deixando ainda mais invisível uma profissão que ninguém vê.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 108).

No que condiz a unidade de registro **função socioeducativa**, inesperadamente, obteve-se uma fala ponderada e um pouco mais minuciosa, ao contrário dos demais profissionais questionados, conforme exposta a seguir:

“[...] permitindo que o acesso aos acervos bibliográficos por parte dos alunos, professores e funcionários aconteça, desenvolvendo mecanismos de interação entre esses atores da escola, a divulgação do conhecimento em larga escala quando possível, a integração com as tecnologias da informação e a pesquisa em diferentes níveis de formação, alcance e qualidade. Em relação específica com a Lei 10.639/03, o bibliotecário pode atuar como contador de histórias ou como um agente propulsor

dessa prática no ambiente escolar, resgatando valores da oralidade e da espacialidade, tão caros ao legado africano.”

Sendo assim, espera-se que o bibliotecário escolar cumpra com sua função mediadora, utilizando dos recursos tradicionais, e, especialmente, fazendo uso da voz, resgatando valores e mitos africanos “[...] a partir da oralidade, da fala, e perceber como elas demarcam um modelo informacional com estruturas materiais e simbólicas de um universo cultural.” (AQUINO; PEREIRA, 2010, p. 131-132).

Disseminando a informação em seu viés educativo, mas, sobretudo cultural da matriz africana, antes renegada, e, no entanto, ganhando um pouco mais de visibilidade com a homologação da Lei nº 10.639/2003, o bibliotecário oportuniza a legitimação dessa cultura no âmbito da comunidade escolar, pois:

O prioritário é democratizar a informação; o primordial é possibilitar de todas as maneiras, condições para o acesso da comunidade à informação, permitindo, principalmente, que ela possa também, gerar e produzir, não só informação, mas cultura, veiculando seus interesses, suas idéias, suas propostas, suas soluções. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 23).

É fundamental que este profissional coloque também a favor da comunidade em que atua sua face educativa, porém, com um caráter social, tão necessário em países como o Brasil, em que a maioria da população, composta principalmente por pretos e pardos, sofre com as desigualdades socioeconômicas, o bibliotecário escolar tem a chance de promover uma transformação quanto à perspectiva de vida dos discentes, além de trazer visibilidade a sua função, pois:

[...] o que é precioso não é apenas a aptidão técnica do bibliotecário para se orientar no mundo da documentação. É que ele acolha a criança, o adolescente. E assim eles vão fazer uso dessa disponibilidade, que raramente encontram nos adultos, apoiar-se neles para a sua busca, mas também para elaborar esse lugar que lhes é oferecido, para dar novamente um movimento aos seus pensamentos, aos seus desejos, seus sonhos, suas vidas; e para ir mais longe. (PETIT, 2009, p. 22).

A unidade de registro **reconhecimento da identidade cultural africana** possibilitou conhecer a opinião do coordenador do NEAB/CPII sobre a capacidade de o bibliotecário promover o reconhecimento da cultura africana e/ou afro-brasileira a comunidade escolar, conforme descrição a seguir:

“De maneira vertical e programada a biblioteca deve promover debates e exposições da cultura africana, encontro com escritores, estímulo à escrita dos alunos etc, configurando-se como um espaço de troca e consolidação da autonomia negra e da identidade. É importante que o acervo que atenda à Lei 10.639/03 seja disponibilizado e

distribuído entre os estudantes [...].”

Nesse sentido, seria importante a adoção da proposta de Diretrizes de atuação, que pudessem embasar o trabalho do bibliotecário, a fim de ancorar a construção de políticas, projetos e demais ações que promovessem a cultura africana e/ou afro-brasileira, que por consequência culminassem no reconhecimento destas na comunidade escolar, pois, a biblioteca é um espaço “para encontros entre grupos, espaço de acolhimento e respeito às diferenças. Mas pode-se indagar, no contexto brasileiro, se há ou não visibilidade da questão para garantir equidade no acesso à produção cultural variada por/para as minorias étnicas, linguísticas e culturais.” (ALENCAR, 2014, 2952):

Por tudo isso é importante o desenvolvimento de ações culturais a partir da memória “negra” como forma de garantir a todos os brasileiros o direito de conhecer e ser representado positivamente nos acervos da biblioteca. Nesse sentido, é de fundamental importância o trabalho com a cultura negra na biblioteca como forma de possibilitar a difusão, inclusão e disseminação de narrativas relativas às memórias africanas e afrobrasileira no acervo da biblioteca com ênfase nas produções dos afrobrasileiros. [...]. (CARDOSO 2011, p. 79).

Preza-se, portanto, que o bibliotecário escolar, propicie o acolhimento das culturas de matriz africana e/ou afro-brasileira por meio das atividades de mediação literária, que por consequência, se estenderá a aqueles que se deixam embalar por um sentimento de empatia, mas principalmente por aqueles a quem a inerência da raça trouxe consequências para a sua relação com a sociedade, pois:

[...] para meninos e meninas estigmatizados por alguma razão — porque cresceram em uma favela ou porque seus pais imigraram, porque fazem parte de um grupo subjugado — é conhecida a importância dessa hospitalidade, de ser reconhecido em sua singularidade, chamado pelo nome, ouvido. E isso por alguém diferente de seus próximos, que é o mediador de um outro mundo. (PETIT, 2009, p. 22).

b) Categoria: Comunidade

A categoria comunidade procurou conhecer a percepção do coordenador do NEAB/CPII sobre o documento que rege o trabalho pedagógico no Colégio Pedro II, a visibilidade do bibliotecário e da biblioteca no contexto de implementação da Lei nº 10.639/2003, se há uma preocupação do NEAB/CPII quanto ao discurso e imagem expostos na comunidade escolar e sua observação sobre a condição do negro na sociedade brasileira. Para tanto se elegeu as unidades de registro **documentos e/ou políticas, integração entre a**

Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca no PPPI, situação do negro na sociedade brasileira e discurso e imagem.

Em relação à unidade de registro **documentos e/ou políticas** verificou-se que o coordenador do NEAB/CPII revelou utilizar em seu trabalho pedagógico o PPPI, documento que foi entregue a comunidade somente em julho de 2018 e que ainda está em processo de reestruturação. Desse modo, permanece a mesma indagação que se gerou na análise dos docentes, como pode tal documento que mal foi divulgado a comunidade escolar, e ainda precisa de estruturações, embasar o trabalho pedagógico que está sendo desenvolvido na instituição escolar?

Tal posicionamento acarretou certo estranhamento, uma vez que, na unidade de registro **integração entre a Lei nº 10.639/2003 e a biblioteca no PPPI**, o profissional revelou desconhecimento, pois:

“o NEAB não foi convidado a participar das câmaras setoriais que estão construindo o PPPI.”

Sendo assim, presumiu-se que o coordenador do NEAB/CPII, assim como os docentes e a classe bibliotecária, estão desatualizados sobre as possibilidades do novo PPPI, embora a maioria dos docentes questionados tenham relatado a utilização deste documento em seu trabalho pedagógico.

É preciso que este documento seja divulgado amplamente e negociado enquanto se pode alterá-lo, pois através deste e da fala dos atores pesquisados percebeu-se que a biblioteca e o bibliotecário continuam sendo recursos pouco valorizados pela comunidade escolar.

Seria de grande valia que o chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura e o coordenador do NEAB/CPII tivessem uma participação mais efetiva na construção do PPPI, a fim de travarem discussões que possibilitassem a adoção de programas de leitura e projetos socioculturais relacionados pelo menos as disciplinas elencadas pela Lei nº 10.639/2003, visto que o Parecer CNE/CP n.º 3 indica a:

Inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino de todos os níveis - estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino - de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, das discriminações, e ao reconhecimento, valorização e ao respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana. (BRASIL, 2004b, p. 14).

Tal eficácia pôde ser comprovada na pesquisa de Nunes (2010, p. 112), ao relatar que a articulação entre as ações da biblioteca e da sala de aula é um dos fatores para o sucesso da

discussão étnico-racial nas escolas.

A unidade de registro **situação do negro na sociedade brasileira** revelou certo pessimismo por parte do coordenador do NEAB/CPII:

“Apesar de alguns tímidos avanços no que se refere ao direito à educação com a política de cotas, o genocídio físico, cultural e mental segue seu curso.”

Embora o relato do coordenador do NEAB/CPII seja uma realidade noticiada cotidianamente, presumiu-se que tal exposição possa ter surgido de uma empatia, reflexo da compreensão acerca da condição social do negro, dado que, o próprio se autodeclarou preto e negro, demonstrando um sentimento de pertença.

Tal discurso é concebido, uma vez que, na sociedade brasileira, “onde ‘cada coisa tem um lugar demarcado e, como corolário, – cada lugar tem sua coisa’, índios e negros têm uma posição demarcada num sistema de relações sociais concretas, sistema que é orientado de modo vertical: para cima e para baixo, nunca para os lados.” (DAMATTA, 1981, p. 76).

Por sua vez, Hasenbalg (2005, p. 209) acrescenta que, “em termos de oportunidades de mobilidade social ascendente, o grupo não-branco experimenta uma dupla desvantagem. A primeira deve-se à sua baixa origem social e a segunda advém da desvantagem competitiva, sofrida do nascimento até a morte, que resulta da adscrição racial”.

Nesse sentido, as Políticas de Ação Afirmativa, como citadas pelo coordenador do NEAB/CPII se mostram medidas antidiscriminatórias viáveis, mas ainda insuficientes, pois, conforme observa Guimarães (2006, p. 284), “as políticas públicas racializadas, ou multiculturais, não superam ou suprimem as desigualdades por si só, mas apenas as reproduzem num quadro mais claro e preciso. Ou seja, regulamentam o conflito distributivo em novas bases, sem pôr em risco a reprodução do sistema com um todo”.

Munanga (2015b, p. 14) observou que os países que demonstraram consciência e, portanto, interesse por uma mudança das desigualdades entre grupos raciais seguiram três passos: o legislativo – criando leis contra atos discriminatórios, o político – implementando essas leis que visam à inclusão e redução das desigualdades e por último, o educativo – a partir de ferramentas pedagógicas que valorizem as diferenças em todos os sentidos.

Dessa maneira, acredita-se no potencial do NEAB/CPII para promover as transformações educacionais necessárias a cidadania dos negros e ao reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira por todos da comunidade escolar, independente da cor da pele, se atentando para as variantes impulsionadoras de desigualdades raciais.

A unidade de registro **discurso e imagem** possibilitou verificar que ocorre uma preocupação por parte do NEAB/CPII com relação ao material e ao discurso expostos a comunidade escolar através de:

“[...] ações em EREER (Educação para as Relações Étnico-Raciais) e indígenas, atua como grupos de pesquisa do CNPq que trabalha com frentes de enfrentamento e produção de pesquisa sobre o fenômeno racial e sua interface com a educação no Colégio Pedro II.”

Complementou que a fiscalização ocorre através “do grupo de pesquisa do CNPq”, contudo, não se observou uma ação efetiva nesse sentido, pois mesmo após o oferecimento de cursos de capacitação envolvendo as temáticas relativas à Lei nº 10.639/2003, não se incluiu ainda na Política de Comunicação Social do Colégio Pedro II, critérios a serem adotados a fim de evitar a veiculação de informações e imagens que possam reforçar estigmas e posições de subalternidade da população negra, pois tal documento preocupa-se somente com o alinhamento do discurso e da imagem da instituição.

Acredita-se ser viável, a inclusão de uma pauta que tratasse dessa demanda no novo PPPI, a ser discutida com todas as esferas da instituição escolar, incluindo a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura e o NEAB/CPII, uma vez que esse documento ainda se encontra em processo de revisão e inclusão de conteúdos, pois, “[...] é essencial considerar o papel da educação escolar na superação dos preconceitos e estereótipos veiculados socialmente, na valorização da diversidade e na promoção da igualdade étnico-racial.” (BRASIL, 2011a, p. 8).

c) Categoria: Colaboração

Procurou-se investigar a colaboração do NEAB/CPII na comunidade escolar, e para tanto se elegeu as unidades de registro **implementação da Lei nº 10.639/2003 no PPPI, projetos relacionados à Lei envolvendo bibliotecários, legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira, projetos relacionados à Lei envolvendo bibliotecários e professores e responsabilidade pela seleção**. Objetivou-se verificar se o NEAB/CPII participou da construção do novo PPPI e como foi prevista a implementação da Lei nº 10.639/2003 neste documento, como ocorre a sua participação nas reuniões pedagógicas em que são elencados os livros a serem utilizados no ano letivo. Pretendeu-se também averiguar se realizam projetos interdisciplinares que visam a implementação da Lei nº 10.639/2003 envolvendo

bibliotecários e professores e a importância dessas práticas para o processo de legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira na comunidade escolar.

A unidade de registro **implementação da Lei nº 10.639/2003 no PPPI** ratificou que o NEAB/CPII não participou das discussões para a elaboração do novo PPPI, pois apenas:

“[...] foi convidado a contribuir com uma página no PPPI do Colégio, além disso, o NEAB convocou os departamentos pedagógicos a construir o PPPI segundo a Lei, sendo atendido apenas pelo Departamento de Português - Literaturas e de Filosofia.”

Embora o NEAB/CPII tenha se empenhado em captar colaboradores visando que a implementação da Lei nº 10.639/2003, integralizasse todas as disciplinas, não foi atendido completamente nem pelos departamentos que coordenam as disciplinas elencadas pela referida Lei (Artes, História e Literatura):

É justamente aqui que se coloca o problema, pois as heranças culturais africana e indígena no Brasil nunca ocuparam uma posição de igualdade com as outras no sistema de ensino nacional. Se assim fosse, não teriam nenhum sentido as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 promulgadas pelo atual presidente da República, 115 anos depois da abolição. (MUNANGA, 2010, p. 50).

Percebeu-se que muito ainda precisa ser desenvolvido para que se alcance a naturalização da cultura africana e/ou afro-brasileira nessa instituição escolar, visto que o próprio NEAB/CPII não foi citado na Minuta parcial do Projeto Político Pedagógico Institucional, e embora no Texto Base do PPPI (COLÉGIO PEDRO II, 2014, p. 4) se mencionou que o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros faria parte das Câmaras Setoriais responsáveis pela elaboração do PPPI apresentado recentemente a comunidade escolar, isso não ocorreu.

Peculiarmente a biblioteca e o NEAB/CPII, dois difusores de informação e cultura, não estão expostos na página oficial da instituição, assim como não foram inseridos nas discussões sobre as estruturas e programas pedagógicos do novo Projeto Político Pedagógico Institucional, dado que esses recursos apenas contribuíram com um texto. O NEAB/CPII sofre com uma situação ainda pior, visto que mal é citado no PPPI, aparecendo no corpo do documento somente para mencionar sobre um curso de Extensão em Mitologia Yorubá que é oferecido em parceria com o Departamento de História (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 373).

Desse modo, a biblioteca e o NEAB/CPII, por se tratarem de importantes recursos pedagógico-culturais do Colégio Pedro II, não estão recebendo o merecido crédito, ou dissimuladamente estejam, justamente por se tratarem de estruturas capazes de interferir mesmo que em menor proporção na cultura que é transmitida numa estrutura maior

(instituição educacional):

Seria, pois, ingênuo esperar que, do funcionamento de um sistema que define ele próprio seu recrutamento (impondo exigências tanto mais eficazes talvez, quanto mais implícitas), surgissem as contradições capazes de determinar uma transformação profunda na lógica segundo a qual funciona esse sistema, e de impedir a instituição encarregada da conservação e da transmissão da cultura legítima de exercer suas funções de conservação social. (BOURDIEU, 2007, p. 58).

Sendo assim, o silêncio da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II (NEAB/CPII) quanto às discussões sobre a elaboração do novo PPPI como também da implementação da Lei nº 10.639/2003 neste, precisa cessar, dando voz às necessidades de inúmeros discentes que precisam conhecer sua história e ancestralidade para reconhecer a identidade cultural africana e/ou afro-brasileira da qual partilha com tantos outros brasileiros.

A unidade de registro **projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003 envolvendo bibliotecários** refletiu certo descontentamento em relação ao trabalho desenvolvido pelo NEAB/CPII no âmbito do Colégio Pedro II, pois respondeu negativamente, indicando que:

“[...] faltam funcionários no NEAB para tantas frentes.”

Este relato condiz com a situação de alguns setores do Colégio Pedro II, sendo assim, não seria diferente com um núcleo que visa o desmantelamento das desigualdades raciais e culturais na escola.

De qualquer maneira, o NEAB/CPII ainda se mantém arraigado às estruturas da qual foi concebido, pois sua principal preocupação é o docente e o aluno.

Nesse sentido, Nunes (2010, p. 100) observou que o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero no qual pesquisou, reconhecia a importância da biblioteca, mas ainda assim bibliotecários e auxiliares de biblioteca eram vistos como meros executores técnicos.

Acredita-se, portanto, que o NEAB/CPII necessita estender seu campo de visão – interagindo com bibliotecários e demais profissionais, para assim ampliar sua atuação na comunidade escolar.

Em relação à unidade de registro **legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira**, apontou novamente:

“[...] a construção pelo NEAB/CPII de um Centro de Estudos Africanos no Colégio Pedro II que pode ser considerado um avanço na divulgação da cultura negra e indígena nos âmbitos de um colégio quase bicentenário.”

Tal iniciativa pode realmente ser vista como um avanço vindo do Colégio Pedro II, fundado sobre bases imperialistas. Contudo, relembra-se a importância de que seja criada e gerenciada uma biblioteca por bibliotecários capacitados, que podem ouvir as orientações tanto da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura quanto do próprio NEAB/CPII sobre o ajuste do acervo, além de atividades e serviços a serem oferecidos à comunidade, efetivando dessa maneira, a primeira de muitas parcerias com a classe bibliotecária, pois o importante é “que a biblioteca caminhe ao lado e com a maioria da população, auxiliando cada pessoa na busca do resgate de sua dignidade e de sua condição de cidadão.” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 57).

A unidade de registro **projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003 envolvendo bibliotecários e professores** permitiu conhecer o desenvolvimento do Fórum Permanente de Debate das Relações Étnico-Raciais de 2015 até o ano atual, através de recursos como livros, filmes, debates e palestras, que tem por objetivo debater o racismo e suas consequências.

A percepção do coordenador do NEAB/CPII é de que tais projetos impactam na conscientização da comunidade escolar sobre a questão racial no Brasil e no mundo.

Porém, tal projeto não promove necessariamente uma parceria entre esses profissionais junto ao núcleo, mas abre espaço para a discussão, pois:

O racismo é tão profundamente radicado no tecido social e na cultura de nossa sociedade que todo repensar da cidadania precisa incorporar os desafios sistemáticos à prática do racismo. Neste sentido, a discussão sobre os direitos sociais ou coletivos no sistema legal e, por extensão, no sistema escolar, é importantíssima. (MUNANGA, 2010, p. 53).

A unidade de registro **responsabilidade pela seleção** propiciou descobrir que o NEAB/CPII se atenta para o material pedagógico a ser utilizado pela instituição:

“Impedindo que abordagens equivocadas da cultura africana se cristalizem nos livros didáticos, pesquisando a abordagem, denunciando abordagens racistas etc.”

Visto que “é responsabilidade dos sistemas de ensino e das escolas identificar a incidência de estereótipos e preconceitos garantindo aos estudantes e a comunidade uma leitura crítica destes de modo a se contrapor ao impacto do racismo na educação escolar.” (BRASIL, 2011a, p.8).

d) Categoria: Promoção e/ou *Marketing*

Esta categoria propiciou descobrir como o NEAB/PII se informa sobre os recursos literários e informacionais das bibliotecas do Colégio Pedro II através da unidade de registro

recursos literários e/ou eletrônicos.

Desse modo, percebeu-se que o núcleo solicita regularmente um levantamento bibliográfico sobre a temática que deseja abordar.

O *Marketing* é um meio pelo qual o bibliotecário pode manter comunicação com seus usuários, inclusive com aqueles que integram grupos estigmatizados, partilhando das suas preferências e atraindo este público para a biblioteca, pois, de acordo com Almeida Júnior (1997, p. 26), “qualquer transformação [...] só poderá ocorrer quando as informações disseminadas pelos profissionais de nossa área tenham como finalidade a satisfação das necessidades das classes oprimidas levando a que estas reconheçam a biblioteca como uma instituição socialmente útil”.

e) Categoria: Recursos literários e/ou eletrônicos

Através dessa categoria, objetivou-se verificar se o NEAB/CPII utiliza dos recursos literários e informacionais do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II. Para tanto se elegeu a unidade de registro **utilização relacionada à Lei nº 10.639/2003**.

Dessa maneira, descobriu-se que o NEAB/CPII faz uso do Sistema de Bibliotecas para pesquisa em Pós-graduação em EREER (Educação para as Relações Étnico-Raciais) no Ensino Básico, na biblioteca da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), pois:

Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-cultural do contexto em que está inserida; abraçar a tarefa de analisar criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros, mas também identificar as histórias silenciadas; recuperar, preservar e disseminar a memória relacionada com contribuição do negro na formação sociocultural brasileira, possibilitando aos usuários da biblioteca o convívio com a diversidade cultural. (CARDOSO, 2011, p. 33).

f) Categoria: Serviços e/ou atividades culturais

Esta categoria permitiu conhecer um pouco do trabalho desenvolvido pelo NEAB/CPII visando o atendimento do Colégio Pedro II. Por meio da unidade de registro **prestação**, percebeu-se que a contribuição efetiva para a rotina escolar é:

“[...] promover o debate em torno da questão racial, investir na pesquisa e na extensão em EREER (Educação para as Relações Étnico-Raciais) e ampliar o currículo em direção

das diretrizes do EREER, junto aos departamentos pedagógicos do Colégio Pedro II.”

Verificou-se também que alguns projetos do núcleo foram colocados em prática na instituição, como cursos de Extensão e o curso de Pós-graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico.

Nunes (2010, p. 95) observou que o Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero no qual pesquisou tinha como base de trabalho “a pesquisa de materialidade para dar subsídios aos professores nas escolas, a formação de professores e o compromisso com a implementação da Lei e suas Diretrizes Curriculares”.

Sendo assim, verificou-se um esforço do NEAB/CPII para implementar ações que garantam o atendimento da Lei nº 10.639/2003, mas que o trabalho desenvolvido ainda não está a contento, pois, assim como o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura, o núcleo não é efetivamente incluído ao Projeto Político Pedagógico Institucional.

Desse modo, percebe-se, que a estrutura escolar impede o avanço do setor para o cumprimento dessa exigência legal, seja na falta de servidores ou na ausência de incentivo para o desenvolvimento de práticas que necessitam da integração a comunidade escolar.

Almeja-se que o NEAB/CPII possa se fazer reconhecer, assim como espera-se do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura, como um importante recurso disseminador da cultura africana e/ou afro-brasileira dentro do Colégio Pedro II, trazendo representatividade e conseqüentemente valorização da população negra na instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou compreender as dinâmicas sociais que se travaram no Brasil e como a adoção do Mito da Democracia Racial, enquanto instrumento ideológico permitiu um controle social, engendrando as desigualdades socioeconômicas e culturais entre brancos e negros, legitimando a situação discrepante destes para a manutenção dos privilégios das elites.

Através das teorias de Bourdieu e Passeron conjugadas as teses de DaMatta, Guimarães, Hasenbalg e Munanga traçou-se um diálogo com o intuito de ilustrar a proposição de que a raça foi entrelaçada à questão de classe social no país, acredita-se que, justamente para camuflar a existência do racismo a fim de evitar exigências de políticas públicas, permitindo o desenvolvimento de um círculo vicioso difícil de se desfazer, pois a naturalização do racismo subjugou a população negra, tendo sofrido restrições culturais, que além de interferir no desenvolvimento da identidade cultural e mais objetivamente da cidadania, prejudicou a aquisição de capital cultural e por consequência, sua ascensão econômica por meio de um mercado de trabalho formal – que tende a reproduzir as relações sociais, fazendo com que essa parcela da população ocupe posições subalternas na hierarquia social e por consequência não consiga obter o capital econômico necessário para elevar seu capital cultural e de seus descendentes, fomentando continuamente esse círculo.

Na tentativa de reverter essa situação, o Estado, resolveu adotar as Políticas Públicas de Ação Afirmativa, que assim como a que a norteia o presente estudo, pretendem reparar os danos causados aos negros em todas as esferas que permeiam o desenvolvimento da cidadania.

Nesse sentido, o estudo em questão, focalizou a esfera cultural, com a Lei nº 10.639 de 2003. Para tanto, observou-se que a cultura africana e/ou afro-brasileira assim como os negros, foi estigmatizada, e que para promover seu reconhecimento na comunidade escolar é necessário considerar o *habitus* dos discentes, e, portanto, a incorporação de experiências através de processos de classificação e seleção que se presume o acesso ao capital cultural, que pode ser adquirido inclusive por meio das bibliotecas escolares, para que seja negociada a introdução de novas experiências, nesse caso, a cultura de matriz africana, ratificando a importância da atuação bibliotecária.

Essa é a oportunidade de o bibliotecário escolar adotar estratégias que reflitam sobre as condições socioeconômicas e o *deficit* educacional dos discentes, ao propor e colocar em prática, ações pedagógico-culturais que envolvam a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira,

seja em atividades de mediação literária e/ou mediação oral da literatura, ou quaisquer outras que o profissional esteja disposto a desenvolver.

Faz-se necessário lembrar que enquanto cidadãos, participamos ou somos omissos diante de processos de exclusão, dado os aspectos histórico-culturais em que se desenvolveu a sociedade na qual estamos inseridos. Por isso, acredita-se na importância de que o bibliotecário compreenda o funcionamento e reveja seu próprio *habitus*, a fim de que expanda sua atuação de mediador, contribuindo para a desconstrução de atividades pedagógico-culturais discriminatórias, que valorizam apenas um único modelo cultural – eurocêntrico, demonstrando sua função socioeducativa, além da responsabilidade social da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Com relação ao modo como a área visualiza essa problemática, foi possível verificar por meio de uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, no repositório dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, na Base de Dados Referencial de Artigos e Periódicos em Ciência da Informação e na base de Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar, que o tema proposto pela pesquisa tem sido explorado timidamente, uma vez que poucos trabalhos relevantes foram recuperados.

Entre estes, observou-se que a maioria dos estudos preocupados com a difusão da cultura de matriz africana por meio da Literatura fazem parte da área de Educação, e, portanto, carregam o olhar do professor para essas questões.

A revisão nos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, que contemplou as universidades públicas do país, permitiu obter o olhar do bibliotecário diante dessas indagações, como também serviu para confirmar que ainda há pouco interesse da área em contemplar aspectos da Lei nº 10.639/2003 no ambiente da biblioteca escolar, dado que não se encontrou nenhuma pesquisa relevante.

Percebeu-se por meio dessa pesquisa, que estudos em torno da Lei nº 10.639/2003, bem como, relacionados ao negro e a cultura africana e/ou afro-brasileira são escassos – não tendo resultado nenhuma tese entre os trabalhos produzidos dentro do período estipulado, e que estes seguem por um viés informacional, sendo recorrente uma abordagem sobre a informação étnico-racial.

No entanto, cabe informar que há uma preocupação da classe bibliotecária em atender a Lei nº 10.639/2003 entre outras demandas sociais, pois se visualizou um número notável de pesquisas interessadas nas diferentes problemáticas que atingem a sociedade, principalmente

relativas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Contudo, notou-se, que trabalhos diretivos sobre a responsabilidade social da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação ainda são de pouco interesse, mas que tem despertado importantes reflexões para a classe profissional.

Verificou-se que a região Sudeste produziu um número considerável de trabalhos sobre a biblioteca escolar e a mediação da leitura em comparação com outras regiões do país. No entanto, por meio dessa revisão, percebeu-se que há pouco interesse na produção de trabalhos sobre a formação do bibliotecário escolar.

Nesse sentido, presumiu-se que a escassez de pesquisas relacionadas à implementação da Lei nº 10.639/2003 na biblioteca escolar pode estar relacionada à formação do bibliotecário escolar e a carência de cursos de capacitação profissional na área.

Desse modo, a pesquisa efetuada nos currículos das universidades públicas que oferecem tanto cursos de Graduação quanto de Pós-Graduação na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação permitiu verificar que a maioria dessas instituições insere em seus currículos disciplinas obrigatórias que evidencia o lado tecnicista da profissão, mas disciplinas de cunho pedagógico são oferecidas em caráter optativo ou eletivo, evidenciando que não se prioriza na formação bibliotecária as características necessárias para uma atuação pedagógico-cultural efetiva no espaço da biblioteca escolar.

Acredita-se que tal fato pode intervir negativamente na implementação da Lei nº 10.639/2003, pois o bibliotecário escolar necessita de bases pedagógicas e culturais para assim ter condições de atender as demandas geradas pela referida Lei.

Percebeu-se que poucas universidades oferecem disciplinas que versam especificamente sobre as temáticas da Lei nº 10.639/2003, contemplando características sobre as Africanidades e as relações étnico-raciais, e que a maioria das disciplinas que podem ser relacionadas a referida Lei são optativas ou eletivas, o que contribuiria para que não fosse implementada pelos egressos, dado que nem todos os graduandos optam por cursar tais disciplinas.

A presente pesquisa vislumbra na universidade a resposta para a implementação da referida Lei e porventura, a redução dos processos de exclusão vivenciados pelos negros. Desse modo, sugere-se que seja discutida e proposta uma revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia, através de uma ação conjunta entre o Ministério da Educação, Conselho Federal de Biblioteconomia, Conselhos Regionais de Biblioteconomia e representantes das Instituições Públicas de Ensino Superior que ofertam cursos de Graduação

e Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a fim de que fossem analisados princípios, competências e habilidades desse profissional baseados nas Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar, articuladas a Pedagogia, a Educação Intercultural, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como seus desdobramentos e o documento da IFLA “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, com a intenção que se estruturassem disciplinas obrigatórias que assegurassem aos bibliotecários, subsídios para uma atuação pedagógico-cultural adequada à realidade plural do país.

Embora possa parecer uma recomendação demasiadamente exigente, considerou-se que grande parte dos bibliotecários atuam em bibliotecas mantidas por instituições de ensino, sejam da educação básica ou superior, mas independente do nível, usualmente ocorre a necessidade de uma atuação de cunho pedagógico, implícitas, inclusive, em ações corriqueiras do serviço bibliotecário, como no treinamento de usuário ou auxiliando em investigações bibliográficas de um pesquisador, que se pressupõe o desenvolvimento de competências que poderiam ser facilitadas ou até mesmo aprimoradas por princípios da Pedagogia.

Contudo, mesmo aos profissionais que fogem a essa realidade, precisam de embasamento para aplicar métodos e estratégias que assegurem uma transmissão informacional ou cultural que as vezes fogem a formação tecnicista do bibliotecário, afinal, são através dessas ferramentas pedagógicas que as instituições de ensino superior alinham a formação docente para que este, tenha condições de garantir que a cultura seja reproduzida e, portanto, legitimada na sociedade através do trabalho pedagógico.

Portanto, ao utilizar dos mesmos mecanismos, os bibliotecários, concorrerão para elevar o nível de qualidade dos serviços inerentes a biblioteca contribuindo concomitantemente para os processos de legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira, por estarem capacitados academicamente.

Desse modo, acredita-se que ao receber uma formação que oferecesse um embasamento pedagógico, o bibliotecário obterias competências para atender a diversos tipos de demandas, sejam informacionais ou culturais, independente do seu espaço de atuação.

Sugeriu-se também a estruturação de disciplinas básicas obrigatórias que abordassem sobre a diversidade racial e cultural, a serem ofertadas a toda a classe profissional independente da especialização a que escolhesse, pois, se o bibliotecário não é formado para trabalhar com questões que envolvam a identidade cultural, conflitos raciais entre outros aspectos relevantes de uma sociedade cada vez mais fragmentada, como poderia atender a

conteúdo aos usuários da biblioteca em que atua, integrantes plurais dessa mesma sociedade?

No que condiz a pesquisa de campo, constatou-se que há certo desconhecimento por parte do bibliotecário e do chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II selecionado, sobre a inserção e a integração da biblioteca e do profissional bibliotecário nos Projetos Político Pedagógicos da instituição, tanto do que expirou quanto do que foi implementado recentemente, visto que em nenhum destes ocorreu uma integração com esses recursos humano e pedagógico-cultural.

Verificou-se que o coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II e o corpo docente, com exceção do diretor pedagógico, também desconhecem se ocorre tal integração, demonstrando que ambos os servidores (técnico-administrativos e docentes) estão desinformados sobre o conteúdo do antigo PPP e do novo PPPI, embora a maioria do corpo docente tenha alegado que já utilizavam do novo.

Percebeu-se que o chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura não tem conseguido acompanhar o trabalho desenvolvido e a participação do bibliotecário nas rotinas escolares. Porém, deve-se considerar que este profissional coordena todo o Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II com uma equipe diminuta, portanto, a grande carga de trabalho, o impossibilita de dar atenção a todas as demandas geradas por uma instituição de ensino de grande porte, fazendo com que esteja pouco propenso a gestão de ações relacionadas a implementação da Lei nº 10.639/2003.

Uma estagnação do bibliotecário foi relatada pela maioria do corpo docente, no que condiz à realização de parcerias para o desenvolvimento de projetos relacionados à Lei nº 10.639/2003, a colaboração nas reuniões pedagógicas, atividades culturais, além da ausência quanto à definição dos recursos literários e informacionais utilizados pela comunidade escolar, contudo, conforme mencionado anteriormente, também não há um estímulo por parte dos docentes na inclusão deste profissional nas discussões que dão origem as atividades pedagógicas e culturais no *campus*. No entanto, não se pode eximi-lo de sua responsabilidade para a inserção de práticas que atendam as exigências da Lei nº 10.69/2003 na biblioteca em que atua.

Por outro lado, o corpo docente também não tem se atentado para a implementação da Lei nº 10.639/2003, visto que de acordo com os resultados da presente pesquisa, a maioria dos docentes, se mostra pouco propensa a atender o estipulado pela Lei em questão, ao passo que não se preocuparam em se capacitar. Portanto, foi possível perceber que o corpo docente não tem contribuído efetivamente para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira no

Colégio Pedro II.

Constatou-se também, que entre as disciplinas elencadas pela referida Lei, a área de História se mostrou mais predisposta em atendê-la, inclusive tendo-a acolhido amplamente no novo Projeto Político Pedagógico Institucional – embora não se presencie um trabalho colaborativo com o Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II, ao passo que a disciplina de Artes Visuais está menos inclinada, enquanto a disciplina de Língua Portuguesa/ Literatura ocupa uma posição intermediária dado algumas lacunas no seu processo de acolhimento da Lei nº 10.639/2003, inclusive no novo Projeto Político Pedagógico Institucional.

Seguindo por esse raciocínio, destaca-se que o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II, embora exerça uma importante função e já tenha conseguido alguns pequenos avanços para a implementação da Lei nº 10.639/2003 na comunidade escolar, tem ainda, uma ação comedida, pois além de entraves práticos como a composição diminuta da equipe do núcleo, este, não é integrado efetivamente ao Projeto Político Pedagógico Institucional, limitando sua atuação, inclusive para a implementação de projetos visando o atendimento da referida Lei, que poderiam ser elaborados em conjunto com o corpo docente e o Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II.

Situação similar é vivenciada pela classe bibliotecária, visto que se revelou não ter ocorrido a participação efetiva de um bibliotecário nas câmaras que articularam as discussões para o novo PPPI. Teme-se portanto, que essa inércia esteja presente em toda a classe bibliotecária do Colégio Pedro II e se perpetue.

Tal hipótese emergiu após a constatação de que a estrutura da instituição escolar selecionada tem colaborado para a naturalização de uma imagem negativa do bibliotecário, pois seu distanciamento se inicia na exclusão de sua participação nos Projetos Pedagógicos, pois não basta que a biblioteca seja mencionada, e sim, que se criem mecanismos na estrutura escolar para que a função educativa e social do bibliotecário seja aproveitada nos processos de ensino e nas dinâmicas culturais do Colégio Pedro II.

Pressupõe-se, que o estereótipo da classe bibliotecária tenha se intensificado em torno do bibliotecário do *campus* Tijuca II, devido a ausência de atividades no espaço da biblioteca e conseqüentemente a carência de estratégias de promoção e *marketing* para divulgá-las, aliado às queixas dos docentes sobre a falta de interação e isolamento.

Acrescentando-se a esses fatores, a falta de capacitação direcionada aos bibliotecários para a implementação da Lei nº 10.639/2003, além da ausência de documentos e políticas de padronização e/ou orientação por parte da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura para o

desenvolvimento de coleções e os demais serviços e atividades culturais, bem como a divulgação destes, colaboram para o descrédito e a indiferença com que a biblioteca e o profissional bibliotecário são vistos neste *campus*.

A capacitação é um ponto importante que deve ser repensado pelo Colégio Pedro II, visto que a maioria dos cursos é voltada para o corpo docente, e quando houve uma iniciativa por parte da Seção de Bibliotecas em promover um curso para os bibliotecários não aconteceu devido à falta de verba.

A oportunidade de capacitação deve ser igualitária entre os servidores, independente de serem técnico-administrativos ou docentes, pois, embora haja ofertas constantes de capacitações relacionadas à Lei nº 10.639/2003 para os docentes, observou-se entre os pesquisados que não há uma preocupação em capacitar-se. Desse modo, o investimento de algum desses cursos poderia ser revertido para a classe bibliotecária.

Verificou-se nesse sentido, que a invisibilidade do bibliotecário enquanto profissional perpassa inclusive no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II, pois foi oferecido cursos de capacitação aos docentes, mas não se proporcionou nenhuma chance de capacitação a classe bibliotecária.

Além disso, apesar do coordenador do NEAB/CPII demonstrar consciência sobre a importância da função socioeducativa do bibliotecário na escola, não ocorre uma integração entre o núcleo e a classe bibliotecária para o desenvolvimento de um trabalho colaborativo visando o atendimento da Lei nº 10.639/2003, visto que não há a participação de bibliotecários entre os integrantes que compõem o NEAB/CPII. E além disso, o núcleo está disposto a desenvolver uma biblioteca sem a contribuição dos bibliotecários do Colégio Pedro II.

Caso não ocorra uma reação por parte do bibliotecário, suas responsabilidades e funções continuarão renegadas e imersas na invisibilidade, corroborando para a manutenção do estereótipo de isolamento desse profissional. Consequentemente tal postura tem inviabilizado o desenvolvimento de ações de mediação literária que pudessem colocar a Lei nº 10.639/2003 no cotidiano da biblioteca e da comunidade escolar como um todo.

Ressalta-se que embora não se tenha percebido esforços para a realização de projetos cooperativos visando à implementação da Lei nº 10.639/2003, a maioria dos profissionais pesquisados concordaram que essas atividades contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira, demonstrando a viabilidade do objetivo geral do estudo, a ser materializado pelo produto – proposta de diretrizes de atuação para os bibliotecários escolares

difundirem a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira.

Contudo, percebeu-se que a atuação do bibliotecário em prol da legitimidade cultural africana e/ou afro-brasileira no *campus* Tijuca II, tem refletido o que atribuem a classe bibliotecária no Projeto Político Pedagógico Institucional, nenhuma participação efetiva.

Entretanto, acredita-se que essa situação ainda possa ser revertida, visto que o PPPI ainda está em processo de reestruturação, necessitando somente, que a classe bibliotecária do Colégio Pedro II manifeste suas responsabilidades e direito de participação na estrutura pedagógico-cultural oferecida a comunidade escolar.

Seguindo por essa perspectiva, para trazer legitimidade a cultura africana e/ou afro-brasileira, primeiramente, faz-se necessário, uma reorganização do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, a fim de que se estabeleçam programas educativos e culturais em torno da leitura e pesquisa em parceria com as coordenações pedagógicas gerais, promovendo o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem, inclusive no tocante a Lei nº 10.639/2003, a fim de que sejam inseridos no Projeto Político Pedagógico Institucional, ratificando a função socioeducativa do bibliotecário na comunidade escolar.

Acresce ainda a participação efetiva nas rotinas da comunidade escolar, incluindo as reuniões pedagógicas, onde se poderá delinear as atividades de mediação literária a serem desenvolvidas para cada série no decorrer do ano letivo, em parceria com o corpo docente.

Para tanto, o bibliotecário escolar necessita de alguns subsídios básicos, dispostos entre as categorias: um olhar atento para a comunidade a que serve; espaço físico e recursos materiais; recursos humanos – contando com auxiliares de biblioteca para assistir no desenvolvimento das ações de mediação da leitura e mediação oral da literatura; colaboração – dos docentes, coordenações pedagógicas e direção pedagógica; política de desenvolvimento de coleções; recursos literários e/ou tecnológicos – computadores, dispositivos tecnológicos, livros em suportes tradicionais, audiolivros, e-books ou outras *medias* que prestigie a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira; serviços e/ou atividades culturais – já definidos em conjunto com a Seção de Bibliotecas e coordenações pedagógicas (inseridas no PPPI), porém, abertas a adaptações; e, promoção e *marketing* – para fins de divulgação dessas atividades.

Espera-se que a adoção desses recursos, aliado a um ambiente convidativo, favoreça a atuação do bibliotecário escolar para tratar de aspectos históricos e culturais que elucidem a atual situação socioeconômica dos negros; fatores que interferem na adoção de estigmas raciais – como a cor da pele, cabelo, lábios; processos que prejudicam a autoestima – como a

estrutura familiar, relações inter-raciais, escolha profissional, entre outras particularidades que dificultam o reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira.

Através da mediação literária o bibliotecário escolar tem a oportunidade de trazer protagonismo aos negros, de maneira positiva e leve, demonstrando suas contribuições a nação brasileira e a Década Internacional de Afrodescendentes instituída pela Organização das Nações Unidas, legitimando portanto, a herança cultural africana.

Acredita-se que o presente estudo tenha contribuído mesmo que em pequena escala para a Agenda 2030 da ONU implementada pela IFLA, uma vez que as bibliotecas oferecem uma infraestrutura que possibilitam tanto preservar quanto disseminar cultura, portanto, buscou-se enfatizar a necessidade de se partilhar toda a sorte de informação produzida, criando mecanismos que deem acesso a todo e qualquer conhecimento, seja para uso pedagógico ou cultural, pois, o vital é que todos possam ter oportunidades iguais para se desenvolver num sistema social marcado por desigualdades, a fim de que num futuro não tão distante, um mundo igualitário e sustentável, onde a cor da pele, não defina o local que um indivíduo deva ocupar, deixe de ser um sonho e se transforme numa realidade em todas as nações.

Pretos e pardos representam a maioria entre os cidadãos brasileiros, portanto, é uma incoerência que as desvantagens socioeconômicas dessa parcela da população, como também a contribuição cultural dos seus ancestrais – que configura a herança cultural de todos os brasileiros dada à expressiva influência no país, continue sendo tratada “minoritariamente” dentro da sociedade brasileira.

Para tanto, a educação em seu viés literário, se mostra uma alternativa viável de combate à violência simbólica vivenciada pela população negra, contribuindo para a erradicação de estigmas e legitimando a cultura africana e/ou afro-brasileira na escola.

A Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira propicia esclarecimentos e produção de sentidos de maneira prazerosa, oportunizando aos bibliotecários a participação na rotina da comunidade em que atua, com atividades de mediação literária, permitindo que a identidade cultural africana e/ou afro-brasileira se mantenha presente não só nas práticas em sala de aula como também no espaço da biblioteca escolar, ratificando inclusive, a importância da função do bibliotecário nas escolas.

A escola é a instituição norteadora para a implementação da Lei nº 10.639/2003, portanto é na sala de aula que o professor deve iniciar por um processo didático esse contato com a cultura de matriz africana, mas é, sobretudo, na biblioteca que o aluno aprende a

desenvolver sua autonomia enquanto leitor, sendo capaz de buscar por uma questão de identificação, curiosidade, ou até mesmo por uma questão didática, os livros de Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, em que o bibliotecário escolar por uma questão de acolhimento, além de sua responsabilidade social, esteja propenso a colaborar para que o aluno reconheça e, portanto, legitime a cultura africana e/ou afro-brasileira presente na sua identidade cultural.

Diante dessa perspectiva, almeja-se que esta pesquisa não se encerre, e sim, que sirva de estímulo a novos estudos, dado que há ainda muitos aspectos da temática a serem explorados por bibliotecários.

Espera-se, que este estudo, desperte na classe bibliotecária, o desejo de contribuir pela igualdade cultural e racial, propiciando o reconhecimento e a legitimação da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira não só pela população negra, mas por toda a sociedade brasileira, revelando, portanto, o lado educativo e social da profissão.

7 PROPOSTA DE DIRETRIZES DE ATUAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS ESCOLARES DIFUNDIREM A LITERATURA INFANTOJUVENIL AFRICANA E/OU AFRO-BRASILEIRA

Apresenta-se a proposta de diretrizes de atuação para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira e suas respectivas etapas estruturadas. Almeja-se que o presente documento, parte integrante desta dissertação, seja aproveitado pela classe bibliotecária do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II. Destaca-se que as discussões apresentadas no quadro teórico serviram de base para a fundamentação desta proposta.

7.1 INTRODUÇÃO

A elaboração deste documento emergiu do entendimento de que diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas, para que a partir das determinações iniciais, possa tomar novos rumos, e, por isso, não visam a desencadear ações uniformes, mas objetivam oferecer referências e critérios para que se introduzam ações, as avaliem e reformulem no que e quando necessário⁸.

O estabelecimento da Lei nº 10.639 de 2003 que determina o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira vem propiciar uma modificação quanto à atuação dos profissionais nas escolas, e, por consequência, na leitura de mundo dos futuros cidadãos, ao oferecer a reflexão sobre práticas pedagógicas e culturais que elucidem a visão que se naturalizou no imaginário coletivo brasileiro acerca do negro e da cultura de matriz africana.

Acredita-se, portanto, que para atender tal exigência, torna-se imperativo a inclusão da biblioteca no Projeto Pedagógico da escola, integrando seus programas aos currículos, a fim de que as principais atuações do bibliotecário, entre estas, as ações de promoção à leitura, atingindo mais diretamente a formação do leitor literário e as atividades de letramento informacional, que por sua vez possibilitam a aquisição de competências informacionais, possam colaborar nos processos de ensino-aprendizagem, ampliando as chances de obtenção de conhecimento por parte dos discentes, além de ratificar o papel educativo do bibliotecário

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comdocman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-novapdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2016.

escolar.

Além disso, a inserção da referida Lei, permitiu ponderar ações que atendem, inclusive a Agenda 2030 da ONU implementada pela IFLA, pois, ao dar acesso à informação sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira, colabora para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, possibilita uma consciência crítica acerca da situação desfavorável vivenciada pelos negros na sociedade brasileira e conseqüentemente, meios para revertê-la.

O fato, para alguns inesperado, é que os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável que integram a Agenda 2030, englobando o desenvolvimento econômico, ambiental e social, podem ser alcançados, contando entre outros, com o suporte da Biblioteconomia, caso houvesse uma preocupação contínua dos países em providenciar os meios necessários para que os bibliotecários pudessem oferecer o acesso à informação em seus diversos suportes e o desdobramento de seus serviços independente da especialidade das bibliotecas. Petit (2009, p. 118), nos relata a dimensão do que pode ser desenvolvido e do que podemos esperar desses espaços numa idealização possível:

Elaborar um espaço onde encontrar um lugar, viver tempos que sejam um pouco tranquilos, poéticos, criativos, e não apenas ser o objeto de avaliações em um universo produtivista. Conjuguar os diferentes universos culturais de que cada um participa. Tomar o seu lugar no devir compartilhado e entrar em relação com outros de modo menos violento, menos desencontrado, pacífico.

Ao percorrer por toda a Agenda 2030 da IFLA, consegue-se compreender a conexão progressiva de seus alvos. Por mais distantes que alguns deles possam parecer quando comparados a proposta da presente da pesquisa, sua correlação demonstra exatamente o contrário, que estão muito próximos das proposições desenvolvidas, visto que a execução de uma meta leva a outra. Porém, não se pode ignorar que a falta de um ambiente ideal, conjugado por todas as esferas componentes de uma nação, inviabilizam a execução dessas metas, incompatibilizando conseqüentemente, algumas dessas aproximações com o estudo.

Desta maneira, a criação da Lei nº 10.639 de 2003 traz a motivação para enveredar por caminhos que levem a entender qual a melhor abordagem a ser aplicada, a fim de que os bibliotecários obtenham sucesso no reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira, na tentativa de contribuir para a dissipação de preconceitos e discriminações raciais, ao adequar as bibliotecas escolares a essa demanda pedagógico-cultural, evidenciada pelas atividades de mediação da leitura e mediação oral da literatura, focalizando, contudo, as de origem Africana e/ou Afro- Brasileira, contribuindo, mesmo que em pequena escala, para a implementação da Agenda 2030.

Desse modo, almeja-se que estas diretrizes ofereçam subsídios básicos para que sejam efetuadas atividades de mediação literária atendendo as premissas da referida Lei. Para tanto, dividiu-se este documento em sete subseções:

1) Um conjunto de características necessárias a biblioteca escolar para a mediação literária (espaço físico e recursos materiais; comunidade; política de desenvolvimento de coleções; recursos literários e/ou eletrônicos; promoção e/ou *marketing*; recursos humanos e colaboração), traduzindo os requisitos que se presumiu serem necessários à estruturação de atividades de mediação literária na biblioteca escolar.

2) Aspectos da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira.

3) Um agrupamento de aspectos fenotípicos e subjetivos atribuídos aos negros, a serem destacados nas atividades de mediação literária, com as devidas precauções, a fim de propiciar análises e desvendar tais estereótipos.

4) Algumas considerações sobre a mediação da leitura e mediação oral da literatura.

5) Sequência pedagógico-cultural a ser contemplada nas atividades de mediação da leitura e mediação oral da Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira, servindo de exemplo para aproveitamento em ações futuras.

6) Sugestões de fontes de informação relacionadas à população negra e a cultura africana e/ou afro-brasileira, que podem servir de apoio ao atendimento da Lei nº 10.639 de 2003.

7) Avaliação de resultados, em que se expõe um modelo de autoavaliação profissional relacionada à implementação da Lei nº 10.639 de 2003.

7.2 JUTIFICATIVA

Esta proposta de diretrizes se mostra coerente, à medida que acata o duplo arbitrário inerente à ação pedagógica que se dá através da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira por meio da homologação da Lei nº 10.639 de 2003, visto que não há ação pedagógica “culturalmente livre” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 30).

Sendo assim, procura-se oferecer subsídios a fim de que a mediação bibliotecária permita que a inserção de uma cultura naturalizada como não legítima, incida sobre a reprodução da cultura dominante, contribuindo mesmo que timidamente para a desestruturação do racismo, valorização da população negra e conseqüentemente no reconhecimento de uma identidade cultural africana e/ou afro-brasileira por parte dos

discentes, ratificando a função socioeducativa do bibliotecário escolar, como também a responsabilidade social da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Portanto, a justificativa para a criação dessa proposta de diretrizes é pautada na necessidade de estruturação das ações pedagógico-culturais a serem desenvolvidas pelo bibliotecário escolar visando à implementação da Lei nº 10.639 de 2003, dado que o Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, ainda não possui um documento que respalde a atuação do bibliotecário escolar relacionada a essa demanda legal.

Além disso, essa proposta de diretrizes colabora com a Agenda 2030 e traz representatividade a classe profissional diante da Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024, proclamada pela Organização das Nações Unidas em 2013.

7.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando a relação que se estabelece entre a leitura, o capital cultural e as relações de poder fomentadas pela reprodução da cultura dominante nos sistemas de ensino, e como a manipulação da cultura pela classe dominante ao longo do desenvolvimento histórico-cultural do país, contribuiu para as desigualdades socioeconômicas vivenciadas pelos negros, influenciando num reconhecimento negativo do legado cultural africano e conseqüentemente na percepção da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira, pois:

Sabemos que as várias instâncias do poder se imbricam entre si, como vasos comunicantes, o que permite às classes detentoras e próximas do poder político-econômico serem, elas mesmas, produtoras, mantenedoras, divulgadoras e consumidoras de seus produtos culturais. Executando movimentos autocentrados, ignoram, menosprezam, deslegitimam modos de saber nascidos em espaços diferenciados dos seus. (EVARISTO, 2009, p. 21).

Uma vez que:

O monopólio da legitimidade cultural dominante é sempre o resultado do jogo de uma concorrência entre instâncias ou agentes: segue-se que a imposição de uma ortodoxia cultural corresponde a uma forma particular de estrutura do campo de concorrência. Tal particularidade não aparece completamente exceto se a ligamos a outras formas possíveis tais como o ecletismo e o sincretismo, vistos como solução escolar dos problemas colocados pela concorrência para a legitimidade no campo intelectual ou artístico, e pela concorrência entre os valores e as ideologias das diferentes frações das classes dominantes. (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 35).

Tais circunstâncias propiciam a compreensão acerca da subalternidade do negro na sociedade brasileira e oferece uma possibilidade de mudança através do cumprimento da Lei

nº 10.639 de 2003 nos sistemas de ensino, através da cultura, em seu viés literário, dado que “raça e etnia não são vistas como ‘atributos naturais’, mas como construções culturais que se instituem nos mais variados artefatos – incluindo os livros de literatura, que contribuem para a recriação das identidades raciais dos sujeitos que com eles interagem.” (SILVEIRA et al., 2012, p. 188).

Com base nessas premissas, vislumbra-se na biblioteca escolar, a realização de um trabalho socioeducativo pelo bibliotecário, enquanto mediador, com livros literários africanos e/ou afro-brasileiros, visando à modificação do olhar discente quanto às essas problemáticas, baseadas nos princípios da Educação Intercultural, contribuindo concomitantemente para uma melhoria nos processos de ensino-aprendizagem, visto que:

Tal concepção de educação (como contexto integrador entre diferentes sujeitos e entre seus respectivos contextos culturais) e de educador (como o articulador de mediações) ganha agora um novo enfoque, a partir dos estudos que vimos realizando sobre o hibridismo da identidade dos sujeitos e de seus contextos culturais. (FLEURI, 2002, p. 409-410).

Através das atividades de mediação da leitura e mediação oral da literatura, por meio das Literaturas Africanas e/ou Afro-Brasileiras, busca-se a troca de experiências entre indivíduos de diferentes contextos culturais, promovendo a negociação do *habitus*, enquanto produto da interiorização de um arbitrário cultural (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 44), através de processos de interação e interpretação, que podem variar segundo Bortolin (2010, p. 99), de acordo com o repertório do leitor, ou seja, suas experiências pessoais, a que denomina de acervo pessoal:

Daí concluímos que a biblioteca abriga um trabalho de animação cultural quando se compromete socialmente, isto é, quando acata as produções das diferentes vozes da sociedade e não apenas quando transmite a voz dominante às demais. A animação de leitura implica, por seu turno, a participação efetiva dos leitores, que passam a ter na biblioteca o espaço de discussão dos temas de seu interesse. O que vale é a troca de idéias e não a imposição daquelas que, historicamente, têm sido as hegemônicas. (AGUIAR, 2007, p. 152-153).

Preza-se, portanto, que o bibliotecário utilize dos recursos da biblioteca escolar, a fim de articular estratégias que ofereçam constantes interações entre diferentes culturas, pois as trocas de experiências com o outro, propiciam a reflexão e negociação do *habitus*, e por consequência, da identidade cultural, dado sua natureza cambiante, podendo ser inclusive, impactada pelas inúmeras possibilidades de representação cultural provenientes do mundo globalizado (HALL, 2015, p. 12). Portanto, ao se aproveitar dessas características, o bibliotecário escolar tem a oportunidade de promover um “pertencimento” à cultura africana

e/ou afro-brasileira pelos discentes, emergindo esclarecimentos e reconhecimentos conforme exige a Lei nº 10.639 de 2003, contribuindo assim, para a legitimidade dessa matriz cultural.

7.4 OBJETIVOS DA PROPOSTA

Segue o objetivos geral e específicos.

7.4.1 Objetivo geral da proposta

Elaborar diretrizes de atuação para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo discente no Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II.

7.4.2 Objetivos específicos da proposta

- Estimular o desenvolvimento de projetos pedagógico-culturais relacionados à Lei nº 10.639 de 2003.
- Orientar a realização de atividades de mediação da leitura e mediação oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira pelos bibliotecários do Colégio Pedro II.
- Propiciar a discussão, modificação ou complemento dessas diretrizes, visando uma melhoria no que tange a realização de atividades de mediação literária pelos bibliotecários escolares.
- Promover a integração das bibliotecas ao Projeto Pedagógico da escola.
- Aproximar bibliotecários e docentes para um trabalho colaborativo contínuo.
- Emergir a necessidade de capacitação profissional do bibliotecário escolar para o atendimento da Lei nº 10.639 de 2003.

7.5 BENEFICIÁRIOS

Em primeira instância, almeja-se beneficiar os bibliotecários do Colégio Pedro II, através do compartilhamento de informações, propiciando reflexões acerca da função socioeducativa a ser desempenhada diante da implementação da Lei nº 10.639 de 2003 e mais amplamente no cenário de intolerância racial e cultural que tem permeado a sociedade como

um todo, demonstrando a importância desse profissional para a comunidade escolar. Deste modo, ao efetivar práticas visando o atendimento da referida Lei, o bibliotecário atinge aos discentes, docentes, técnicos-administrativo e quiçá o entorno da comunidade escolar.

7.6 METODOLOGIA

Para se elaborar a proposta de Diretrizes de atuação para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira, realizou-se uma investigação sobre os conceitos: leitura literária, biblioteca escolar, mediação da leitura, mediação oral da literatura, Lei nº 10.639/2003, identidade cultural, violência simbólica, estigma, Educação Intercultural e *habitus*.

Uma pesquisa de campo foi realizada na biblioteca escolar selecionada, em que se obteve informações de que não existem parâmetros ou políticas para embasar o trabalho bibliotecário, inclusive que viabilizassem a implementação da Lei nº 10.639 de 2003.

Enfatiza-se que se efetuou uma articulação da publicação do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais intitulado “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares”, com as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar e o documento da IFLA “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, possibilitando a geração de categorias e de questionamentos que auxiliaram posteriormente na análise dos dados, bem como na estruturação do produto da pesquisa.

Aplicou-se também, questionários ao bibliotecário do *campus* selecionado, ao chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, ao coordenador do NEAB/CPII, coordenadores e docentes de cada uma das disciplinas elencadas pela referida Lei e diretor pedagógico.

Os resultados possibilitaram identificar desconhecimento sobre as possibilidades do antigo Projeto Político Pedagógico que vigorou até 2017 e o atual Projeto Político Pedagógico Institucional que foi disponibilizado a comunidade escolar em meados de 2018.

Não se observou a participação e interação do bibliotecário nas reuniões pedagógicas e elaboração de projetos pedagógico-culturais junto aos docentes para o atendimento da referida Lei.

Nesse sentido, a proponente se predispõe a divulgar este projeto a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, propondo a criação de um Grupo de Trabalho envolvendo bibliotecários, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro

II e a colaboração do corpo docente – principalmente coordenadores e docentes das disciplinas elencadas pela Lei nº 10.639 de 2003, a fim de analisar, discutir e aprimorar a presente proposta de Diretrizes de Atuação para Mediação da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira para o atendimento da referida Lei pelo Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II. Almeja-se, portanto, que esta proposta coopere para que bibliotecários escolares atuem em prol da legitimidade cultural africana e/ou afro-brasileira.

7.7 DIRETRIZES DE ATUAÇÃO PARA MEDIAÇÃO DA LITERATURA AFRICANA E/OU AFRO-BRASILEIRA

Esta seção apresenta as características que delineiam a proposta de diretrizes para a difusão da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, expostas por meio de categorias estipuladas no decorrer da pesquisa, em que se resumem as principais ações sugeridas pelo documento “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services”, pela publicação do Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da UFMG, “Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares”, complementado pelas Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar, dado que constituem um referencial para um atendimento de qualidade por parte classe bibliotecária, tanto no que condiz a diversidade cultural, quanto das práticas inerentes ao espaço da biblioteca escolar, visto que esses documentos sugerem inúmeras ações, das quais selecionou-se as que se julgaram essenciais para que o bibliotecário escolar obtenha parâmetros de atuação para colocar em prática o que determina a Lei nº 10.639/2003, através da mediação literária, conforme descrito a seguir.

7.7.1 Características necessárias a biblioteca escolar para a mediação literária

Espaço Físico e Recursos Materiais

Este documento se firma na convicção de que todos os tipos de bibliotecas devem atender a diversidade racial e cultural, principalmente diante das transformações vivenciadas na atualidade global.

As bibliotecas devem reunir comunidades multiculturais. Como locais de encontro, as bibliotecas podem formar arenas de interação entre pessoas de todos os tipos de culturas. Eventos, exposições e sessões conjuntas sobre questões culturais e engajamento social darão a pessoas de todos os tipos de culturas a oportunidade de aprenderem umas com as outras, praticar ou

melhorar suas habilidades linguísticas, entender as vidas e perspectivas, e fazer novas amizades. (IFLA, 2009, p. 6-7, tradução nossa).

No que condiz, especificamente ao objetivo desta diretriz, presumi-se que se necessita de um espaço que acolha a diversidade racial e cultural com igualdade, propiciando trocas plurais, mas, favorecendo concomitantemente o reconhecimento de uma identidade cultural africana e/ou afro-brasileira que permeia a sociedade brasileira. Nesse sentido:

O mediador de leitura deve avaliar o local onde desenvolverá a mediação. Ele não precisa ser sofisticado, mas propiciar acomodação confortável ao leitor-ouvinte e ambiente com acústica e ventilação adequadas. No entanto, a preocupação principal deve ser a construção de uma ambiência para narrativa levando em conta que o imaginário e o prazer estético são fundamentais aos indivíduos em qualquer faixa etária. Com criatividade e flexibilidade no banco de uma praça pode-se criar um clima propício à narrativa. (ALMEIDA JÚNIOR; BORTOLIN, 2010, p.98).

Portanto, com uma estrutura básica, incluindo um espaço com assentos para acomodar os discentes que ali vão para as ações pedagógico-culturais, computadores com acesso a Internet, além de Datashow e caixas de som, consegue-se realizar inúmeras atividades de mediação literária.

Comunidade

É importante que a biblioteca esteja alinhada com toda a comunidade escolar. Deste modo, deve-se implementar políticas e parâmetros para orientar o trabalho a ser desenvolvido pela biblioteca escolar, considerando o atendimento do currículo escolar, como também de programas de leitura que contemplem a diversidade cultural da comunidade a que serve, portanto, faz-se necessário a integração ao Projeto Político Pedagógico da escola.

Precisamos vincular a função de apoio da biblioteca escolar e seu uso como recurso educacional ao âmbito do planejamento e da organização escolar. Aqui podemos encontrar sua utilidade pedagógica. Evidentemente, para o desenvolvimento da biblioteca escolar é necessária uma estrutura organizacional estável a qual favoreça seu desenvolvimento como ambiente de aprendizagem e leitura. (DURBAN ROCA, 2012, p. 89-90).

A biblioteca escolar deve observar ainda, a diversidade racial e cultural da comunidade escolar e as representações que dela são propagadas, a fim de que não efetue atividades discriminatórias nesse espaço que deve ser voltado a trocas plurais, pois:

Olhando de soslaio para a paisagem midiática brasileira podemos observar um trajeto, pontilhado por estigmas e estereótipos, que parece se repetir indefinidamente. As malhas verbovisuais que compõem a cena intersemiótica (imagens, textos escritos, som, projeções gráficas e

diagramáticas) posicionam sujeitos e temas nos espaços de representação de modo a fixá-los em categorias predeterminadas. (BORGES, 2012, p. 188).

Ao avaliar que a biblioteca escolar, pode favorecer o reconhecimento da identidade cultural e o desenvolvimento amplo da cidadania dos discentes, deve-se considerar os discursos e imagens disseminados, e, portanto, a necessidade de uma participação ativa do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da escola nesse espaço, promovendo ações que contribuam para a valorização da cultura e da imagem da população negra, produzindo reflexões de estímulo a igualdade e combate aos preconceitos raciais.

Política de Desenvolvimento de Coleções

A política de desenvolvimento de coleções é, de acordo com Weitzel (p. 18), um instrumento que possibilita o processo de formação e crescimento de coleções, constituindo-se num documento formal que deve expressar o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve, permitindo a articulação das seis etapas do processo de desenvolvimento de coleções: estudo da comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, avaliação e desbastamento/descarte.

Dado que este estudo, se preocupa com a mediação de livros literários africanos e/ou afro-brasileiros, enfatiza-se especificamente a política de seleção, que segundo Vergueiro (1995, p. 68), deve informar sobre a: identificação dos responsáveis pela seleção de materiais, os critérios utilizados no processo, os instrumentos auxiliares, as políticas específicas e os documentos correlatos.

Torna-se essencial à implementação da Lei nº 10.639/2003, a criação de uma política de desenvolvimento de coleções que atendam a essas características, mas que seja discutida em conjunto com a comunidade escolar, considerando a colaboração primordial do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da instituição, a fim de que se estruture de acordo com o Parecer nº 6 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2011, p. 8), que traz orientações para que o material a ser utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista, dado que “a literatura, em sintonia com o mundo, não está fora dos conflitos, das hierarquias de poder e das tensões sociais e raciais nas quais o trato à diversidade se realiza”.

Desta maneira, a política de desenvolvimento de coleções, deve atender aos interesses da sua comunidade, prezando pelas experiências e, portanto, a visão de mundo de todas as

culturas que permeiam a identidade cultural do país, inclusive a africana e/ou afro-brasileira. Sendo assim, vislumbra-se nas recomendações de Vergueiro (1995, p. 21-27), meios para adotar critérios de seleção que se coadunem ao referido parecer e por consequência, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

Critérios que abordam o conteúdo dos documentos: autoridade, precisão, imparcialidade, atualidade e cobertura/tratamento;

Critérios que abordam a adequação ao usuário: conveniência, idioma, relevância/interesse e estilo;

Critérios que abordam aspectos adicionais do documento: características físicas, aspectos especiais, contribuição potencial e custo.

Acredita-se na necessidade de fornecer aos discentes outra Literatura, além da produzida pela cultura dominante, em formatos diferenciados e de várias fontes. Para tanto, as Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar (2016b, p. 40) expõe que a política de desenvolvimento de coleções “deve incluir orientações para a obtenção de recursos que tenham sido criados tanto local como internacionalmente e que reflitam as identidades nacionais, étnicas, culturais, linguísticas e autóctones dos membros da comunidade escolar”, que pode ser desenvolvida com o apoio das políticas vigentes que prezam por uma educação antirracista, além do documento da IFLA, “Multicultural Communities: Guidelines for Library Services” (2009, p. 13, tradução nossa), que preza inclusive, pela “identificação de políticas ou legislação relevante que impacta na provisão de recursos multiculturais e multilíngues”, uma vez que:

É responsabilidade dos sistemas de ensino e das escolas identificar a incidência de estereótipos e preconceitos garantindo aos estudantes e a comunidade uma leitura crítica destes de modo a se contrapor ao impacto do racismo na educação escolar. É também dever do poder público garantir o direito à informação sobre os contextos históricos, políticos e ideológicos de produção das obras literárias utilizadas nas escolas, por meio da contextualização crítica destas e de seus autores. (BRASIL, 2011, p. 8).

Desse modo, vislumbra-se uma seleção de recursos literários africanos e/ou afro-brasileiros nas escolas, entrelaçados ao currículo e programas de leitura, não somente por atendimento a uma demanda legal, mas pelo dever que a educação tem de preservar o patrimônio cultural, ampliando horizontes e por consequência, transformando histórias de vida.

Recursos Literários e/ou Eletrônicos

Partindo da premissa de que este documento preza pela mediação literária, principalmente a oral, marca da cultura africana, o bibliotecário escolar deve estar atento ao acervo que irá adquirir, a fim de contemplar os aspectos valorativos da cultura africana e/ou afro-brasileira, evitando assim, a ocorrência de estereótipos, pois:

[...] tratando-se principalmente de um trabalho com narrativas orais, a biblioteca estará lidando com um acervo vivo e dinâmico, o que exige práticas também dinâmicas e criativas do profissional da informação/bibliotecário, [...] requer assumir a consciência do seu papel de mediador da memória (entre o que lembrar e esquecer) e, portanto um posicionamento na luta contra o esquecimento. (CARDOSO, 2011, p. 82).

Para isso, o bibliotecário deve prezar por um acervo que corresponda às necessidades reais dos alunos, a fim de que todos se sintam representados. No que condiz a implementação da Lei nº 10.639/2003, espera-se que o profissional selecione recursos literários e/ou eletrônicos que valorizem a cultura africana em todos os aspectos.

Segundo Duarte (2013, p. 149), a articulação dos cinco elementos autoria, temática, ponto de vista, linguagem e público – configura a existência do texto afro-brasileiro. Portanto, pode-se seguir as recomendações do referido autor, ponderando sobre a pluralidade da comunidade escolar, uma vez que:

Os recursos identificados para atender às necessidades de determinados grupos culturais podem variar em formato e conteúdo, abrangendo desde o acesso à Internet até jornais, periódicos, itens audiovisuais, DVDs legendados, livros de histórias, revistas, livros de bolso, *graphic novels*, até livros tradicionais de ficção e não-ficção. (IFLA, 2009, p. 13, tradução nossa).

Promoção e/ou *Marketing*

O bibliotecário escolar deve procurar ajustar os processos de comunicação da biblioteca, a fim de atingir a comunidade escolar como um todo.

Além de cartazes espalhados pela escola, sugere-se utilizar o envio de e-mails a docentes e discentes com o propósito de lembrá-los sobre as atividades a serem oferecidas nas bibliotecas, bem como as novas aquisições literárias.

Recomenda-se também, publicações regulares nas redes sociais da escola e da biblioteca, pois podem ser grandes aliadas na divulgação e troca de experiências na atualidade, pois, de acordo com a IFLA (2016b, p. 58), o “marketing e a promoção focalizam-

se em produtos e serviços mais imediatos desenvolvidos para ir ao encontro dos desejos e necessidades dos utilizadores da biblioteca”.

Informando ao público alvo com antecedência, mas utilizando de estratégias para alertá-los sobre a proximidade dos eventos, se obterá uma frequência significativa, como também um fluxo contínuo de usuários nas atividades propostas pela biblioteca.

Recursos humanos

A biblioteca escolar deve contar com um profissional bibliotecário, conforme estipulado pela Lei 12.244/2010 – que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, e, se possível, preparado para atender as demandas pedagógicas e culturais acarretadas pela Lei nº 10.639/2003.

Para a realização das atividades inerentes a esse espaço, presumi-se a contribuição de auxiliares de biblioteca.

Diante das demandas da referida Lei, almeja-se que tais profissionais tenham a oportunidade de se capacitarem, para que possam oferecer um atendimento de qualidade, posto que:

O sucesso dos serviços de biblioteca para uma comunidade culturalmente diversificada depende em grande parte da equipe que os fornece. Os papéis dos recursos humanos devem ser determinados pelos objetivos do plano multicultural de serviços bibliotecários. [...] é igualmente importante que o pessoal com boas habilidades de comunicação trabalhe com a comunidade, estabelecendo e mantendo contatos para garantir a prestação de serviços eficaz. (IFLA, 2009, p. 19, tradução nossa).

Colaboração

A colaboração do bibliotecário escolar está intimamente ligada à importância que a comunidade escolar atribui à biblioteca e a seus recursos pedagógicos e culturais, isto é, a sua inclusão dentro do Projeto Pedagógico da escola, permitindo uma integração entre as diversas disciplinas que constam do currículo, oferecendo a oportunidade ao bibliotecário de dispor de sua função socioeducativa aos processos de ensino-aprendizagem da instituição em que atua.

A colaboração é considerada essencial e significa o envolvimento do bibliotecário com os professores no planejamento, na implementação e na avaliação das atividades relacionadas com a biblioteca. O bibliotecário é visto como catalisador dessa colaboração não só iniciando ações de relacionamento com os professores individualmente, mas também buscando criar uma cultura de colaboração na escola. Sabe-se que esse processo exige tempo e energia, e é fundamental para garantir o êxito das atividades da

biblioteca. (CAMPELLO, 2009, p. 25).

Dessa maneira, espera-se que ocorra reciprocidade em relação ao bibliotecário escolar e docentes. Contudo, uma postura proativa do bibliotecário pode viabilizar junto ao corpo docente projetos interdisciplinares visando o atendimento da Lei nº 10.639 de 2003, pois, de acordo com a IFLA (2016b, p. 52), o bibliotecário pode ensinar “[...] colaborativamente com outros professores e cada elemento dessa equipe de ensino contribui, nas suas diferentes áreas de conhecimento, para a concepção e implementação de atividades de ensino e aprendizagem”.

7.7.2 Aspectos da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira

A atuação do bibliotecário enquanto mediador da leitura deve ir além das recomendações literárias, despertando no leitor uma visão esclarecida e crítica acerca da realidade histórica e social do mundo no qual está inserido.

Partindo da premissa de que “[...] a cultura legítima, isto é, a cultura dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbitrário cultural dominante, na medida em que ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante” (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 36), deve-se considerar que a biblioteca escolar enquanto recurso pedagógico-cultural pode acabar por contribuir que uma única cultura seja reconhecida como legítima, dado que “[...] a literatura, enquanto forma de poder de articulação e de imposição de um determinado discurso, revela não só as representações literárias para as/das classes hegemônicas, como também exerce o poder de representar o Outro.” (EVARISTO, 2009, p. 21).

Portanto, cabe ao bibliotecário escolar, oferecer desde a infância, livros que retratem a diversidade racial e cultural, mostrando visões de mundo diferenciadas, que tem sido excluídas do currículo escolar por não atenderem a critérios pautados em bases eurocêtricas, estimulando a naturalização de estereótipos principalmente entre os negros em função do racismo, pois enquanto “forma de aprisionamento social e cultural, o estereótipo petrifica as identidades em figurações de face única, ralas e carregadas de univocidade. Com isto, estabelece uma linha de continuidade entre construções propriamente literárias e um imaginário social eivado de preconceitos.” (DUARTE, 2013, p.147).

A Literatura, seja Africana, e/ou Afro-Brasileira oportuniza a negros e brancos a constatação de que a situação vivenciada pelos negros na atualidade é fruto dos

acontecimentos histórico-culturais que ceifaram a construção de uma cidadania plena, favorecendo o estabelecimento de estigmas de raça e de caráter, em função de suas características fenotípicas (GOFFMAN, 2004, p. 6), que se enraizaram no Brasil, prejudicando o reconhecimento de uma identidade cultural africana e/ou afro-brasileira por parte de sua população. Nesse sentido, Elias e Scotson (2000, p. 175) observam que “essa internalização da crença depreciativa do grupo socialmente superior pelo socialmente inferior, como parte da consciência e da imagem que este tem de si, reforça vigorosamente a superioridade e a dominação do grupo estabelecido”.

Por essa razão, enfatiza-se a necessidade de inclusão dessas Literaturas nos programas da biblioteca escolar, pois:

Em sentido restrito, considera-se negra uma literatura feita por negros ou por descendentes assumidos de negros e, como tal, reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização que, por força de condições atávicas, sociais, e históricas condicionadoras, caracteriza-se por uma certa especificidade, ligada a um intuito claro de singularidade cultural. (PROENÇA FILHO, 2004, p. 185)

Cabe ressaltar, que a Literatura Africana a que o presente documento se refere, é instituída em Língua Portuguesa, porém, exprimindo as particularidades inerentes a cada um dos países que a compõem, visto que:

As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa são ainda jovens, com aproximadamente, 160 anos de existência. [...] Embora não se tenham desenvolvido sempre em conjunto, devido aos seus respectivos contextos sócio-culturais diferenciados, essas literaturas são, geralmente, estudadas, nos meios universitários ocidentais, sob denominação abrangente que envolve a produção literária de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, ex-colônias de Portugal na África. (SECCO, 2011, s. p.).

Nesse sentido, enfatiza-se que um trabalho colaborativo entre o bibliotecário e os docentes, contribuiria para traçar rotas de leitura, considerando as lutas de libertação, as especificidades socioeconômicas, políticas e culturais desses países em contraponto com o Brasil. Para tanto, Amâncio (2014, p. 52-77) fornece os aspectos da Literatura de cada país:

Enfoques da Literatura Guineense

- Afirmação da identidade guineense;
- Reflexão sobre os problemas sociais oriundos da colonização portuguesa;
- Expressões de etnicidade;
- O universo da oralidade e a importância do crioulo guineense;
- Estratégias políticas e mobilização do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (PAIGC).

Enfoques da Literatura Cabo-Verdiana

- Afirmação da identidade cabo-verdiana (cabo-verdianidade);
- Insularidade;
- As ambiguidades do ir e vir (trânsito dos sujeitos);
- Expressões da oralidade e a importância do crioulo cabo-verdiano;
- Condição de flagelo e improdutividade consequentes do Vento-Leste;
- Processos de mestiçagem;
- Impactos da Revista Claridade;
- Impactos da Revista Certeza;
- Estratégias políticas e mobilizações do PAIGC.

Enfoques da Literatura Santomense

- Afirmação da identidade são-tomense (santomensidade);
- Afirmação da identidade negra;
- Insularidade;
- Exuberância da natureza;
- Expressões de etnicidade;
- Expressões da oralidade e a importância do crioulo são-tomense;
- Condição de flagelo e improdutividade consequentes do Vento-Leste;
- Relações étnico-raciais e as tensões da mestiçagem;
- Tensão anticolonial.

Enfoques da Literatura Angolana

- Afirmação da identidade angolana (angolanidade);
- Afirmação da identidade negro-africana;
- África-Mãe;
- Exuberância da natureza;
- Expressões de etnicidade;
- O universo da tradição oral angolana;
- Tensões entre oralidade e escrita;
- Relações étnico-raciais;
- Luta anticolonial;
- Estratégias políticas e mobilizações do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Enfoques da Literatura Moçambicana

- Afirmação da identidade moçambicana (moçambicanidade);
- Afirmação da identidade negro-africana;
- África-Mãe;
- Especificidades da natureza moçambicana;
- Expressões de etnicidade;
- O universo da tradição oral moçambicana;
- Tensões entre oralidade e escrita;
- Relações étnico-raciais;
- Luta anticolonial;
- Estratégias políticas e mobilizações da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Acredita-se na possibilidade de um diálogo entre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e a Literatura Afro-Brasileira, visto que emergem, além da cultura ancestral, a

realidade vivenciada no cotidiano, ou seja, a adscrição racial sofrida por essa parcela da população.

Nesse sentido, Amâncio (2014, p. 84) evidencia as seguintes articulações estético-discursivas, entre essas Literaturas:

- Afirmação da identidade negra brasileira (afro-brasilidade);
- Afirmação da identidade negro-africana;
- Retomada da África-Mãe na reflexão crítica sobre afrodescendência;
- Expressões de etnicidades como presentificação das heranças africanas;
- O universo das tradições orais africanas e afro-brasileiras;
- Tensões étnico-raciais;
- Exclusão racial em contextos urbanos;
- Vivências e discursos da população negra brasileira;
- Luta antirracista;
- Estratégias políticas e mobilizações sociais.

Presumi-se que o contato com essas Literaturas permite verificar as semelhanças entre os países africanos de Língua Portuguesa e o Brasil, revelando a faceta militante que pode ser investida a Literatura, funcionando como um instrumento de resistência cultural diante do imposto pelo colonizador seja o de outrora ou do que intervém na atualidade, resgatando as tradições, os mitos, as práticas culturais e, vagarosamente, a identidade cultural nacional brasileira.

Desta maneira, ao tratar da identidade, a memória é remetida automaticamente, pois, esta participa da noção de pertencimento de todos os indivíduos. Ao atentar-se para a memória individual, contida “no quadro de sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam a tomar lugar suas lembranças” e na memória coletiva “que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, na medida em que estas interessam ao grupo”, as narrativas oferecem aos discentes, o reconhecimento gradativo da identidade cultural africana, visto que Halbwachs (1990, p. 53), menciona que “a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela confundir-se momentaneamente com ela”.

As Literaturas de matriz africana oferecem um vasto repertório de autoria negra, possibilitando aos discentes uma abordagem positiva acerca do negro, pois para aqueles a quem a arte literalmente imita a vida, emergir as subjetividades dos personagens no tocante a empatia do leitor torna-se especialmente autêntico, dado que, a leitura literária “[...] permite, através da narração de acontecimentos e dos sentimentos dos personagens, ter conhecimento sobre o outro. A chamada experiência literária engrandece nossa percepção do mundo e do outro, sendo, portanto, uma atividade de prática e desenvolvimento da empatia.” (ALENCAR; ORNELLAS, 2015, s. p.). Desta maneira:

O que julgo se deve considerar é que nesses textos há o centramento na causa do negro no Brasil, na luta por sua indiscutível afirmação cultural na realidade brasileira, e que eles se convertem, legitimamente, em revelação, denúncia, ruptura, produto cultural afirmativo, realizado por escritores que, mais do que quaisquer outros, têm condições de concretizá-lo. (PROENÇA FILHO, 2004, p. 187).

Presumi-se que as Literaturas Africanas e/ou Afro-Brasileiras se traduzam em ferramentas eficazes para o reconhecimento da identidade cultural africana, uma vez que tendem a se preocupar com a afirmação do negro, na superação da violência simbólica, quando não física vivenciada cotidianamente por essa parcela da população, para uma recuperação da humanidade ao descaracterizar estereótipos, resgatando a memória coletiva e emergindo uma visão de mundo carregada de ancestralidade, antes renegada pela perspectiva eurocêntrica, pois:

[...] deparamo-nos cada vez mais com criações literárias em que a voz textual se impõe como sujeito que se descreve, a partir de uma subjetividade experimentada como cidadão negro na sociedade brasileira. Vem se consolidando um discurso como contra voz à autoridade/autoria da letra hegemônica da literatura brasileira, que, como a história, tende a obliterar a saga dos africanos e seus descendentes no Brasil. O estudo de uma escrita sobre o negro, e/ou do negro, pode nos encaminhar para perceber melhor as lutas empreendidas pelos sujeitos em busca de afirmações de identidades historicamente subjugadas. (EVARISTO, 2009, p. 23-24).

O que se propõe, portanto, é que se valorize também as narrativas de escritores afro-brasileiros, permeadas da experiência de vida da população negra, afinal, todos devem ter o direito de se sentirem representados, dando voz a inúmeros personagens que foram silenciados ao longo da construção do país, visto que:

O silêncio dos grupos marginalizados – entendidos em sentido amplo, como todos aqueles que vivenciam uma identidade coletiva que recebe valoração negativa da cultura dominante, sejam definidos por sexo, etnia, cor, orientação sexual, posição nas relações de produção, condição física ou outro critério – é coberto por vozes que se sobrepõem a ele, vozes que buscam falar em nome desses grupos, mas também, embora raramente, pode ser quebrado pela produção literária de seus próprios integrantes. (DALCASTAGNÉ, 2005, p. 15).

No que condiz a representatividade, recomenda-se atenção no uso de livros para a implementação da Lei nº 10.639/2003, justamente devido aos estereótipos fixados na sociedade brasileira, a fim de que não se utilize livros permeados de negrismo – apropriação eurocêntrica do tema do negro, folclórica e descompromissada, ao invés de negrícia ou negrura – superação dos estereótipos racistas, fruto do ponto de vista interno ao negro e à sua cultura. (DUARTE, 2013, p. 147; p. 150, grifo do autor).

Tal aconselhamento se faz pertinente, à medida que se teme a ocorrência de equívocos, pois ainda existem textos que carregam uma visão distorcida acerca do negro, sendo possível identificá-la em títulos publicados “inocentemente” com o intuito de atenderem a uma demanda, por meio do nicho editorial impulsionado pela homologação da Lei nº 10.639/2003, mas que numa análise minuciosa, se constataria que seu uso, acabaria por reforçar uma imagem negativa dos negros ao invés de valorizá-los, pois, de acordo com Evaristo (2009, p. 22), “um olhar ‘ingênuo’ ou pouco crítico sobre o discurso literário muitas vezes impede o reconhecimento de que há formas de representações literárias que funcionam como mecanismo de exclusão de indivíduos e de grupos”.

7.7.3 Aspectos fenotípicos e subjetivos atribuídos aos negros na Literatura

Ao ponderar sobre a presença do negro na Literatura brasileira, percebe-se que a proporção dessas personagens é extremamente reduzida em comparação com personagens brancas, que monopolizam as posições de visibilidade e voz (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 46).

Seguindo por essa perspectiva, selecionou-se um conjunto de aspectos que são atribuídos aos negros (DUARTE, 2013, *passim*; PROENÇA FILHO, 2004, *passim*), propiciando a adoção de estigmas de caráter, a fim de serem explorados pelo bibliotecário, mediador da leitura.

Tais características podem ser analisadas junto aos discentes na atividade de mediação literária, observando a adequação pertinente a cada grupo leitor, a fim de trazer esclarecimentos acerca da condição de subalternidade vivenciada pelos negros na atualidade, em função do racismo. Para tanto, seguem alguns aspectos subjetivos imputados as personagens negras, para se observar, refletir e agir no momento da mediação literária junto aos discentes:

- Agente do mal; vilania;
- Agressividade; marginalização;
- Animalização; bestialização;
- Conduta delinquente ou ilegal;
- Desleixe; desmazelo;
- Erotização; objeto sexual;
- Força de trabalho brutalizada;
- Inepto;

- Indolência;
- Infantilização;
- Invocação de defeitos físicos ou mentais;
- Nobreza/heroísmo por força do branqueamento;
- Subalternidade; servidão;
- Sujeira;
- Perversão; promiscuidade;
- Religiosidade reduzida à feitiçaria;
- Vitimização de sua ascendência.

Recomenda-se que se observe também, um grupamento de tópicos que podem ser encontrados em livros literários, relacionados às características físicas dos negros, ligados usualmente a termos pejorativos e injúrias (GUIMARÃES, 2000, *passim*) que fazem parte da realidade vivenciada por negros, favorecendo a internalização de estigmas de raça, bem como fatores sociais que interferem no processo de autoestima desses indivíduos, com a intenção de examiná-los e discuti-los junto aos leitores, para proporcionar uma nova perspectiva com relação à situação dessa parcela da população.

- Aspectos fenotípicos:

- Cor da pele;
- Cabelo crespo;
- Lábios grossos.

- Interferência na autoestima:

- Escolha profissional – incapacidade em função da cor;
- Estrutura familiar – divórcio; mulheres como chefes de família; adoção inter-racial.
- Relações inter-raciais – aceitação; mestiçagem.

Diante dessas recomendações, é imprescindível lembrar que:

O profissional da informação/bibliotecário, como sujeito do processo da organização, preservação, disseminação da informação e da valorização da informação deve estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos veiculados nesses livros, desenvolvendo um trabalho questionador e crítico com seus usuários - o que muitas vezes temos que buscar fora da nossa formação - enriquecendo seu aprendizado e resgatando de forma construtiva o valor do negro como cidadão brasileiro. Ele deve além de identificar, desvelar a ideologia apresentando a diversidade, não como sinônimo de inferioridade, mas de igualdade; este é um passo importante para o fortalecimento da identidade, do auto-conceito e da cidadania da população negra. (CARDOSO, 2011, p. 25).

7.7.4 Considerações sobre a Mediação da Leitura e Mediação Oral da Literatura

Mediação da Leitura

Estas diretrizes foram estruturadas primeiramente, por se acreditar no poder transformador da Literatura.

Nesse sentido, considerou-se a necessidade de que o bibliotecário escolar obtivesse subsídios para mediar a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira em atendimento a Lei nº 10.639/2003.

Almeja-se, dessa maneira, modificar a imagem negativa naturalizada sobre os negros, e assim, ocasionar o reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira, e por consequência, contribuir para erradicação do racismo na sociedade brasileira, pois, segundo Bortolin e Almeida Júnior (2010, p. 88), “a leitura abundante de textos tende a levar o indivíduo a se apropriar da informação com maior segurança, estando ela em diferentes linguagens e suportes”.

A leitura de livros, seja corriqueiramente, em um ato solitário e silencioso, impulsiona a abertura do mundo interior, favorecendo a negociação de experiências, oportunizando a modificação do *habitus*, princípio unificador e gerador de práticas (BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 46), e por consequência a leitura de mundo dos indivíduos, dado que a Literatura alcança a compreensão humana, sendo “um instrumento muito valioso para isso, já que conduz à introspecção, à autorreflexão permanente e ao autoconhecimento. E nesse sentido, o conhecimento de um é condição importante para a compreensão do outro.” (DURBAN ROCA, 2012, p. 80).

Tal circunstância pode ocorrer por meio de uma simples indicação literária efetuada pelo bibliotecário escolar. Desse modo, Bortolin (2010, p. 115) conceitua a mediação de leitura literária, “como a interferência casual ou planejada visando a levar o leitor a ler literatura em diferentes suportes e linguagens”.

Mediação Oral da Literatura

A leitura coletiva, por sua vez, possibilita maiores oportunidades de trocas de experiências entre os indivíduos, dando dinamismo à atividade. Vislumbra-se, inclusive, maiores possibilidades de estruturação, visto que pode-se utilizar de recursos tecnológicos,

favorecendo a democratização da cultura, pois acolhe pessoas com deficiência física, visual e ainda os indivíduos não alfabetizados, sejam crianças ou adultos.

Para tanto, supõe-se a mediação oral da literatura, “[...] toda intervenção espontânea ou planejada de um mediador de leitura visando a aproximar o leitor-ouvinte de textos literários seja por meio da *voz viva* ou da *voz mediatizada*”. (BORTOLIN, 2010, p. 206, grifo do autor).

Salienta-se que essa atividade, exige uma maior entrega, estreitando a relação entre o bibliotecário e o leitor, a fim de que o profissional alcance uma significativa performance literária, obtendo resultados efetivos. Para tanto se recomenda que sejam seguidos os seguintes pilares:

O primeiro é a **voz** que seduz pesquisadores, transmite literaturas, embeleza e aquece a emoção do narrador e do ouvinte, propicia encontros de ideias, compartilha afetos e quando necessário, silencia preparando a retomada para outros textos. Acompanhando a voz, complementando o texto oralizado está o segundo elemento, o **corpo**, cujo movimento, gesto, olhar, expressão facial e respiração são essenciais à narrativa, sendo significativos, marcantes e estreitando a relação leitor-narrador e leitor-ouvinte. Voz e corpo, se utilizados, produzem um *corpo vivo* de onde emana uma *voz viva* comunicando um *texto vivo* num *espaço vivo*. **Espaço** é o terceiro pilar, pontuado em seus aspectos físico, cultural, psicológico e ficcional. Lembra a importância de se estruturar um espaço, de se criar uma ambiência onde o leitor-ouvinte se identifique e goste de estar, propiciando a mediação oral e favorecendo a apropriação textual. Como quarto pilar acrescenta que na narrativa oral há um *estado de presença*, um envolvimento coletivo, que é resultado da relação leitor-narrador com leitor-ouvinte e também dos leitores-ouvintes entre si. (BORTOLIN; ALMEIDA JÚNIOR, 2011, p. 796, grifo do autor).

7.7.5 Sequência pedagógico-cultural relacionada à Lei nº 10.639 de 2003

O acesso a bens culturais é direito de todos, e a biblioteca escolar se oferece muitas vezes como o único meio para que indivíduos inseridos entre a parcela mais carente da população complementem o desenvolvimento do seu capital cultural.

Por este motivo, sugere-se que o bibliotecário escolar insira entre as suas rotinas, atividades de Mediação da Leitura e Mediação Oral da Literatura, que incluam a diversidade cultural brasileira, inclusive no tocante a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, pois, “essas ideias dariam de fato à profissão bibliotecária um status de importância social e ao bibliotecário-narrador a oportunidade ímpar de lidar com diferentes comunidades e culturas.” (BORTOLIN, 2010, p. 163).

O bibliotecário escolar pode utilizar dos recursos físicos – aqueles tradicionais,

palpáveis e tangíveis, depositados em algum suporte concreto (incluindo os tecnológicos) e dos não físicos – que são os orais (programas radiofônico, audiolivros, CDs, CDs-ROM, recursos da internet e todos os gêneros de telefone), podendo ser recuperados via memória. (BORTOLIN, 2010, p. 127; p. 209), para atender as exigências da Lei nº 10.639/2003.

Nessa perspectiva, é importante considerar, as tradições orais dos países africanos, “[...] diferentes de país para país, embora com um registro linguístico-cultural bantu comum, e dentro de cada país, de etnia para etnia, apesar de ser possível encontrar elementos unificadores na caracterização dos gêneros e dos mitos [...].” (LEITE, 1998, p. 35).

Ao evidenciar a Mediação Oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, vislumbra-se no bibliotecário escolar, a figura do *Griot*, uma biblioteca viva, o guardião da palavra que utiliza da oralidade para preservar e disseminar a educação, a história do povo africano, sua genealogia, impedindo que a cadeia de transmissão de conhecimentos fundamentais a visão de mundo africana desapareça (BERNAT, 2013, p. 20).

O bibliotecário tem dessa forma, a oportunidade de ser apropriar dos recursos discursivos africanos para atender a uma demanda pedagógico-cultural, mas, sobretudo social ao implementar a Lei nº 10.639/2003. Nessa perspectiva, Bortolin (2013, p. 425) evidencia que:

Dentre as atividades de narração literária que podem ser enquadradas na mediação oral da literatura cito: narrativas orais de textos diversificados, colagens poéticas, rodas de leitura, clubes de leitura, montagens de jograis, leituras públicas de textos (em hospitais, praças, ônibus, restaurantes, rádio e televisão), saraus literários, bate papo com escritores, oficinas de produção e leitura de textos, festivais de filmes, entrevistas com pioneiros, realização de encontros com repentistas e cordelistas, cantorias, sessões de piadas, causos, adivinhações, parlendas, trava-línguas etc.

No decorrer das ações de mediação literária, sugere-se a realização de atividades que acompanham a narração, a fim de levar o leitor a entender os significados da história e incentivá-lo a relacionar os significados com suas próprias experiências (KUHLTHAU, 2009, p. 51).

Por fim, acredita-se na viabilidade de se efetuar avaliações discentes individuais, procurando focalizar a compreensão e apropriação de termos em composições próprias, que possa demonstrar uma estagnação ou possível modificação de perspectiva em relação à identidade cultural africana e/ou afro-brasileira.

Desse modo, para a realização das atividades de mediação literária, sugere-se que sejam discutidas junto aos colaboradores, as etapas a seguir, a fim de viabilizar a estruturação de projetos:

- Tema: que pode ser discutido a partir de algum elemento norteador;
- Objetivos do projeto: de acordo com o currículo estipulado no Projeto Pedagógico;
- Duração do projeto: observando as demais atividades do calendário escolar;
- Público alvo: considerando que algumas séries podem ser atendidas conjuntamente;
- Colaboração: do docente – por disciplina foco, auxiliares de biblioteca e possivelmente de técnicos-administrativo;
- Avaliação dos resultados do projeto: focalizando a compreensão da temática abordada, verificando se ocorre um processo empático, e, portanto, uma possível negociação com o *habitus*, a fim de promover o reconhecimento pelo discente da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira como integrante de sua própria identidade.

O presente documento destaca a etapa da avaliação, visto não se tratar de uma avaliação voltada a didatismos, e sim, preocupada com o grau de impacto que as atividades de mediação literária relacionadas à Lei nº 10.639/2003 exercem sobre a visão de mundo dos discentes, pois:

[...] ao mesmo tempo em que devemos considerar as habilidades e as destrezas no manejo e no uso da informação, a educação também deve proporcionar o crescimento e o fortalecimento de uma dimensão pessoal interna com valores que orientem nossos alunos em um sentido definido não apenas na infância, mas por toda a vida. Porque, para aprender a viver, é preciso não apenas saber acessar a informação ou adquirir conhecimentos, mas também transformar na própria existência o conhecimento adquirido no saber e incorporá-lo à vida. (DURBAN ROCA, 2012, p. 49).

Espera-se desta maneira, que os bibliotecários utilizem dessas diretrizes, adaptando-as de acordo com a realidade da comunidade escolar onde estão inseridos, a fim de propiciar experiências positivas através de livros africanos e/ou afro-brasileiros que ofereçam o entendimento sobre a contribuição dessa parcela da população para a edificação do país, inclusive no que condiz a identidade cultural presente em cada cidadão brasileiro.

Pela conversão de obras num meio de cultura, dá-se relevo à função formadora da leitura. O desenvolvimento dessa função, por sua vez, incrementa no leitor a capacidade de compreensão e discernimento do mundo, de investigação e de posicionamento crítico perante a realidade. Contudo, para que ela se efetive, faz-se necessário que haja acesso democrático a obras e que esse acesso seja mediado por um educador. Para tanto, o papel da escola, da sala de aula e da biblioteca são fundamentais. Pode-se concluir, então, que as obras precisam fazer parte da vida do aluno para que pertençam não somente ao acervo escolar e cultural, mas ao seu imaginário, à sua história de leitura, ou seja, à sua biblioteca vivida. A constituição dessa biblioteca integra socialmente o leitor, pois, ao construí-la, ele se apropria gradativamente do que sempre lhe pertenceu: sua herança cultural. (FERREIRA, 2009, p. 90).

No que condiz ao desenvolvimento prático, recomenda-se a realização de atividades de Mediação Oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira, contando com a participação de auxiliares de biblioteca, docentes e demais profissionais inseridos na comunidade escolar que desejam participar. Segue, portanto, um modelo para servir de base para projetos de mediação literária visando a implementação da Lei nº 10.639/2003, a serem modificados ou complementados a critério dos mediadores e colaboradores para o atendimento do Segundo Segmento do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Modelos de Atividades para Mediação Oral da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira					
Elementos Norteadores	Recursos Eletrônicos Literários Materiais	Abordagens	Atividades Após a Mediação	Colaborador Docente	Avaliação Discente
Corpo: cabelo, cor da pele e lábios. Corpo e resistência cultural: capoeira.	Autobiografias; CDs; Fotografias de figuras negras de destaque; Datashow; Caixas de som.	Audição musical; Narração individual; Exibição de entrevistas.	Rodas de conversa; Enquete: meu olhar e o olhar do outro;	Desenho História; Português/ Literatura; Ed. Física.	Composição de autobiografia, destaque para os aspectos fenotípicos e subjetivos; Autorretrato.
Memória: origens geográficas, genealógicas, reinados, etnias, lutas quilombolas e Movimento Negro ao redor do mundo.	Biografias; Mapas; Fotografias; Jornais; CDs; DVDs; Datashow; Caixas de som; Materiais sugeridos pelos docentes.	Audição musical; Narração compartilhada; Exibição de filmes.	Rodas de conversa; Composição de Árvore genealógica; Composição de jogo da memória (símbolos de etnias diferentes); Jogos de origem africana; Pesquisas em jornais sobre países africanos de Língua Portuguesa.	Artes-Visuais; Biologia; Francês; Geografia; História; Matemática; Português/ Literatura; Sociologia.	Composição de texto a partir da evocação de lembranças ancestrais; Resumo biográfico de figura do Movimento Negro.
Mitos: orixás, relação com a natureza e o mundo invisível.	Lendas das divindades; Fábulas de animais; Fotografias; CDs; DVDs; Datashow; Caixas de som; Materiais sugeridos pelos docentes.	Narração do mediador; Audição musical; Exibição de filmes.	Rodas de conversa; Contraponto de fábulas de animais (eurocêntricas X africanas); Experiências com os elementos naturais ligados aos orixás; Confecção de adereços com	Artes-Visuais; Filosofia; Português/ Literatura; Química; Física.	Composição de texto - releitura dos orixás em relação a outros deuses: gregos, romanos, nórdicos etc.

			miçangas.		
Voz: a força da palavra, provérbios e musicalidade.	Poesias; Provérbios; Letras de músicas; Fotografias Dicionários; CDs; Datashow; Caixas de som; Materiais sugeridos pelos docentes.	Audição musical; Exibição de documentário Narração individual.	Rodas de conversa; Análise de palavras africanas; Decifração de provérbios; Bate papo com autores africanos e afro-brasileiros; Conhecendo cantores africanos e afro-brasileiros; Confecção de instrumento musical africano.	Artes-Visuais; Ed. Musical; Filosofia; Português/ Literatura.	Composição de poesia ou provérbios sobre algum elemento da cultura africana.

Fonte: A autora.

7.7.6 Sugestões de fontes de informação relacionadas à população negra e a cultura africana

Destaca-se, que se reuniu um pequeno levantamento sobre editoras direcionadas a publicações de livros africanos e/ou afro-brasileiros, a fim de oferecer direcionamentos bibliográficos aos bibliotecários, além de fontes de informação sobre órgãos e publicações periódicas dirigidas à população negra e a cultura africana, com a intenção de que coopere para reflexões em torno do atendimento da referida Lei.

Sugestões de editoras direcionadas a Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira	
Caramure Publicações	http://caramure.com.br/loja/
Editora Ogum's Toques Negros	http://www.editoraogums.com/
Kapulana Editora	http://www.kapulana.com.br/a-editora/
Malê Editora	https://www.editoramale.com/
Mazza Edições	http://www.mazzaedicoes.com.br/
Nandyala Editora	http://nandyalalivros.com.br/
Padê Editorial	http://plataforma.prolivro.org.br/tag/pade-editorial/
Pallas Editora	http://www.pallaseditora.com.br/
Órgãos e publicações periódicas dirigidas à população negra e a cultura africana	
A cor da cultura	http://www.acordacultura.org.br/
A mãe preta	http://amaepreta.com.br/
Abe-África: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos	https://revistas.ufrj.br/index.php/abeafrica
África(s): Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Representações da África	https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas
AfrofliX	https://pt-br.facebook.com/afrofliX/
Associação Brasileira de Estudos Africanos	https://www.abeafrica.com
Associação Brasileira de Pesquisadores(as)	https://www.abpn.org.br/

Negros(as)	
Casa das Áfricas	http://casadasafricas.org.br/wp/
Center for the Study of Multicultural Children's Literature	https://www.csmcl.org/
Correio Nagô	https://correionago.com.br
Cortejo Afro	http://www.cortejoafro.com.br/
Cultne: acervo digital de cultura negra	http://www.cultne.com.br/
Geledés: Instituto da mulher negra	https://www.geledes.org.br/
Inalivros	http://inalivros.com.br/
Instituto Cultural Beneficente Steve Biko	https://www.stevebiko.org.br/
Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos	http://pretosnovos.com.br/
Instituto Feira Preta	http://feirapreta.com.br/
Instituto Identidades do Brasil	http://simaigualdaderacial.com.br/site/
Literafro: o portal da Literatura Afro-brasileira	http://www.letras.ufmg.br/literafro//
Mundo negro	https://mundonegro.inf.br/
Museu Afro Brasil	http://www.museuafrobrasil.org.br/
Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil-África	http://brasilafrica.fflch.usp.br/inicio
Olabi: tecnologias para a transformação social	https://www.olabi.org.br/
Plataforma 9: portal cultural do mundo de Língua Portuguesa	http://plataforma9.com/
PretaLab	https://www.pretalab.com/
Revista África e Africanidades	http://www.africaeaficanidades.com.br/index.html
Revista Afro-Ásia	https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia
Revista Crioula	https://www.revistas.usp.br/crioula
Revista da ABPN	http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revista-abpn1/index
Revista Mulemba	https://revistas.ufrj.br/index.php/mulemba/index
União dos escritores angolanos	https://www.ueangola.com/

Fonte: A autora.

7.7.7 Avaliação de resultados

Salienta-se a necessidade de que ocorram avaliações tanto em relação aos alunos – a serem discutidas em parceria com o corpo docente, quanto por parte de todos os profissionais envolvidos efetivamente com execução das atividades de mediação literária relativas à implementação da Lei nº 10.639/2003. Para tanto, espera-se que sejam elaborados documentos de avaliações, no decorrer das discussões para a estruturação das Diretrizes de Atuação para Mediação da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira.

Acredita-se na importância dos profissionais se autoavaliem periodicamente, a fim de que possam demonstrar falhas e acertos, emergindo subsídios para discussões, e, assim, promovendo uma melhoria na qualidade das ações desenvolvidas. Para tanto, segue um modelo, a ser modificado a critério, com a intenção de servir de base para autoavaliação profissional sobre futuras atividades.

Autoavaliação Profissional Relacionada à Implementação da Lei nº 10.639 de 2003	
Projeto	
Data	
Colaboradores docentes:	
Colaboradores técnico-administrativos	
Tema	
Disciplinas envolvidas	
Recursos literários	
Recursos eletrônicos	
Recursos materiais	
Abordagens de mediação literária	
Atividades após a mediação literária	
Avaliação discente solicitada	
Atribua nota de 1 a 5 para cada um dos quesitos	
Organização do espaço	
Aproveitamento do tempo	
Colaboração	
Tema	
Recursos literários disponibilizados	
Recursos eletrônicos disponibilizados	
Recursos materiais disponibilizados	
Abordagens de mediação literária	
Atividades após a mediação literária	
A avaliação discente surte o efeito esperado	
Comentários	

Fonte: A autora.

7.8 ETAPAS FUTURAS

A criação de Diretrizes de Atuação para Mediação da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira deverá atender as seguintes etapas:

- Divulgação da proposta a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura;
- Verificação da aceitação da proposta;
- Em caso de aceitação, divulgação e chamada para grupos de trabalho, através do envio de e-mails e uso da página institucional;
- Criação de grupo de trabalho – formalização através de publicação interna da instituição;
- Agendamento de reuniões contínuas;
- Distribuição de tarefas para elaboração do documento;
- Discussão e revisão do documento;

- Reparos e finalização do documento;
- Envio do documento para a gráfica da instituição;
- Reunião para entrega da versão física do documento para cada biblioteca do sistema;
- Divulgação do documento digital na página da instituição;
- Implementação das diretrizes;
- Avaliações das atividades;
- Reunião para discussão dos resultados das avaliações;
- Continuidade das ações.

7.9 ORÇAMENTO

A criação dessas Diretrizes de Atuação para Mediação da Literatura Africana e/ou Afro-Brasileira dispensa qualquer tipo de custeio financeiro.

7.10 DIVULGAÇÃO

A divulgação será realizada através do e-mail das bibliotecas e da página institucional.

7.11 REFERÊNCIAS DA PROPOSTA

AGUIAR, Vera Teixeira de. Leitura literária e função social. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 146-157, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga20/arqs/matraga20a08.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.

ALENCAR, Patrícia Vargas; ORNELLAS, Adriana Silva. A relação entre a empatia e a prática da leitura literária e sua influência para o bibliotecário de referência. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...] João Pessoa: UFPB, 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2892/1059>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. A mediação oral da Literatura, o bibliotecário: voz, corpo, espaço e presença. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais eletrônicos** [...] Brasília: UNB, 2011. p. 796-811. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1371/A%20media%C3%A7%C3%A3o%20-%20Bortolin.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação oral literária:

algumas palavras. *In*: VALENTIM, Marta (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 85-103. Disponível em: <<http://www.culturaacademica.com.br>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. O universo literário africano de Língua Portuguesa como ferramenta para a efetivação da Lei 10.639/03. *In*: AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 47-104. (Cultura Negra e Identidades).

BERNAT, Isaac. **Encontros com o Griot Sotigui Kouyaté**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e representações do outro: ligeiras reflexões em torno da imagem da mulher negra. *In*: BORGES, Rosane; BORGES, Roberto Carlos da Silva (org.). **Mídia e racismo**. Petrópolis, RJ: DP et Alii Editora; Brasília, DF: ABPN, 2012. p. 178-203. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

BORTOLIN, Sueli. A ética na mediação da leitura na biblioteca escolar. **Ensino Em Revista**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 423-434, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/23717/13051>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_do_mar.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. (Série Educação em questão).

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Palácio do Planalto. Brasília, DF, 24 maio. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso em: 6 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-novapdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação

Básica. **Parecer nº 6, de 1º de junho de 2011a**. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Brasília, DF, 1 jun. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8180-pceb006-11-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 2 abr. 2016.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Biblioteca Escolar).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Bernadete Santos Campello (Coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=11>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Diss_FrancileneCarmo.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2123>>. Acesso em: 21 set. 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. O negro na literatura brasileira. **Navegações**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 146-153, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/16787>>. Acesso em: 21 set. 2016.

DURBAN ROCA, Glória. **Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola**. Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Miriam Moema Loss. Porto Alegre: Penso, 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução: Vera Ribeiro. Tradução do Posfácio à edição alemã Pedro Sússekind. Apresentação e revisão técnica: Federico Neiburg. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

EVARISTO, Conceição. Questão de pele para além da pele. In: **Questão de pele: contos sobre o preconceito racial**. Organização, prefácio e seleção de Luiz Ruffato. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009. p. 19-37. Disponível em: <<http://www.linguageral.com.br/site/downloads/titulos/77.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2016.

FERREIRA, Eliane Aparecida Galvão Ribeiro. A leitura dialógica como elemento de articulação no interior de uma biblioteca vivida. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 69-96.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 405-423, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10410>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200002>. Acesso em: 21 set. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990. (Biblioteca Vértice, sociologia e política).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. [S.l.]: Lamparina, 2015.

IFLA. **Access and opportunity for all**: How libraries contribute to the United Nations 2030 Agenda. Haia: IFLA, 2016a. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Traduzido por: Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. 2. ed. rev.: Haia: IFLA, 2016b. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.

IFLA. **Multicultural Communities**: guidelines for library services. 3. ed. Haia: IFLA, 2009. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/library-services-to-multicultural-populations/publications/multicultural-communities-en.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Traduzido e adaptado por: Bernadete dos Santos Campelo *et al.* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Formação humana na escola, 4).

LEITE, Ana Mafalda. **Oralidades e escritas nas Literaturas Africanas**. Lisboa: Edições Colibri, 1998. (Lusofonia).

PEREIRA, Márcia Moreira. **Práticas e representações da lei 10.639/2003 na escola**: a questão étnico-racial e o ensino de literatura. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/497/1/B_Marcia%20Moreira%20Pereira.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 161-193, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100017>.

Acesso em: 21 set. 2016.

SANTOS, Anilda de Fátima Piva dos. **Literatura afro-brasileira e identidade**: proposta de sequência didática para o Ensino Fundamental II. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8162/tde-12012016-150723/pt-br.php>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. As literaturas africanas de Língua Portuguesa: um percurso de cantos e desencantos. **Vernaculum Flor do Lácio**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php/vernaculum/article/view/1229/0>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SILVA, Geranilde Costa e. **O uso da literatura de base africana e afrodescendente junto a crianças das escolas públicas de Fortaleza**: construindo novos caminhos para repensar o ser negro. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Núcleo de Movimentos Sociais e Educação Popular, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3054>. Acesso em: 21 set. 2016.

SILVEIRA, Rosa H. *et al.* **A diferença na literatura infantil**: narrativas e leituras. São Paulo: Moderna, 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1995.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vera Teixeira de. Biblioteca e formação de leitores. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **A formação do leitor: o papel das instituições de formação de professor para a educação fundamental**. São Paulo: Moderna, 1994. p. 99-103. (Caderno Educação Básica. Série Institucional, 4).
- AGUIAR, Vera Teixeira de. Leitura literária e função social. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 146-157, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga20/arqs/matraga20a08.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2017.
- AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. **Literatura, a formação do leitor: alternativas metodológicas**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1988. (Série Novas Perspectivas, 27).
- ALENCAR, Patrícia Vargas. Mediação da informação no fazer do bibliotecário no âmbito do Interculturalismo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 2951-2965. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt6>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- ALENCAR, Patrícia Vargas; COSTA, Cláudio Moisés da. O silenciamento do Multiculturalismo na pauta das Universidades Federais do Sudeste e Nordeste Brasileiro: tendências na formação do Bibliotecário e Cientista da Informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 433-460, maio/ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8649938>>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- ALENCAR, Patrícia Vargas; ORNELLAS, Adriana Silva. A relação entre a empatia e a prática da leitura literária e sua influência para o bibliotecário de referência. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais eletrônicos [...]** João Pessoa: UFPB, 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2892/1059>>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Bibliotecário escolar: seu perfil, seu fazer. *In*: SILVA, Rovilson José da; Bortolin, Sueli (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 43-54. (Coleção Palavra-Chave, 17). Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/SILVA_BORTOLIN_Fazeres_cotidianos_na_biblioteca_escolar.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2017.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis: APB, 1997. (Coleção Palavra-Chave, 7).
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. A mediação oral da Literatura, o bibliotecário: voz, corpo, espaço e presença. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais eletrônicos [...]** Brasília: UNB, 2011. p. 796-811. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1371/A%20media%C3%A7%C3%A3o%20>

%20Bortolin.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 fev. 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. *In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas***. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 205-218.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação oral literária: algumas palavras. *In: VALENTIM, Marta (org.). **Gestão, mediação e uso da informação***. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 85-103. Disponível em: <<http://www.culturaacademica.com.br>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Oralidade e a ética na mediação da literatura. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 171-190, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/13902/pdf_26>. Acesso em: 1 dez. 2017.

AQUINO, Mirian Albuquerque; PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. A presença das narrativas míticas de ancestralidade africana como elementos de informação e preservação da memória. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 110-135, ago. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/download/4824/4559>>. Acesso em: 21 set. 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, c1977.

BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS E PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERNAT, Isaac. **Encontros com o Griot Sotigui Kouyaté**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

BEZERRA, Eutropio Pereira. **Patrimônio cultural, memória e preservação**: identificação e mapeamento dos bens culturais do Vale do Gramame, João Pessoa PB. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3970>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

BOLTANSKI, Luc. Usos fracos e usos intensos do habitus. *In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (coord.). **Trabalhar com Bourdieu***. Tradução Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 155-163.

BORTOLIN, Sueli. A ética na mediação da leitura na biblioteca escolar. *Ensino Em Revista*, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 423-434, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/23717/13051>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BORTOLIN, Sueli. A leitura e o prazer de estar na biblioteca escolar. *In: SILVA, Rovilson*

José da; Bortolin, Sueli (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 65-72. (Coleção Palavra-Chave, 17). Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/SILVA_BORTOLIN_Fazeres_cotidianos_na_biblioteca_escolar.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2017.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_do_mar.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas: Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. (Série Educação em Questão).

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Palácio do Planalto. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/2003/L10.639.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Palácio do Planalto. Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Palácio do Planalto. Brasília, DF, 24 maio. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 6 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Atualizada até março de 2017. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer n.º CNE/CES 492/2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos

cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, DF, 3 abr. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11/2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 5/2011, de 5 de maio de 2011b**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8016-pceb005-11&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 6, de 1º de junho de 2011a**. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 15/2010, com orientações para que material utilizado na Educação Básica se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. Brasília, DF, 1 jun. 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8180-pceb006-11-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Parecer n.º CNE/CES 1.363 2001**. Retifica o Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Brasília, DF, 12 dez. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2097-pceb020-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 3, de 10 em março de 2004b**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 3 mar. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004a**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 17 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 2 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR Nº 605 de 20 de Maio de 2008. Políticas de formação inicial e continuada. **Contribuições para a implementação da Lei 10.639/2003:** Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2008. p. 29-32. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004817.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-novapdf&category_slug=abril-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação; Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). **Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil.** Brasília: Fundação SM Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.oei.es/bibliobrasil.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Biblioteca escolar, 1).

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional: função educativa do bibliotecário na escola.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009a. (Biblioteca Escolar).

CAMPELLO, Bernadete Santos. Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p.184-208, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n29p184>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

CAMPELLO, Bernadete. **Letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico.** 2009b. 208f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/tese%20campello%202009.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

CANÁRIO, Raquel Fernandes. **Barravento (1961) e a organização do etnoconhecimento Afro-brasileiro dos pescadores de Buraquinho/BA:** reflexões por meio da epistemografia interativa. 2017. 85 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/raquel-fernandes-canario>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. *In:*

CANDAU, Vera Maria (org.). **Didática crítica intercultural: aproximações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARDOSO, Francilene do Carmo. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/Diss_FrancileneCarmo.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

CARDOSO, Francilene do Carmo. Memória, informação e identidade negra na biblioteca pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ: IBICT, 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/3628/2752>>. Acesso em: 21 set. 2016.

CARMO, Nicácia Lina do. **A História e a cultura africana e afro-brasileira: lei 10.639/03 no diretório dos grupos de pesquisa registrados no CNPq**. 2015. 67 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16084>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Biblioteca - Campus Tijuca II**. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/7418-biblioteca-campus-tijuca-ii.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **CPII oferece curso sobre KOHA para servidores das bibliotecas**. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/223-noticiaas2017/6390-cpii-oferece-curso-sobre-koha-para-servidores-das-bibliotecas.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Curso de extensão de literaturas africana e afrobrasileiras prorroga inscrições**. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/223-noticiaas2017/6922-curso-de-extens%C3%A3o-de-literaturas-africana-e-afrobrasileiras-prorroga-inscri%C3%A7%C3%B5es.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Curso MARC 21**. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/2993-educacao_corporativa_cursos-2014.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Minuta parcial do Projeto Político Pedagógico Institucional**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2017/AGOSTO/PPPIcapitulosaudienciapublica.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB**. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/component/content/article/186-programas_interdisciplinares/neab/1476-n%C3%BAcleo-de-estudos-afro-brasileiros-neab.html>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. **Caderno GT - Legislação**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/set/CadernoGT.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Político-Pedagógico**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

COLÉGIO PEDRO II. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (coord.). **Relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2016**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2017/JUN/Relatorio-Gestao-CPII-2016%20-VERSaO-FINAL-COMPLETA.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

COLÉGIO PEDRO II. **Saiba mais sobre as bibliotecas do Colégio Pedro II**. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/biblioteca/bibliotecas/SBSL%20%20Saiba%20mais%20sobre%20o%20Sistema.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. **Texto base do PPPI**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/set/PPPI/TEXTO%20BASE%20PPPI.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **A Biblioteconomia no Brasil**. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/institucional/historico/a-biblioteconomia-no-brasil/>>. Acesso em: 10 ago. 2018

DAMATTA, Roberto. A ilusão das relações raciais. *In*: DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986. p. 35-47.

DAMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. *In*: **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981, p. 58-86.

DANTAS, Esdras Renan Farias. **Responsabilidade Social da Ciência da Informação: o conceito da temática a partir dos registros dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9852>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

DIAS, Márcio Teodoro. **Lei de cotas**: um estudo da reserva de vagas em uma instituição federal de ensino através da descoberta de conhecimento em bases de dados. 2014. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9RFP29>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

DURBAN ROCA, Glòria. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Tradução: Carlos Henrique Lucas Lima. Consultoria, supervisão e revisão técnica: Miriam Moema Loss. Porto Alegre: Penso, 2012.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Disponível em: <<https://www.ancib.org.br/enancib>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FERREIRA, Graciele dos Santos. **A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas**: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/graciele-dos-santos-ferreira>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural**: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 405-423, jul./dez. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10410>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, maio/ago. 2003b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 dez. 2017.

FLEURI, Reinaldo Matias. Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Ensinar e aprender**: sujeitos, saberes e pesquisa. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p. 67-81.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2005. p. 39-62. (Coleção Educação para todos). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comdocman&view=download&alias=16354-educacao-anti-racista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-n-106392003&category_slug=setembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 13 jan. 2017.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de; ALVES, Aline Neves Rodrigues. As escolas e suas práticas. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03**. Organização: Nilma Lino Gomes. Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2012. p. 73-79. (Educação para todos, 36). Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Etnico%20Racial_educaca-para-todos_36_miolo.pdf>. Acesso em 13 jan. 2017.

GOULDING, Anne. Libraries and Cultural Capital. **Journal of Librarianship and Information Science**, EUA, v. 40, n. 4, p. 235-237, 2008. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.918.8981&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto. **Contemporânea**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 17-36, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/34>>. Acesso

em: 13 mar. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 13-40, 2012. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/38985/S0102-64452012000100002.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo (FUSP); Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 161-182, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/109752/117476>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 54, p. 147-156, jul. 1999. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-54/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

GUIMARÃES, Fernanda Xavier. **Biblioteca escolar e as perspectivas curriculares dos cursos de biblioteconomia da região Nordeste**. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18670>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. [S.l.]: Lamparina, 2015.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2. ed. rev. Brasília, DF : MEC: UNESCO; São Carlos, SP: UFSCar, 2010. p. 167-212. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. (Coleção Humanitas).

HUSSEY, Lisa. Social Capital, Symbolic Violence, and Fields of Cultural Production: Pierre Bourdieu and Library and Information Science. In: LECKIE, Gloria J.; GIVEN, Lisa M.; BUSCHMAN, John E. (ed.). **Critical theory for library and information science: exploring the social from across the disciplines**. EUA: ABC-CLIO: LLC, 2010. p. 41-51.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2010-caracteristicas-da-populac-o-e-dos-domicilios-resultados-do-universo.html>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

IFLA. **Access and opportunity for all: How libraries contribute to the United Nations 2030 Agenda**. Haia: IFLA, 2016a. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. Traduzido por: Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal. 2. ed. rev.: Haia: IFLA, 2016b. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.

IFLA. **Multicultural Communities**: guidelines for library services. 3. ed. Haia: IFLA, 2009. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/library-services-to-multicultural-populations/publications/multicultural-communities-en.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Traduzido e adaptado por: Bernadete dos Santos Campelo *et al.* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Formação humana na escola, 4).

LIMA, Graziela dos Santos. **Cabeçalhos de assunto para Estudos Africanos e Afro-brasileiros**: Instrumento de Organização do conhecimento para o NEAB-UDESC. 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/3017/dissertacao_graziela_versao_final.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

LIMA, Graziela dos Santos; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Educação e diversidade cultural: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos de bibliotecas escolares do município de São José - SC. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 317-332. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/issue/view/4>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

LITERATURA BRASILEIRA EM BIBLIOTECA ESCOLAR. Disponível em: <<http://libes.eci.ufmg.br/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

LOPES, Fernando Cruz. **O negro e a mediação**: a ciência da informação como campo de discussão étnico-racial. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000198010>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

LOUREIRO, Mônica de Fátima; JANNUZZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: um conceito em construção. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 123-151, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-378620050002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTELETO, Regina Maria. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. *In*: MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA, Ricardo Medeiros (Orgs.). **Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 29-48. Disponível em: <<https://www.garamond.com.br/produto/Pierre-Bourdieu-e-a-producao-social-da-cultura-do-conhecimento-e-da-informacao.html>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. **Cultura, educação e campo social**: discursos e práticas de informação. 1992. 391 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare-Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/224/1/MarteleteoInformare1995.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de., ASA FUJINO, Daisy Pires Noronha (org.). **Informação e contemporaneidade**: perspectivas. Recife: NÉCTAR, 2007. p. 13-26. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. **Multiculturalismo em Ciência da Informação**: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/87362>>. Acesso em: 21 set. 2016.

MEIRELLES, Mariana Barros. **Reconhecimento, emancipação e justiça**: o lugar da informação nos movimentos sociais identitários. 2013. 103 f.: il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/701/1/Meirelles2013.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. (Saúde em Debate, 46).

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Série Temas Sociais).

MONTEIRO, Manuel Rui. Eu e o outro – o invasor ou em três poucas linhas uma maneira de pensar o texto. *In*: MEDINA, Cremilda de Araújo. **Sonha, Mamana África**. São Paulo: Edições Epopeia, 1987.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: MEC/BID/UNESCO, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em 13 jan. 2017.

MUNANGA, Kabengele. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. **Crítica e Sociedade**, Minas Gerais, v. 4, n.1, p. 34-45, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/viewFile/26989/14725>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. **Cadernos PENESB**, Niterói, n.

10, p. 37-54, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/PENESB%2010.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/515/464>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Por que o racismo e suas práticas e qual é a responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade? **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, n. 2 (núm. esp.), 2015b. Disponível em: <<http://revpsi.org/wp-content/uploads/2015/12/Munanga-2015-Por-que-o-racismo-e-suas-pr%C3%A1ticas-e-qual-%C3%A9-a-responsabilidade-social-que-se-espera-dos-profissionais-que-lidam-com-as-q.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. A biblioteca e sua alma ação. **Comum. Inf.**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 113-122, jan./jun. 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/ci/issue/view/867>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. De livros e bibliotecas como memória do mundo: dinamização de acervos. *In*: YUNES, E. (org.). **Pensar a leitura**: complexidade. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2002. (Coleção Teologia e Ciências Humanas, 5).

NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. No espelho, o Trickster. *In*: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tania M. K. (org.). **Mediação de leitura**: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009. p. 95-112.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, nov. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545/14322>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

NUNES, Érica Melanie Ribeiro. **Cidadania e Multiculturalismo**: a Lei 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-87BK7N>>. Acesso em: 21 set. 2016.

OLIVEIRA, Andréa Carvalho de. **Egbé virtuais**: taxonomia facetada navegacional para o Atlas Observatório Quilombola. 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/andrea-carvalho-de-oliveira>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembléia geral. Sexagésima oitava sessão. Eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas: a

implementação completa da Declaração e do Programa de Ação de Durban. **Proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes**. Nova York, 2013. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/img/2014/10/N1362881_pt-br.pdf>. Acesso em 13 jan. 2017.

PASSERON, Jean-Claude. Morte de um amigo, fim de um pensador. *In*: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Tradução Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 17-91.

PEREIRA, Márcia Moreira. **Práticas e representações da lei 10.639/2003 na escola: a questão étnico-racial e o ensino de literatura**. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/497/1/B_Marcia%20Moreira%20Pereira.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

PETIT, Michèle. **A arte de ler: ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

REPOSITÓRIO DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

RUSSO, Mariza. **Formação em Biblioteconomia a distância: a implantação do modelo no Brasil e as perspectivas para o mercado de trabalho do bibliotecário**. 2012. 219f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.producao.ufrj.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/teses-e-dissertacoes/doutorado/2012-1/100--91/file>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SANTANA, Sérgio Rodrigues de. **Informação étnico-racial no âmbito dos programas de pós-graduação em psicologia**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9701>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SANTOS, Anilda de Fátima Piva dos. **Literatura afro-brasileira e identidade: proposta de sequência didática para o Ensino Fundamental II**. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/teses/disponiveis/8/8162/tde-12012016-150723/pt-br.php>>. Acesso em: 21 set. 2016.

SANTOS, Edison Luis dos. **Estação memória Cambury: mediação cultural com os parceiros do rio que muda**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19112013-161748/pt-br.php>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SANTOS, Thais Helen do Nascimento. **Fontes Iconográficas e memória afrocêntrica: análise da informação étnico-racial a partir do ensaio fotográfico Engenheiros e Senzalas**. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3941>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da. **A construção da identidade negra a partir de informações disseminadas em blogs de funk**. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3969>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SILVA, Ana Claudia Emídio da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. História e Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a Lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106595/105189>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

SILVA, Elieny do Nascimento. **A responsabilidade social da biblioteconomia nas ações de extensão universitária**. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25357>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SILVA, Geranilde Costa e. **O uso da literatura de base africana e afrodescendente junto a crianças das escolas públicas de Fortaleza**: construindo novos caminhos para repensar o ser negro. 2009. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Núcleo de Movimentos Sociais e Educação Popular, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3054>. Acesso em: 21 set. 2016.

SILVA, Leyde Klébia Rodrigues da. **Bamidelê**: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/3973>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SOARES, Laura Valladares de Oliveira. **A formação como aliada no exercício do papel educativo do bibliotecário na escola**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9R7JTM>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SOUSA, Margarida Maria de. **A função educativa do bibliotecário no século XXI**: desafios para sua formação e atuação. 2014. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-20102014-111350/pt-br.php>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

TERRAY, Emmanuel. Proposta sobre a violência simbólica. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (coord.). **Trabalhar com Bourdieu**. Tradução Karina Jannini. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 303-308.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Ciência da Informação. **Currículo do Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://biblioteconomia.fci.unb.br/index.php/curso/curriculo>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Repositório Institucional da UNB**. Disponível em:

<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/5363>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP**. Disponível em: <http://www.theses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=18&Itemid=85&lang=pt-br>. Acesso em: 23 jul. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/cbd/PPP-CBD-2015.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Departamento de Educação, Informação e Comunicação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. **Projeto Político Pedagógico Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Disponível em: <<http://sistemas.ffclrp.usp.br/down.php?id=133&d>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação - Gestão da Informação. **Dissertações Defendidas**. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/?id=3009>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Departamento de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico**. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/?id=108>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Biblioteca Digital**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/list.php?tid=118>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Departamento de Ciência da Informação. **Estabelece o currículo do curso de Biblioteconomia a vigorar a partir do ano letivo de 2018**. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/documentos/deliberacoes/2017/deliberacao_30_17.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. Departamento de Ciência da Informação. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/biblioteconomia/projeto-pedagogico/>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. Faculdade de Filosofia e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Dissertações**. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/dissertacoes/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO. Faculdade de Filosofia e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Teses**. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/ciencia-da-informacao/teses/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Trabalhos de conclusão**. Disponível em: <<https://ppgci.ufba.br/trabalhos-de-conclusao>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação. **Matriz Curricular**. Disponível em: <<https://blog.ufba.br/ici/ensino/biblioteconomia/>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626693>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Repositório Eletrônico Institucional**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. **Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar**. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=1>. Acesso em: 10 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar. Bernadete Santos Campello (Coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=11>. Acesso em: 10 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://ppgci.eci.ufmg.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. **Estrutura curricular**. Disponível em: <<http://colgradbiblio.eci.ufmg.br/formularios/grade-curricular-noturno>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Centro de Artes e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia – Perfil 0405**. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/dci/index.php?option=com_content&view=article&id=362&Itemid=245>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Repositório Institucional da UFPE**. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro de Ciências da Educação. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://biblioteconomia.ufsc.br/projeto-pedagogico-do-curso-de-graduacao-em-biblioteconomia/>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Departamento de Ciência da Informação. **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**. Disponível em: <<http://www.ppgci.ufscar.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Departamento de Ciência da Informação. **Projeto Pedagógico**. Disponível em: <<http://www.prograd.ufscar.br/cursos/cursos-oferecidos-1/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. Departamento de Ciências da Informação. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/portal/ensino/cursos-de-graduacao/biblioteconomia/projeto-pedagogico>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia**. Disponível em: <<http://ppgb.ufca.edu.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Curso de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso**. Disponível em: <https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=657457>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Departamento de Ciências da Informação. **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**. Disponível em: <<http://www.ppgci.ufc.br/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia. **Trabalhos Defendidos**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgb/projetos-de-pesquisa>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro de Ciências Humanas e Sociais. **Matriz Curricular do curso de Bacharelado manhã e noite**. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/eb/arquivos/Matriz%20Curricular_Bacharelado.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação**. Disponível em: <<http://www.facc.ufrj.br/joomla/index.php/graduacao/biblioteconomia-e-gestao-de-unidades-de-informacao>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Alumni. **Dissertações de Mestrado**. Disponível em: <<http://www.ppgci.ufrj.br/dissertacoes-de-mestrado/>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Alumni. **Teses de Doutorado**. Disponível em: <<http://www.ppgci.ufrj.br/teses-de-doutorado/>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso**. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000006>. Acesso em: 5 jun.

2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Ensino. **Dissertações e Teses**. Disponível em: <<http://www.posgraduacao.ufrn.br/ppgic>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Arte e Comunicação Social. Biblioteconomia e Documentação. **Disciplinas e a matriz curricular**. Disponível em: <<http://www.uff.br/?q=curso/biblioteconomia-e-documentacao/12685/bacharelado/niteroi>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Dissertações**. Disponível em: <<http://www.ci.uff.br/ppgci/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. **Reflexões sobre movimentos sociais e informação**: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/12943>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre : Bookman, 2010. (Série Métodos de pesquisa).

YUNES, Eliana (org.). **A leitura e a formação do leitor**: questões culturais e pedagógicas. Introdução de Glória Maria Fialho Pondé. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

YUNES, Eliana. **Pensar a leitura**: complexidade. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2002. (Coleção Teologia e Ciências Humanas, 5).

YUNES, Eliana. Um ensaio para pensar a leitura. **Verbo de Minas**, Juiz de Fora, v. 14, n. 23, p. 5-18, jan./jul. 2013. Disponível em: <<https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/download/417/307>>. Acesso em: 30 out. 2017.

YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. **Leitura e leituras da literatura infantil**. São Paulo: FTD, 1988. (Por onde começar?).

ZIRALDO. **O menino marrom**. 21. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1986. (Série Mundo Colorido).

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA BIBLIOTECÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA BIBLIOTECA

Biblioteca: _____ . Campus: _____ .
 Endereço: _____ . Bairro: _____ .
 Município: _____ . UF: _____ Telefone: _____ .
 E-mail: _____ . Chefia: _____ .

IDENTIFICAÇÃO - BIBLIOTECÁRIO (A)

Nome: _____ .
 Idade: _____ . Sexo: () Feminino () Masculino.
 Se autodeclara: () branco () preto () negro () pardo () amarelo () indígena
 () outros. Especificar: _____ .
 Tempo total de atuação profissional: _____ .
 Tempo de atuação profissional no Colégio Pedro II: _____ .
 Cargo no Colégio Pedro II: _____ . Contrato () Efetivo () .
 Função no Colégio Pedro II: _____ . Tempo de função: _____ .

FORMAÇÃO INICIAL

Formação profissional: _____ .
 Instituição: _____ Conclusão: _____ .

FORMAÇÃO CONTINUADA

Pós-Graduação (*Lato Sensu*): _____ .
 Instituição: _____ Conclusão: _____ .
 Mestrado: _____ .
 Instituição: _____ Conclusão: _____ .
 Doutorado: _____ .
 Instituição: _____ Conclusão: _____ .

PARTICIPAÇÃO NA ROTINA ESCOLAR

01) Quais documentos orientam o trabalho nesta biblioteca do Colégio Pedro II?

02) A sua formação profissional ofereceu suportes que o habilitaram a trabalhar com as demandas advindas com a Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Caso afirmativo, quais foram os suportes?

Em caso negativo, realizou alguma capacitação mediante a necessidade de implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. Nesse caso, qual?

() Não. Como avalia a ausência de uma capacitação em relação à Lei 10.639/2003?

Como observa a inclusão de temáticas que abordem as questões raciais, bem como a cultura africana e/ou afro-brasileira, nos currículos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia?

03) O Colégio Pedro II já ofereceu algum tipo de capacitação aos seus servidores e/ou colaboradores para mediar os recursos literários sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira?

() Sim. Especifique o curso e sua contribuição.

() Não. Nesse caso, qual seria o motivo por não ter sido oferecido?

Em caso positivo, já se ofereceu alguma capacitação visando à implementação da Lei 10.639/2003, direcionada aos bibliotecários do Colégio Pedro II?

() Sim. Especifique o curso e sua contribuição.

() Não. Nesse caso, qual seria o motivo por não ter sido oferecido?

04) Possui a informação se biblioteca e o bibliotecário são contemplados no Projeto Político-Pedagógico em vigor?

Sim. De que maneira?

Não. Justifique.

Desconhece.

05) Algum bibliotecário ou representante da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura participa da câmara que coopera para a elaboração do futuro Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Colégio Pedro II?

Sim. Nesse caso, como ocorre a cooperação?

Não. Como avaliaria a ausência?

Desconhece.

06) Tem conhecimento se o novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), que está em processo de desenvolvimento, prevê a implementação da Lei 10.639/2003?

Sim. Não.

Em caso positivo, o novo PPPI arrola a biblioteca às ações que visam o atendimento da Lei 10.639/2003?

Sim. De que maneira?

Não. Como avaliaria essa ausência?

Desconhece.

Em caso negativo, justifique.

07) O bibliotecário é convocado para participar das reuniões pedagógicas?

Sim. Nesse caso, como se alinha ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes?

() Não. Como observa a ausência da classe profissional nas reuniões pedagógicas?

08) Tem envolvimento com as atividades culturais da escola?

() Sim. De que maneira? A convite de quem?

() Não. Nesse caso, justifique.

09) Há uma preocupação com o tipo de material pedagógico, discurso e imagem utilizados pela comunidade escolar como um todo? Desde a criação de cartazes até o discurso utilizado pelos profissionais para a comunicação com o corpo discente?

() Sim. De que maneira ocorre?

() Não. Justifique.

Em caso positivo, é realizado algum tipo de fiscalização?

() Sim. De que maneira e em que período é realizado?

() Não. Justifique.

10) Já realizou ou mantém parcerias com o corpo docente para a elaboração de projetos relacionados à Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Em caso positivo, de que parte surge o convite para as parcerias?

Em caso negativo, qual seria a razão para a falta de motivação?

Em caso positivo, descreva o projeto mais recente:

Título: _____ Ano Letivo: _____.

Recursos literários ou informacionais: _____.

Objetivos: _____.

Envolvidos: _____.

Duração: _____.

Resultados: _____.

Avalia que esses projetos cooperativos colaboram para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?

Sim. De que maneira?

_____.

Não. Justifique.

_____.

11) Que tipos de serviços e atividades culturais são oferecidas pela biblioteca?

_____.

Existe algum tipo de divulgação dos serviços e atividades culturais realizadas pela biblioteca?

Sim. Especifique.

_____.

Não. Nesse caso, como a avaliaria a inexistência de divulgações?

_____.

12) O corpo docente utiliza os recursos literários e informacionais da biblioteca para colocar a Lei 10.639/2003 em prática no cotidiano escolar?

Sim. Descreva a utilização.

_____.

Não. Nesse caso, como avaliaria o desinteresse pela utilização?

_____.

De que maneira é realizada a divulgação dos recursos literários da biblioteca?

Blog da biblioteca;

Cartazes;

Divulgação no perfil da biblioteca nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*);

Serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI);

Site do Colégio Pedro II.

13) A biblioteca realiza alguma forma de retroalimentação?

Sim Não

Em caso afirmativo, através de qual meio?

- Interação pessoal;
- Questionários;
- Enquetes;
- Estatísticas de acesso;
- Outros, especifique: _____.

Com que frequência?

- Concomitante a entrega da informação;
- De acordo com a política do serviço;
- Outros: _____.

14) Realiza atividades de mediação literária e/ou mediação oral da literatura relacionadas a implementação da Lei 10.639/2003?

- Sim. De que maneira contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?

_____.

_____.

- Não. Justifique.

_____.

_____.

Em caso positivo, quais das atividades abaixo, destacadas por Bortolin (2010) por servirem para mediação oral da literatura, efetua para contemplar a Lei 10.639/2003?

- Apresentações de teatro;
- Bate papo com escritores;
- Cantorias;
- Clubes de leitura;
- Colagens poéticas;
- Encontros com repentistas e cordelistas;
- Entrevistas com pioneiros;
- Exposições;
- Festivais de filmes;
- Montagens de jograis;
- Mostras de datas comemorativas;
- Narrativas orais de textos diversificados;
- Rodas de leitura;
- Saraus literários;
- Sessões de piadas, causos, adivinhações, parlendas, trava-línguas;
- Outras: _____.

Com que frequência são realizadas? _____.

São compartilhadas com o corpo docente do Colégio Pedro II?

- Sim. De que maneira?

_____.

_____.

- Não. Justifique.

_____.

15) Realiza atividades complementares após as ações de mediação literária e mediação oral da Literatura Africana ou Afro-brasileira?

() Sim. Avalia que contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?

() Não. Justifique.

Em caso positivo, quais das atividades abaixo destacadas por Kuhlthau (2009) efetua?

() Complementação (ampliar a história com as próprias ideias e dar um novo final) ou “uma história puxa outra”;

() Desenho;

() Discussão;

() Dramatização;

() Parafrapear (contar com suas próprias palavras);

() Recordar histórias (imediatamente ou sobre história ouvida em dia anterior);

() Resumir (contar de maneira abreviada);

() Outras: _____.

Com que frequência são realizadas? _____.

São compartilhadas com o corpo docente do Colégio Pedro II?

() Sim. De que maneira?

() Não. Justifique.

16) De que maneira o bibliotecário do *Campus Tijuca II*, deixa transparecer sua função socioeducativa?

17) Existe uma Política de Desenvolvimento de Coleções na biblioteca?

() Sim. Nesse caso, há uma preocupação com a inserção da Lei 10.639/2003?

() Não. Justifique.

Em caso positivo, quais características são prezadas na aquisição de livros com a finalidade de contemplar a Lei 10.639/2003?

18) O bibliotecário participa da definição dos recursos literários a serem utilizados no trabalho pedagógico?

() Sim. Nesse caso, há uma preocupação com a inserção da Lei 10.639/2003?

() Não. Justifique.

Que tipos de recursos a biblioteca dispõe para o atendimento da Lei 10.639/2003?

() Computadores com acesso a Internet;

() Livros de Referência;

() Livro didático;

() Livro literário;

() Livro paradidático;

() Recursos em Braille;

() Audiolivro;

() CD ROM;

() Revista;

() Jornal;

() História em quadrinhos;

() Material fonográfico (CD);

() Material cinematográfico (DVD);

() Material cartográfico;

() Material iconográfico;

() Outros.Especificar: _____.

19) Há cooperação com outras instituições para o compartilhamento de recursos literários e informacionais, como também de atividades culturais envolvendo a implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. Nesse caso, descreva as instituições e as ações de cooperação.

() Não. Justifique.

20) Quais profissionais atuam na biblioteca?

() Auxiliares de biblioteca;

() Auxiliares administrativos;

() Bibliotecário chefe;

() Bibliotecários;

() Estagiários (estudantes de Biblioteconomia);

() Estagiários (estudantes do Ensino Médio).

Dentre o quadro funcional, ocorre algum tipo de avaliação no que condiz a atuação dos profissionais para a implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. Como se dá, quem são submetidos e quem são os responsáveis pela avaliação?

() Não. Nesse caso, acredita que uma avaliação acarretaria que tipo de situações para a classe bibliotecária?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA CHEFE DA SEÇÃO DE BIBLIOTECAS**IDENTIFICAÇÃO DA CHEFIA DA SEÇÃO DE BIBLIOTECAS E SALAS DE
LEITURA DO COLÉGIO PEDRO II**

Campus: _____.

Nome: _____.

Idade: _____. Sexo: () Feminino () Masculino.

Se autodeclara: () branco () preto () negro () pardo () amarelo () indígena
() outros. Especificar: _____.

Tempo total de atuação profissional: _____.

Tempo de atuação profissional no Colégio Pedro II: _____.

Cargo no Colégio Pedro II: _____. Contrato () Efetivo ().

Função no Colégio Pedro II: _____. Tempo de função: _____.

FORMAÇÃO INICIAL

Formação profissional: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Pós-Graduação (*Lato Sensu*): _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

Mestrado: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

Doutorado: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

PARTICIPAÇÃO NA ROTINA ESCOLAR

01) Que documentos orientam o trabalho das bibliotecas do Colégio Pedro II?

02) A sua formação profissional ofereceu suportes que a habilitaram a trabalhar com as demandas advindas com a Lei 10.639/2003?

Sim. Não.

Caso afirmativo, quais foram os suportes?

Em caso negativo, realizou alguma capacitação mediante a necessidade de implementação da Lei 10.639/2003?

Sim. Nesse caso, qual?

Não. Como avalia a ausência de uma capacitação em relação à Lei 10.639/2003?

Como observa a inclusão de temáticas que abordem as questões raciais, bem como a cultura africana e/ou afro-brasileira, nos currículos de Bacharelado e Licenciatura em Biblioteconomia?

03) O Colégio Pedro II já ofereceu algum tipo de capacitação aos seus servidores e/ou colaboradores para mediar os recursos literários sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira?

Sim. Especifique o curso e sua contribuição.

Não. Nesse caso, qual seria o motivo por não ter sido oferecido?

Em caso positivo, já se ofereceu alguma capacitação visando à implementação da Lei 10.639/2003, direcionada aos bibliotecários do Colégio Pedro II?

Sim. Especifique o curso e sua contribuição.

Não. Nesse caso, qual seria o motivo por não ter sido oferecido?

04) Possui a informação se a biblioteca e o bibliotecário são contemplados no Projeto Político-Pedagógico em vigor?

() Sim. De que maneira?

() Não. Justifique.

() Desconhece.

05) Algum bibliotecário ou representante da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura participa da câmara que coopera para a elaboração do futuro Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Colégio Pedro II?

() Sim. Nesse caso, quem seria e como ocorre a cooperação?

() Não. Como avaliaria a ausência?

() Desconhece.

06) Tem conhecimento se o novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), que está em processo de desenvolvimento, prevê a implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Em caso positivo, o novo PPPI arrola a biblioteca às ações que visam o atendimento da Lei 10.639/2003?

() Sim. De que maneira?

() Não. Como avaliaria essa ausência?

() Desconhece.

Em caso negativo, justifique.

07) Os bibliotecários são convocados para participarem das reuniões pedagógicas?

() Sim. Nesse caso, como se alinham ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes?

() Não. Como observa a ausência da classe profissional nas reuniões pedagógicas? Medidas estão sendo estudadas para reverter tal situação?

08) A Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura procuram envolver os profissionais que atuam no Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura nas atividades culturais do Colégio Pedro II?

() Sim. De que maneira?

() Não. Nesse caso, justifique.

09) Há uma preocupação com o tipo de material pedagógico, discurso e imagem utilizados pela comunidade escolar como um todo? Desde a criação de cartazes até o discurso utilizado pelos profissionais para a comunicação com o corpo discente?

() Sim. De que maneira ocorre?

() Não. Justifique.

Em caso positivo, é realizado algum tipo de fiscalização?

() Sim. De que maneira e em que período é realizado?

() Não. Justifique.

10) A Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura já realizaram ou mantém parcerias com os setores pedagógicos dos *Campi* para a elaboração de projetos relacionados à Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Em caso positivo, de que parte surge o convite para as parcerias?

Em caso negativo, qual seria a razão para a falta de motivação?

Em caso positivo, descreva o projeto mais recente:

Título: _____ Ano Letivo: _____

Recursos literários ou informacionais: _____

Objetivos: _____

Envolvidos: _____

Duração: _____

Resultados: _____

Avalia que esses projetos cooperativos colaboram para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?

Sim. De que maneira?

Não. Justifique.

11) Existe algum tipo de padronização em relação aos serviços oferecidos pelas bibliotecas do Colégio Pedro II?

Sim. Regida por que documento?

Não. Nesse caso, as bibliotecas possuem autonomia em relação aos serviços oferecidos? Como são gerenciados?

12) A Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura possuem algum tipo de diretriz que oriente a realização de atividades culturais, como de mediação literária e/ou mediação oral da literatura, a serem desenvolvidas pelas bibliotecas do Colégio Pedro II, visando a implementação da Lei 10.639/2003?

Sim. Especifique o documento e sintetize seu plano de ações.

Não. Nesse caso, as bibliotecas possuem autonomia em relação à realização desses tipos de atividades? Como as estruturam?

Existe algum tipo de divulgação por parte da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, dos serviços e atividades culturais realizadas pelas bibliotecas?

Sim. Especifique.

() Não. Nesse caso, como a avaliaria a inexistência de divulgações?

13) Como ocorre a aquisição de livros pelas bibliotecas do Colégio Pedro II?

Existe uma Política de Desenvolvimento de Coleções criada pela Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, com o intuito de equiparar o acervo existente no Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II?

() Sim. Nesse caso, há uma preocupação com a inserção da Lei 10.639/2003?

() Não. À vista disso, as bibliotecas possuem autonomia para criar suas próprias políticas?

Em caso positivo, quais características são prezadas na aquisição de livros com a finalidade de contemplar a Lei 10.639/2003?

14) Os bibliotecários são incentivados a participarem da definição dos recursos literários a serem utilizados durante o ano letivo no trabalho pedagógico desenvolvido pelo corpo docente?

() Sim. De que maneira ocorre? Há uma preocupação com a inserção da Lei 10.639/2003?

() Não. Justifique.

Que tipos de recursos as bibliotecas do Colégio Pedro II dispõem para o atendimento da Lei 10.639/2003?

- () Computadores com acesso a Internet;
- () Livros de Referência;
- () Livro didático;
- () Livro literário;
- () Livro paradidático;
- () Recursos em Braille;
- () Audiolivro;
- () CD ROM;

- Revista;
- Jornal;
- História em quadrinhos;
- Material fonográfico (CD);
- Material cinematográfico (DVD);
- Material cartográfico;
- Material iconográfico;
- Outros.Especificar: _____.

15) Há cooperação com outras instituições para o compartilhamento de recursos literários e informacionais, como também de atividades culturais envolvendo a implementação da Lei 10.639/2003?

- Sim. Nesse caso, descreva as instituições e as ações de cooperação.

- Não. Justifique.

16) A Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura orientam a divulgação dos recursos literários pelas bibliotecas do Colégio Pedro II?

- Sim. Através de que meios?

- Blog* da biblioteca;
- Cartazes;
- Divulgação no perfil da biblioteca nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*);
- Serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI);
- Site do Colégio Pedro II.
- Outros, especifique: _____.

- Não. Nesse caso, justifique.

Há um direcionamento por parte da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, para que as bibliotecas efetuem alguma forma de retroalimentação?

- Sim Não

Em caso afirmativo, indicam a utilização de que meios?

- Interação pessoal;
- Questionários;
- Enquetes;
- Estatísticas de acesso;
- Outros, especifique: _____.

Com que frequência?

- Concomitante a entrega da informação;
- De acordo com a política do serviço;
- Outros: _____.

Em caso negativo, acredita que o incentivo desse processo avaliativo, facilitaria a interação entre a comunidade escolar e a biblioteca, além de estimular o fluxo dos recursos literários?

17) A Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura estimulam a realização de atividades de mediação literária e/ou mediação oral da literatura relacionadas a implementação da Lei 10.639/2003?

Sim. De que maneira?

Não. Justifique.

Em caso positivo, a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura incentivam à formação de parcerias com o corpo docente do Colégio Pedro II?

Sim. De que maneira?

Não. Justifique.

18) A Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura encorajam a realização de atividades complementares após as ações de mediação literária e mediação oral da Literatura Africana ou Afro-brasileira?

Sim. Avalia que contribuem para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?

Não. Justifique.

19) De que maneira os bibliotecários do Colégio Pedro II, deixam transparecer sua função socioeducativa?

20) Dentre o quadro funcional do Sistema de Bibliotecas, Mediatecas e Salas de Leitura do Colégio Pedro II, ocorre algum tipo de avaliação no que condiz a atuação dos profissionais para a implementação da Lei 10.639/2003?

Sim. Como se dá, quem são submetidos e quem são os responsáveis pela avaliação?

() Não. Nesse caso, acredita que uma avaliação acarretaria que tipo de situações para a classe bibliotecária?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO PARA CORPO DOCENTE

IDENTIFICAÇÃO - DOCENTE COLÉGIO PEDRO II

Campus: _____.

Nome: _____.

Idade: _____. Sexo: () Feminino () Masculino.

Se autodeclara: () branco () preto () negro () pardo () amarelo () indígena
() outros. Especificar: _____.

Tempo total de atuação profissional: _____.

Tempo de atuação profissional no Colégio Pedro II: _____.

Cargo no Colégio Pedro II: _____. Contrato () Efetivo ().

Função no Colégio Pedro II: _____. Tempo de função: _____.

Disciplina em que lecionou no ano letivo passado: _____.

Atuação no Ensino Médio Regular: () 1º ano () 2º ano () 3º ano.

Atuação no Ensino Médio Integrado: () 1º ano () 2º ano () 3º ano.

FORMAÇÃO INICIAL

Formação profissional: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Pós-Graduação (*Lato Sensu*): _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

Mestrado: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

Doutorado: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

PARTICIPAÇÃO NA ROTINA ESCOLAR

01) Quais documentos embasam a orientação do trabalho pedagógico na instituição?

- () Projeto Político Pedagógico do Colégio Pedro II (PPP) implementado em 2001;
 () Novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) que está sendo construído;
 () Outro (s) . Especificar: _____.

02) A sua formação profissional ofereceu suportes que o habilitaram a trabalhar com as demandas advindas com a Lei 10.639/2003?

- () Sim. () Não.

Caso afirmativo, quais foram os suportes?

Em caso negativo, realizou alguma capacitação mediante a necessidade de implementação da Lei 10.639/2003?

- () Sim. Nesse caso, qual?

- () Não. Como avalia a ausência de uma capacitação em relação à Lei 10.639/2003?

03) O Colégio Pedro II já ofereceu algum tipo de capacitação aos seus servidores e/ou colaboradores para mediar os recursos literários sobre a cultura africana e/ou afro-brasileira?

- () Sim. Especifique o curso e sua contribuição.

- () Não. Nesse caso, qual seria o motivo por não ter sido oferecido?

04) Possui a informação se biblioteca e o bibliotecário são contemplados no Projeto Político-Pedagógico em vigor?

- () Sim. De que maneira?

- () Não. Justifique.

- () Desconhece.

05) Tem conhecimento se o novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), que está em processo de desenvolvimento, prevê a implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Em caso positivo, o novo PPPI arrola a biblioteca às ações que visam o atendimento da Lei 10.639/2003?

() Sim. De que maneira?

() Não. Como avaliaria essa ausência?

() Desconhece.

Em caso negativo, justifique.

06) O bibliotecário é convocado para participar das reuniões pedagógicas?

() Sim. Nesse caso, como se alinha ao trabalho pedagógico desenvolvido pelos docentes?

() Não. Como observa a ausência da classe profissional nas reuniões pedagógicas?

07) O bibliotecário tem envolvimento com as atividades culturais da escola?

() Sim. De que maneira? A convite de quem?

() Não. Nesse caso, justifique.

08) O docente mantém parcerias com o bibliotecário para a elaboração de projetos relacionados à Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Em caso positivo, de que parte surge o convite para as parcerias?

Nesse caso, descreva o projeto mais recente:

Título: _____ Ano Letivo: _____

Recursos literários ou informacionais: _____

Objetivos: _____

Envolvidos: _____

Duração: _____

Resultados: _____

Em caso negativo, qual seria a razão para a falta de motivação?

Avalia que esses projetos cooperativos colaboram para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?

Sim. De que maneira?

Não. Justifique.

09) Utiliza algum serviço ou participa de alguma atividade cultural realizada pela biblioteca?

Sim. Descreva.

Não. Justifique.

Em caso positivo, como toma conhecimento sobre os serviços e as atividades culturais organizadas pela biblioteca?

10) Utiliza os recursos literários e informacionais da biblioteca para colocar a Lei 10.639/2003 em prática no cotidiano escolar?

Sim. Descreva a utilização.

Não. Nesse caso, como avaliaria o desinteresse pela utilização?

Em caso positivo, de que maneira se informa sobre esses recursos?

Blog da biblioteca;

Cartazes;

Divulgação no perfil da biblioteca nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*);

Serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI);

Site do Colégio Pedro II.

Solicita regularmente um levantamento bibliográfico sobre o tema que deseja abordar;

Outros:_____.

11) De que maneira o bibliotecário do *Campus Tijuca II*, deixa transparecer sua função socioeducativa?

12) Quem são os responsáveis pela definição da bibliografia a ser utilizada no ano letivo? Há uma preocupação com a inserção da Lei 10.639/2003? Que características são prezadas?

13) Já utilizou em seu trabalho pedagógico, algum livro da biblioteca que aborde a condição do negro na sociedade brasileira?

() Sim. Título:_____. Ano letivo de:_____.

Finalidade:_____.

Em caso positivo, trabalhou ao lado desse, com qual clássico literário?

Título:_____. Ano letivo de:_____.

Finalidade:_____.

() Não. Justifique:_____.

Há uma preocupação em avaliar qual era a visão, o comportamento do aluno antes e depois do contato com a cultura africana e/ou afro-brasileira?

() Sim. De que maneira é efetuada a avaliação? E em que documento é registrado?

Em caso positivo, é realizada em que período?

() Após o trabalho em sala de aula () Anual () Bimensal () Semestral

() Outro período:_____.

() Não. Nesse caso, justifique.

14) Há uma preocupação com o tipo de material pedagógico, discurso e imagem utilizados pela comunidade escolar como um todo? Desde a criação de cartazes até o discurso utilizado pelos profissionais para a comunicação com o corpo discente?

() Sim. De que maneira ocorre?

() Não. Justifique.

Em caso positivo, realiza algum tipo de fiscalização?

() Sim. De que maneira e em que período é realizado?

() Não. Justifique.

15) O docente tem seu trabalho avaliado, no sentido de verificar o cumprimento da Lei

10.639/2003?

() Sim. Como se dá? Quem são os responsáveis pela avaliação? E em que documento é registrado?

() Não. Nesse caso, justifique.

Em caso positivo, como o docente que obteve uma baixa avaliação é apoiado no sentido de revisar o trabalho desenvolvido para efetivamente cumprir as exigências da Lei 10.639/03?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA COORDENADOR DO NEAB/CPII

IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR (A) DO NEAB/COLÉGIO PEDRO II

Campus: _____.

Nome: _____.

Idade: _____. Sexo: () Feminino () Masculino.

Se autodeclara: () branco () preto () negro () pardo () amarelo () indígena
() outros. Especificar: _____.

Tempo total de atuação profissional: _____.

Tempo de atuação profissional no Colégio Pedro II: _____.

Cargo no Colégio Pedro II: _____. Contrato () Efetivo ().

Função no Colégio Pedro II: _____. Tempo de função: _____.

Caso leccione, informe as disciplinas de atuação nos seguintes segmentos:

Pós Graduação: _____ / Médio Regular: _____.

Médio Integrado: _____ / Fundamental: _____.

FORMAÇÃO INICIAL

Formação profissional: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Pós-Graduação (*Lato Sensu*): _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

Mestrado: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

Doutorado: _____.

Instituição: _____ Conclusão: _____.

PARTICIPAÇÃO NA ROTINA ESCOLAR

01) Quais documentos embasam a orientação do trabalho pedagógico na instituição?

() Projeto Político Pedagógico do Colégio Pedro II (PPP) implementado em 2001;

() Novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) que está sendo construído;

() Outro (s) . Especificar: _____.

02) A sua formação profissional ofereceu suportes que o habilitaram a trabalhar com as demandas advindas com a Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Caso afirmativo, quais foram os suportes?

Em caso negativo, realizou alguma capacitação mediante a necessidade de implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. Nesse caso, qual?

() Não. Como avalia a ausência de uma capacitação em relação à Lei 10.639/2003?

03) Qual a contribuição efetiva do NEAB/CPII para a rotina escolar?

04) Com que frequência o núcleo se reúne? Como são escolhidos os temas a serem discutidos? Onde são registrados seus encontros e ações?

05) Algum bibliotecário ou representante da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura integra o NEAB/CPII?

() Sim. Nesse caso, como avaliaria a cooperação?

() Não. Como avaliaria a ausência da classe profissional?

06) O NEAB/CPII colabora para a evolução do novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Colégio Pedro II?

() Sim. () Não.

Em caso positivo, está sendo prevista a implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. De que maneira?

() Não. Como avaliaria essa supressão?

() Em caso negativo, como analisaria a ausência do NEAB/CPII na construção do PPPI?

07) Tem conhecimento se o novo PPPI arrola a biblioteca às ações que visam o atendimento da Lei 10.639/2003?

() Sim. De que maneira?

() Não. Como julgaria essa ausência?

() Desconhece. Nesse caso, justifique.

08) Quais projetos do NEAB/CPII já foram colocados em prática no dia a dia da instituição? Caso não tenha sido possível implementá-los, justifique.

09) O NEAB/CPII já realizou ou mantém parcerias com os bibliotecários do Colégio Pedro II para a elaboração de projetos relacionados à Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Em caso positivo, de que parte surge o convite para as parcerias?

Em caso negativo, qual seria a razão para a falta de motivação?

Em caso positivo, descreva o projeto mais recente:

Título: _____ Ano Letivo: _____.

Recursos literários ou informacionais: _____.

Objetivos: _____.

Envolvidos: _____.

Duração: _____.

Resultados: _____.

Avalia que esses projetos cooperativos colaboram para a legitimação da cultura africana e/ou afro-brasileira?

() Sim. De que maneira?

() Não. Nesse caso, justifique.

10) O NEAB/CPII já efetuou ou desenvolve algum tipo de projeto que envolva simultaneamente professores e bibliotecários visando a implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. () Não.

Em caso positivo, descreva o projeto mais recente:

Título: _____ Ano Letivo: _____.

Recursos literários ou informacionais: _____.

Objetivos: _____.

Duração: _____.

Nesse caso, qual o impacto do projeto para os profissionais e alunos?

Em caso negativo, qual seria a razão para a não efetivação desse tipo de projeto?

11) Como avaliaria a situação atual do negro na sociedade brasileira?

12) O NEAB/CPII utiliza dos recursos literários e informacionais das bibliotecas do Colégio Pedro II para fomentar seus projetos?

() Sim. Nesse caso, atendem especialmente a quais atividades?

() Não. Nesse caso, qual seria o motivo do desinteresse?

Em caso positivo, de que maneira se informam sobre esses recursos?

- () *Blog* da biblioteca;
 () Cartazes;
 () Divulgação no perfil da biblioteca nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*);
 () Serviço de Disseminação Seletiva da Informação (DSI);
 () Site do Colégio Pedro II.
 () Solicitam regularmente um levantamento bibliográfico sobre o tema que desejam abordar;
 () Outros: _____.

13) De que maneira, acredita que o bibliotecário deixa transparecer sua função socioeducativa?

14) O NEAB/CPII já ofereceu ou mantém algum tipo de capacitação aos servidores públicos e/ou colaboradores no sentido de implementar a Lei 10.639/2003?

() Sim. Nesse caso, descreva as ações.

() Não. Qual seria o motivo?

Em caso positivo, já se ofereceu alguma capacitação direcionada aos bibliotecários do Colégio Pedro II, visando à implementação da Lei 10.639/2003?

() Sim. Especifique o curso e sua contribuição.

() Não. Nesse caso, qual seria o motivo pelo não oferecimento?

15) O NEAB/CPII se preocupa com o tipo de discurso e imagem utilizados pela comunidade escolar como um todo? Desde a criação de cartazes até o discurso utilizado pelos profissionais para a comunicação com o corpo discente?

() Sim. De que maneira ocorre?

() Não. Por qual motivo não há uma preocupação?

Em caso positivo, o NEAB/CPII realiza algum tipo de fiscalização?

Sim. De que maneira e em que período é realizado?

Não. Justifique.

16) O NEAB/CPII se atenta para o material pedagógico a ser utilizado na instituição?

Participa das reuniões pedagógicas em que são elencados os livros didáticos, paradidáticos e literários a serem utilizados ao longo do ano letivo?

Sim. De que maneira contribui?

Não. Justifique.

17) De que maneira acredita que o bibliotecário pode auxiliar no processo de reconhecimento da identidade cultural africana e/ou afro-brasileira por parte da comunidade escolar?

APÊNDICE E – MODELO DO QUADRO PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Quadro para Análise de Conteúdo dos Questionários					
Categorias	Unidade de Registro	Unidade de Contexto			
		Profissional	Profissional	Profissional	Profissional

ANEXO A – LEI nº 10.639/2003



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003

ANEXO B – LEI nº 11.645/2008



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.

ANEXO C – PARECER DO COLÉGIO PEDRO II



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

Processo nº 23040.003832/2017-63

PARECER

Comunico, para os devidos fins, que a pesquisa “**Africanidades nas escolas: a atuação do bibliotecário em prol da legitimidade cultural**”, a ser elaborada por Daviane da Silva Ribeiro, mestranda em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação da professora Patrícia Vargas Alencar, conta com a aprovação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura para sua realização no Colégio Pedro II.

O projeto será desenvolvido junto ao bibliotecário, coordenadores, docentes que atendam ao Ensino Médio nas disciplinas elencadas pela Lei 10639/03 e diretor pedagógico do *campus* Tijuca II do Colégio Pedro II, bem como junto ao chefe da Seção de Bibliotecas e coordenador do NEAB/CPII. Esta pesquisa tem o objetivo de propor diretrizes a serem desenvolvidas pelo bibliotecário escolar visando à difusão da Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-brasileira ao corpo docente.

A pesquisadora se compromete a solicitar a todos(as) a autorização para uso de informações obtidas, tais como o uso de imagem e depoimentos, por meio do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisadora também se compromete a preservar a identidade dos mesmos, bem como o bom nome da Instituição na redação de seu trabalho e em materiais futuros que vier a publicar ou apresentar, seguindo os princípios éticos de pesquisa.

A pesquisadora, conforme o Termo de Compromisso assinado no requerimento, deverá dar ciência a esta Pró-Reitoria da conclusão de seu trabalho, bem como fazer a entrega de 2 (duas) cópias do material conclusivo (dissertação) referentes à pesquisa realizada no Colégio Pedro II e, caso esta julgue necessário, divulgar os resultados em evento a ser agendado pela PROPGPEC.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2018/



Fundado em 2 de dezembro de 1837

JORGE FERNANDO SILVA DE ARAUJO
Diretor da Pesquisa
Matr. SIAPE N.º 1585939
Colégio Pedro II

ANEXO D – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIRIO

UNIRIO - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AFRICANIDADES NAS ESCOLAS: a atuação do bibliotecário em prol da legitimidade cultural

Pesquisador: DAVIANE DA SILVA RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 95824718.8.0000.5285

Instituição Proponente: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.951.360

Apresentação do Projeto:

Este projeto de pesquisa focaliza o desempenho do bibliotecário escolar diante da implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que incluiu no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Tem, por objetivo, propor diretrizes para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo discente. Utiliza a metodologia qualitativa e quantitativa com caráter exploratório-descritivo. Propõe um Estudo de Caso no Colégio Pedro II, Campus Tijuca II. Recorre ao levantamento bibliográfico e à pesquisa documental. Adota, como instrumento de coleta de dados, o uso de questionários com perguntas abertas e fechadas a serem aplicados ao bibliotecário, chefe da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, corpo docente das disciplinas de Artes Visuais, Educação Musical, História e Língua Portuguesa que atende ao Ensino Médio no Campus selecionado, coordenadores dessas disciplinas selecionadas, diretor pedagógico e diretor do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros. Como técnica para tratar os dados coletados, se elegeu a análise de conteúdo de Bardin (1977) na modalidade temática.

Endereço: Av. Pasteur, 296

Bairro: Urca

UF: RJ

Telefone: (21)2542-7796

CEP: 22.290-240

Município: RIO DE JANEIRO

E-mail: cep.unirio09@gmail.com

UNIRIO - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 2.951.360

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Tem por objetivo geral propor diretrizes para bibliotecários escolares difundirem a Literatura Infantojuvenil Africana e/ou Afro-Brasileira ao corpo discente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não há riscos aos participantes.

Benefícios:

Permite a inserção de uma cultura naturalizada como não legítima incidir sobre a reprodução da cultura dominante, ou seja, promove e valoriza a

cultura africana e/ou afro-brasileira que faz parte da identidade cultural brasileira, através dos livros literários. Sendo assim, promove o

reconhecimento, e, portanto, à legitimação da contribuição dos negros na construção da nação brasileira, conforme prevê a Lei 10.639/2003.

Oportuniza uma tomada de consciência dos cidadãos em formação acerca da sua ancestralidade cultural.

Demonstra a relevância dos Estudos

Culturais e da Educação Intercultural na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Traz visibilidade ao papel socioeducativo do bibliotecário

prestigiado pela Agenda 2030 da IFLA/ONU e da Década Internacional de Afrodescendentes proclamada pela ONU em 2015 que segue até 2024.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados

Recomendações:

-

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

atendeu as pendências

Endereço: Av. Pasteur, 296

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep.unirio09@gmail.com

**UNIRIO - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 2.951.360

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1053560.pdf	24/09/2018 11:27:53		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaAssinadoPeloDiretorGeralDoCampusTijucall.pdf	24/09/2018 11:27:07	DAVIANE DA SILVA RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEDavianedaSilvaRibeiro.doc	24/09/2018 11:25:26	DAVIANE DA SILVA RIBEIRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoDavianedaSilvaRibeiro.pdf	04/09/2018 10:52:18	DAVIANE DA SILVA RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	AfricanidadesNasEscolasDavianedaSilvaRibeiro.pdf	04/09/2018 10:51:42	DAVIANE DA SILVA RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 09 de Outubro de 2018

Assinado por:
Paulo Sergio Marcellini
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Pasteur, 296

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep.unirio09@gmail.com